



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Secretária Nacional da Proteção Global**  
**Diretoria de Proteção dos Direitos Humanos**  
**Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional**  
**Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

**26ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**Data e horário:** 09 e 10 de março de 2020, de 09h às 18h.

**Local:** Sala de Reunião Plenária - 10º andar, SCS-B, Quadra 09, Lote C – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A. Brasília/DF.

**Telefone para contato:** (61) 2027-3337

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

**1. ABERTURA**

- **Pauta:**
  - Leitura e Aprovação da Pauta da 26ª RO;
  - Informes da Mesa Diretora;
  - Informes dos membros do Comitê;
  - Informes da Secretaria Executiva do CNPCT.
- **Horário do início do ponto de pauta:** 9h11.
- **Condução:** Vitória Buzzi (CFOAB), Vice-Presidente.
- **Quórum para abertura:**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. GAB MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CPF
3. SNPIR/MMFDH	3. RENILA
4. MEC	4. EDUCAFRO
5. SEGOV/PR	5. UFRN
6. MD	6. SOMOS
7. MRE	7. COADE
8. M CIDADANIA	8. MNU
9. MS	9. CUT
	10. UBM
Soma RG: 9	Soma SC: 10
Total: 19	

- A pauta foi aprovada sem alterações.

- Não houve encaminhamento.

## **2. INFORMES DA COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL**

- **Condução:** Vitória Buzzi (CFOAB), Vice-Presidente.
- **Facilitador:** Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional.
- **Encaminhamentos:**

**2.1. Definir os integrantes do grupo de trabalho para atuar na formulação de agenda para criação e fomento de comitê e mecanismos de prevenção e combate à tortura, conforme os itens 9.3 e 9.4 da ata da 25ª RO.**

Membros do GT: UFRN (Cândida), DEPEN/MJSP (Abel), SNPG/MMFDH (Emilly), CONECTAS (Henrique). Convidados: APT (Sylvia) e ANADEP (Fernanda).

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

<b>Favoráveis</b>	<b>Contrários</b>	<b>Abstenções</b>
EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, Justiça Global (JG), UFRN, UBM, CUT, CFP, OAB, SOMOS, RENILA, DEPEN/MJSP, MNU, MD, SNPIR/MMFDH, SNPG/MMFDH, SEGOV/PR, MS, M. Cidadania, MEC, SG/PR	0	0

OBS do MD: convidados não votam no grupo de trabalho.

**2.2. Solicitar à CGCT exclusão da possibilidade de voluntariado em relação à atuação de mecanismos preventivos nacionais, em observância aos Princípios de Paris e ao Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura da ONU.**

Encaminhamento adotado por 12 votos favoráveis e 9 contrários.

Registro da votação:

<b>Favoráveis</b>	<b>Contrários</b>	<b>Abstenções</b>
MNU, SOMOS, OAB, CFP, CUT, UBM, UFRN, JG, COADE, CONECTAS, EDUCAFRO, RENILA (12)	SG/PR, MEC, M. Cidadania, MS, SEGOV/PR, SNPG/MMFDH, SNPIR/MMFDH, MD, MJSP (9)	0

**2.3. Solicitar à CGCT para dar acesso ao teor do manual aos membros do CNPCT.**

Aprovado por unanimidade dos presentes.

**2.4. Solicitar à CGCT informação sobre execução orçamentária de 2019 e a previsão orçamentária para 2020, apresentação sobre o funcionamento do orçamento em reunião do CNPCT. Envio das informações sobre a execução orçamentária de 2019 para discussão do planejamento na 26ª Reunião Ordinária.**

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, DEPEN/MJSP, MNU, SNPIR/MMFDH, SNPG/MMFDH, SEGOV, MMFDH, MS, M. CIDADANIA, MEC, SG/PR	0	0

**2.5. Solicitar à CGCT apresentação de seu planejamento para 2020 na próxima reunião ordinária do CNPCT.**

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, COADE, CONECTAS, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, DEPEN/MJSP, MNU, SNPIR/MMFDH, SNPG/MMFDH, SEGOV, GAB MMFDH, MS, M. CIDADANIA, MEC, SG/PR	0	0

**2.6. Reforçar deliberação nº 9.6 da 25ª Reunião Ordinária do CNPCT (Mapeamento, a ser realizado pelos membros do CNPCT, em seus estados redes para aumentar a capilaridade às discussões para criação e fomento de comitês e mecanismos nos estados). Solicita-se que o CFPOAB e CFP verifiquem a participação dos conselhos nos comitês estaduais.**

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, COADE, CONECTAS, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, DEPEND/MJSP, MNU, SNPIR/MMFDH, SNPG/MMFDH, SEGOV/PR, GAB MMFDH, MS, M. CIDADANIA, MEC, SG/PR	0	0

**2.7. Enviar ofício ao Gabinete da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) para solicitar esclarecimentos sobre a troca de membros da sociedade civil do CNPCT que não foi feita no último decreto presidencial (Decreto s/n de 3 de março de 2020).**

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, COADE, JG, UBM, UFRN, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, DEPEND/MJSP, MNU, SNPG/MMFDH, GAB MMFDH, MS, M. CIDADANIA, MEC, SG/PR, SEGOV	0	SNPIR/MMFDH

**2.8. Enviar novo ofício ao Gabinete do MMFDH e ofício ao Corregedor sobre se houve novos andamentos das representações referentes ao MNPCT (CRM/DF, ABP e SEAP/CE).**

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, DEPEND/MJSP, MNU, SNPIR/MMFDH, SNPG/MMFDH, SEGOV, GAB MMFDH, MS, M. CIDADANIA, MEC, SG/PR	0	0

### **3. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO “LGBT NAS PRISÕES DO BRASIL: DIAGNÓSTICO DOS PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS E EXPERIÊNCIAS DE ENCARCERAMENTO”**

- **Quórum de abertura:** 16 membros (RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, UFRN, UBM, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, DEPEN/MJSP, MNU, MD, SNPG/MMFDH, MS, CIDADANIA)
- **Condução:** Vitória Buzzi (CFOAB), Vice-Presidente.
- **Convidados externos para ponto de pauta:** Marina Reidel, Diretora do Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DELGBT).
- Participaram ainda do debate Gustavo Passos, consultor que realizou a pesquisa para o DELGBT) e Dias, servidor do DEPEN/MJSP, que também acompanhou a pesquisa. Na discussão, Dias deixou os contatos da Coordenação sobre Diversidade do DEPEN/MJSP: [copmd.depen@mj.gov.br](mailto:copmd.depen@mj.gov.br), (61) 2025-3833 e (61) 98131-9549.
- **Encaminhamentos:**

**3.1. Solicitar ao DELGBT a minuta da portaria interministerial sobre população LGBT no sistema penitenciário. O CNPCT se compromete a enviar comentários à minuta até 30/03.**

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, MRE, CFOAB, SOMOS, DEPEN/MJSP, MNU, MD, SG/PR, MS, MEC, SEGOV/PR	0	0

**3.2. Propor recomendação do CNPCT sobre o tema tortura e população LGBT. A resolução deve observar a Resolução CNCD e CNPCP n° 1/2014 e as seguintes recomendações: (1) que administração penitenciária autorize o ingresso de organizações da sociedade civil para trabalho com a população LGBT nos locais de privação de liberdade e (2) que o DEPEN/MJSP verifique a possibilidade de recomendar aos Estados a criação de mecanismos que facilitem a inserção da sociedade civil que trabalhem com a temática LGBT no sistema prisional e (3) que o DEPEN/MJSP inclua em sua nota técnica do DEPEN/MJSP a indicação n° 2.**

São responsáveis pela redação inicial da recomendação: SOMOS, DEPEN/MJSP e APT.

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, MRE,	0	0

Favoráveis	Contrários	Abstenções
CFOAB, SOMOS, DEPEN/MJSP, MNU, MD, SG/PR, MS, MEC, SEGOV/PR		

**3.3. Oficiar ao Gabinete MMFDH para questionar o fluxo das denúncias recebidas durante a realização do estudo e informar sobre a possibilidade dos entrevistados requererem ou não o encaminhamento das denúncias.**

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, MRE, SNPIR/MMFDH, CFOAB, SOMOS, DEPEN/MJSP, MNU, MD, SNPG/MMFDH, SG/PR, MS, M. CIDADANIA, MEC, SEGOV.	0	0

#### 4. MNPCT

- **Pauta:**

- Apresentação do Planejamento de 2020 do MNPCT;
- Monitoramento do estado de Roraima;
- Apresentação do Documento do Subcomitê de Prevenção a Tortura da ONU;
- Apresentação do relatório do estado do Amazonas;
- Apresentação do relatório dos Hospitais Psiquiátricos.

- **Condução:** Vitória Buzzi (CFOAB), Vice-Presidente.

- **Convidados externos para ponto de pauta:**

- Bárbara - Apresentação do Planejamento de 2020 do MNPCT
- Ribamar - Atualização do monitoramento do relatório de Roraima
- Daniel - Apresentação do Documento do Subcomitê de Prevenção a Tortura da ONU
- Lúcio - "Hospitais Psiquiátricos: relatório de inspeção nacional"

- **Encaminhamentos**

**4.1. Indicar membros e integrar missão conjunta do MNPCT, DPU e CONECTAS ao Estado de Roraima nos dias 23 e 24 de março para visita emergencial.**

OBS: o representante Henrique da CONECTAS já participaria da missão com diárias e passagens arcadas pela entidade.

Membros do CNPCT indicados para integrar a missão: UFRN (Cândida), MMFDH (Marco).

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, MRE, SNPIR/MMFDH, CFOAB, SOMOS, DEPEN/MJSP, MNU, MD, SNPG/MMFDH, SG/PR, MS, M CIDADANIA, MEC, SEGOV	0	0

**4.2. ~~Aprovar recomendação visando aperfeiçoamento com os seguintes itens: [encaminhamento retirado]~~**

- ~~-Que o pleno do CNPCT acolhe a manifestação do SPT/ONU na condição de órgão internacional estruturante do OPCAT com fulcro no argo 11 do OPCAT ratificado pelo Decreto nº 6.085/2007;~~
- ~~-Que se ratifica integralmente pelo pleno do CNPCT nos termos do entendimento jurídico emitido pelo SPT/ONU, declarando a inadimplência do Estado brasileiro no âmbito do OPCAT em razão da vigência do Decreto 9.831/19;~~
- ~~-Que o CNPCT irá considerar a manifestação do SPT/ONU em suas deliberações, em especial, nas que repercutem direta ou indiretamente na atuação do MNPCT.~~
- ~~-Que pede a revogação do Decreto n. 9.831/2019, por todas as razões expostas no parecer do Subcomitê.~~
- ~~- Incluir referência à ADPF 607/2019 nos considerandos.~~
- ~~-Incluir referências os PDLs (PDL nº 395/2019 (Senado) e PDL 389/2019 (Câmara)) que tramitam no Congresso Nacional. Ao fazer o encaminhamento para o CN, solicitar que sejam aprovados.~~
- ~~- Enviar a recomendação final à presidência do Congresso Nacional, ao relator da ACP nº 5039174-92.2019.4.02.5101/RJ, à Presidência República, ao relator da ADPF 607/2019~~

OBS: Esequiel (SNPIR/MMFDH) - Pedido de vistas com base na Res. CNPCT 1/2014 (inciso VIII do Art. 16). O pedido foi indeferido pela OAB. Na sequência, o pedido perdeu objeto na medida que a proposta de recomendação foi retirada.

OBS: Esequiel (SNPIR/MMFDH) – Solicitou desagravo para pedido de respeito aos membros natos do CNPCT.

**4.3. Acolher a manifestação do SPT/ONU, criado pelo art. 5 do Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura, ratificado pelo Estado brasileiro por meio do Decreto nº 6.085/2007.**

Encaminhamento adotado por 12 votos favoráveis e 10 contrários.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, MNU (12)	MRE, SNPIR/MMFDH, DEPEND/MJSP, MD, SNPG/MMFDH, MEC, SG/PR, MMFDH, SEGOV, M. CIDADANIA (10)	0

Ressalva solicitada pelo representante do MD – “O Ministério da Defesa votou contra e apresentou a ressalva do não cumprimento do pedido de vista do colega da SNPIR, Esequiel Espírito Santo, nos termos do Artigo 16 inciso VIII e Artigo 14 inciso III do Regimento Interno da Resolução nº 1 de 14 de agosto de 2014”.

**4.4. Ratificar integralmente os termos do entendimento jurídico emitido pelo SPT/ONU, declarando a inadimplência do Estado brasileiro no âmbito do OPCAT em razão da vigência do Decreto 9.831/19.**

Encaminhamento adotado por 12 votos favoráveis e 10 contrários.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, MNU	MRE, SNPIR/MMFDH, DEPEND/MJSP, SNPG/MMFDH, SG/PR, MMFDH, M. CIDADANIA, MEC, SEGOV/PR, MD	

**4.5. O Pleno do CNPCT irá considerar a manifestação do SPT/ONU em suas deliberações, em especial, nas que repercutem direta ou indiretamente na atuação do MNPCT.**

Encaminhamento adotado por 12 votos favoráveis e 10 contrários.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, MNU	MRE, SNPIR/MMFDH, DEPEND/MJSP, SNPG/MMFDH, SG/PR, MMFDH, M. CIDADANIA, MEC, SEGOV, MD.	

**4.6. Enviar ofícios com o registro dos itens 4.3, 4.4 e 4.5 (aprovados nesta RO) para o Congresso Nacional (os presidentes das casas e relatores do PDL nº 395/2019 (Senado) e do PDL 389/2019 (Câmara)), relator da ACP nº 5039174-92.2019.4.02.5101/RJ, à Presidência República, ao relator da ADPF 607/2019.**

Encaminhamento adotado por 12 votos favoráveis e 10 contrários.



Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, MNU (12)	MRE, SNPIR/MMFDH, DEPEND/MJSP, SNPG/MMFDH, SG/PR, MMFDH, M. CIDADANIA, MEC, SEGOV, MD (10)	0

**4.7. Encaminhar requerimento conjunto - CNPCT e MNPCT - ao Min. Luiz Fux, relator ADPF 607/2019, para chamar audiência pública para discussão da manifestação do SPT/ONU no âmbito do referido processo.**

Encaminhamento adotado por 12 votos favoráveis e 10 contrários.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, JG, UFRN, UBM, CUT, CFP, CFOAB, SOMOS, MNU (12)	MRE, SNPIR/MMFDH, DEPEND/MJSP, SNPG/MMFDH, SG/PR, MMFDH, M. CIDADANIA, MEC, SEGOV, MD (10)	0

OBS: o ponto de pauta sobre a apresentação do Relatório do MNPCT sobre o Estado do Amazonas foi retirado, uma vez que o MNPCT não encaminhou o relatório a tempo para apreciação do CNPCT.

**4.8. ~~Debruchar-se sobre o documento “Hospitais Psiquiátricos: relatório de inspeção nacional” e, em novo ponto de pauta, chamar representantes dos hospitais citados e das entidades fiscalizadas para que exerçam, dentro do Comitê, o direito ao contraditório.~~**

Encaminhamento rejeitado por 6 votos a favor e 11 votos contrários.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
MEC, M. CIDADANIA, MS, MMFDH, SG/PR, EDUCAFRO	MNU, SOMOS, CFOAB, CFP, CUT, UBM, UFRN, JG, COADE, CONECTAS, RENILA	0

OBS: Quirino (M. Cidadania) solicita registro em ata sobre cerceamento de sua fala.

**4.9. Chamar instituições inspecionadas e seus representantes, representantes de classe, representantes da sociedade civil para audiência pública com duração de um dia de debates. Entre os convidados, o CNPCT chamaria conselho de medicina, ABP, representantes de hospitais, conselho de enfermagem, conselho de terapia ocupacional e outros a serem indicados posteriormente.**

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
MEC, M. CIDADANIA, MS, MMFDH, SG/PR, MNU, SOMOS, CFOAB, CFP, CUT, UBM, UFRN, JG, COADE, CONECTAS, RENILA	0	0

**4.10. Enviar ofício ao Congresso Nacional para recomendar abertura de CPI sobre a política de saúde mental no Brasil, utilizando como subsídios o relatório do MNPCT sobre hospitais psiquiátricos.**

Encaminhamento adotado por 15 votos favoráveis e 2 votos contrários.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
MEC, MMFDH, SG/PR, MNU, SOMOS, CFOAB, CFP, CUT, UBM, UFRN, JG, COADE, CONECTAS, EDUCAFRO, RENILA	M. CIDADANIA, MS	0

**4.11. Solicitar, em conjunto com o MNPCT, reunião com o Ministro da Saúde para discutir as violações e recomendações apresentadas no documento “Hospitais Psiquiátricos: relatório de inspeção nacional”.**

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
M. CIDADANIA, MEC, MS, MMFDH, SG/PR, MNU, SOMOS, CFOAB, CFP, CUT, UBM, UFRN, JG, COADE, CONECTAS, EDUCAFRO, RENILA	0	0

**4.12. Recomendar aos integrantes do CNPCT – órgãos e entidades da sociedade civil – para divulgar documento “Hospitais Psiquiátricos: relatório de inspeção nacional” do MNPCT em seus sites oficiais.**

Encaminhamento adotado por 12 votos a favor, 1 voto contra e 4 abstenções.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
MNU, SOMOS, CFOAB, CFP, CUT, UBM, UFRN, JG, COADE, CONECTAS, EDUCAFRO, RENILA	M. CIDADANIA	MEC, MMFDH, MS, SG/PR

**4.13. Promover capacitações para comitês de prevenção e combate à tortura sobre direitos humanos, tortura e saúde mental.**

Encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
MEC, M CIDADANIA, MS, MMFDH, SG/PR, OMOS, CFOAB, CFP, CUT, UBM, UFRN, JG, COADE, CONECTAS, EDUCAFRO, RENILA	0	0

**4.15. Registro do compromisso do Ministério da Cidadania e do Ministério da Saúde em enviar documentação sobre a temática de saúde mental aos membros do CNPCT para subsidiar nossa audiência pública (envio do material com prazo anterior à realização da audiência pública)**

Compromisso adotado por unanimidade dos presentes.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
MEC, M. CIDADANIA, MS, MMFDH, SG/PR, OMOS, CFOAB, CFP, CUT, UBM, UFRN, JG, COADE, CONECTAS, EDUCAFRO, RENILA	0	0

**5. EDITAL PARA SELEÇÃO DE PERITOS DO MNPCT**

- **Data:** 10/03/2020
- **Quórum de abertura:** MRE, MEC, M. CIDADANIA, SG/PR, SEGOV/PR, SNPIR/MMFDH, DEPEN/MJSP, SNPG/MMFDH, MINISTRA, COADE, RENILA, CFP, SOMOS, CUT, UBM, CFOAB.
- **Condução:** Ministra Damares Alves, Presidente do CNPCT.
- **Horário de abertura:** 8h40

- O edital foi colocado em votação pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Presidente do CNPCT. Os representantes de governo presentes (Ministra, MRE, MEC, MS, M CIDADANIA, SG/PR, SEGOV/PR, SNPIR/MMFDH, SNPG/MMFDH, DEPEN/MJSP, MD) foram favoráveis à minuta para seleção de 4 peritos. Os representantes da sociedade civil se retiraram da sala (RENILA, COADE, CFP, SOMOS, CUT, UBM, CFOAB) às 9h.
- O edital foi aprovado e a Secretaria Executiva dará os encaminhamentos necessários a sua publicação.

#### 6. NOTA PÚBLICA SOBRE O DECRETO 9.831/2019

- **Horário da votação:** 9h10
- **Encaminhamento:**

##### 6.1. Aprovar o teor da nota pública sobre o Decreto 9.831/2019.

O teor da nota foi rechaçado.

Registro da votação:

Favoráveis	Contrários	Abstenções
0	MD, DEPEN/MJSP, SNPIR/MMFDH, SEGOV, SNPG/MMFDH, SG/PR, M. CIDADANIA, MS, MEC, MRE E MINISTRA	0

#### 7. PLANEJAMENTO DO CNPCT

- **Condução:** Ministra Damares Alves, Presidente do CNPCT.
- **Horário do ponto de pauta:** 9h18.
- A secretaria executiva do CNPCT apresentou as discussões realizadas no âmbito da Mesa Diretora. O ponto de pauta demanda deliberação sobre a metodologia de planejamento (análise SWOT e construção coletiva de ações para o CNPCT) e avaliação sobre a escolha de tema para debate no CNPCT ao longo de 2020 (a exemplo das Regras de Bangkok).
- O ponto de pauta foi adiado para a próxima reunião do CNPCT.
- Membros presentes na discussão: MD, DEPEN/MJSP, SNPIR/MMFDH, SEGOV, SNPG/MMFDH, SG/PR, M CIDADANIA, MS, MEC, MRE E MINISTRA

#### 8. LEITURA E APROVAÇÃO DOS ENCAMINHAMENTOS DO SUMÁRIO EXECUTIVO

- **Condução:** Ministra Damares Alves, Presidente do CNPCT.

- Os encaminhamentos foram lidos.
- A Ministra comentou sobre a preocupação do Governo Federal em relação ao coronavírus e sinalizou a possibilidade de agendamento de reunião extraordinária. A Ministra ainda acatou sugestão para realizar reunião Vice-Presidente da CNPCT (Vitória do CFOAB) e Leonardo Pinho (CNDH).

OBS: Mateus (ANADEP) – pedido para registro em ata que a Presidente do CNPCT cerceou a palavra do representante da ANADEP.

OBS: Quirino (M. Cidadania) – pedido para registro em ata contrário à manifestação do membro da ANADEP.



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

**DEGRAVAÇÃO 26º REUNIÃO  
ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL  
DE PREVENÇÃO E COMBATE À  
TORTURA (26ªROCNPCT)**

**Dias: 09 e 10/03/2020**

**Brasília/DF**



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

**DEGRAVAÇÃO 26º REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (26ªROCNPCT)**

**Legenda:**

- 1) Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na  
1. compreensão;
- 2) (ininteligível)** – Não compreendida a palavra ou expressão;
- 3) Reticências (...)** – Frase não concluída;
- 4) (intervenções fora do microfone)** – Várias falas fora do microfone em que  
não foi possível a compreensão;
- 5) (intervenções simultâneas)** – Várias falas ao mesmo tempo,  
impossibilitando a compreensão;

1 **Dia 09/03/2020 – Manhã:**

2

3 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Cidadania.

4 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Educação.

5 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – O  
6 nome, por favor.

7 **Sr. Fabrício** – Fabrício.

8 **Interlocutora não identificada** – É Fabrício, desculpa.

9 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Marco,  
10 gabinete da Ministra.

11 **Sr. Felipe (Secretaria de Governo)** – Felipe, Secretaria de Governo.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 12 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Emily, Secretaria  
13 Nacional de Proteção Global.
- 14 **Sr. Rodrigo (Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Social)** – Rodrigo,  
15 Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Social.
- 16 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Sávio Andrade, Ministério da  
17 Defesa.
- 18 **Sr. Wanderson Pinheiro (Movimento Negro Unificado - MNU)** – Wanderson  
19 Pinheiro, Movimento Negro Unificado.
- 20 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Somos -  
21 Comunicação, Saúde e Sexualidade.
- 22 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
23 Vitória, Conselho Federal da OAB.
- 24 **Sra. Célia Zenaide (Conselho Federal de Psicologia - CFP)** – Célia Zenaide,  
25 Conselho Federal de Psicologia.
- 26 **Sra. Virgínia Berriel (Central Única dos Trabalhadores - CUT)** – Virgínia Berriel,  
27 Central Única dos Trabalhadores.
- 28 **Sra. Silvana Conti (União Brasileira de Mulheres)** – Silvana Conti União  
29 Brasileira de Mulheres.
- 30 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN)** –  
31 Cândida, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 32 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE)** –  
33 Coletivo Advogado para a Democracia, SP.





**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

34 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** – Davi,  
35 EDUCAFRO.

36 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Marcelo RENILA.

37 **Sra. Débora Lobato (Ministério das Relações Exteriores)** – Débora Lobato,  
38 Ministério das relações exteriores.

39 **Sra. Cláudia Leite (Ministério da Cidadania)** – Cláudia Leite, Ministério da  
40 Cidadania.

41 **Sra. Maria Edilma (Ministério da Saúde)** – Maria Edilma, Ministério da Saúde.

42 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
43 Então, com 19 pessoas na reunião, a gente inicia o primeiro dia da 26ª. Carol,  
44 será que a gente coloca lá na frente a pauta para ele ir acompanhando? O nosso  
45 item um é a abertura... Com abertura da reunião, inicia a leitura e aprovação da  
46 pauta da 26ª reunião ordinária. Todo mundo teve acesso a pauta do primeiro e  
47 segundo dia? Sei houver alguma objeção, algum comentário se não, nós  
48 aprovamos e iniciamos a reunião. Então, a pauta da 26ª reunião ordinária está  
49 aprovada. Iniciamos, então, pelos informes da Mesa Diretora. Para os membros  
50 que estão chegando agora, aqui nós tivemos algumas mudanças inclusive... De  
51 titular e suplência.

52 **Interlocutor não identificado** – Agora, só que está baixinho, não é? Som...  
53 Som...

54 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Eu  
55 acho que está lá dentro.

56 **Interlocutor não identificado** – Cidadão, está baixinho, porque está na outra sala  
57 aqui, viu?



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

58 **Interlocutor não identificado** – Escuta, está falando, está vendo? Mas...

59 **Interlocutor não identificado** – Você está me ouvindo?

60 **Interlocutora não identificada** – Alô?

61 **Interlocutor não identificado** – Câmbio?

62 **Interlocutor não identificado** – Vou lá falar, espera aí.

63 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –

64 Obrigada, Marco... Para os membros que estão chegando agora, porque

65 ocorreram algumas trocas de titularidade e suplência, só para atualizar que a

66 Mesa Diretora é composta 50% de Sociedade Civil e 50% de membros do

67 governo, somos eu, Caio, Marco e Rodrigo... Desculpa, não é o Marco, é o

68 Rodrigo e o Lucas que não está aqui presente e a Emily no lugar do Lucas hoje,

69 que era suplente. Na verdade, informes, nós da Mesa Diretora não temos, é mais

70 um aviso geral de que prezado pela educação na reunião, pela celeridade, pelo

71 respeito com a pauta, a gente peça aqui nas rodadas, isso não é nem informe da

72 Mesa Diretora, é quase informe aqui na condução dos trabalhos. É que nas

73 rodadas, a gente seja o mais objetivo possível, fora isso, estando titular e suplente

74 presentes aqui hoje, a gente pede que em cada rodada fale apenas um. Não há

75 problema nenhum em suplente se manifestar, a gente inclusive agradece o

76 interesse de trazer titularidade e suplência, mas só para dar celeridade aos

77 trabalhos. Fora isso, como nós sabemos que talvez hoje acha... Possa haver

78 alguma discussão em relação a relatório, não é? Já estamos preparados para

79 isso. Nós avisamos que qualquer iniciativa de falta de educação, de falta de

80 respeito com os colegas, a Degravação da reunião vai ser suspensa e eu vou

81 suspender a reunião também. Então, é uma questão que no final, gente, não vai

82 dar conta da pauta e isso fica na conta de todo mundo, é só para não ocorrer esse

83 tipo de debate, ainda mais um tipo de debate que ocorre no microfone e que



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

84 muitas vezes é só para posicionar um local de fala que é uma coisa que aqui não  
85 tem um cabimento. Então, só avisando isso de antemão. Fora isso nós estamos  
86 pensando num fluxo para lidar com as denúncias que a Coordenação-Geral tem  
87 recebido, mas isso ainda até agora a gente não conseguiu dar um  
88 encaminhamento necessário, mas é o que a gente tem se debruçado sobre. Se  
89 alguém da Mesa Diretora quiser fazer algum comentário, alguma fala. Fiquei...  
90 Caio? Nada? Passamos para o próximo ponto, então, que são informes dos  
91 membros do Comitê. Aqui nós abrimos o microfone para qualquer membro do  
92 Comitê que tem algum informe a fazer, fiquem à vontade, nós só perdemos  
93 também a celeridade e o respeito ao horário estipulado para este ponto. A gente  
94 pode iniciar com a inscrição de fala se alguém tiver interesse em falar. Ah, sim,  
95 nós temos um acordo aqui que as pessoas que querem inscrever a fala, a gente  
96 pede que coloque sempre esse... Prisma, desta maneira e aí a gente vai  
97 contabilizado aqui na frente, terminada a fala coloque o prisma desta maneira.  
98 EDUCAFRO é a primeira inscrição de fala, depois Marcelo da RENILA.

99 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO) – O**  
100 informe dizia que, para a nossa alegria, o STF aceitou a denúncia contra a tortura  
101 do governo do Rio de Janeiro aos jovens negros, ou STF aceitou a tortura, aceitou  
102 essa tese e aceitou incluir a EDUCAFRO como amigo da Corte. Então, a gente  
103 está fortemente nessa demanda e aí, frente a esse desenho novo, nós estamos...  
104 Queremos consultar e pedir que coloquem aqui na pauta como consulta a  
105 preocupação... A possibilidade do Comitê assumir como tarefa dele também  
106 debater a tortura contra jovens negras na abordagem policial, nós solicitamos que  
107 o Comitê avalie como tarefa sua, debater a tortura contra jovens negros nas  
108 abordagens policiais, o STF já aceitou, a EDUCAFRO já é amigo da Corte, já foi  
109 aceito como amigo da Corte e estamos agora, estou aqui agora com a convenção  
110 da ONU contra torturas, eu vou ler, porque vocês conhecem muito bem, mas aqui



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

111 está muito bem desenhado que é tarefa plena desse Comitê enfrentar isso com  
112 firmeza, determinação e qualidade de ação.

113 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
114 Marcelo da RENILA.

115 **Sr. Marcelo (RENILA) –** O meu informe é institucional, mas também é pessoal, só  
116 para informar ao Comitê que, provavelmente essa vai ser a minha última reunião  
117 de participação no Comitê Nacional de Prevenção ao Combate à Tortura,  
118 representando na RENILA. Eu desejo sorte, principalmente aos companheiros da  
119 Sociedade Civil, a minha decisão se deve muito em função de que, acho que  
120 desde quando começou o atual governo eu acho que várias frentes democrática e  
121 organizações governamentais e não-governamentais têm sido alvo de ataque  
122 desse atual governo e eu preciso ajudar os meus companheiros e as minhas  
123 companheiras da Universidade Federal da Bahia, que diga-se de passagem tem  
124 sido uma das universidades públicas que reconhecidas internacionalmente que  
125 tem sofrido também ataques e não só as universidades federais têm recebido  
126 ataques desse governo. Queria desejar sorte para todos, eu acho que é uma  
127 tarefa difícil, também eu acho que tenho uma certa compreensão desse papel  
128 difícil, principalmente das pessoas que a gente conhece dos outros governos que  
129 já representaram outras instituições desse papel difícil que vocês se encontram,  
130 porque eu acho que vocês representam um governo que assume que defende a  
131 tortura. A história desse atual governo com o Comitê foi de tentar extinguir, tem  
132 sido também de tentar o próprio Decreto que a gente tem se debruçado. Então, eu  
133 acho que não vai ser um biênio fácil ficar neste lugar, não só para a Sociedade  
134 Civil, porque tem que juntar forças e defender a questão da tortura nesse país,  
135 mas também para vocês que representam o governo que tem uma posição. Então  
136 a se um, eu as contradições são difíceis... Mas a vida é feita delas. Então, boa  
137 sorte não só para a Sociedade Civil, como também para os colegas do governo.  
138 Está bom? Muito obrigado.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

139 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Pedro  
140 Paulo.

141 **Sr. Pedro Paulo** – Bom dia, é um informe, o Conselho Federal de Psicologia  
142 possui há 20 anos uma resolução, a 0199 que impede a atuação de psicólogas e  
143 psicólogos no Brasil com relação à chamada reorientação sexual, essa resolução,  
144 desde de 2017 estava sendo questionada no Judiciário e no dia 20 de janeiro de  
145 2020, em última instância, o supremo tribunal federal concedeu a manutenção na  
146 íntegra da nossa resolução, portanto, ratificando a proibição de qualquer  
147 entendimento como situação patológica a homossexualidade no Brasil.

148 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – De  
149 quando foi a decisão, Pedro? Só para eu anotar aqui.

150 **Sr. Pedro Paulo** – 20 de janeiro de 2020 foi o julgamento no STF.

151 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tá.  
152 Próximo escrito é o Marco.

153 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Gente,  
154 bom-dia, bom-dia a todos, acho que a gente já começou mal aqui. Esse tipo de  
155 fala de nós representamos um governo que defende a tortura é totalmente  
156 impertinente, totalmente fora de propósito, como representante do governo eu não  
157 aceito esse tipo de fala e gostaria que a gente se a estivesse as discussões aqui a  
158 aquilo que nós estamos propostos a discutir e não começar já com ataque e fala  
159 política a esse respeito, essa é a minha ponderação e não gostaria que esse tipo  
160 de coisa voltasse ser falada, porque nós estamos sendo acusados de  
161 defendermos alguma coisa que ninguém pode defender, tá? O governo e nós não  
162 defendermos a tortura, nem nenhum torturador. Então, esse tipo de coisa é uma  
163 falta de respeito com quem está aqui representando o governo.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

164 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Sem  
165 mais falas, nós vamos passar para... Se for mais uma réplica da essa  
166 manifestação do Marco, eu vou pedir que a gente passe para o próximo, que  
167 agora é o momento de informes. O próximo passo são informes da  
168 Secretaria-Executiva do Comitê.

169 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Bom-dia a  
170 todos e todas, gostaria só de apresentar à equipe da Coordenação-Geral de  
171 Combate à Tortura que possibilita e organiza que as reuniões do nosso colegiado,  
172 começando comigo, sou Carolina Castro, sou Coordenadora-Geral, temos o  
173 Marcelo que nosso Coordenador aqui do Comitê, temos também a Luana que é  
174 nosso apoio aqui dos nossos registros, a Luana já é conhecida de alguns aqui do  
175 Comitê, estava em licença maternidade e retornou agora em janeiro. Também  
176 recebemos um esse mês o Danilo que é o novo servidor aqui da casa e que entra  
177 agora na composição do nosso... Da nossa equipe também, a Cássia com quem  
178 vocês já falaram nas últimas reuniões e também a Jusley que está ali dando apoio  
179 em relação a acesso à Internet, essas coisas. Uma questão que eu queria pedir só  
180 para a gente... Ah, sim, da equipe também tem o João que está lá embaixo  
181 tocando a lojinha. Uma das questões que eu queria comentar o vocês é para os  
182 membros que vieram com... Passagens pelo Ministério, a gente já preparou,  
183 providenciou todos os relatórios, então, nós pedimos que você se entreguem ou  
184 para a Jusley, Cássia, também a Luana pode receber os relatórios de vocês para  
185 facilitar a prestação de contas e a gente sempre faz esse apelo para que não fique  
186 nenhuma pendência para as próximas viagens ou mesmo para a próxima reunião  
187 que vocês... Para as próximas viagens que vocês façam pelo Governo Federal ou  
188 também para outras reuniões. Então, cartão de embarque, o relatório de viagem a  
189 gente pede que vocês coloquem como a gente brinca, um plus a mais, não dá só  
190 para colocar a pauta da reunião, precisa de algum detalhamento de forma que a  
191 gente possa, que isso possa facilitar a prestação de contas aqui interna do



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

192 Ministério. Por fim, a gente teve uma decisão da Mesa Diretora, o nosso informe  
193 agora, ele é quinzenal, no último informe a gente trouxe informações sobre os  
194 encaminhamentos da última reunião, enfim, temos algumas pendências, algumas  
195 coisas, falha de comunicação, mas de modo geral passem, eu acho que é... 85%,  
196 90% dos encaminhamentos do Comitê a gente conseguiu dar vazão e acho que a  
197 gente entra agora numa fase, com os encaminhamentos do Comitê sobre as  
198 respostas que a gente recebe ou não recebem, a nossa taxa de respostas com  
199 informações e com qualidade está muito baixa, então, a gente recebeu, por  
200 exemplo, a gente fez um ofício para o Ministério da Saúde, o Ministério da Saúde  
201 nos respondeu, mas outros, principalmente desses ofícios que vão para os  
202 estados, a gente tem muita dificuldade de retorno. Então, só para dar esse  
203 panorama, quem quiser mais informações além do informe a Secretaria-Executiva  
204 está à disposição eu acho que, de modo geral, são esses, as principais questões,  
205 como a Vitória mencionou a Mesa Diretora, ela é responsável por esse  
206 processamento inicial das denúncias, mas eu acho que a gente ainda também,  
207 enquanto a Secretaria-Executiva, tem alguns desafios nessa organização para, de  
208 fato, dar vazão e conseguir que a gente... Que a gente possa trabalhar com  
209 qualidade essas denúncias, de qualquer forma, nosso protocolo, pelo Ministério é  
210 que todas as denúncias que a gente recebe a gente encaminha para a ouvidoria e  
211 aí, pelo menos essa ação inicial, esse cuidado inicial com as denúncias, ele já  
212 vem sendo tomado ao longo dos últimos meses, se não tiver mais nenhuma...  
213 Nenhuma questão, a gente ainda está esperando a Degravação para fechar a ata  
214 da última reunião e eu acho que é isso, os principais pontos da  
215 Secretaria-Executiva.

216 **Interlocutor não identificado** – Viu Carol? Enquanto Secretaria-Executiva, nós  
217 Sociedade Civil, temos a expectativa que você possa dizer para os próximos 60  
218 dias quais são as demandas e desafios para que a gente esteja em sintonia e



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

219 dando força e quais são, portanto, para os próximos 60 dias as demandas e  
220 desafios.

221 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – O  
222 senhor se refere... Ah, desculpa. O senhor se refere a demandas da Coordenação  
223 de modo geral ou especificamente do Comitê?

224 **Interlocutor não identificado** – Geral.

225 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tá.  
226 Bom, o próximo ponto de pauta é um informe da Coordenação da CGCT como um  
227 todo, aí eu acho... Tem uma apresentação para fazer e aí a gente pode bater um  
228 papo melhor sobre a isso se o senhor estiver de acordo.

229 **Interlocutor não identificado** – Hum, hum.

230 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
231 Concluído, então, os informes da Secretaria-Executiva, nós passamos para o  
232 nosso item 2 que é pauta administrativa. Vocês me ouvem e aí no final da mesa?  
233 Fica melhor assim? A nossa pauta administrativa são os informes da  
234 Coordenação-Geral de Combate à Tortura e violência institucional. Eu vou passar  
235 a palavra para a Carol, porque ela quem vai tocar.

236 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Bom, a  
237 minha tendência é falar um pouco baixo, se estiver difícil para escutar, vocês  
238 podem, podem chamar minha atenção, porque às vezes aqui concentrada eu me  
239 perco nessa parte de controlar a altura da voz. Bom, a gente, enquanto  
240 Coordenação-Geral de Combate à Tortura, metade faz o trabalho aqui e  
241 Secretaria-Executiva do Comitê e a outra metade trabalha com ações de  
242 prevenção e combate à tortura. Então, hoje eu vejo como uma oportunidade de a  
243 gente trazer mais informações sobre a nossa atuação, as nossas ações e o nosso





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

244 empenho em relação à Coordenação, era uma pauta que a gente já estava  
245 tentando trabalhar há algumas reuniões e eu acho que, enfim, pode ser muito  
246 positivo aqui para o Comitê para a gente pensar as interfaces da nossa atuação e  
247 também dos interesses dos membros e do Comitê como um todo e também para a  
248 gente um pouco prestar contas de fato, da nossa atuação, enquanto Coordenação  
249 nesse tema. E aí a minha sugestão é que ao final a gente possa ter uma  
250 discussão positiva de quais, então, as interfaces e ações conjuntas que a gente  
251 pode ter nesse tema. Eu gosto sempre de trazer uma estrutura mínima das  
252 minhas apresentações e eu acho importante também a gente passar pela  
253 definição de tortura, a gente comentar um pouquinho sobre Comitês e  
254 mecanismos, o sistema e de fato, as ações da Coordenação. Acho sempre  
255 importante trazer as definições relacionadas a convenção contra a tortura da ONU  
256 e as definições pela lei, porque eu acho que é importante para a gente reforçar  
257 esses conceitos e também se achar na responsabilidade, tanto enquanto o  
258 governo, quanto a Sociedade Civil, de quais são as nossas atribuições em  
259 relação... As nossas responsabilidades em relação a essa luta, não é? Então, para  
260 os fins da presente convenção, o termo tortura designa qualquer ato pelo qual dor  
261 e sofrimentos agudos, físicos ou mentais são infligidos intencionalmente a uma  
262 pessoa a fim de obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissões,  
263 que castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido, ou seja  
264 suspeito de ter cometido, de intimidar, coagir essa pessoa ou outras pessoas ou  
265 por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza quando tais  
266 dores ou sofrimento são infligidos todo um funcionário público ou outra pessoa  
267 no exercício de funções públicas ou por sua instigação ou com seu consentimento  
268 ou aquiescência. Não se considerava como tortura as dores ou sofrimentos que  
269 sejam consequência unicamente de sanções legítimas ou que sejam inerentes a  
270 tais sanções ou delas decorre. E aí só para chamar a atenção, eu fiz alguns  
271 destaques nas definições, depois a gente pode falar brevemente algumas  
272 questões sobre do que se tratam esses destaques. Da lei, então, constitui crime



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

273 de tortura constranger alguém com o emprego de violência ou grave ameaça  
274 causando-lhe sofrimento físico ou mental: A) com fim de obter informação,  
275 declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa. B) para provocar a ação  
276 ou omissão de natureza criminosa. C) em razão de discriminação racial ou  
277 religiosa, submeter alguém sob sua guarda, poder ou autoridade com emprego de  
278 violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental como forma de  
279 aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. E aí na jurisprudência  
280 internacional, lembrando, não é? A gente tem alguns trabalhos no âmbito no Brasil  
281 para falar um pouco sobre a jurisprudência em relação... Nos julgamentos do  
282 crime de tortura, mas a gente não tem uma jurisprudência consolidada. A gente já  
283 tem no âmbito internacional pelas Nações Unidas, a Corte europeia e também  
284 pela Corte Interamericana uma jurisprudência que oferecem elementos para nos  
285 auxiliar e interpretação da tortura, principalmente na questão de dor ou sofrimento  
286 que eles colocam algumas categorias como sexo, idade, religião e cultura e  
287 estado de saúde, compleição física, então, uma criança sofrendo tortura vai ser  
288 diferente de um adolescente, de um adulto com sua plena saúde e também vai ser  
289 diferente de uma mulher grávida ou de uma pessoa idosa ou então uma pessoa  
290 com deficiência, não é? Então, aí aqui dentro desse primeiro item a gente já pode  
291 começar a fazer uma avaliação dos recortes e das populações mais vulneráveis a  
292 tortura. Segundo item, a questão do propósito, não é uma violência qualquer, ela  
293 tem um objetivo, não é? Então, é obter informação, punir, intimidar, coerção e  
294 discriminação e aí tem uma questão que são uma das diferenças entre lei e  
295 Nações Unidas, a convenção das Nações Unidas que na convenção das Nações  
296 Unidas eles tratam de qualquer discriminação, na nossa lei é a discriminação  
297 racial ou religiosa. Então, temos inclusive, um Projeto de Lei que hoje tenta  
298 ampliar essa noção de discriminação que, se eu não me engano, é do senador  
299 Fabiano Contarato, que até a gente fez uma nota técnica recentemente sobre isso.  
300 Uma outra questão que vem para essa análise é a intenção, então, aí um debate  
301 muito grande sobre negligência, principalmente em relação a itens de higiene



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

302 básica, acesso à alimentação, que enfim, o mecanismo tem o trabalho  
303 extraordinário sobre essas discussões e o item 4 é o envolvimento de agentes do  
304 estado. E isso é mais no âmbito internacional, porque a nossa lei, ela permite a  
305 tortura no âmbito privado, e aí vários casos chegam à mídia de babás, de  
306 cuidadores de idosos, enfim. Só uma referência, essa avaliação é de um manual  
307 sobre denúncia de tortura que foi publicado, republicado em 2017, eu acho aquele  
308 centro de direitos humanos da Universidade de Essex. Bom, tortura no Brasil, a  
309 gente, então, tem nos dois âmbitos, tanto realizada, provocada por agentes do  
310 estado, quanto em relação a tortura no âmbito privado. Então, eu tentei trazer  
311 alguns elementos, primeiro, um relatório do mecanismo, uma reação da mídia em  
312 relação ao relatório do mecanismo, uma situação de tortura no âmbito de  
313 comunidades terapêuticas, uma situação de tortura no âmbito privado, em que o  
314 padrasto era responsável e trouxe também o caso Tainá que eu acho que é um  
315 caso muito... Talvez, na minha trajetória na Coordenação, é um caso muito  
316 simbólico sobre o uso da tortura enquanto investigação, não é? E é um caso que  
317 até hoje não teve, não teve um grande desdobramento e eu acho que ao trazer  
318 esses elementos aqui, uma das perguntas que eu coloco para os colegas é quais  
319 são as nossas responsabilidades, enquanto governo e, enfim, enquanto  
320 Sociedade Civil aqui em relação ao tema da tortura, é um tema que ele demanda  
321 a concertação de vários atores, demanda enquanto o Governo Federal, o Governo  
322 Estadual, no caso, por exemplo, comunidades terapêuticas, abrigos, instituições  
323 de longa permanência para idosos, vai demandar que os municípios também  
324 entrem nessa concertação e também vai demandar olhares múltiplos, na medida  
325 em que a gente está não só dentro da privação de liberdade, mas como o Frei  
326 tinha mencionado no início, também a tortura provocada no âmbito da segurança  
327 pública, não é? Então, a gente vai ter uma interação entre diversos atores, nos  
328 vários níveis dos poderes municipal, estadual e Governo Federal, temas como  
329 idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes em situação de abrigo,  
330 adolescentes em conflito com a lei, população LGBT que vai ser o nosso



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

331 próximo... Nosso próximo debate, enfim, ele requer uma gama de atores que de  
332 fato, possam sentar e discutir e avaliar em conjunto quais são as prioridades e  
333 quais são as medidas mais urgentes em relação a essa discussão. E aí eu acho  
334 que o trabalho, o Comitê, ele se encontra nessa esfera em que ele pode, ele  
335 possibilita essa conservação, que ele possibilita, então, que esses diversos atores  
336 do estado, e aqui infelizmente, a gente só compra com representantes da  
337 Defensoria Pública, não contamos com representantes, nem do Ministério Público,  
338 nem do Judiciário, mas de fato, que a gente possa ter esses diversos atores  
339 engajados e articulando ações em relação ao tema da tortura. Nos estados, então,  
340 a gente tem uma situação em relação aos Comitês que temos, é uma política mais  
341 antiga, não é? A formação de Comitês Estaduais, ela se dá a partir da campanha  
342 permanente contra a tortura no início dos anos 2000 e também ecoando muito o  
343 Relatório Nigel Rodley em 2001, principalmente na investigação, no  
344 acompanhamento de denúncias. Então, enquanto a criação de Comitês, a gente  
345 tem relativamente bons números. Agora, em relação ao funcionamento desses  
346 Comitês que é algo que a Coordenação tem se debruçando, já é uma situação um  
347 pouco mais delicada, a gente aplicou um questionário do final do ano passado  
348 para cá, a gente iniciou a análise dos resultados desse questionário agora em  
349 março e a nossa expectativa é que a gente possa trazer uma leitura aprofundada  
350 em relação aos Comitês Estaduais já numa próxima a união, a gente já tem  
351 algumas ideias, mas de fato, ainda é, a nossa análise ainda está muito crua e a  
352 gente achou melhor esperar um pouquinho, organizar um pouco melhor o relatório  
353 antes de trazer aqui para discussão do colegiado, mas é um pouco preocupante  
354 na medida em que a gente tem 22 Comitês criados, não é? 2 por iniciativa da  
355 Sociedade Civil, que é Santa Catarina e Rio Grande do Sul e de fatos, Comitês em  
356 funcionamento, que responderam o questionário, a gente tem 14. Então, também  
357 em diversos níveis de funcionamento, uma questão que a gente queria chamar a  
358 atenção com esse questionário é saber como que esses Comitês funcionam, quais  
359 são suas principais atividades e se eles têm a possibilidade, por exemplo, de



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

360 acompanhar recomendações, tanto do mecanismo nacional, quanto dos  
361 mecanismos locais. Então, isso foi uma das nossas preocupações em relação aos  
362 Comitês. Depois eu posso mandar a apresentação para vocês e aí, fica mais  
363 claro, não precisa correr para anotar, nem nada. Enfim, então, esse é o quadro  
364 que a gente tem, o quadro nacional de criação de Comitês, os estados que não  
365 têm Comitê Roraima, Mato Grosso, Tocantins e São Paulo e Distrito Federal não  
366 têm Comitê. Então, isso não significa que não tenha uma articulação o local em  
367 relação a esses estados. Em relação à criação de mecanismos, a situação fica um  
368 pouco mais delicada. A gente tem hoje quatro estados com mecanismos em  
369 funcionamento, então, começa com Rio de Janeiro, enfim, os estados que de fato,  
370 implementaram. O primeiro estado a implementar foi o Rio, em 2011/2012, depois  
371 Pernambuco em 2014, Rondônia em 2017 e Paraíba em 2018 que são os estados  
372 que estão em amarelinho... Desculpa, que estão verdinhos. Os estados têm de  
373 amarelinho são os estados que criaram, que têm algum tipo de lei que cria um  
374 mecanismo estadual, mas que ele nunca entrou em vigência, nunca foi  
375 implementado. Então, temos Alagoas, Sergipe, a Amapá, Mato Grosso do Sul e  
376 Espírito Santo. Espírito Santo e Amapá são dois mecanismos que foram criados  
377 de forma voluntária, então, assim, eu acho que do Espírito Santo, se não me  
378 engano, a legislação é de 2013 e a do Amapá é de 2017/2018, mas mesmo com  
379 esse período, por exemplo, da implementação da lei, da criação da lei do Espírito  
380 Santo, a gente não viu avanços em relação a estruturação e implementação do  
381 mecanismo local. Estados que estão com mecanismos em processo seletivo,  
382 temos o Maranhão, o Maranhão já está em processo seletivo, deve ter uns dois  
383 anos, um ano e meio ou dois anos, as principais dificuldades que a gente  
384 visualizam na criação de Comitês e mecanismos, primeiro é a questão dos cargos,  
385 principalmente de 2015, 2016 para cá com a crise fiscal nos estados, fica muito  
386 difícil fazer esse debate. Então, vários estados enxugando suas estruturas e é o  
387 diálogo difícil de estabelecer no âmbito... Era um diálogo difícil em relação a essa  
388 discussão entre Coordenação e Governos Estaduais, uma outra questão é uma



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

389 multiplicidade de atores que fazem inspeção em relação... Nos locais de privação  
390 de liberdade. Então, uma dificuldade muitas vezes muito grande de compreender  
391 por que a gente precisaria de mais um órgão, de mais um grupo de pessoas para  
392 fazer essa inspeção, já que a gente tem TJ, tem Defensoria, tem Ministério  
393 Público, tem Conselho de Comunidade. Então, o trabalho que eu gosto de brincar  
394 assim, que o nosso trabalho é mais que educação em direitos humanos, do que  
395 necessariamente de prevenção e combate à tortura no sentido de explicar quais  
396 são os termos do mecanismo, que o mecanismo tem uma função, um olhar  
397 preventivo, tem um olhar específico em relação ao tema da tortura e que não é  
398 que esses órgãos não o tenham, mas de fato, por exemplo, imagina a gama de  
399 questões que o Sistema de Justiça tem que olhar em uma inspeção e muitas  
400 vezes a questão da tortura passa batido mesmo. Então, como a gente já veio em  
401 vários documentos do próprio mecanismo nacional uma comissão desses órgãos  
402 em relação ao tema da tortura. Então, esse é um quadro, a gente tem alguns  
403 estados com projetos de lei, com a discussão, por exemplo, Santa Catarina...  
404 Estava com uma discussão bem intensa em relação à criação do seu mecanismo,  
405 Rio Grande do Sul teve uma discussão que ele iniciou em 2016, depois deu uma  
406 arrefecida, Ceará até o ano passado, até 2018 também estava com várias, uma  
407 campanha do próprio Comitê Estadual em relação a criação desse órgão. E aí o  
408 ano passado, quando uma das questões que a gente pediu enquanto  
409 Secretaria-Executiva, foi que de fato, a gente pudesse fazer uma análise da rede  
410 dos atores que participam aqui do Comitê para a gente verificar quem que a gente  
411 teria possibilidade de contar como parceiros nos estados, eu vou usar o exemplo  
412 da Cândida que é o exemplo mais recente, mas, por exemplo, a Cândida agora  
413 está integrando o Comitê Estadual de prevenção e combate à tortura no Rio  
414 Grande do Norte. Então, a nossa expectativa é que a gente tenha uma facilidade  
415 maior do diálogo com esse Comitê e que também a própria Cândida aí, já estou  
416 de dando trabalho, possa trazer informações de como esse Comitê funciona,  
417 porque uma coisa é uma ligação daqui de Brasília, um questionário e outra coisa,



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

418 de fato, o trabalho, o dia-a-dia ali desses Comitês Estaduais. Infelizmente a gente  
419 fez esse pedido, esse levantamento no ano passado e não recebemos retorno de  
420 nenhum membro do Comitê. Então, gostaria de pedir que de fato, os colegas  
421 possam se sensibilizar a partir dessa apresentação, de fato, que a gente possa  
422 fazer o mapeamento dessas redes e aí eu vou puxar um pouco a sardinha, tanto  
423 da OAB, quanto do CFP em relação às articulações dos Conselhos Regionais, dos  
424 Conselhos Estaduais, por exemplo, a OAB que está presente em todos os  
425 Comitês Estaduais? Os CRPs estão presentes em todos os Comitês Estaduais  
426 que estão em funcionamento? Então, são questões eu acho que da articulação,  
427 não só da Coordenação, mas eu acho que da articulação aqui do colegiado que é  
428 muito importante a gente ter esse mapeamento e fazer uma avaliação de como  
429 isso poderia ser tratado aqui no Comitê. Em relação ao sistema, a gente tem da  
430 composição dos membros natos, nós temos já algumas adesões em relação ao  
431 Sistema Nacional, temos DPU, ANADEP, não é? Duas instituições da Defensoria  
432 Pública, o CNMP também aderiu ao sistema no ano passado, CNDH também e  
433 temos uma adesão que está em processo de revalidação que é do Comitê  
434 Estadual do Amazonas que foi feita há mais de dois anos. Então, nos termos do  
435 termo de adesão passado essa adesão venceu. Então, a gente está em contato  
436 com eles em relação a essa questão. Também tem alguma documentação que a  
437 gente exige para a adesão ao sistema, que estão faltantes. Então, a gente  
438 também está com este contrato com desses pontos focais para de fato, a gente ter  
439 toda a documentação completa. Particularmente, o sistema para mim é um grande  
440 desafio no sentido em que a gente precisa conversar um pouco mais e discutir o  
441 pouco mais o que a gente pretende enquanto sistema, já tive várias discussões e  
442 a equipe também teve várias discussões com o Rodrigo que trabalha na  
443 Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que eu acho que é um  
444 sistema que a gente poderia muito "Se inspirar ou copiar" E tentar trazer algum  
445 sentido para essa estrutura, de forma que a gente não tenha uma repetição de  
446 colegiados, o sistema não vai ser um colegiado e o Comitê não vai ser outro, mas





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

447 que de fato, a gente possa fazer uma avaliação de qual o objetivo de aderir a esse  
448 sistema, qual a importância desse sistema, quais são suas competências. Eu falo  
449 isso, chamou a atenção para essa questão do sistema, porque na minha  
450 avaliação, por mais que a gente tenha tratado isso enquanto lei e enquanto o  
451 Decreto, isso não nos fornece elementos suficientes para a gente fazer um  
452 trabalho mais efetivo em relação ao sistema. Então, eu acho que esse é um ponto  
453 que o Frei nos coloca, quais são os desafios para 2020 eu acho que 2020/2021,  
454 de fato, essa avaliação do que a gente quer, enquanto sistema, o que que é  
455 possível, será que, por exemplo, uma alteração num Decreto já nos ajudaria?  
456 Claro, Decreto não pode avançar em cima da lei, mas será que tem alguma  
457 questão, algum instrumento pode adotar e que possa facilitar, então, a integração  
458 e o bom trabalho do sistema? Enfim, aqui eu trouxe as adesões ali em cima, acho  
459 que eu não esqueci de ninguém não. Da Coordenação, eu trouxe as nossas  
460 competências, a gente teve uma portaria interna agora no final de dezembro que  
461 traz, então, quais são as nossas responsabilidades. Eu não vou, não vou ler, mas  
462 enfim, depois eu passo para vocês os slides e vocês podem depois também nos  
463 cobrar em relação ao que a gente vem fazendo sobre essas, a partir dessas  
464 competências. E aí entrando diretamente nos projetos em andamento, a gente tem  
465 um curso, nós fizemos um curso, material para fazer um curso na plataforma EAD  
466 da ENAP, isso entra no âmbito do PNEC que é o programa... Danilo, me ajuda,  
467 qual que o é o PNEC? Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos é  
468 um programa que ele foi, que ele funciona na plataforma de ensino à distância da  
469 Escola Nacional de Administração Pública, a ENAP, é um curso que o título é  
470 Proteção aos Direitos Humanos, prevenção e proibição a tortura, a previsão de  
471 lançamento, a primeira turma a gente tinha uma expectativa que seria por agora,  
472 mas a gente colocou a previsão de lançamento agora... Assim, para esse primeiro  
473 semestre. Esse curso a gente pensou principalmente para Conselheiros  
474 Estaduais, às vezes Conselheiros no âmbito aqui também no âmbito nacional, a  
475 gente sabe que muitas vezes algumas indicações caem de paraquedas, então,





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

476 para auxiliar, principalmente, os Conselheiros a gente pensou nesse curso, mas é  
477 um curso que claro, ele é direcionado para qualquer pessoa, qualquer pessoa que  
478 tem interesse no tema da tortura poderá realizar e eu acho que é um curso que  
479 traz noções básicas do que são essas ações para enfrentamento a tortura e  
480 também chama a atenção para algumas das principais questões a serem  
481 discutidas no âmbito dos Comitês e no âmbito mesmo da prevenção e combate à  
482 tortura. Assim que a gente quiser mais informações sobre o curso a gente divulga  
483 para vocês, a ideia é que a gente possa ter uma divulgação para amplo, inclusive  
484 é importante uma constante mobilização para esses cursos para que de fato, faça  
485 sentido que esses cursos estejam, sigam nas plataformas, na plataforma da  
486 ENAP, especificamente. A gente celebrou no final do ano passado um termo de  
487 execução descentralizado com o Ipea, que é o Instituto de Pesquisa Econômica  
488 Aplicada, a pesquisa trata sobre o 'Processamento Criminal da Tortura no Brasil',  
489 a gente tem pesquisas realizadas pela Sociedade Civil sobre esse tema com  
490 destaque sobre julgando a tortura e numa pesquisa liderada pela Conectas e pela  
491 Maria Goretti em 2016.. 2017... Não, 2015 a 2016 e também é uma atividade, a  
492 própria dissertação da Maria Goretti em 2012 ou 2013 também trouxe elemento  
493 para fazer essa análise de como que a tortura, ela é processado no Brasil. Então,  
494 essa é uma pesquisa que a gente faz pela primeira vez no âmbito do Governo  
495 Federal, o período dela de avaliação é o primeiro semestre de 2017. Então, todas  
496 as sentenças em primeiro grau que tem a vinculação é relação ao crime de tortura,  
497 elas vão ser analisadas por esse grupo de pesquisadores do Ipea e aí que  
498 engloba não só agentes públicos, mas também agentes privados, tortura no  
499 âmbito privado, observando que fora os dados do Disque 100 a gente não tem  
500 nenhuma avaliação sobre a tortura no âmbito privado no Brasil oficial, a gente tem  
501 elementos sobre a tortura no âmbito privado a partir dessas pesquisas, mas um  
502 dado oficial, a gente de fato, não têm. Então, vai ser importante também para a  
503 gente avaliar o norte da atuação do próprio governo em relação a essa tortura no  
504 âmbito privado. Bom, esse termo de execução, ele tem validade de dois anos e a



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

505 primeira entrega, então, é agora, temos algumas entregas, mas a primeira  
506 entrega, a grande primeira entrega é no final do ano, ele traz alguns eixos, por  
507 exemplo, como que a tortura, ela foi qualificada, como que se construiu o  
508 argumento para chegar à tortura ou... A qualificação da tortura, se foi utilizado  
509 perícia, se foi só por depoimento, no segundo ponto, a gente faz uma pesquisa  
510 dentro da Justiça Militar em relação ao tema da tortura, que aí ela é mais... Vai ser  
511 mais sucinta pelo próprio âmbito da Justiça Militar e o terceiro ponto dessa  
512 pesquisa é fazer uma avaliação que quais foram o trabalho no âmbito do Judiciário  
513 em relação à indenização a essas vítimas, não é? Eu acho que é uma questão  
514 que também sempre me preocupa aqui na discussão de combate à tortura é que a  
515 gente também tem um olhar muito grande sobre... As condições, não é? Como  
516 que esse processo é elevado, mas de fato, uma discussão ainda aí, um  
517 julgamento meu: uma discussão muito incipiente ainda sobre como que a gente  
518 lida com essas vítimas de tortura, principalmente porque elas já têm uma  
519 dificuldade muito grande quando passam pelo Sistema de Justiça de modo geral.  
520 Então, esse é um pouco os termos do TED com o Ipea, a previsão de dois anos, a  
521 finalizar no final... Em dezembro de 2021. Do acompanhamento do Pacto  
522 Federativo, gente, eu juro que eu já estou terminando, tá? Do acompanhamento  
523 do Pacto Federativo, a gente tem, o Pacto Federativo foi um instrumento que a  
524 gente lançou em 2017, a gente tenha adesões do Ceará, Alagoas, Espírito Santo,  
525 Rio e Goiás, entre essas responsabilidades que os estados assumem são a  
526 criação e o bom funcionamento que Comitês e mecanismos, a edição de um Plano  
527 Estadual Sobre Prevenção e Combate à Tortura e a adesão ao Sistema Nacional  
528 de Prevenção e Combate à Tortura. As adesões que tivemos no ano passado,  
529 Distrito Federal, Acre, Mato Grosso e Minas Gerais. Uma ação que eu já comentei  
530 aqui que é o questionário sobre o funcionamento de Comitês Estaduais e também  
531 no ano passado a gente teve a possibilidade de realização de missões *in loco*,  
532 fomos a Alagoas, Espírito Santo, Amazonas... E Piauí. Isso, então, é claro, a gente  
533 tenta sempre a estabelecer contato por telefone com os estados, mas o teti-a-teti



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

534 aqui se mostrou como algo, é um diferencial, uma coisa você falar por telefone e  
535 outra coisa a gente de fato, encontrar as pessoas e conversar sobre as  
536 dificuldades para implementação de Comitês e mecanismos locais. A gente está  
537 finalizando, finalizando a edição do manual para a criação de Comitês e  
538 mecanismos de prevenção e combate à tortura. A ideia desse manual vem de  
539 2017, é um perguntas e respostas em relação a Comitês e mecanismos. Então,  
540 como criar seu Comitê? Quais são as estruturas necessárias? Principalmente,  
541 para gestor: "Ah, qual que vai ser o meu custo?" Tem que participar de Comitês?  
542 Então, a ideia é que a gente possa trazer é por meio de um documento  
543 relativamente simples essas e informações para os gestores, Sociedade Civil que  
544 demais atores interessados, nesse manual a gente inclui obviamente, a referência  
545 às legislações e também ao documento aqui do Comitê, as diretrizes para a  
546 criação de Comitês e mecanismos. Em relação a um avanço que a gente faz  
547 desse trabalho que a gente vem conduzindo desde 2017, é que aqui a gente  
548 trouxe um modelinho de Projeto de Lei. Então, não era suficiente só esse  
549 momento perguntas e respostas, de fato, a gente tinha uma demanda dos  
550 estados, principalmente dos gestores... Tá, você pode me passar uma minuta,  
551 alguma avaliação. E aí a gente trouxe, colocou nesse documento as avaliações  
552 desse tempo de implementação da própria Coordenação-Geral de Combate à  
553 Tortura. Então, a nossa lei é de 2013, a gente acompanha Comitês Estaduais pela  
554 Coordenação deste 2004 a 2005, quando a Coordenação foi criada. O Protocolo  
555 Facultativo, a gente aderiu, a gente aderiu não... A gente ratificou em 2007, então,  
556 a Coordenação tem um acúmulo em relação da lei, implementação dessas  
557 estruturas na prática. Então, a gente tentou buscar também elementos que  
558 auxiliassem os estados a ver isso na prática, é claro que a lei nacional, ela foi  
559 construída, muito debatida, mas algumas questões assim, para quem implementa,  
560 não são simples. Então, a gente tentou ao máximo buscar esses elementos para  
561 dar mais... Instrumentos para de fato, avançar a essa discussão nos estados. Aqui  
562 é uma questão importante que a gente gostaria de ressaltar, é que a nossa



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

563 orientação em relação aos mecanismos, ela mudou. Até um tempo atrás a gente  
564 tinha apenas um modelo de implementação do mecanismo de era dentro da  
565 estrutura do governo do Poder Executivo, sequer a gente tinha uma grande  
566 abertura para compreender a dimensão, por exemplo, de um Comitê e de um  
567 mecanismo dentro da estrutura da Assembleia Legislativa, por exemplo, que é o  
568 caso do Rio de Janeiro. Então, qual foi o nosso trabalho? A gente preparou  
569 redações que permitam que o estado faça sua avaliação, tanto o estado, quanto  
570 Sociedade Civil façam a avaliação de qual é o melhor modelo para implementação  
571 do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Então, nós  
572 colocamos a questão do voluntariado, a questão do mecanismo dentro da  
573 estrutura do Executivo, a criação do mecanismo na estrutura, delegando, por  
574 exemplo, para a estrutura da Defensoria Pública o Protocolo Facultativo, ele fala  
575 em criar ou designar órgão. Então, a gente colocou a Defensoria como um  
576 exemplo, mas podemos obviamente pensar em outros órgãos a partir disso, enfim,  
577 e também colocamos a possibilidade de criação... Acho que dentro da  
578 Assembleia, não tenho certeza mais... Mas enfim, a gente trouxe uma gama de  
579 opções, tanto para a discussão na Sociedade Civil, como para a discussão no  
580 âmbito do Legislativo e do Executivo para a criação de Comitês e mecanismos. Eu  
581 acho que a gente tem, principalmente na Sociedade Civil que atua na ponta, vai  
582 ter uma avaliação dos prós e contras de cada modelo e eu acho que o nosso  
583 trabalho, enquanto Coordenação-Geral é fornecer os subsídios para que essas  
584 discussões possam ser feitas de forma mais qualificada e de que de fato, reflitam  
585 a situação dos estados, que de fato, ecoem a situação de cada estado, considere  
586 cada particularidade desses estados, a gente tem que a compreensão que,  
587 enquanto o Governo Federal a gente não pode definir um único modelo e querer  
588 que esse modelo, ele funcione perfeitamente bem para todos os estados, não só  
589 em relação ao mecanismo, mas em relação ao Comitê também. Agente tem a  
590 consciência que, por exemplo, a gente tem uma avaliação sobre a restrição, sobre  
591 o uso, sobre a Revista Vexatória, não é? A revista íntima que é vexatória, mas em



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

592 outro estado, talvez a questão que seja mais central, pode ser a questão da tortura  
593 na abordagem policial. Então, a gente tem a clareza que o trabalho da  
594 Coordenação-Geral é oferecer o máximo de subsídios para que de fato, no âmbito  
595 de subnacional você tenham boas decisões e, de fato, um bom andamento dessas  
596 políticas pelos Governos Estaduais como a gente estava mencionando, acho que  
597 a entrada dos Governos Municipais nesse debate. Então, esse é um pouco a  
598 estrutura desse manual, a gente ainda não tem previsão de publicação, porque ele  
599 está na finalização da finalização da finalização, mas a nossa expectativa é que  
600 seja ainda nesse mês. Por fim, a gente, outros desafios para 2020 é revisar o  
601 plano de ações integradas para a prevenção e combate à tortura, esse é um plano  
602 que foi editado em 2006 por um conjunto de especialistas e que ecoa a  
603 organização, e estruturação de planos que o governo e que esses especialistas  
604 tinham em 2006, eu acho que tem muitas mudanças nesse debate de que 2006  
605 para cá e por isso, a gente faz uma proposta, então, de um Plano Nacional de  
606 Prevenção e Enfrentamento à Tortura e um plano de ações do Ministério para a  
607 prevenção e enfrentamento à tortura, de fato, que a gente tenha aí uma estrutura  
608 que lembra um pouco a estrutura, tanto dos Planos de Trabalho Escravo, quanto  
609 dos Planos de Tráfico de Pessoas, que são dois planos que a gente tem como  
610 boas referências dentro do Governo Federal. O segundo ponto, aperfeiçoar  
611 instrumentos e funcionamento do Sistema Nacional que eu já havia comentado,  
612 então, reforçar esse trabalho com os Comitês e com os mecanismos, no ano  
613 passado a gente fez um teste, um seminário pela Internet com os gestores  
614 estaduais e a gente gostaria de ampliar agora esse movimento de seminários,  
615 interprete como Comitês e também no futuro, com mecanismos e que de fato, a  
616 gente possa ter esse espaço de discussão com regularidade, também retomar as  
617 reuniões do sistema e um dos pontos eu acho que centrais, principalmente no  
618 momento de discussão de orçamento é avaliar o financiamento de ações para  
619 prevenção e combate à tortura. Eu acho que tem várias outras questões para  
620 comentar, mas eu já falei 40 minutos sem interrupção e acho que é importante



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

621 também deixar um tempo para debate, não é? Obrigada e sigo à disposição para  
622 dúvidas, questionamentos.

623 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Carol,  
624 obrigada pela explicação. Esse é um ponto de pauta, inclusive que estava sendo  
625 adiado há duas reuniões. Então, a fala longa está perdoada e eu vou começar as  
626 inscrições de fala, eu primeiro, porque já anotei várias coisas. E na verdade, são  
627 dúvidas Carol, que eu vou aproveitar que tu está aqui para já me ajudar. Na nossa  
628 última reunião, eu estou aqui com o nosso sumário e Executivo com as votações,  
629 nós ficamos de criar Comissão Permanente para Fomentar a Criação de Comitês  
630 e Mecanismos nos Estados que não dispõe dos mesmos em cumprimento ao item  
631 10.14 da carta de Brasília, eu não o lembro se esse item a gente chegou a... Se  
632 essa comissão foi criada, me ajudem... Não? Porque o nosso próximo ponto,  
633 inclusive era formular agenda para incidência política do Comitê e da  
634 Coordenação-Geral dos Estados e essa foi, pensando em ações conjuntas, etc.,  
635 para quem está com o Sumário Executivo é o ponto 9.4 da pauta e nós tivemos a  
636 aprovação desse encaminhamento por maioria. Essa questão também não foi  
637 adiante, não é? Foi uma coisa que eu estava relendo agora no nosso Sumário  
638 Executivo e esqueci. E agora, quando você fala especificamente das atividades da  
639 Coordenação-Geral, eu imagino que isso possa ser útil e é claro, não criar um  
640 peso para vocês, mas mais gente que possa ajudar. Então, esse seria um ponto  
641 meu que não é uma dúvida, na verdade, era um questionamento se isso já foi  
642 criado e agora que não, se a gente poderia cuidar dessas ações conjuntas. A  
643 minha dúvida do manual de criação, você já falou, especificamente sobre as ações  
644 da Coordenação-Geral, eu vi que vocês tem várias ações em andamento e vocês  
645 também fazem, nos ajudam no Comitê de enquanto execução do que sai das  
646 reuniões, não é? E eu me perguntaria, aproveitando inclusive a presença da  
647 Emily, que é quem poderia autorizar isso, se a gente teria pé assim, teria, na  
648 verdade, efetivo suficiente, é uma pergunta que eu faço a vocês, para se a gente



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

649 tira aqui o encaminhamento de fazer uma pauta temática, de fazer o relatório do  
650 Comitê, de produzir alguma coisa esse ano, se isso é possível? Porque eu sei que  
651 vocês também estão focados nas atividades da Coordenação-Geral e nessas  
652 várias atividades que vocês apresentaram aqui para a gente hoje e aí me  
653 perguntaria se a gente tem efetivo suficiente, digamos para fazer relatório do  
654 Comitê, que já é uma dúvida antiga minha e um pedido antigo para o Lucas, para  
655 que ele disponibilizasse mais gente, porque eu sei que vocês são atarefados e  
656 tudo que a gente sai daqui de encaminhamento, a última reunião foi uma loucura,  
657 que na realidade redige ofício, cobra ofício são vocês, não é a gente, mas é um  
658 questionamento. E o último é se seria também a função, na verdade, é outra  
659 dúvida, esse seria... É porque eu tenho, eu não recebi a resposta dos  
660 encaminhamentos que foram dados as denúncias contra o mecanismo. Aí é uma  
661 questão assim, se é a Coordenação-Geral que cobra, se é o Comitê que cobra e  
662 aí cobramos quem? Porque eu queria, a gente, enquanto Comitê, enquanto  
663 integrantes do sistema, eu queria ter um acompanhamento da onde isso foi parar,  
664 sabe? E aí eu imagino que vocês, porque têm acesso ao SEI, etc., consigam ter  
665 melhor acesso ao fluxo do que aconteceu com essas denúncias? É isso, eu  
666 finalizo. Frei Davi, por favor.

667 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** – Só  
668 para pedir a Carol se ela pode dar com mais detalhes o novo Decreto, se ele  
669 mexeu com as competências desse Comitê? Se ela pode só destacar esse ponto  
670 aí. Se o novo Decreto mexeu com as competências desse novo Comitê?

671 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
672 Sylvia.

673 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Bom-dia,  
674 obrigada a Carol pela exposição, eu perdi uma parte, mas de qualquer forma foi  
675 muito valiosa. Eu tenho algumas perguntas, minha primeira pergunta também vai





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

676 em relação ao manual, porque eu não sei, eu acho que a gente não teve acesso a  
677 esse manual, tivemos? Não, não é? Eu queria, pois é, ter um pouco mais de  
678 informação em relação a essa questão do modelo que vocês estão... Bom,  
679 divulgando e promovendo, comentário que você fez que a orientação mudou e  
680 como assim, inclusive é um mecanismo do Rio de Janeiro, um bom exemplo de  
681 um mecanismo criado na estrutura de uma Assembleia Legislativa, em São Paulo  
682 a gente tentou criar um também na estrutura da Assembleia Legislativa e eu acho  
683 que isso é muito válido a gente pensar em outros modelos que consigam garantir  
684 ainda maior independência e autonomia, mas também existem alguns outros  
685 critérios que são digamos, negociáveis. Exatamente, como independência,  
686 autonomia, recursos para trabalhar, a remuneração dos membros. Então, tem  
687 vários critérios que são negociáveis. Então, eu queria entender quais são as  
688 orientações e parâmetros que estão sendo divulgados ou promovidos ou  
689 defendidos pela Coordenação desse manual e também eu queria perguntar se  
690 esse manual prevê ou incluir nele para recomendação 05 do CNPCT, de  
691 novembro de 2018, porque basicamente foi um trabalho que o CNPCT fez de  
692 vários meses, acho que a gente não pode esquecer os trabalhos, não é? Já foram  
693 feitos no âmbito deste Comitê, deste colegiado que foi exatamente um... Também  
694 uma minuta, digamos assim, uma proposta de um Projeto de Lei praticamente,  
695 também colocando detalhadamente qual seriam os critérios, todos os parâmetros  
696 a serem seguidos. Então, já foi feito esse trabalho pelo Comitê Nacional. Então, eu  
697 queria entender esse novo manual, onde se encaixa com algo que já tinha sido  
698 feito pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura que é uma  
699 recomendação nº 5 de novembro 2018. Então, eu queria entender um pouco qual  
700 foi essa lógica e também ter clareza sobre esses parâmetros que estão sendo  
701 difundidos. A segunda pergunta que, bom, na verdade, é apoiar o que você falou  
702 em relação ao mapeamento dos Comitês, eu achei muito importante, que o papel  
703 do Comitê Nacional, já que que a gente tem aqui representante de tantos estados,  
704 seria exatamente poder auxiliar nesse mapeamento, entender como os Comitês





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

705 Estaduais estão funcionando, eu acho que é exatamente isso que é um valor  
706 agregado desse Comitê Nacional importante, ter essa capilaridade nos estados.  
707 Então, eu acho que faria aí também um chamamento, que todos aqui dos  
708 diferentes estados possam de alguma maneira mapear o funcionamento dos seus  
709 cometesse. O terceiro ponto eu queria entender mais em relação à realização,  
710 você mencionou ali, realização de missões *in loco*, quais foram as missões  
711 recentemente feitas, qual seria, por exemplo, a próxima? Qual o planejamento  
712 dessas missões e o que vai ser exatamente discutido, quem são os interlocutores?  
713 4, em relação à adesão ao sistema que eu lembro que há alguns anos atrás foi  
714 feito realmente um esforço de engajar o maior número de entidades do sistema e  
715 havia até tipo um termo de adesão, também entender um pouco isso, em que pé  
716 isso está no momento, quais medidas estão sendo tomadas de maneira proativa  
717 pela Coordenação para conseguir essa adesão ao sistema e relação só para o  
718 último ponto, em relação a sua fala em relação às travas, os obstáculos que a  
719 gente vê nos estados para a criação dos mecanismos estaduais e eu coloco aqui  
720 sempre a minha preocupação de a gente se a ter para essa, digamos justificativa  
721 do orçamento, de recursos, porque não é essa a verdadeira trava, o verdadeiro  
722 obstáculo é a falta de vontade política para a criação desses mecanismos. Os  
723 mecanismos não são órgãos caros que representam nenhum tipo, realmente de  
724 um gasto excessivo, de uma despesa que vá gerar algum tipo de impacto  
725 significativo no orçamento dos estados. Então, assim, realmente uma falta de  
726 vontade política, tanto nos estados, como também no Governo Federal, isso  
727 também não é de agora, é dia antes, porque o Decreto que veio implementar,  
728 regulamentar a lei 2847, ela previa naquele momento, o Decreto previa até a  
729 transferência voluntária de recursos, de parte do Governo Federal, os estados  
730 para um apoio na implementação dos mecanismos, essa transferência involuntária  
731 nunca ocorreu e os estados também não têm interesse político, vontade política  
732 de implementar. Então, eu só tenho sempre assim, muito receio de a gente falar  
733 assim: "Ah, não tem orçamento. Então, não vamos incrementar, vamos pensar em



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

734 outra coisa." Os estados têm orçamento, eles precisam criar esses mecanismos e  
735 ter a vontade política para tanto, obrigada.

736 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Só  
737 um minutinho, eu vou explicar, porque o Caio está ajudando, porque já que a  
738 Carol tem que fazer as anotações, eu estou fazendo o Sumário Executivo e eu  
739 não consigo fazer inscrição de fala. Então, o Caio está aqui chamando vocês. O  
740 próximo é o Marcelo.

741 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Parabéns Carol pela apresentação, muita coisa, não é  
742 Carol? De um biênio para outro é déjà-vu, na verdade, é repetição. E aí eu acho  
743 muito bem colocado Silvia, mas parece que é um sintoma dos governos, quando  
744 eles mudam, é que o governo que chega sempre acha que ele está inventando a  
745 roda, mas na verdade, tem também uma coisa meio assim, o descaso, perversão  
746 ou também talvez até narcisismo, porque o trabalho também é narcísico, não é? A  
747 pessoa quer se ver naquilo que ela faz e ela despreza, porque aí você cria ruptura  
748 institucional e você, então, despreza o trabalho que foi feito nas gestões  
749 anteriores, é como se a gente não só quer deixar a nossa marca, mas a gente  
750 quer destruir a marca que os outros deixaram que isso destrói qualquer princípio  
751 republicano de continuidade das coisas, não é? Eu acho que a grande questão é  
752 essa. Eu queria uma pergunta para a Carol, porque eu acho que essa pergunta é  
753 repetição também Carol, das outras vezes do biênio anterior que é o seguinte, a  
754 gente continua chamando esse negócio de sistema. Quem conhece o Conselho  
755 Nacional de Saúde e conhece os Conselhos Estaduais e saúde, aí sim que a  
756 gente entende que esses temas, porque ele está amarrado, é que nem a Silvia  
757 estava falando isso é um voluntarismo, então, aí faz quando quer, se quiser, mas  
758 não há, esse sistema que usa esse nome, se ele for comparar o que é o sistema  
759 dos Conselhos Estaduais e do Conselho Nacional de Saúde, de maneira vulgar,  
760 porque não há nada institucionalizado e isso era dito no biênio anterior, não há  
761 nada institucionalizado que obrigue por força de lei à abertura, aí depois diz que



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

762 os estados não estão abrindo. Não estão abrindo, porque ninguém faz nada por  
763 voluntarismo. Simples assim. Se não tem nada, se esse Comitê nunca, sempre  
764 esteve postergando isso, Sylvia, das outras gestões também, nunca quis regular o  
765 sistema. A minha pergunta para a Carol é que quando aparece, por exemplo,  
766 aquele desenhinho, tipo parece o Power Point do Dallagnol, aquele negócio ali  
767 tem uma estrutura, daquela estrutura existe alguma coisa que regule, Carol?  
768 Porque juntar as coisas é fácil. Agora, dizer que elas estão comprometidas por  
769 força de lei e instituição, isso aí é outra questão. Estava, tem o Depen, tem o  
770 mecanismo, em tese, a regulação devia ser daqui. Sylvia que está há mais tempo  
771 do que eu, a regulação, que insistentemente, inclusive nos governos anteriores ao  
772 governo anterior, não conseguiu criar esta amarra, como é que funcionam um  
773 sistema? Porque se é sistema deveria ter contrapartida e obrigações entre as  
774 partes, se não, não é sistema não, é esquizofrenia institucional. E aí diz que existe  
775 um Sistema de Prevenção e Combate à Tortura, porque tem umas coisas soltas,  
776 mas de fato, por princípio técnico, me corrija, viu Carol? Não deveria ser chamado  
777 sistema, porque isso vem da biologia, não é? Não sei quem lembra das aulas de  
778 biologia, existe sistemas no corpo humano, está tudo integrado, cada um faz a sua  
779 parte. E eles se autorregulam, querendo ou não. Então, aquilo que está ali Carol, e  
780 aí do peço instrução a você, seria considerado um sistema? O Depen tem  
781 obrigação? Ele vem aqui prestar esclarecimento? A gente faz isso com aquelas  
782 partes ali? Então, só queria que você me esclarecesse.

783 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Isabel, pela justiça  
784 global.

785 **Sra. Isabel (Justiça Global)** – Eu estou bem contemplada com a fala da Sylvia,  
786 mas queria apresentar uma dúvida específica sobre o manual para a criação dos  
787 Comitês e mecanismos que você mencionou, Carol, que alguns pontos que estão,  
788 que foram abordados no manual, inclusive voluntariado, eu queria entender  
789 melhor o que é esse ponto que está no manual.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

790 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Nós temos mais  
791 quatro inscritos, mas vou passar para a Carol, para ela responder, daí depois a  
792 gente faz outra rodada.

793 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Eu fiz  
794 umas anotações aqui, eu acho que são dúvidas e questões apontadas e  
795 extremamente pertinentes, se eu não conseguir resolver todas, sigo a disposição  
796 aqui no corredor, eu sei que não é ideal, também podemos marcar uma reunião  
797 para aprofundar algum desses pontos, também estou à disposição por e-mail,  
798 WhatsApp agora aqui do Comitê. Então assim, sigo à disposição para discutir  
799 mais essas questões, eu acho que a gente realmente tinha uma demanda  
800 represada para conversar, principalmente sobre Comitês e mecanismos.  
801 Reforçando, então, uma questão que a Vitória tinha mencionado, de fato, não saiu  
802 esse grupo para criar Comitês e mecanismos, não saiu o grupo e reforço que não  
803 tivemos retorno da consulta que foi feita em relação à rede que poderia, da rede  
804 dos membros do Comitê que poderiam ser acionados para discutir essas questões  
805 dos Comitês e dos mecanismos. Então, são dois encaminhamentos aí para que,  
806 de fato, o Comitê possa avaliar entre os seus membros para que, de fato, sejam  
807 respondidos e realmente, esse grupo possa ser estabelecido. Bom, sobre a  
808 estrutura da Coordenação, de modo geral, a gente tem o chamamento público em  
809 aberto agora para requisição de servidores, tivemos uma boa notícia na semana  
810 passada em que foi publicada uma medida provisória que aumenta o tempo de  
811 requisição do Ministério, esse é um Ministério que tem poucos quadros, como a  
812 gente vem da estrutura da Presidência da República, não tem um quadro próprio,  
813 servidores de fato, teve um concurso em 2013, mas nada comparado, por  
814 exemplo, com a estrutura de outros Ministérios. Então, hoje a gente ainda tem,  
815 ainda bem que a gente tem a possibilidade dessas requisições e que isso  
816 aumentou o limite para o próximo ano, até dezembro do ano que vem para a gente  
817 segue com esse poder de requisição. Hoje temos 2 pedidos em tramitação e a



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

818 gente tem a expectativa de poder chamar mais, pelo menos uma ou duas pessoas  
819 para de fato, recompor a equipe da Coordenação, mas de fato, às vezes a gente  
820 tem que escolher aí entre o que a gente de fato, consegue dar prioridade em  
821 algum momento ou não, mas eu acho que são escolhas que todos nós estamos  
822 submetidos na medida em que temos tempo e recursos, outros recursos muito  
823 escassos. Sobre o novo Decreto, a gente tem a publicação do Decreto, a gente  
824 tem... Deixa eu ver, dois tipos de Decreto, a gente tem um Decreto, tem a lei  
825 12.847 e tem o Decreto que regulamenta o sistema... A lei. Esse Decreto, a última  
826 alteração foi feita no ano passado, foi uma alteração, eu não tenho aqui o número  
827 do Decreto especificamente, mas foi uma alteração para prever o substituto da  
828 Ministra aqui dentro do colegiado. Então, foi uma alteração só para a gente ter, de  
829 fato, o quórum estabelecido de onze membros. Não teve nenhuma alteração na  
830 composição do Comitê, nas competências do Comitê neste ano. O Decreto, outros  
831 Decretos tratam do regimento do próprio Ministério e aí um Decreto não pode  
832 entrar em conflito com a lei que cria o Comitê e a gente tem uma Portaria Interna  
833 que coloca as competências de cada Coordenação. Então, só para tentar separar,  
834 a gente tem que a lei e o Decreto do Comitê item da lei, Decreto e Portarias que  
835 fala da estrutura do funcionamento do nosso Ministério. Então, são coisas  
836 separadas, do Comitê a gente ainda tem as nomeações dos membros do Comitê  
837 que devem ser feitos por meio de Decreto Presidencial, só que esse Decreto  
838 Presidencial, ele é sem número. Então, a especificação que vocês veem esse  
839 Decreto é da data, ele não muda o teor ou qualquer competência aqui do  
840 Ministério, ele só faz a indicação de quem é membro e quem não é aqui do  
841 governo... Do Comitê. Em relação ao material, a minha expectativa era que eu  
842 pudesse ter mandado para vocês a versão final desse documento, mas ele ainda  
843 não está pronto como eu tinha mencionado, a gente faz, então, a estrutura dele é  
844 de perguntas e respostas, criação de Comitês e mecanismos, a gente faz um  
845 apanhado do que tortura no Brasil e para explicar também, por exemplo, porque a  
846 gente precisa falar sobre racismo, sobre gênero dentro de uma discussão que



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

847 muitas vezes as pessoas acham que é só violência institucional e a gente,  
848 obviamente vem avançando muito nessas discussões, mas é sempre importante  
849 colocar esses elementos estruturantes da tortura nesses debates. Então, a gente  
850 tem uma primeira parte conceitual, uma segunda parte, então, de perguntas e  
851 respostas para Comitês e mecanismos e depois de fato, um Projeto de Lei que a  
852 gente fez com as avaliações da Coordenação-Geral de Combate à Tortura sobre  
853 quais são as formas que criar Comitês e quais são as formas de criar  
854 mecanismos. Do mecanismo a gente tem o voluntariado que segue a estrutura do  
855 Decreto 9831 que foi editado no ano passado e a gente tem também as outras  
856 formas de implementação do mecanismo, tal qual já se havia estabelecido dentro  
857 do Executivo, dentro do Legislativo, uma delegação de competências, de criação  
858 desse mecanismo para outros órgãos conforme o Protocolo Facultativo, isso é  
859 algo que é muito importante, Sylvia, que a gente deixa assim, para mim era um  
860 ponto essencial esse documento, era essa vinculação ao Protocolo Facultativo, a  
861 questão, principalmente os itens sobre as garantias, se não me engano é artigo  
862 17, não é? Do protocolo. Então, esse é um ponto que a gente insistiu bastante  
863 nesse documento e uma outra questão é que eu acho que tem algumas medidas  
864 no âmbito da lei de Decreto, normativa e tem outros arranjos dentro do estado que  
865 precisam ser feitos para de fato, dar garantia em relação a essa... Para, de fato,  
866 garantir essas garantias na falta de um termo melhor aqui da minha cabeça.  
867 Então, esses são elementos que a gente chama a atenção e de fato, coloca como  
868 elementos importantes nessa construção dos mecanismos, em relação à  
869 recomendação foi feita uma recomendação pelo Comitê final de 2018, essa  
870 recomendação consta do texto desse manual, a gente faz referência e coloca  
871 como uma das questões que os estados, Sociedade Civil, demais interessados  
872 devem observar na criação de Comitês e mecanismos. Sobre as missões *in loco*,  
873 a gente tenta fazer discussões com representantes do governo, do Governo  
874 Estadual, representantes do Sistema de Justiça e representantes da Sociedade  
875 Civil, mas aí fica muito a critério de quem tem a possibilidade de nos responder,



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

876 por exemplo, em Alagoas eu consegui encontrar sou pessoal do governo. Já  
877 estava ali na mobilização do Natal, enfim, as pessoas já estavam ali com seus  
878 próprios compromissos. Em outros estados foi possível discussões mais  
879 aprofundadas, como, por exemplo, no Amazonas e também no Piauí em que a  
880 gente teve a possibilidade de conversar com o Juiz, enfim, para, de fato, fazer  
881 uma leitura do estado sobre essas dificuldades, não só da manutenção do  
882 trabalho dos Comitês Estaduais também em relação a criação dos mecanismos.  
883 Sobre o sistema, Marcelo, bom, a criação do sistema, ela está prevista na lei,  
884 lembrando que a discussão, ela foi feita entre de 2009... 2007, 2009 e 2010.  
885 Então, também tinha uma lei em discussão à época que era uma proposta à  
886 época que era a criação SUAS, não é? Mas, de fato, a gente está muito distante,  
887 ainda que a gente tenha colocado na nossa lei sistema, olhando, começando o  
888 SUS não foi feita, a estrutura que está no SUS, que a gente tem de SUS hoje não  
889 foi replicada na nossa lei. Então, de fato, é algo que a gente almejava enquanto  
890 idealização dessa legislação, mas que de fato, não foi transformado inclusive em  
891 texto na legislação que foi trabalhada pelo antigo Comitê e mesmo Decretos  
892 regulamentadores, de regulamentação subsequentes tem uma limitação do que se  
893 pode fazer, uma vez que a lei já está dada. Então, o sistema, ele existe, porque  
894 está na lei, mas de fato, a sua implementação, ela carece de ações e eu acho que  
895 quando eu trago para cá essa discussão, é justamente para que a gente possa  
896 fazer isso em conjunto, já que a gente tem visto essa dificuldade na articulação,  
897 principalmente no âmbito dos estados. Então, qual é o trabalho que o Comitê, com  
898 a sua experiência, com experiência, tanto dos membros de governo, quanto dos  
899 membros da Sociedade Civil, pode contribuir para, de fato, a gente possa  
900 aperfeiçoar esse sistema? Mas, em nenhum momento, apesar de ser muito falado  
901 à época que a gente tinha o uma idealização de SUS e SUAS, que também era  
902 uma lei, era um Projeto de Lei que estava sendo discutido naquele momento, a  
903 gente não tem estrutura legal para que de fato, funcione como o SUS, então, isso  
904 é muito importante deixar evidente, a própria legislação, ela tem essa limitação.





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

905 Então, a gente ou teria que fazer uma alteração legislativa ou agente poderia  
906 explorar o que a gente consegue fazer, por exemplo, por meio de Decretos ou  
907 regulamentações aqui do próprio colegiado e é isso que eu coloco, então, para  
908 discussão em conjunto aqui com os colegas. Aquele Power Point, 1 dos slides do  
909 Power Point, na verdade, são os termos da lei, não tirei nada da minha cabeça.  
910 Então, são trechos da lei em que tem a indicação das pessoas, dos órgãos em  
911 que compõem o colegiado, dos órgãos que podem compor e de quais são as  
912 pessoas que hoje aderiram também aí esse compromisso. Então, estar tudo, tudo  
913 baseado na lei e no Decreto.

914 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
915 Marcelo, eu vou começar a próxima rodada.

916 **Sr. Marcelo (RENILA) –** Está bom. Então, a senhora me inscreve, por favor.

917 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade) –** Matheus, pela  
918 NADEP.

919 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP) –** Bom dia a todas e todos, eu cheguei,  
920 tinha começado já a apresentação, mas eu achei muita coisa interessante, Carol.  
921 Eu só tenho uma dúvida, até o Marcelo aqui do lado falou da questão de uma  
922 política de estado, não quando altera o governo e tal. Que se a elaboração, a  
923 criação desse relatório tinha sido deliberada pela plenária anterior do Comitê?  
924 Essa é uma dúvida que eu tenho.

925 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura) –** Qual era o  
926 Matheus, eu não me recordo. Qual relatório?

927 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP) –** Não, a cartilha, o manual, a cartilha,  
928 enfim. Responde depois? É isso? Tá. Porque a Fernanda me ajudou aqui no artigo  
929 17, fala aqui no inciso VIII "Atribuições da Coordenação-Geral." Aí, enfim,





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

930 elaboração de relatórios, documentos, etc. Seriam designados pela plenária do  
931 Comitê. Eu achei bem importante, Carol, a sua fala em relação a tortura em entes  
932 privados, enfim. Ainda que, enfim, os Tratados Internacionais que regulamentem o  
933 tema, eles colocam que tem que ser um agente de estado, não é? No Brasil, por  
934 exemplo, como eu trabalhava no litoral de São Paulo, houve uma condenação de  
935 uma babá, não é? Eu além de: "Babá não pode ser condenada, etc. e tal." Ela foi  
936 condenada e a gente não vê agentes públicos sendo condenados por tortura.  
937 Agora, até onde eu sei, esses dados, eles não estão catalogados, mas enfim,  
938 então, essa questão que você colocou aí de tortura, pode ser uma comunidade  
939 terapêutica, pode ser uma comunidade privada e tal, mas você ser que uma babá  
940 já foi condenada por tortura, ao invés de maus-tratos. Seria importante, não sei, o  
941 quanto antes o encaminhamento desse material aí, até para a gente ter elementos  
942 para debater ou por e-mail, WhatsApp, eu agradecia bastante. Eu não estou com,  
943 como a Vitória comentou agora há pouco, o Sumário Executivo da reunião anterior  
944 e aí, eu não sei exatamente como constou e se vocês pudessem me ajudar, a  
945 mesa, no sentido de sigilo ofício que iria ser encaminhado para ALESP, a  
946 Assembleia Legislativa de São Paulo chegou a ser encaminhado e caso tenha  
947 sido encaminhado, se houve resposta do estado de São Paulo. Eu fiquei feliz com  
948 a fala final da Carol, no sentido dessa cartilha ser elaborada em conjunto com o  
949 Comitê, não? Então, não. Então, eu tiro a minha fala de que foi algo razoável,  
950 então, ficou desarrazoado agora porque estamos lá, endossar um pouco a fala  
951 Sylvia aqui, a gente tem um processo em trâmite, uma decisão judicial e vão  
952 colocar na cartilha a opção de trabalho voluntário. Então assim, não está  
953 fechando, nem com a independência e harmonia dos três poderes e nem com as  
954 previsões e internacionais de tema que falam que foi o que a Sylvia falou aqui, eu  
955 não quero ser redundante, mas enfim, autonomia, orçamento, se esse mesmo  
956 Comitê oficiou à Assembleia Legislativa do estado de São Paulo para ter um  
957 Comitê e o que a gente está debatendo no estado de São Paulo, Defensoria  
958 Pública junto com Conectas, IBCCRIM, pastoral carcerária, outros parceiros,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

959 conseguimos aprovar uma lei que foi vetada pelo Governador. Então assim, ou  
960 seja, o Comitê entendeu que São Paulo não está andando bem, mas parece que a  
961 Coordenação-Geral também não está andando bem. Vamos lembrar, estamos  
962 numa democracia, a independência dos poderes é uma decisão judicial e não dá  
963 para ser voluntária, tá? Ninguém aqui nessa sala está aqui pagando do próprio  
964 bolso. A Sociedade Civil e o governo estão aqui, porque são pagos para isso. Tá?  
965 Então assim, fico bem triste, então, se isso não é uma elaboração em conjunto, é  
966 uma elaboração que vem da Coordenação-Geral. Então assim, torcemos para que  
967 todas as ponderações sejam levadas em consideração, porque senão o debate  
968 aqui fica inócuo, a gente estaria apenas perdendo o tempo. Em relação ao  
969 orçamento, a Sylvia falou bem, foi muito curioso que o Governador vetou a criação  
970 do mecanismo do Comitê em São Paulo que a gente estava no Colégio de  
971 Líderes, a gente estava na antessala, como se aqui fosse o Colégio de Líderes  
972 dos Deputados, a gente estava na salinha ali atrás. Então, a gente estava  
973 participando de tudo, não é? E a Assembleia Legislativa de 2018 para 2019, ainda  
974 é o atual Presidente, o Cauê Macris, Deputado do PSDB, ele falou que a  
975 Assembleia Legislativa ia devolver dinheiro para o Tesouro Estadual. Então,  
976 assim, e aí tinha vetado até janeiro e aí nessa alta sala, diferentemente dos  
977 demais estados, o estado de São Paulo, a Assembleia Legislativa, ela começou o  
978 mandato em março, tem essa questão que é diferente dos demais estados que  
979 começam no início de janeiro, não é? E aí isso aconteceu entre janeiro e março do  
980 ano passado. Então, a Assembleia Legislativa devolvendo o dinheiro, para  
981 endossar a fala da Silvia e alegações em relação ao orçamento... Deixa eu ver se  
982 eu falei tudo que eu queria... Eu acho que é isso pessoal, obrigado.

983 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade) –** Rodrigo, pelo  
984 COADE.

985 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE) –**  
986 Bom-dia a todas e todos. Quero agradecer a Carol também pela apresentação e



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

987 aproveitar, reiterar o que Matheus colocou aqui agora que é algo absolutamente  
988 importante, todas essas lembranças e também especificamente com relação a  
989 São Paulo, eu quero te perguntar o seguinte Carol, lá nós não temos o  
990 mecanismo, mas nós temos, por exemplo, o Conselho da comunidade da comarca  
991 de São Paulo que é bastante atuante. Na sua opinião hoje, como seria possível  
992 essa aproximação do sistema com o Conselho? Só isso.

993 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura) – É**  
994 Conselho de Comunidade, é isso o Rodrigo? Só para esclarecer?

995 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade) –** Só quem já tiver  
996 falado, se pudesse baixar o prisma e quanto levantar, tentar levantar para cá, que  
997 facilita para ver quem se inscreveu e o próximo sou eu, eu tinha duas questões  
998 para a Carol. A primeira é sobre a o que a gente poderia chamar numa pauta  
999 financeira do Comitê a gente chegou a discutir isso em outra reunião que era de  
1000 nos informar, de trazer aqui para a Plenária informações sobre quais são os  
1001 recursos que estão disponíveis para as nossas atividades aqui, quais desses  
1002 recursos, eles são possíveis de serem utilizados para contratação de consultores  
1003 e de pessoal externo, na medida que uma das nossas atribuições requerer  
1004 estudos e pesquisas sobre temas específicos. Uma outra questão que é um pouco  
1005 mais administrativa, que é relativa a questões das passagens aéreas, o pessoal  
1006 da Sociedade Civil que vem de fora tem enfrentado alguns problemas e algumas  
1007 questões de cancelamento de passagens ou de viagens que acabam ocasionando  
1008 muito tempo de viagem por conta de conexões e tudo mais e o segundo ponto era  
1009 sobre a motivação a recente recusa de nomeação dos titulares e suplentes da  
1010 Sociedade Civil, algumas das organizações aqui requereram a mudança de  
1011 titulares e suplentes aqui do Comitê e... As alterações dos organismos do governo  
1012 já foram publicadas, mas as da Sociedade Civil ainda não saíram. Então, a gente  
1013 gostaria também de saber se isso é um mero atraso, o qual é a questão que  
1014 motiva essa recusa. Da minha parte era isso, a próxima nós temos mais quatro



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1015 inscritos, eu vou passar para a próxima, a gente retoma para a Carol e depois faz  
1016 mais três, tá? Então, a próxima é a Yuda, pelo MEC.

1017 **Sra. Yuda (Ministério da Educação - MEC)** – Bom dia. Eu vou falar em cima da  
1018 fala do meu colega Marcelo e não, eu não estou fazendo aqui uma polarização  
1019 Marcelo, mas eu venho de Movimentos da Sociedade Civil, eu passei mais de  
1020 vinte anos representando voluntariamente vários Conselhos, Conselho da Saúde,  
1021 Conselho da Criança, depois eu vêm para o GDF, foi Secretária, onde eu tinha  
1022 sob a minha guarda mais de 12 Conselhos e como Conselheira da saúde, eu até,  
1023 aqui a proposta de um curso pela ENAP eu achei super positivo, porque quando  
1024 eu assumi como Conselheira, nós recebemos um treinamento de uma semana, 8h  
1025 diárias com toda a legislação, as leis sobre SUS, sobre direitos das pessoas,  
1026 enfim, todo um conteúdo para preparar um Conselheiro, nós não podemos estar  
1027 aqui por esse ou aquele objetivo, nós temos que estar aqui pelo objetivo do  
1028 Conselho e eu achei muito positivo essa capacitação e como os Conselhos,  
1029 mesmo com voluntários, são muito eficientes. Eu tenho certeza que muitos de  
1030 vocês da Sociedade Civil sabem disso, como Conselheira do Conselho da Criança  
1031 e do Adolescente, eu pude aqui em Brasília implantar a primeira eleição do  
1032 Conselho Tutelar e sem nenhuma, sem nenhuma perda de qualidade por sermos  
1033 voluntários, com igual compromisso do estado, estivemos juntos. Hoje eu sou  
1034 Conselheira da Fundação Banco do Brasil como voluntária, tenho lá minhas  
1035 responsabilidades a aprovação de orçamento, sou Conselheira Presidente do  
1036 Hospital da Criança de Brasília, que como voluntária, foi um hospital que nós  
1037 construímos e demos para o estado. Então, eu só queria aqui defender a imagem  
1038 do voluntariado, voluntário, ele tem uma bandeira, ele tem uma causa, ele pode  
1039 ser a causa LGBT, a causa do negro, a causa do índio, a causa da saúde, a causa  
1040 da educação, ele sempre tem uma bandeira e ele defende isso com muito fervor,  
1041 com muita competência, ele estuda para isso. Eu só queria defender, porque eu



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1042 me senti aqui desmerecida, enquanto meu trabalho voluntário de mais de 22 anos,  
1043 são todos competentes, obrigada.

1044 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Nós temos mais três  
1045 inscritos e eu gostaria de pedir que quem já falou e se inscreveu de novo para  
1046 falar, para ser um pouco mais breve e porque nós temos a princípio, 20 minutos  
1047 para encerrar este ponto. Então, o próximo é o Marcelo, pela RENILA

1048 **Sr. Marcelo (RENILA)** – É porque eu acho que o rumo da prosa me fez lembrar  
1049 de uma outra situação e aí também eu acho que é uma pergunta não só para a  
1050 Carol não, para a Mesa Diretora também e a Mesa Diretora, no sentido de .gov e  
1051 não .gov. No ano passado me causou espécie, mas todo mundo nessa moda  
1052 agora de reduzir riscos e nisso a gente vai se aproximando do precipício, todo  
1053 mundo deixou para lá uma coisa que não é razoável, a gente acabou o ano sem  
1054 ver as contas da dotação que tinha vindo para ser usada pelo mecanismo e pelo  
1055 sistema, o tão falado sistema. Aí você pensa assim: "Ah, foi por causa de pressa,  
1056 não é? Estava todo mundo tão confuso. O governo querendo cassar o  
1057 mecanismo, o governo querendo acabar com o sistema todo." Aí todo mundo acha  
1058 que ficou pressionado e agora a gente começou o ano e ninguém apresentou  
1059 conta nenhuma. Cadê a conta? Porque também muita coisa, eu acho que o  
1060 Matheus me fez pensar, para a gente pensar se vai fazer a ação, a gente não vive  
1061 no mundo da fantasia, mesmo que a fantasia seja alguma coisa muito boa para o  
1062 psiquê do ser humano, mas a gente não vive no mundo da fantasia, ninguém vai  
1063 na imaginação fazer aqui. Então, cadê o dinheiro que deveria estar disponível para  
1064 alimentar a autonomia do mecanismo que é de lei, e isso é de lei e cadê o dinheiro  
1065 que o Comitê deveria estar disponibilizado para dizer assim: "Ah, é essa a dotação  
1066 orçamentária." Para a gente dizer assim: "Nós não vamos fazer fantasia." A gente  
1067 está querendo é fazer um planejamento e diga-se de passagem, talvez seja  
1068 razoável, a não ser que seja segredo e eu acho que não é segredo, que para que  
1069 a gente não faça planejamento fantasioso, que quem de direito desça e diga onde



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1070 é que está o dinheiro, quanto é que tem para o ano, a não ser que vocês  
1071 entendam, a não ser que vocês digam assim: "Não, a gente não sabe quanto é  
1072 que tem por ano." Isso aqui é uma autarquia, isso aqui é poder público, vocês têm  
1073 que saber. Até mesmo para instruir a questão do planejamento. Então, eu queria  
1074 lembrar isso, acho que tem coisa que a gente não pode esquecer. Quando é a  
1075 coisa privada, a gente esquece de pagar a conta, a gente até fica com a dívida, o  
1076 gozo da liberdade privada de cada um. Aqui a gente não pode se dar a esse...  
1077 Não é nem um luxo, essa irresponsabilidade. Então, a gente vai discutir o  
1078 planejamento eu acho que amanhã que está na pauta, não é? Ou é de tarde e  
1079 como é que se discute planejamento sem saber quanto se tem? Não acho  
1080 razoável que a gente saía daqui sem que quem de direito reexplique direito com é  
1081 que foi dinheiro do ano passado, porque se o Comitê não existiu no ano passado  
1082 boa parte porque não foi permitido que ele existisse, então, devolveu o dinheiro  
1083 também, não é? Quanto é que foi devolvido? E esse ano quanto é que tem?  
1084 Vocês devem isso a gente, isso aí é obrigação de vocês pagar e que pague logo,  
1085 a prestação de conta e a destinação orçamentária do Comitê, está bom?

1086 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Ok, Sylvia pela APT.

1087 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Obrigada  
1088 Carol pelos esclarecimentos. Mas assim, ainda fico então, preocupada e acho que  
1089 seria muito importante a gente ter conhecimento em relação ao conteúdo desse  
1090 manual, porque por um lado, é exatamente muito positivo, eu achei muito  
1091 importante, você menciona o que você todo o tempo no manual, pelo que eu  
1092 entendi você vincula, tenta sempre fazer a vinculação ao Protocolo Facultativo,  
1093 aos parâmetros que o Protocolo Facultativo estabelece que inclusive no Protocolo  
1094 Facultativo, ele faz menção aos Princípios de Paris, que faz menção a orçamento  
1095 próprio, a recursos suficientes para contar o pessoal. Então, assim, como é que ao  
1096 mesmo tempo a gente proponho o voluntariado e respeite os Princípios de Paris...  
1097 Eu não sei, eu acho um pouco complicado e também eu fico preocupada pelo fato



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1098 do Comitê de Prevenção de Combate à Tortura no ano passado... Não, 2018, no  
1099 ano retrasado ter aprovado um documento exatamente, detalhar os critérios,  
1100 parâmetros para os mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura,  
1101 Comitê de esse que tem inclusive representação do Ministério. Então, o Ministério  
1102 fez parte desse debate saiu exatamente com uma recomendação: "Aqui estão os  
1103 parâmetros e critérios para Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à  
1104 Tortura." Aí vem um manual que diz algo diferente do que está nas  
1105 recomendações do CNPCT, então assim, eu acho... Sei lá, minimamente grave,  
1106 eu não sei, eu acho que a gente teria que pensar um pouco como conciliar os  
1107 dois, porque isso realmente me preocupa e na recomendação, em dois artigos, 2  
1108 parágrafos diferentes fazem menção expressa a necessidade de remuneração dos  
1109 membros do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Se eles  
1110 vão receber remuneração vinculadas à Assembleia, vinculados não sei, a  
1111 Defensoria Pública, ao Executivo, é outra discussão. Agora, o voluntariado não  
1112 está previsto na Recomendação 5 do CNPCT aprovada em 2018. Eu queria que  
1113 perguntar em relação as missões *in loco* quais seriam os próximos estados que  
1114 você irá? Gostaria de saber se já tem isso definido, queria outra vez também  
1115 deixar uma mensagem propositiva, ecoar o que você fala em relação ao  
1116 mapeamento dos Comitês Estaduais, eu acho que seria interessante os membros  
1117 aqui do Comitê Nacional, diferentes estados que a gente pudesse tentar pensar  
1118 numa ação para fazer esse mapeamento e entender como está o funcionamento  
1119 do mecanismo dos Comitês Estaduais e eu também queria só para finalizar, fazer  
1120 um esclarecimento para a companheira, para a colega do MEC, ela está aí? Está.  
1121 Que assim, eu acho que em nenhum momento a gente está falando aqui de  
1122 voluntariado não serve, é porque simplesmente são estruturas diferentes. Os  
1123 Comitês Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura, eles são exatamente  
1124 formados na base do voluntariado, de quem recebe remuneração para ser parte  
1125 dos Comitês Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura, que são órgãos  
1126 colegiados que se encontram uma vez ao mês, talvez bimestralmente para discutir





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1127 políticas públicas, discutir alguns casos específicos individuais de tortura e  
1128 maus-tratos, aí são todos voluntários. O que a gente está falando é o do  
1129 Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, que é um órgão que vai realizar  
1130 visitas à Unidade de Privação de Liberdade, no caso um mecanismo nacional de  
1131 todo o Brasil, ou seja, se a gente falar só em prisões, são mais de 1500, fazer  
1132 relatórios, ter uma presença regular nesses locais, fazer recomendações, falar  
1133 com as autoridades, é um órgão que é criado por, deriva de uma obrigação  
1134 internacional do Estado Brasileiro, que o Estado Brasileiro se comprometeu a  
1135 cumprir. Então, são simplesmente instâncias diferentes. Então, os Comitês sim  
1136 são baseados no voluntariado e aqui ninguém está discutindo isso. O que a gente  
1137 está discutindo é os Comitês e aí inclusive, falando em formação eu acho muito  
1138 importante até também entre os membros do CNPCT conheçam bem também as  
1139 diferentes instâncias que formam o Sistema Nacional. Então, em nenhum  
1140 momento estou discutindo voluntariado nos Comitês ou contra a ideia de  
1141 voluntariado, estamos discutindo que a gente está falando de um voto de estado.  
1142 Então, como órgão de estado, como qualquer funcionário representante de um  
1143 poder tem salário, um representante de um Mecanismo de Prevenção e Combate  
1144 à Tortura seja estadual, nacional, também deve ser remunerado para exercer suas  
1145 funções de órgão de estado, é isso

1146 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – É, tem  
1147 várias questões que foram mencionadas e que dariam mais algumas horas, talvez  
1148 dias de discussão. Não vou conseguir falar de todas, mas eu gostaria aqui de  
1149 deixar a minha recomendação que talvez o colegiado, a Mesa Diretora talvez, se  
1150 debruçasse, pensassem pontos específicos para essa discussão. Eu acho que da  
1151 mesma forma que eu coloquei que o um item importante para a Coordenação até  
1152 o financiamento em relação às ações de prevenção e combate à tortura, talvez um  
1153 item específico aqui do colegiado seria como o colegiado vê o financiamento  
1154 dessas estruturas, tanto de Comitês, como de mecanismo e claro, a gente pode





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1155 trazer informações sobre o que foi utilizado de orçamento do ano passado, isso eu  
1156 consigo fazer o levantamento rápido do Comitê em relação ao mecanismo que foi  
1157 solicitado, eu acho que é o mecanismo, não é? Responsável, acho interessante é  
1158 o próprio mecanismo fazer, responder essa pergunta. Em relação ao orçamento  
1159 deste ano, a gente ainda não tem grandes informações sobre o orçamento, até  
1160 porque até a semana passada, estava em votação a questão dos vetos da lei  
1161 orçamentária. Então, ainda não recebemos informações sobre o orçamento deste  
1162 ano, sem, do ano passado eu posso trazer Marcelo, no e tem de pauta à tarde.  
1163 Agora, deste ano, a gente ainda não tem essa orientação, até porque a questão  
1164 do orçamento estava em discussão, semana passada estava em discussão no  
1165 Congresso e ainda tem alguns projetos que ainda vão ser apreciados também  
1166 pelo Congresso e ainda tem alguns projetos que vão ser apreciados também pelo  
1167 Congresso e aí meus outros colegas do governo também devem estar  
1168 enfrentando mais ou menos esses debates em suas instituições, mas obviamente  
1169 assim que a gente tiver uma previsão, a gente traz aqui para o Comitê, o mais  
1170 importante é colocar que o Ministério, ele tem realizado esforços para garantir,  
1171 primeiro garantir as reuniões dos colegiados, não é? A gente conseguiu realizar  
1172 essa reunião, também já queremos aí um próximo ponto já com a Mesa Diretora  
1173 para a gente já caminhar também não organização da próxima reunião e  
1174 encaminhar essas passagens com maior antecedência possível para facilitar,  
1175 inclusive os trâmites aqui do Ministério e a gente conseguir ter a confirmação da  
1176 próxima reunião, apesar dessa situação do orçamento. Então, são duas  
1177 observações então, para reforçar: primeiro, um debate aqui no colegiado sobre o  
1178 orçamento, sobre financiamento de ações sobre prevenção e combate à tortura e  
1179 o segundo é a Secretaria-Executiva se coloca à disposição, inclusive no próximo  
1180 em forma de colocar quanto que a gente... Quando foi utilizado para diárias e  
1181 passagens para lembra as reuniões do ano passado lembrando que o ano  
1182 passado também foi um ano atípico no sentido em que teve uma mudança de  
1183 governo, também uma mudança em relação a questão orçamentária. Então,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1184 enfim, fica uma questão diferenciada dos outros anos para cá e que esse ano  
1185 também é uma outra situação diferenciada por conta desse debate do orçamento.  
1186 Em relação às perguntas que foram feitas, eu realmente não vou conseguir tratar  
1187 de todas, mas eu acho que uma questão importante é que a gente está  
1188 dependendo dessa definição do orçamento Silvia, para pensar as próximas  
1189 missões *in loco*, temos a possibilidade de pensar em consultorias, inclusive esse  
1190 trabalho em relação aos Comitês Estaduais, é algo que a gente vem pensando,  
1191 por exemplo, de fazer um acompanhamento mais detido do trabalho dos Comitês  
1192 Estaduais por meio de uma consultoria para nos auxiliar, o colegiado tem a  
1193 possibilidade de recomendar estudos e tal e eu acho que se a gente conseguir  
1194 casar e estudos com consultorias via projetos como PNUD, enfim, eu acho que  
1195 pode ser uma dobradinha bacana de fazer, Caio assim como, por exemplo, a  
1196 Marina fez dentro do projeto do PNUD... Deixa eu ver aqui... Sobre a questão de  
1197 São Paulo ou de Conselho de Comunidade, eu acho que com o bom  
1198 funcionamento do sistema a gente fortalecendo essa questão do sistema, a gente  
1199 pode, por exemplo, fazer uma avaliação do que de fato seria a adesão do  
1200 Conselho de Comunidade, nessa estrutura, Rodrigo, do Comitê, do Sistema  
1201 Nacional. Hoje a gente poderia, enfim, o Comitê poderia passar suas deliberações,  
1202 suas recomendações para o Conselho de Comunidade, a gente poderia pensar as  
1203 vezes em reuniões locais para de fato a gente possa instrumentalizar os  
1204 Conselhos de modo geral, Conselhos Estaduais, Conselho de Comunidade,  
1205 Conselhos enfim, o sistema... Desculpa, o sistema de Conselhos mobilizado  
1206 também em relação ao tema da tortura. Então, eu acho que isso é um ponto para  
1207 avaliação aqui dos colegas de como poderia ser feita essa articulação. Sobre a  
1208 elaboração do manual e aí é um ponto difícil e que eu brinquei no início, que  
1209 metade de mim Secretaria-Executiva, metade de mim não, não é? Metade da  
1210 Coordenação é Secretaria-Executiva e a outra metade é ações de prevenção e  
1211 combate à tortura, o manual, ele surge dessa demanda que a gente tem com os  
1212 estados, principalmente com os gestores estaduais de como a gente faz a



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1213 implementação de Comitês e mecanismos. Então, a venda dessa demanda, vendo  
1214 para uma demanda de: "Não, mas qual, como que a gente pode, como que a  
1215 gente cria? Cria por lei? Cria por Decreto?" Esse é um trabalho que a  
1216 Coordenação-Geral de Combate à Tortura, ela auxilia os estados nessa criação.  
1217 Então, por exemplo, a gente recomenda que não sejam criados, por exemplo, por  
1218 Decreto no âmbito dos estados, não é? Mas aí se os estados querem fazer sua  
1219 criação por Decreto, também eu acho que tem uma questão do respeito a essa, da  
1220 questão federativa, não é? No mais, sigo à disposição, eu sei que eu não tratei de  
1221 todos os assuntos, fico a disposição para tratar...

1222 **Interlocutor não identificado** – Carol, só uma dúvida, desculpa, uma questão de  
1223 ordem. Então, não foi deliberado na gestão anterior do Comitê a cartilha?

1224 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Não, isso  
1225 é de iniciativa da Coordenação-Geral de Combate à Tortura. Isso. Justamente  
1226 nesse escopo de trabalhar em relação à questão, essa demanda dos estados.

1227 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Por  
1228 causa do avançado da hora, eu vou encerrar as falas e vamos para os  
1229 encaminhamentos possíveis então, e as votações dos encaminhamentos.  
1230 Inscrição nova, Isabel? Eu encerrei, isso, só para saber se era nova ou antigas,  
1231 mas de toda forma, porque a gente tem uma pauta com convidado e já estamos  
1232 no horário de começar o próximo item. Então, os encaminhamentos que eu fui  
1233 retirada de algumas falas e aí se faltou algum, eu preciso que vocês colaborem  
1234 aqui comigo. A primeira seria, então, essa criação desse... Deixa eu pegar nosso  
1235 Sumário Executivo para me ajudar, inclusive nas palavras. Formulação de agenda,  
1236 é o item 9.4 do nosso Sumário Executivo da última reunião, formular agenda para  
1237 incidência política do Comitê e Coordenação-Geral nos estados para pensar em  
1238 ações conjuntas efetivas de apoio do estado a criação de Comitês e mecanismos  
1239 estaduais. Essa formulação de agenda, apesar de ficar no nosso sumário e



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1240 Executivo, a ela não foi dado andamento. Eu imagino que isso aqui possa ser feito  
1241 através de um Grupo de Trabalho de Coordenação-Geral e Comitê. Então, esse  
1242 seria um possível encaminhamento, que inclusive consideraria a nossa ciência  
1243 melhor do manual, de como andam Comitês e mecanismo estaduais, etc. E  
1244 supriria outros pontos e surgiram aqui. Então, a proposta de encaminhamento  
1245 seria da criação, não sei se o correto Carol, é Grupo de Trabalho? É comissão?  
1246 Que trabalharia mais de perto com a Coordenação-Geral para a formulação dessa  
1247 agenda. É uma agenda que seria apresentada aqui na plenária, então. Isso na  
1248 verdade, a formulação da agenda já foi aprovada, mas estamos agora pensando  
1249 na metodologia, não é? Tem como nós faremos isso.

1250 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Só para esclarecimento, a agenda a qual você se refere  
1251 é a agenda da Coordenação?

1252 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Não  
1253 Marcelo, um minuto.

1254 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Porque eu acho que se não for, aí seria outro  
1255 encaminhamento, eu acho que a pergunta do Matheus é, eu acho que acaba  
1256 engendrando uma necessidade também ou que a gente construa a pauta, porque  
1257 o Matheus foi no regimento, não é? Então, ou agente constrói no Comitê a pauta  
1258 da Coordenação ou então a Coordenação também tem que apresentar, pensando  
1259 nessa coisa de planejamento que a gente está na primeira do ano, perdão, já  
1260 nesse adiantado do ano qual é o planejamento das ações da Coordenação que a  
1261 Carol está apresentando no momento. Existe também, você fez o relatório de uma  
1262 das ações, não é Carol? Eu acho que a gente não tenha esse conhecimento.  
1263 Então, será que vocês, nessa Coordenação, vocês têm já um planejamento para o  
1264 ano de ações? Qual é a proposta de vocês?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1265 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**

1266 Então, o encaminhamento aqui é pedir informações a Coordenação-Geral,  
1267 Marcelo? Essa é tua proposta de encaminhamento?

1268 **Sr. Marcelo (RENILA) –** Informação não, esclarecimento. Eu acho que pelo  
1269 regimento a Coordenação, ela executa o que é definido pelo Comitê, a não ser  
1270 que seja diferente e aí eu estou equivocado, me perdoe, mas se for da forma  
1271 como eu estou colocando no primeiro plano, que proceda a apresentação a  
1272 Coordenação.

1273 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura) –** Eu peço  
1274 para fazer essa observação agora, porque mais uma vez, é uma função difícil de  
1275 colocar, que eu acho difícil de colocar, mas a gente, enquanto Coordenação faz o  
1276 Secretariado Executivo aqui do Comitê, mas temos uma agenda definida enquanto  
1277 o governo, é claro que as deliberações do Comitê são levadas em conta na nossa  
1278 organização, nas nossas discussões, mas o trabalho da Coordenação vai para  
1279 além da implementação das deliberações aqui do Comitê. Ainda que seja a  
1280 mesma Coordenação, ela tem uma esfera política dada pelo governo e uma esfera  
1281 de acompanhamento e providências em relação ao trabalho do colegiado, é claro  
1282 que as duas coisas podem e devem se conversar.

1283 **Sr. Marcelo (RENILA) –** É, mas eu acho que o mais importante, as duas coisas  
1284 não podem correr em segredo, as duas coisas têm que ser públicas e elas têm  
1285 que ser divulgadas.

1286 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
1287 Proposta de encaminhamento, então Marcelo?

1288 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADep) –** Me permite?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1289 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
1290 Proposta de encaminhamento, Matheus, se for uma proposta de encaminhamento,  
1291 a fala está liberada.

1292 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP) –** Exato, Vitória. Por favor, se a Vitória falou  
1293 que ela trabalha enquanto Ministério e enquanto Comitê...

1294 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –** A  
1295 Carol.

1296 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP) –** Desculpa Vitória, a Carol, enquanto aqui o  
1297 trabalho e o tempo gasto foi enquanto Comitê, o meu encaminhamento, eu acho  
1298 que endossado pela fala da Silvia seria no sentido dos Princípios de Paris e do  
1299 protocolo não serem violados na cartilha, porque vai ficar uma coisa paradoxal,  
1300 não é? Fizemos uma reunião para falar sobre uma cartilha, um dos pontos da  
1301 pauta e quando vier a cartilha os Princípios de Paris e do protocolo não vão estar  
1302 incertos? Então, o encaminhamento é: todos os princípios mormente a exclusão  
1303 do voluntariado, que foi expresso aqui na apresentação. Se não fica uma coisa  
1304 assim, a gente veio aqui debateu, então é isso, essa parte é importante, houve o  
1305 debate, então, encaminhemos os Princípios de Paris, princípios do Protocolo  
1306 Facultativo devem constar da cartilha. Ou se não, não faz sentido ter uma cartilha,  
1307 vai ter uma cartilha do governo e uma cartilha do Comitê? Então, a gente não está  
1308 caminhando de forma democrática, enfim. O encaminhamento que eu faço é: se o  
1309 segundo encaminhamento, a apresentação do orçamento quando ele estiver  
1310 disponível.

1311 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –** Tá.  
1312 Então, o encaminhamento é exclusão do voluntariado do manual elaborado pela  
1313 Coordenação-Geral?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1314 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – E observância dos demais Princípios de  
1315 Paris e do Protocolo Facultativo.

1316 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Vitória,  
1317 sobre o manual, por encaminhamento, posso completar?

1318 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
1319 Proposta de encaminhamento? Sim. Isso. Que tem esse ponto que foi o que foi  
1320 apresentado aqui, mas a gente também não conhece o manual, não sabe se tem  
1321 outros pontos e a gente gostaria de também propor outros encaminhamentos.  
1322 Então, eu acho que um encaminhamento é apresentação desse manual, é a gente  
1323 ter acesso a ele, a gente conhecer o conteúdo do manual.

1324 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – É  
1325 ótimo. Então, os encaminhamentos que foram surgindo nas falas, eu vou falando  
1326 aqui, se tiverem mais propostas, a gente delibera. O primeiro é a formação...  
1327 Marcelo, tirando a tua dúvida, o ponto de pauta na verdade, ao que eu me referia,  
1328 não é nem da Coordenação-Geral, é um nome bastante genérico chamado  
1329 prevenção e combate à tortura do nosso Sumário Executivo, da nossa última  
1330 reunião. Esse ficou o nome desse ponto de pauta que surgiram, então, Grupo de  
1331 Trabalho e agenda conjunta de Comitê de Coordenação-Geral. Então, é daí que  
1332 surgiu inclusive o ofício para ALESP, etc., era uma pauta bastante genérica.  
1333 Então, esse Grupo de Trabalho que as Carol, na verdade, enviou os pedidos para  
1334 atores locais e nós não tivemos retorno era uma Comissão Permanente ou Grupo  
1335 de Trabalho para fomentar a criação de Comitês e mecanismos estaduais que não  
1336 dispõe dos mesmos em cumprimento a carta de Brasília, e isso nós deliberamos e  
1337 aprovamos que vamos criar essa comissão e o grupo de retrabalho, mas não, não  
1338 criamos, digamos assim. A intenção está aprovada, mas não foi criado o Grupo de  
1339 Trabalho e o ponto de baixo era formular agenda para incidência política do  
1340 Comitê de Coordenação-Geral. Então, essa agenda, que ela é conjunta, essa é a





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1341 questão, ela é uma agenda conjunta. A minha proposta de encaminhamento é que  
1342 nós aqui na plenária, que a gente decida a formação desse Grupo de Trabalho  
1343 que poderia ser o mesmo Grupo de Trabalho, inclusive que junto à  
1344 Coordenação-Geral formule essa agenda conjunta Comitê de Coordenação-Geral,  
1345 porque repito, a formulação da agenda e a criação da Comissão Permanente já  
1346 foram aprovados, me entenderam? Posso colocar isso em votação? Preferem que  
1347 eu leia tudo antes depois a gente vota item por item, ver o faltou alguma coisa? É  
1348 melhor ler tudo antes?

1349 **Interlocutora não identificada** – Esses são todos os encaminhamentos? A gente  
1350 pode propor o outro?

1351 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Não,  
1352 não acabei ainda, por isso que eu estou perguntando se querem que eu leia todos  
1353 antes.

1354 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Só uma  
1355 questão de ordem, da outra vez a gente colocou o Sumário Executivo na tela,  
1356 porque aí facilita.

1357 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Foi, é  
1358 que estava muito mal escrito, mas vamos lá. As minutas de encaminhamento, a  
1359 redação eu repito, não está finalizado o primeiro, então, é a formação, na verdade,  
1360 é a definição, não é? Definição dos integrantes do Grupo de Trabalho para atuar  
1361 na formulação de agenda do Comitê e mecanismos, eu vou colocar conforme os  
1362 itens, só para vocês, caso estejam com os Sumário Executivo, entendam o que eu  
1363 estou falando. 9.3 e 9.4. Então, nós estaríamos definindo os integrantes que  
1364 atuariam de maneira mais próxima, digamos assim, como a Coordenação-Geral,  
1365 isso facilitaria, imagino, que uma série de outras questões que a Mesa Diretora  
1366 tenha essa facilidade, mas nós também temos várias outras atribuições e às vezes





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1367 é difícil dar conta. Então, eu pediria que claro, fosse uma definição paritária,  
1368 Sociedade Civil e integrantes do governo para que a gente forme esse Grupo de  
1369 Trabalho, voluntários? Sim, seria interessante a gente definir agora qual é esse  
1370 Grupo de Trabalho, porque nós já não definimos isso na última reunião. Eu queria  
1371 só expressar que isso daria conta de várias inquietações e surgiram aqui hoje, que  
1372 nós não temos acesso ao que a Coordenação-Geral faz, de que nós não temos  
1373 acesso a orçamento, de que nós não sabemos o que é esse manual, eu imagino  
1374 que esse Grupo de Trabalho atuando de forma próxima a Coordenação-Geral  
1375 poderia ter um diálogo mais estreito.

1376 **Interlocutor não identificado** – Então Vitória, só uma questão de ordem, uma  
1377 dúvida, quais os parâmetros de atuação desse Grupo de Trabalho? Como seria  
1378 realizado esse Grupo de Trabalho, qual a agenda desse Grupo de Trabalho?

1379 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tudo  
1380 isso é definido pelo Grupo de Trabalho, conforme o nosso regimento. A gente teve  
1381 um Grupo de Trabalho, por exemplo, que fez o edital de seleção dos peritos,  
1382 digamos assim, eles que definiram qual o tipo de trabalho, a agenda de encontros,  
1383 tudo isso. É prerrogativa do Grupo de Trabalho. Eu proponho que seja um Grupo  
1384 de Trabalho com uma atuação permanente, até o final do biênio e de um  
1385 acompanhamento próximo, agora, como isso será feito, a metodologia, digamos  
1386 assim?

1387 **Interlocutor não identificado** – É, por que eu estou te falando isso? Porque, por  
1388 exemplo, eu poderia me apresentar. Só que de repente, se define uma situação  
1389 que não é possível para a minha agenda. Entende? Então, a minha preocupação  
1390 é essa.

1391 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Só um  
1392 esclarecimento, eu fiz parte do último GT que a gente criou para a elaboração do



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1393 edital e a gente se reuniu por Skype uma vez, conversou pelo telefone, mandou  
1394 e-mails, a compartilhou documentos e essa foi a nossa forma de condução, não  
1395 demandou reunião presencial e demandou contato virtual e a gente se organizou e  
1396 conseguiu. Suponho que para esse outro GT, ele é mais permanente, não é?

1397 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – A  
1398 intenção é que seja até o final do biênio, as mesmas pessoas.

1399 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Pesado. Eu  
1400 posso me voluntariar, se ninguém tiver interesse, então.

1401 **Interlocutora não identificada** – Eu me voluntariar também, não sei se convidado  
1402 pode fazer parte, mas me candidato aqui a participar.

1403 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Olha, eu acredito que  
1404 para além dessa composição paritária entre membros da Sociedade Civil, do  
1405 Comitê e do governo, não tem nenhum problema pessoas externas, convidados  
1406 permanentes participarem e como forma de funcionamento, como as Vitória disse,  
1407 o próprio Grupo de Trabalho vai definir, mas a gente pode dar com recomendação,  
1408 como um modelo a forma como a Mesa Diretora tem trabalhado, que é uma  
1409 reunião virtual por mês.

1410 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
1411 Mensal, isso. Então, nós temos de voluntário até agora um convidado permanente.  
1412 Cândida? Perfeito. Então, nós temos a Cândida, podemos ser um, um e um  
1413 convidado permanente. Não precisa ser dois e dois como fizemos no edital de  
1414 peritos, não é? Já que temos menos voluntários. Então, alguém do governo, por  
1415 favor se voluntaria? Depen? Então, perfeito. Nós temos UFRN, Depen e ANADEP.

1416 **Sra. Isabel (Justiça Global)** – Agora só uma dúvida com relação a esse grupo,  
1417 ele vai, vai atuar na formulação da agenda do mecanismo?





**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 1443 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO) – Sim,**  
1444 EDUCAFRO, sim.
- 1445 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) – Só**  
1446 com calma para a gente conseguir anotar.
- 1447 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos) –**  
1448 Conectas sim.
- 1449 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE) –**  
1450 COADE, sim.
- 1451 **Sra. Isabel (Justiça Global) – Justiça Global, sim.**
- 1452 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – UFRN, sim.**
- 1453 **Sra. Silvana Conti (União Brasileira de Mulheres) – União Brasileira de**  
1454 Mulheres, sim.
- 1455 **Sra. Virgínia Berriel (Central Única dos Trabalhadores - CUT) – CUT, sim.**
- 1456 **Sra. Célia Zenaide (Conselho Federal de Psicologia - CFP) – CFP, sim.**
- 1457 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
1458 Conselho Federal da OAB, sim.
- 1459 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade) – Somos, sim.**
- 1460 **Sr. Marcelo (RENILA) – RENILA, sim.**
- 1461 **Interlocutor não identificado – Depen, sim.**
- 1462 **Sr. Wanderson Pinheiro (Movimento Negro Unificado - MNU) – Movimento**  
1463 Negro Unificado, sim.



### **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 1464 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Ministério da Defesa sim, e a  
1465 ressalva eu faço após a finalização da votação.
- 1466 **Interlocutor não identificado** – SNPIR, sim.
- 1467 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – SNPG, sim.
- 1468 **Sr. Felipe (Secretaria de Governo)** – Secretaria de governo, sim.
- 1469 **Sra. Maria Edilma (Ministério da Saúde)** – Ministério da Saúde, sim.
- 1470 **Sra. Cláudia Leite (Ministério da Cidadania)** – Ministério da Cidadania, sim.
- 1471 **Sra. Yuda (Ministério da Educação - MEC)** – MEC, sim.
- 1472 **Interlocutor não identificado** – Secretaria Geral, sim.
- 1473 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
1474 Temos alguma posição contrária? Só para registro. Alguma abstenção? Então, a  
1475 gente deu como aprovado por unanimidade o segundo... Sávio, por favor sua  
1476 ressalva.
- 1477 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Agora, só fazendo a ressalva com  
1478 relação a esse ponto, para não passar, lembrando que o Grupo de Trabalho,  
1479 sempre a composição tem que ser do colegiado do CNPCT, composição principal  
1480 para votação, porque o grupo vai trazer para o colegiado. Os convidados que  
1481 estão participando da, claro, como sempre... Claro, exatamente, eles vão agregar,  
1482 mas não dentro de uma decisão, perfeito?
- 1483 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
1484 Obrigada Sávio pelo esclarecimento, mas sim, com certeza os votantes são  
1485 sempre os integrantes do Comitê.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1486 **Interlocutor não identificado** – Só uma dúvida, ficou paritária, não é? Por 2 e 2?

1487 Tá. Obrigado.

1488 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –

1489 Próximo, pedido de encaminhamento de exclusão da possibilidade de voluntariado

1490 do manual elaborado pela Coordenação-Geral em observância e pedido de que

1491 seja feita observância dos demais Princípios de Paris e do protocolo optativo...

1492 Facultativo, desculpa.

1493 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Com relação a esse ponto,

1494 presidência, eu acho que o que a colega colocou, a Isabel, eu acho que é uma

1495 preliminar aí que afastaria essa votação agora, porque? A apresentação do

1496 manual, eu acho que ele, ele deveria ser apresentado aqui pelo colegiado primeiro

1497 para a gente fazer qualquer destaque dentro do manual, porque aqui nós estamos

1498 votando realmente sem conhecer o conteúdo do manual. Então, eu pediria para

1499 colocar esse ponto ou para o fim do dia ou no próximo dia após o acesso integral

1500 do documento, não é?

1501 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Mas

1502 esse ponto foi apresentado. Então, esse a gente conhece, acho que a gente pode

1503 encaminhar algo sobre esse ponto específico, porque é esse foi apresentado.

1504 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – É porque logo na sequência, na

1505 apresentação do manual, acesso, pode ser que nós voltemos a votar alguns

1506 outros pontos do manual, então, eu acho que essa votação deveria ser em

1507 conjunto ou hoje no fim do dia vou amanhã no fim do dia.

1508 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Espera aí, espera aí.

1509 O Sávio falou, a Emily ele levantou?



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1510 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Emily,  
1511 sim.

1512 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – A Emily.

1513 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** –

1514 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Gente, então é só para  
1515 pontuar que o manual é do Ministério, então assim, não tolhendo a possibilidade  
1516 de vocês opinarem, enfim, têm todo o direito, mas o manual é do Ministério, ok?

1517 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Qual o nome do  
1518 colega lá da ponta? Edson. Então, tem o Matheus.

1519 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Então, concordando com a justiça global,  
1520 foi apresentado já, eu acho que a gente até já tinha colocado como sugestão para  
1521 a Vitória, endossada pelos demais, eu acho que tem que votar o que foi  
1522 apresentado, senão a gente até perde tempo, esquece, e por aí vai e Emily, já que  
1523 você falou, voltar a falar, a apresentação da Coordenação-Geral, se ela fizer de  
1524 um jeito... O Ministério fizer de um jeito e o Comitê fizer de outro a gente vai ter  
1525 dois manuais, cartilhas, não sei o nome. Então assim, fica sem sentido, entendeu?  
1526 É por isso. Então assim, o colega falou ali, não sei se foi o Sávio, enfim, alguém  
1527 falou está paritário? Está paritário. Então, que esse órgão paritário observe os  
1528 protocolos internacionais e a lei nacional.

1529 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – RENILA Marcelo,  
1530 você levantou foi o frei?

1531 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Fui eu, só para pedir esclarecimentos, porque o  
1532 encaminhamento da apresentação, eu acho que tem a ver também com isso, sabe  
1533 Emily? A resposta é da Carolina e a compreensão que a gente começa a ter mais  
1534 é isso, a Coordenação serve a dois senhores, o Comitê é um senhor, é o



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1535 colegiado, não é? Que ele tem toda uma regulamentação, mas só que também a  
1536 Coordenação serve ao Ministério. Nós, eventualmente podemos fazer  
1537 contradições, nós podemos divergir e nós podemos, inclusive interpelar o  
1538 Ministério. Então, eu acho que aí fica uma coisa... Tipo assim, fica complicado  
1539 para decidir, porque a pergunta do Matheus é nesse sentido, que o Ministério o  
1540 lance em que ele rompa o Tratado Internacional, problema dele. Aqui não. Então,  
1541 o que a Silvia que tem toda a função pedagógica, tanto com o governo, quanto  
1542 com a Sociedade Civil, em relação ao que nós assinamos ou então vocês do  
1543 governo façam o que na verdade, eu acho que é a vontade desse governo, que é  
1544 rasgar esse Protocolo Facultativo. Então assim, há liberdade do Ministério de fazer  
1545 uma cartilha com a contradição, com os pactos internacionais, mas não usa o  
1546 número Comitê sabe? É só para: "Eu não entendi o que você falou, você falou  
1547 assim. Isso é uma cartilha do Ministério." Para mim, isso foi de uma pedagogia  
1548 tremenda, porque aí eu entendi, certo? Então, o Ministério tenha a liberdade dele,  
1549 mas que a gente não confunda o papel do Ministério e o papel com Comitê. Então,  
1550 se a cartilha sair, ela teria, com o nome do Comitê, tem que ser aprovada aqui. Se  
1551 não, não vai sair com o nome do Comitê, se não o Ministério pode publicar a  
1552 cartilha. Aí vai ser solução e problema nacional, internacional deles, obrigado.

1553 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
1554 Edson.

1555 **Sr. Edson –** Bom-dia, é a minha primeira reunião aqui com vocês. Estou  
1556 obviamente, aprendendo aí com os mais antigos, eu concordo com a opinião do  
1557 colega quando diz que se a gente vai deliberar o próximo tópico que todos  
1558 teremos acesso e eu acho que a gente vai ter um tempo maior para se debruçar...

1559 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
1560 Edson, pode falar um pouco mais próximo do microfone, porque se não, não  
1561 grava.





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1562 **Sr. Edson** – Perdão. Inclusive com relação a outros temas, que porventura,  
1563 poderemos sugerir ali melhorias ou alterações. Então, se a gente no momento  
1564 exclui já um tema e depois a gente vai analisar todo o conjunto desse outro  
1565 manual, na próxima reunião pode ser que a gente retome com esse tema  
1566 novamente tratando do mesmo assunto. Então, eu concordo com a posição do  
1567 colega de deixar esse tema da exclusão para uma próxima reunião no momento  
1568 em que todos teremos oportunidade de analisar todo o manual.

1569 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Eu  
1570 vou colocar em votação então. 2.2 está na tela, a exclusão da possibilidade de  
1571 voluntariado do manual elaborado e observância dos demais Princípios de Paris e  
1572 Protocolo Facultativo... Desculpa... Facultativo. E iniciem as votações pelo Edson.  
1573 Favoráveis primeiro, depois a gente faz a rodada de contrários, depois de que faz  
1574 a rodada de abstenções. Só para entender.

1575 **Sr. Edson** – Tá, contrário.

1576 **Sra. Yuda (Ministério da Educação - MEC)** – Contrário, MEC.

1577 **Sra. Cláudia Leite (Ministério da Cidadania)** – Cidadania, contrário.

1578 **Sra. Maria Edilma (Ministério da Saúde)** – Ministério da Saúde, contrário.

1579 **Sr. Felipe (Secretaria de Governo)** – Secretaria de Governo contrário.

1580 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – SNPG contrária.

1581 **Interlocutor não identificado** – SNPIR contrária.

1582 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Ministério da Defesa é contrária.

1583 **Sr. Wanderson Pinheiro (Movimento Negro Unificado - MNU)** – Movimento  
1584 Negro Unificado favorável.



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 1585 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Somos é favorável.
- 1586 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
1587 Conselho Federal da OAB é favorável.
- 1588 **Sra. Célia Zenaide (Conselho Federal de Psicologia - CFP)** – Conselho Federal  
1589 de Psicologia é favorável.
- 1590 **Sra. Virgínia Berriel (Central Única dos Trabalhadores - CUT)** – CUT é  
1591 favorável.
- 1592 **Sra. Silvana Conti (União Brasileira de Mulheres)** – União Brasileira de  
1593 Mulheres é favorável.
- 1594 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – UFRN  
1595 favorável.
- 1596 **Sra. Isabel (Justiça Global)** – Justiça Global favorável.
- 1597 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE)** –  
1598 COADE favorável.
- 1599 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos)** –  
1600 Conectas favorável.
- 1601 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** –  
1602 EDUCAFRO, favorável.
- 1603 **Sr. Marcelo (RENILA)** – RENILA, favorável.
- 1604 **Interlocutor não identificado** – Depen, contrário.
- 1605 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
1606 Alguma abstenção no microfone, por favor. Então, foi aprovado por maioria.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1607 **Interlocutor não identificado** – Só para pedir o detalhamento numérico, por favor

1608 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – 12 a  
1609 9. Terceiro ponto: dar acesso ao teor do manual aos membros do Comitê? Acho  
1610 que isso não é nem para ser votado, não é? E isso é uma prerrogativa do próprio  
1611 Comitê. É só um encaminhamento, a gente pode colocar se concordarem,  
1612 aprovado por unanimidade, perfeito. Essa criação do GT Carol, já está criado, está  
1613 lá em cima, vou até apagar. O encaminhamento de duas coisas diferentes...

1614 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Vitoria, se me permite.

1615 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Sim,  
1616 se ajudarem os encaminhamentos.

1617 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Eu acho sobre esses dois encaminhamentos, que tem aí  
1618 uma interseção no final das contas a gente está falando de orçamento...

1619 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Da  
1620 mesma coisa, não é?

1621 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Da mesma coisa. Eu acho que a gente...

1622 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Como  
1623 é que a gente poderia encaminhar para ficar melhor? É um pedido de prestação  
1624 de contas sobre o orçamento de 2019 e 2020.

1625 **Sr. Marcelo (RENILA)** – É, porque exatamente, e que é fundamental para instruir  
1626 o planejamento, para a gente não ficar planejando coisas que a gente não vai  
1627 saber se é e exequível.

1628 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tá.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1629 **Sr. Marcelo (RENILA)** – E só uma dúvida, eu tinha feito outro encaminhamento e  
1630 eu não vi, que na verdade, é a apresentação da Coordenação sobre o  
1631 planejamento dela, mesmo que seja na a bipolaridade, tanto para o governo,  
1632 quanto para o Comitê, mas eu acho que a gente precisa saber e é mais do que  
1633 justo que a gente saiba quais são os planos para 2020 da Coordenação.

1634 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tá.  
1635 Então, eu colocaria, Marcelo, essa colocação dos orçamentos vai ficar um pouco  
1636 confuso, porque eu estou lendo aqui e eu acabo tirando a visibilidade de vocês,  
1637 mas o pedido de prestação de contas sobre o orçamento de 2019 e 2020 do  
1638 Comitê, do mecanismo eu retiraria, não é? Porque...

1639 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Eu acho que na verdade, está tudo junto. Está tudo junto.

1640 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
1641 Perfeito. E colocaria essa daqui em conjunto, porque seria um pedido só. Quais os  
1642 recursos disponíveis? Depois a gente registra aqui melhor, para as nossas  
1643 atividades, quais são possíveis de serem utilizadas para a contratação de  
1644 consultores e pessoal externo.

1645 **Sr. Marcelo (RENILA)** – E até mesmo a nível de esclarecimento, você quer ver  
1646 uma coisa? Como é que está hoje para o mecanismo? Se o mecanismo, com  
1647 autonomia que é pactuado internacionalmente, que ele deveria ter e aí ele tem  
1648 tido, mesmo com essa atipicidade, que a Carolina se refere, quer dizer, que no  
1649 favor e na concessão as coisas estão acontecendo, mas como é que está  
1650 acontecendo isso? Quer dizer, o mecanismo atualmente, ele tem que pedir, ele  
1651 tem que passar um ofício? Antes era diferente? Ele mesmo fazer esses  
1652 encaminhamentos, então, são coisas que a gente precisa saber.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1653 **Interlocutora não identificada** – Eu queria só confirmar uma compreensão que  
1654 eu tive, que eu não sei se esse manual vai ser apresentado ainda nessa reunião,  
1655 certo?

1656 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Pelo  
1657 que eu entendi, não. A proposta do Sávio era essa, o Sávio foi embora, de que...

1658 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Ele não  
1659 está pronto, gente. Está em fase final de diagramação.

1660 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tem  
1661 um texto, o texto está pronto.

1662 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Como sugestão, eu acho que quando ficar pronto,  
1663 encaminha e aí a comissão paritária, com o texto já em mãos, era legal que todos  
1664 tivessem e aí a comissão com o texto em mãos podem trabalhar em cima  
1665 também.

1666 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tá.  
1667 Então, aqui no 2.3 quando a gente coloca dar acesso ao teor do manual aos  
1668 membros do Comitê que já está aprovado, inclusive, a gente não estabeleceu  
1669 realmente com prazo mínimo, não sei, mas se acham interessante, nós podemos  
1670 estabelecer um prazo mínimo para que isso aconteça, mas aí também, conforme a  
1671 disponibilidade da Coordenação-Geral de concluir.

1672 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Só uma coisa Vitória, a Carol, pelo que eu entendi,  
1673 parece que o texto, o conteúdo está pronto.

1674 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Está  
1675 pronto, só a formatação que não.





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1700 até porque a gente não vai discutir isso nessa reunião. Então, vamos para o  
1701 próximo ponto. Apresentar o orçamento 2019/2020, incluindo  
1702 Comitê/Coordenação-Geral de mecanismo e aí as indagações também que estão  
1703 inclusas nesse ponto que tem que ser aprovados seriam quais os recursos  
1704 disponíveis para nossas atividades, quais são possíveis de serem utilizados para a  
1705 contratação de consultores e pessoal externo, mais alguma ponderação nesse  
1706 sentido a, não é? Que tem a ver com o orçamento?

1707 **Sr. Marcelo (RENILA)** – A minha ponderação é que quando a Carolina respondeu  
1708 à pergunta, Carolina, ela foi precisa na informação, ela falou que as coisas não  
1709 estão aprovadas ainda. Certo? Mas o fato de não está aprovada, não significa que  
1710 houve uma proposta. Certo? Então, pode ser que não esteja aprovado, porque  
1711 isso até a gente sabe, quem já trabalhou, quem entende de dinâmica de autarquia  
1712 ou de coisa pública que pode não ser aprovado, mas a instituição, a autarquia  
1713 original, ela tem de fazer uma proposta orçamentária, ela tem de ter uma previsão  
1714 orçamentária. Me corrija se eu estiver equivocado, porque a gente aprende é na  
1715 ignorância. Certo? Então, se aqui fosse diferente, aí você me informa, se não,  
1716 prazo que está encaminhado, por favor.

1717 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Caio.

1718 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – A minha proposta de  
1719 encaminhamento seria de que a Carol nos enviasse por e-mail a execução  
1720 orçamentária do ano passado, porque isso a gente já tem, não é? Estipula o prazo  
1721 que talvez, se o fosse possível nos enviasse qual foi a proposta enviada de  
1722 orçamento desse ano e que na próxima reunião, já votado e definido o orçamento,  
1723 ela pudesse nos apresentar e, inclusive nesse momento mais técnico que a gente  
1724 teve aqui no início, explicar aqui para o Comitê qual é o funcionamento dessa  
1725 dinâmica orçamentárias, porque as pessoas aqui, muitas não sabem como



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1726 funciona, mesmo eu. Então, de fato, nos explicar qual é o funcionamento, quais  
1727 recursos podem ser destinados a RH, viagem, etc., etc.

1728 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Mais  
1729 alguma questão relativa ao orçamento?

1730 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Não, é porque a Carol, quando ela estava respondendo  
1731 caio, ela disse que podia trazer de tarde. Então, tem coisa que, na verdade, a do  
1732 ano passado é uma dívida urgente, atinge a moral das pessoas que estão aqui.  
1733 Então, que se pague isso. E o resto, se tiver pronto, não precisa a próxima reunião  
1734 para ser encaminhado não, sabe? Então, eu só queria insistir da gravidade, da  
1735 importância eu acho que o governo é que tem que dizer se ele precisa de mais  
1736 tempo para poder enviar, se não, ele envia, se tiver pronto compartilha, eu acho  
1737 que não vejo problema e que inclusive isso possa ser feito ainda nessa reunião,  
1738 porque é coisa atrasada, Caio.

1739 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu acho que sim,  
1740 envia, a questão é que mesmo oceanos enviasse agora no início da tarde, a gente  
1741 abrir cerca não tem pauta para fazer isso. A gente já está com uma atrasada, a  
1742 gente iria criar uma pauta nova para discutir o orçamento?

1743 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Não, se me perdoe, você está negligenciado ou você não  
1744 está prestando atenção na importância que eu assinali lá atrás. A gente tem na  
1745 pauta uma coisa chamada planejamento, agora, me diga como é que você faz  
1746 planejamento se você não tem orçamento?

1747 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Mas é que o  
1748 orçamento desse ano, ela não tem.

1749 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Tem da previsão, Caio.





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1750 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Carol, tem como  
1751 trazer a previsão do orçamento?

1752 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Do  
1753 Comitê?

1754 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Não, do  
1755 Comitê, desculpa... A previsão orçamentária deste ano?

1756 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – O  
1757 Hebert disse que sim.

1758 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Do Comitê  
1759 ainda não têm a divisão, o que a gente pode ir atrás é o orçamento, o que a gente  
1760 pediu enquanto Ministério, mas que ainda não está dividido por colegiado cerca  
1761 etc.

1762 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – E aí  
1763 haveria uma previsão de quanto seria destinado deste orçamento total ao  
1764 orçamento do Comitê? Eu pergunto, porque eu não sou gestora pública, eu não  
1765 entendo disso. Então, só para eu conseguir entender o que acontece. Vocês  
1766 pedem o orçamento geral do Ministério e desse orçamento geral, parte é do  
1767 Comitê? Por favor, Hebert, faz o esclarecimento.

1768 **Sr. Hebert Barros (diretor de proteção e defesa dos direitos humanos)** – Bom  
1769 dia a todos, Hebert Barros, diretor de proteção e defesa dos direitos humanos,  
1770 unidade a qual está vinculada a Coordenação-Geral. O que Carol está trazendo é  
1771 que o orçamento de 2020 tem uma diferença total em relação aos orçamentos  
1772 anteriores, até o ano passado, nós tínhamos ações específicas por unidade  
1773 administrativa, praticamente. Para este exercício, nós temos praticamente três  
1774 grandes ações orçamentárias, uma ação orçamentária que financia o



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1775 funcionamento dos programas de proteção a pessoas ameaçadas, são os três  
1776 programas PPCAAM, Provita e PPDDH, um, uma ação orçamentária geral que  
1777 envolve praticamente todas as áreas temáticas do Ministério e uma ação  
1778 específica para o funcionamento dos colegiados. Então, dentro da ação específica  
1779 de funcionamento dos colegiados, estão previstos recursos para a manutenção,  
1780 realização das reuniões, basicamente do CNPCT, do CNDH, do CNPIR e de  
1781 outros colegiados. Neste momento, diante desse debate que todos devem estar  
1782 acompanhando na imprensa sobre as vinculações do orçamento que a gente  
1783 chama de resultado primário 9, ou seja, foi transformado praticamente metade do  
1784 orçamento em emenda de relator, esse bloco de valores relacionados à emenda  
1785 de relator está bloqueado por conta das discussões que estão em curso no  
1786 Congresso. Então, hoje na ação orçamentário dos colegiados temos metade  
1787 disponível e dentro dessa metade ainda não está feita a distribuição 1 a 1 dos  
1788 colegiados qual será. Então, essa informação nós não dispomos neste momento.  
1789 E da mesma forma, em relação a outra ação que seria a ação finalística que  
1790 poderia financiar o funcionamento da comissão... Da Coordenação, esse valor  
1791 está, salvo engano 80% bloqueado por conta dos debates de emenda de relator.  
1792 Então, também estamos relatando posicionamento final do Congresso, as  
1793 negociações com o Executivo para que aí sim tenhamos a noção de qual é a  
1794 disponibilidade total e, então, poderemos fazer a distribuição entre as áreas  
1795 temáticas do Ministério. Esse é um momento de dúvida. Praticamente o que tem  
1796 certos são as ações que estão canceladas de programa de proteção, esse tem lá  
1797 o orçamento já vinculado para cada um dos programas.

1798 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Eu  
1799 agradeço os esclarecimentos, se inclusive a gente conseguir fazer esse  
1800 esclarecimento a antes do nosso planejamento, porque na pauta da tarde de hoje  
1801 e inclusive, trazendo a questão orçamentária da execução orçamentária de 2019



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1802 seria muito útil para a gente, a gente sabe que mudou tudo, mas para a gente  
1803 conseguir se planejar. Marcelo, isso daria conta do que teu encaminhamento?

1804 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Eu acho que sim.

1805 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Para  
1806 o planejamento da tarde.

1807 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Agradeço muito, Hebert, pelo esclarecimento, entendeu?  
1808 Então assim, eu também nunca fui gestor público não, mas sou filho de contador e  
1809 trabalho em autarquia há muito tempo. Então, não existe essa conversa de que a  
1810 gente não sabe qual a previsão. Tem que trazer a previsão. Agora, se vai lograr a  
1811 previsão, aí é uma outra questão, é ponderável. Então, mas do resto eu acho que  
1812 a gravidade é, porque isso, se não for remediado e se não for ajustado o quanto  
1813 antes isso daí é falta de transparência e eu não estou para jogo para compactuar  
1814 com a falta de transparência em coisa pública.

1815 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Hum,  
1816 hum, por favor.

1817 **Sr. Hebert Barros (diretor de proteção e defesa dos direitos humanos)** – Só  
1818 para acrescentar uma informação, no âmbito do CNDH, no âmbito do CNDH que  
1819 temos enfim, já tem debatido e acompanhando há algum tempo, inclusive o CNDH  
1820 têm emendas parlamentares disponíveis para o seu funcionamento, o Ministério já  
1821 havia levado essa questão, inclusive pela necessidade de envolvimento do  
1822 colegiado no âmbito dos debates no Legislativo para viabilizar a garantia de  
1823 orçamento discricionário para o Executivo para viabilizar a implementação das  
1824 políticas públicas, não é? Basicamente para dizer o que acontece é que quando  
1825 uma emenda de um relator se torna impositiva, toda a deliberação sobre o que vai  
1826 ser, vai acontecer com aquele valor dependerá do relator, do dono da emenda, de  
1827 forma que no nosso caso, boa parte dos valores ficaria, não se tornariam mais



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1828 valores discricionários, seriam valores e positivos definidos pelo parlamentar.  
1829 Então, o CNDH, eu até gostaria de agradecer muito ao vice-presidente Leonardo  
1830 que está presente, nos ajudou imensamente nesse debate com o envolvimento,  
1831 inclusive das comissões de direitos humanos da Câmara e do senado, os  
1832 parlamentares que integram o CNDH participaram efetivamente nesse debate  
1833 para garantir a disponibilidade de modo discricionário do orçamento do Ministério,  
1834 obrigado.

1835 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
1836 Leonardo, inclusive agradecendo a sua presença, se tu puder estar aqui de tarde  
1837 também. Seria possível? Porque eu sei que disso você entende muito, para ajudar  
1838 a gente seria de grande valor. Então, a Carol colocou aqui... Herbert, obrigada  
1839 também pelos seus esclarecimentos. A Carol colocou aqui na tela o ponto que  
1840 estaremos votando agora, enviar execução orçamentária de 2019, a previsão  
1841 orçamentária de 2020 explicar o funcionamento do orçamento, RH... O que que é  
1842 RH, Carol? Desculpa, recursos humanos, diárias, etc. Isso para o item do  
1843 planejamento da tarde.

1844 **Interlocutor não identificado –** Pessoal, uma questão de ordem, eu acho que  
1845 isso seria uma obrigação, mas vocês acham que é importante votar uma  
1846 obrigação para reiterar?

1847 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –** Acho  
1848 que sim, como uma proposta de encadeamento. Para a tarde a Carol apontou aqui  
1849 que ela conseguiria apenas a execução orçamentária de 2019, é porque Carol, no  
1850 nosso planejamento da tarde, no planejamento do biênio, nós não temos pauta  
1851 extensa, na verdade, porque vai ser feita a proposta apenas de um biênio  
1852 temático... Mas eu não acredito que a gente vá conseguir fazer o planejamento de  
1853 um biênio de Comitê num item da tarde, essa é a questão e a gente iria inclusive  
1854 propor, já adiantando, uma reunião extraordinária para pensar o nosso



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1855 planejamento. É isso que eu digo. Então, a parte da tarde estaria perfeitamente  
1856 possível nós fazermos esses 2.4 na tarde, na parte do planejamento para explicar  
1857 como é que a gente planejará o nosso biênio, se há orçamento para isso, se em  
1858 fazer a gente está falando relatório, a gente não tem nem gente para redigir o  
1859 relatório, porque não tem dinheiro para pagar. Então, tá. Do modo que está  
1860 redigida, tem alguma expressão de fala ali do Marcelo? Só porque senão eu vou  
1861 fazer o encadeamento. Tá, ótimo. Então, eu vou fazer o encaminhamento para  
1862 essa votação da execução orçamentária de 2019, previsão de 2020 e o  
1863 funcionamento de diária, recursos humanos, etc. Isso, para o nosso e tem de  
1864 planejamento da tarde, ok? Começar a rodada, então, de votações. Marcelo, por  
1865 favor. A votação, está aberta a votação.

1866 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Por suposto, não é? Favorável.

1867 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** – Com  
1868 certeza, EDUCAFRO.

1869 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos)** –  
1870 Conectas também.

1871 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE)** –  
1872 COADE, também favorável.

1873 **Sra. Isabel (Justiça Global)** – Justiça Global, favorável.

1874 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – UFRN,  
1875 favorável.

1876 **Sra. Silvana Conti (União Brasileira de Mulheres)** – União Brasileira de  
1877 Mulheres, favorável.



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 1878 **Sra. Virgínia Berriel (Central Única dos Trabalhadores - CUT) - CUT,**  
1879 favorável.
- 1880 **Sra. Célia Zenaide (Conselho Federal de Psicologia - CFP) - CFP,** favorável.
- 1881 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) -**  
1882 Conselho Federal da OAB, favorável.
- 1883 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade) - Somos,** favorável.
- 1884 **Interlocutor não identificado - Depen,** favorável.
- 1885 **Sr. Wanderson Pinheiro (Movimento Negro Unificado - MNU) - MNU,**  
1886 favorável.
- 1887 **Interlocutor não identificado - SNPIR,** favorável.
- 1888 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global) - SNPG,** favorável.
- 1889 **Sr. Felipe (Secretaria de Governo) - Secretaria de governo,** favorável.
- 1890 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra) - Favorável,**  
1891 gabinete.
- 1892 **Sra. Maria Edilma (Ministério da Saúde) - Ministério da Saúde,** favorável.
- 1893 **Sra. Cláudia Leite (Ministério da Cidadania) - Cidadania,** favorável.
- 1894 **Sra. Yuda (Ministério da Educação - MEC) - MEC,** favorável.
- 1895 **Interlocutor não identificado - Secretaria Geral,** favorável.
- 1896 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) - Na**  
1897 verdade, contrários? Abstenções? Então, está aprovado por paridade. Essa  
1898 questão aqui de baixo, Carol, é o que a gente acabou de discutir. Seria isso?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1899 **Sr. Marcelo (RENILA)** – O encaminhamento que eu tinha reclamado que tinha  
1900 sido ouvido.

1901 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Que  
1902 não estava, estava aqui embaixo?

1903 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Está embaixo, me perdoe.

1904 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – É  
1905 falha de visualização aqui do documento. Esse, pode tirar. O 2.5 é a apresentação  
1906 por parte da Coordenação-Geral do seu planejamento de 2020 que seria o  
1907 encaminhamento, na verdade, da agenda de vocês, do planejamento da  
1908 Coordenação-Geral, eu não lembro quem fez a proposta de encaminhamento, foi  
1909 o Marcelo. Ótimo, então, na verdade, se tiver... É que na verdade, todas as nossas  
1910 próximas reuniões terão como ponto de pauta os informes da Coordenação-Geral.  
1911 Não sei se seria necessário votar ou se sentem mais confortáveis votando, mas na  
1912 próxima reunião, a Carol já se colocaria à disposição para fazer essa  
1913 apresentação do planejamento de 2020, o que que tu acha Carol? Se tu achar que  
1914 é necessário votar, a gente vota, mas...

1915 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Eu fiz o encaminhamento...

1916 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Quer  
1917 colocar em votação, Marcelo?

1918 **Sr. Marcelo (RENILA)** – O encaminhamento foi esse, por favor.

1919 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
1920 Então, começando a votação por você.

1921 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Favorável.



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 1922 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO) –**  
1923 Favorável.
- 1924 **Interlocutor não identificado – Favorável.**
- 1925 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE) –**  
1926 Favorável.
- 1927 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
1928 Entidade?
- 1929 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE) –**  
1930 COADE, favorável.
- 1931 **Sra. Isabel (Justiça Global) – Justiça Global, favorável.**
- 1932 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – UFRN,**  
1933 favorável.
- 1934 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) – Um**  
1935 minuto, um minuto, por favor. Conectas já foi. Justiça global já foi, UFRN... Já foi.
- 1936 **Sra. Silvana Conti (União Brasileira de Mulheres) – União Brasileira de**  
1937 Mulheres, favorável.
- 1938 **Sra. Virgínia Berriel (Central Única dos Trabalhadores - CUT) – CUT,**  
1939 favorável.
- 1940 **Sra. Célia Zenaide (Conselho Federal de Psicologia - CFP) – CFP, favorável.**
- 1941 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
1942 Conselho Federal da OAB.
- 1943 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade) – Somos.**







## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1966 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Que  
1967 já é um encaminhamento da última reunião, na verdade, não é? A gente reitera,  
1968 está ótimo. Podemos colocar em votação? Eu vou fazer uma coisa mais fácil.  
1969 Aqueles que são contrários, se manifestem no microfone. Abstenções, se  
1970 manifestem no microfone. Então, está aprovado por unanimidade, Carol, e tu só  
1971 copia e cola o que está ali em cima. A próxima proposta de encaminhamento é de  
1972 envio de ofício, aí me corrijam, inclusive para onde enviaríamos esse ofício, eu  
1973 coloquei ao gabinete, mas de maneira muito a ampla, para esclarecimento sobre a  
1974 não nomeação do suplentes requeridos pela Sociedade Civil, inclusive se algum  
1975 membro do governo pudesse esclarecer para a gente o porquê que isso  
1976 aconteceu, se é uma demora de Decreto, etc., porque a gente viu que os  
1977 membros do governo saiu a nova nomeação, mas os nossos pedidos de  
1978 alteração, não sei se tem titularidade ou só suplência, não sei, isso não saiu e aí a  
1979 gente não teve mais respostas sobre essa questão. Então, se alguém pudesse  
1980 esclarecer o claro, se não souberem e a gente encaminharia um ofício pedindo  
1981 esclarecimento sobre isso. Ofício melhor, não é? Tá, sem problema. Para quem  
1982 que a gente envia esse ofício? Não, porque a informação da Coordenação-Geral a  
1983 gente já tem.

1984 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Seria ao  
1985 gabinete da Ministra?

1986 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
1987 Marco? Tu quer se comprometer a alguma coisa aqui na reunião, Marco?

1988 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** –  
1989 Esclarecimento não, a secretaria vai subsidiar o gabinete de toda forma. Então, se  
1990 quiserem mandar diretamente para a Ministra, não tem problema nenhum. A  
1991 gente... A gente vai responder.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

1992 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Mas  
1993 assim, você não quer, não quer se comprometer a alguma coisa aqui na reunião  
1994 de que vai sair essa nomeação, é porque de teve essa dificuldade, Marco, sendo  
1995 muito sincera contigo. As nomeações do governo saíram e da Sociedade Civil a  
1996 gente não sabe por que não saiu no mesmo Decreto. Então, não dá nem para  
1997 dizer que foi porque o Decreto não conseguiu ser publicado, porque ele foi, com  
1998 as nomeações do governo.

1999 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Sei.

2000 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Com  
2001 as nomeações do governo, a gente queria entender o porquê houve esse  
2002 obstáculo para a substituição da Sociedade Civil especificamente.

2003 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Como é que  
2004 é? Não, oficia o gabinete, é melhor. Aí o gabinete vai responder, está bom?

2005 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Aí a  
2006 gente vai, então, enviar o ofício ao gabinete da Ministra pedido esclarecimentos  
2007 sobre a não nomeação... É só suplente, Carol? Qual tem... Tá, tá. Sobre a troca,  
2008 não é? Na verdade, porque nomeados estamos, mas a troca das nomeações.  
2009 Então, está colocado para votação isso. Iniciando pela RENILA, por favor.  
2010 Marcelo, votação.

2011 **Sr. Marcelo (RENILA)** – A favor.

2012 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** – A  
2013 favor, EDUCAFRO.

2014 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE)** –  
2015 COADE, a favor.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2016 **Sra. Isabel (Justiça Global)** – Justiça Global, a favor.
- 2017 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – UFRN,  
2018 favorável.
- 2019 **Sra. Silvana Conti (União Brasileira de Mulheres)** – União Brasileira de  
2020 Mulheres, favorável.
- 2021 **Sra. Virgínia Berriel (Central Única dos Trabalhadores - CUT)** – CUT,  
2022 favorável.
- 2023 **Sra. Célia Zenaide (Conselho Federal de Psicologia - CFP)** – CFP, favorável.
- 2024 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
2025 Conselho Federal da OAB, favorável.
- 2026 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Somos, favorável.
- 2027 **Interlocutor não identificado** – Depen, favorável.
- 2028 **Sr. Wanderson Pinheiro (Movimento Negro Unificado - MNU)** – MNU,  
2029 favorável.
- 2030 **Interlocutor não identificado** – SNPIR, abstenção.
- 2031 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – SNPG, favorável.
- 2032 **Sr. Felipe (Secretaria de Governo)** – Segov, favorável.
- 2033 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Gabinete,  
2034 favorável.
- 2035 **Sra. Maria Edilma (Ministério da Saúde)** – Ministério da Saúde, favorável.
- 2036 **Sra. Cláudia Leite (Ministério da Cidadania)** – Cidadania, favorável.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2037 **Sra. Yuda (Ministério da Educação - MEC) – MEC, favorável.**

2038 **Interlocutor não identificado – SG, favorável.**

2039 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
2040 Nenhum contrário? Então, 1 abstenção apenas da SNPIR, é assim que se fala?  
2041 Não, tem mais uma proposta de encaminhamento minha, na verdade que eu  
2042 perguntei para a Carol, mas imagino que a informação que ela tenha, ela já tenha  
2043 me dado. E aí seria também uma proposta de envio de ofícios solicitando as  
2044 atualizações sobre as denúncias enviadas contra o mecanismo, a gente queria  
2045 saber em que pé isso ficou que foi um pedido que eu fiz...

2046 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura) –** Desculpa,  
2047 foram feitos os ofícios, o mecanismo respondeu, a gente tramitou para  
2048 conhecimento do gabinete como foi, como tinha sido orientado nesse ofício para o  
2049 gabinete da Ministra, tinha uma indicação: "Ah, eventuais pagamentos que sejam  
2050 informados aqui para o colegiado." A gente não recebeu nenhuma atualização,  
2051 podemos verificar se teve, por acaso, o pessoal não respondeu e encaminhamos  
2052 a cópia das respostas do mecanismo para associação brasileira de psiquiatria e  
2053 para o CRM conforme... Para o CRM DF para conhecimento, foi o que tinha sido  
2054 indicado com a pontuação sobre a competência do Comitê em relação ao  
2055 afastamento cautelar. Então, a gente não recebeu nenhum retorno do CFM ou da  
2056 ABP.

2057 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –** A  
2058 minha proposta seria de envio de novo ofício ao gabinete para inteirar a gente se  
2059 houve novos armamentos dessa questão das denúncias, me ajudem se isso faz  
2060 sentido, para que enviem ao Comitê, porque a Carol enviou ofício, eu entendo,  
2061 mas não houver resposta em relação aos pagamentos de denúncia.

2062 **Interlocutor não identificado –** É um protocolo formal ou é um e-mail?



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2063 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – É um  
2064 ofício pelo SEI que isso é enviado.

2065 **Interlocutor não identificado** – Então, tem um protocolo formalizado?

2066 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tem.  
2067 A Carol, digamos, consegue acessar o andamento.

2068 **Interlocutor não identificado** – Tá, o que a gente faz as vezes com o Judiciário e  
2069 outros órgãos, às vezes parece uma coisa boba, mas dá certo, você envia o ofício,  
2070 dar uma ligada: "Olha, se recebeu? E não recebeu?" Porque às vezes parece que  
2071 não é nem que não quis responder, é que está numa pilha, sei lá.

2072 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
2073 Edson, por favor.

2074 **Sr. Edson** – Eu acho que a gente às vezes poderia pedir também, não sei se já foi  
2075 feito, como eu disse, eu acabei de entrar hoje, uma apresentação desse tema, não  
2076 sei se na próxima reunião com alguma outra...

2077 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – De  
2078 qual tema? Desculpa.

2079 **Sr. Edson** – Estamos falando sobre as denúncias, não é isso?

2080 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Isso,  
2081 já foram tratadas aqui no Comitê.

2082 **Sr. Edson** – Já vieram aqui, todos já sabem?

2083 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Já, já  
2084 recebemos a íntegra das denúncias, já debatemos sobre isso.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2085 **Sr. Edson** – Então, é só um encaminhamento do que foi feito depois?

2086 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Isso,  
2087 nós tiramos o encaminhamento que seria enviar uma resposta, depois você pode  
2088 ver no Sumário Executivo, inclusive que é a memória das nossas antigas reuniões.

2089 **Sr. Edson** – Tá.

2090 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – As  
2091 respostas que seriam dadas a essas denúncias e foi aprovado aqui na nossa  
2092 plenária e o nosso questionamento agora é: enviamos esses ofícios de resposta.  
2093 Agora, gostaríamos de saber quais são os próximos passos que estão sendo  
2094 tomados pelo Ministério de direitos humanos... Ministérios da mulher, família e  
2095 direitos humanos. Essa é a indagação, na verdade.

2096 **Sr. Edson** – Está bom.

2097 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – O que  
2098 a plenária poderia fazer, já foi feita, digamos assim.

2099 **Sr. Edson** – Está certa, obrigado.

2100 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
2101 Então, a minha proposta de encaminhamento é de novo ofício ao gabinete da  
2102 Ministra, não é? Sobre se houve novos mandamentos sobre as representações  
2103 referentes ao mecanismo. Faz sentido para vocês?

2104 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Eu acho que faz todo sentido.

2105 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Só para  
2106 esclarecer...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2107 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Sim,  
2108 Marco.

2109 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Desculpa, só  
2110 para esclarecer, para até onde eu sei, isso está sendo processado na corregedoria  
2111 do Ministério.

2112 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
2113 Justamente, é esse tipo de informação que a gente quer ter.

2114 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Então, talvez  
2115 seria até importante, ao invés de oficiar o gabinete, oficiar diretamente ao  
2116 corregedor, porque, pelo que eu saber desses processos já foram instaurados,  
2117 agora, em que fase estão, eu não sei.

2118 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Mas  
2119 Marco é justamente esse tipo de informação que a gente pediu para vocês  
2120 mandarem para a gente e nunca recebemos, sabe? A gente pediu se houver  
2121 instauração de processo... É PAD?

2122 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – É... Não sei se  
2123 é PAD ou sindicância, eu sei que...

2124 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tá  
2125 então de PAD ou sindicância que nos avisem, e aí esse retorno a gente nunca  
2126 teve.

2127 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Mas seria bom  
2128 oficiar ao corregedor, Vitória. Está bem? Ao invés do gabinete, porque o  
2129 corregedor tem o controle disso que está acontecendo, só uma sugestão.





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2130 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Está  
2131 ótimo, perfeito. Não, está acatado. Então, ao gabinete e ao corregedor, a  
2132 corregedoria ou ao corregedor, não sei.

2133 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Vitória?

2134 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
2135 Marcelo.

2136 **Sr. Marcelo (RENILA)** – É só para agradecer, eu acho que é muito importante a  
2137 sua lembrança de ter feito esse encaminhamento, porque de fato, como você  
2138 historicizou o que a gente poderia ter, a posição do Comitê já foi tomada em  
2139 relação a isso que chegou como uma matéria, mas de a gente lembrar pelos  
2140 pactos internacionais e também pelo próprio objetivo do Comitê, que o Comitê, ele  
2141 tem uma vocação e ele tem uma obrigação de proteção do mecanismo nacional  
2142 de prevenção e combate à tortura. E nas discussões que tivemos aqui, a Silvia  
2143 também ajudou muito naquela época e tem de que, primeiro, foi a primeira vez  
2144 que aconteceu algo parecido de uma representação contra o exercício dos peritos,  
2145 então, não é personalismo em relação a perito A, perito B, mas em relação ao  
2146 exercício dos peritos, certo? Então, acho que é mais do que saudável e é  
2147 fundamental eu acho que eticamente, que o Comitê possa fazer esse  
2148 encaminhamento, certo? Porque aí a preocupação assim, só para poder explicar  
2149 aos colegas.gov também, a nossa preocupação com o monitoramento disso,  
2150 porque significa dizer, claro que a gente sabe e é do direito do Ministério, abrir  
2151 sindicância, dizer que houve... Como é que fala? Que possa ter havido uma  
2152 conduta inapropriada, já o Comitê, que o Ministério posso dizer isso, mas já o  
2153 Comitê, ele é vocacionado e ele é obrigado a defender o exercício e a integridade  
2154 e a liberdade do exercício, porque se não, a gente desmonta a casa toda. Tá? Só  
2155 para lembrar da gravidade da importância do monitoramento disso que você está  
2156 trazendo. Então, que seja feito para o Ministério, que seja feito para outras



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2157 instâncias e que também a gente tenha esse zelo de continuar procurando saber  
2158 sobre essa situação. Então, parabéns Vitória.

2159 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
2160 Então, eu vou colocar em votação, começando pelo Marcelo.

2161 **Sr. Marcelo (RENILA) – Favorável.**

2162 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO) –**  
2163 Favorável, EDUCAFRO.

2164 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE) –**  
2165 COADE, favorável,

2166 **Sra. Isabel (Justiça Global) – Justiça Global, favorável.**

2167 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – UFRN,**  
2168 favorável.

2169 **Sra. Silvana Conti (União Brasileira de Mulheres) – União Brasileira de**  
2170 Mulheres, favorável.

2171 **Sra. Virgínia Berriel (Central Única dos Trabalhadores - CUT) – CUT,**  
2172 favorável.

2173 **Sra. Célia Zenaide (Conselho Federal de Psicologia - CFP) – CFP, favorável.**

2174 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
2175 Conselho Federal, favorável.

2176 **Interlocutor não identificado – Depen, favorável.**

2177 **Sr. Wanderson Pinheiro (Movimento Negro Unificado - MNU) – MNU,**  
2178 favorável.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2179 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Um  
2180 minuto, um minuto, que o caio não votou.

2181 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Somos, favorável.

2182 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Foi o  
2183 Depen, já.

2184 **Interlocutor não identificado** – SNPIR, favorável.

2185 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – SNPG, favorável.

2186 **Sr. Felipe (Secretaria de Governo)** – Segov, favorável.

2187 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – SG,  
2188 Favorável.

2189 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
2190 Abstenções? Então, está aprovado por unanimidade. Conectas saiu, ainda é  
2191 unanimidade, não é? Porque ele só não está presente. Presidido aqui os  
2192 trabalhos, eu vou propor que a gente encerre a reunião agora ao meio-dia, retome  
2193 à 1h da tarde, com, então, essa inversão de pauta, apresentação do relatório que  
2194 estava prevista agora para às 11h e inicia à 1 em ponto. Tudo bem? Então, eu dou  
2195 por encerrada o período da manhã da 26ª reunião, primeiro dia, 1 da tarde gente,  
2196 por favor.

2197

2198 **Dia 09/03/2020 – Tarde:**

2199 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Boa  
2200 tarde a todos e todas, eu vou dar início aos trabalhos da tarde do primeiro dia da  
2201 26ª Reunião do Comitê, Carol, quer que eu faça a contagem de quórum? Eu vou



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 2202 pedir para que fale ao microfone as entidades presentes, só para a gente fazer o  
2203 quórum de início da reunião. Começando lá pela RENILA.
- 2204 **Sr. Marcelo (RENILA)** – RENILA, Marcelo.
- 2205 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** –  
2206 EDUCAFRO, David.
- 2207 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Só  
2208 um minuto. Henrique, pode continuar.
- 2209 **Sr. Henrique (Conectas)** – Henrique, Conectas.
- 2210 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE)** –  
2211 Rodrigo COADE.
- 2212 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Cândida,  
2213 UFRN.
- 2214 **Sra. Silvana Conte** – União brasileira de mulheres, Silvana Conte.
- 2215 **Sra. Virgínia Berriel** – Virgínia Berriel, central única dos trabalhadores.
- 2216 **Sra. Célia Zenaide (Conselho Federal de Psicologia)** – Célia Zenaide, Conselho  
2217 Federal de Psicologia.
- 2218 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
2219 Vitória Buzzi, Conselho Federal da OAB.
- 2220 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Caio, Somos -  
2221 Comunicação, Saúde e Sexualidade.
- 2222 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (Departamento Penitenciário Nacional -  
2223 Depen)** – Abel, Depen.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2224 **Sr. Wanderson Pinheiro (Movimento Negro Unificado - MNU)** – Wanderson  
2225 Pinheiro, Movimento Negro Unificado.
- 2226 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sávio Andrade,  
2227 Ministério da Defesa.
- 2228 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Emily, SNPG.
- 2229 **Sra. Maria Dilma (Ministério da Saúde)** – Ministério da Saúde, Dilma.
- 2230 **Sra. Cláudia Leite (Ministério da Cidadania)** – Cláudia, Cidadania.
- 2231 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Nós  
2232 vamos dar início então ao item três da nossa pauta que estava previsto para as 11  
2233 da manhã e tivemos que reorganizar agora para a tarde, é uma pauta política de  
2234 apresentação do relatório LGBT nas prisões do Brasil, diagnóstico dos  
2235 procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Quem é o  
2236 facilitador dessa pauta vai ser Marina Rendel, é isso? Raidel, de perdão, perdão,  
2237 que é diretora do departamento de promoção dos direitos de lésbicas, gays,  
2238 bissexuais, travestis e transexuais. Marina, eu vou pedir para tu vir aqui na frente  
2239 para fazer... Está ótimo, Gustavo, fique à vontade. Marina, a gente pode fazer,  
2240 talvez, um acordo, vai ser 1h, o mesmo tempo que vocês tinham pela manhã, mas  
2241 como a gente sabe que sempre tem discussão e encaminhamentos, talvez meia  
2242 hora de fala de vocês e meia hora de discussão e encaminhamentos, fica  
2243 suficiente? Está ótimo. Então, eu passo a palavra.
- 2244 **Sra. Marina Rendel (diretora do Departamento de Promoção dos Direitos**  
2245 **LGBT)** – Bom, enquanto isso eu vou falando. Boa tarde a todas as pessoas,  
2246 primeiro eu queria agradecer a esse colegiado por estar aqui falando um pouco  
2247 sobre esse projeto, na verdade, contextualizar esse projeto partiu de uma visita  
2248 que eu estive na Papuda, em 2017, final de 2017 e uma visita que eu fui



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2249 convidada, mas que na verdade, era uma denúncia de que presos LGBT estavam  
2250 guardando armas nos seus ânus para, na visita ao pátio replicar essas armas para  
2251 outros presos. E como eles se negaram de fazer essa ação, digamos assim, eles  
2252 também ficaram privados de não poder ir ao sol. Então, quando nós chegamos lá,  
2253 era eu e o Presidente do conselho distrital de direitos humanos aqui do DF, o  
2254 Michel Platinet, quando nós chegamos lá, a realidade era bem outra, vocês sabem  
2255 que a prisão é uma realidade muito difícil, com certeza, só que a nossa população  
2256 ainda é mais difícil e aí lá a gente constatou conversando com 3 ou 4 pessoas de  
2257 um caos, nós tínhamos pessoas vivendo com HIV, Aids sem tratamento, pessoa  
2258 com suspeita de tuberculose e um relato de tortura onde compressão e deitou e  
2259 32 pisaram em cima dele. Então, eu saí de lá chocada com essa situação toda e  
2260 aí quando nós, quando eu voltei, eu pensei: "Não, nós temos que ver assim, na  
2261 Papuda, que aqui pertinho, a gente tem essa realidade, imagina como é que está  
2262 o resto do Brasil." E aí, chamamos, conversamos primeiramente com o Depen e aí  
2263 eu ressalvou aqui, agradeço também ao depende assim, por nos facilitar esse  
2264 trabalho também, sem o Depen a gente não conseguiria acessar as prisões,  
2265 então, a gente começou um diálogo bem o estreito com o Depen, o diálogo foi  
2266 muito positivo e a gente continua nesse diálogo constante, através do nosso  
2267 Coordenador aqui. Então, foi isso assim, então, foi a partir de uma realidade, eu  
2268 voltei e pensei: "Não, nós temos que ver alguma coisa a nível de Brasil." A gente  
2269 já sabia que tinha um trabalho, inclusive do Somos que já tinha feito algum  
2270 trabalho assim, mas a gente precisava pensar a nível de governo, o que a gente  
2271 poderia fazer. E aí então, nós construímos esse projeto, que ele foi fruto, então,  
2272 essa primeira iniciativa, depois de diversos diálogos para construir. E aí quando a  
2273 gente pensou nesse diagnóstico, claro que já antecipo, quem já olhou, claro que  
2274 ele é um primeiro, ele vai ter algumas falhas, ele tem algumas dificuldades,  
2275 inclusive por conta do próprio acesso a esses lugares, o nosso consultor que está  
2276 aqui, que foi o Gustavo Passos, ele percorreu os 26 estados e o DF, só que claro,  
2277 ele não conseguiu acessar todas as cadeias, até porque o tempo era muito curto,



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2278 a pesquisa tinha prazo para iniciar e para concluir que esse trabalho. Mas a gente  
2279 conseguiu buscar pelo menos um panorama com pouco maior do que a gente viu  
2280 dentro da Papuda. Então, a partir disso a gente já começou vários  
2281 desdobramentos desse relatório, acho que o Gustavo pode ir passando. Então  
2282 assinei, claro, brevemente, a gente vai falar, mas o relatório está à disposição,  
2283 está no site, inclusive que algumas pessoas achavam que nós não íamos pôr, que  
2284 a Ministra não ia publicar, ela fez questão de publicar esse material, porque pelo  
2285 que a gente sabe, é um primeiro relatório que o governo faça a nível de mundo,  
2286 não é Sílvia? Eu acho que o consultor da ONU falou isso para nós. Então, isso  
2287 também dar um pouco de garantia de que a gente conseguiu, pelo menos fazer e  
2288 estar à disposição desses dados, inclusive foram citados recentemente pelo  
2289 próprio fantástico nos dois programas que aconteceram sobre a questão das  
2290 pessoas trans no cárcere, inclusive eu queria aqui ressaltar que a Suzy que é a  
2291 detenta que está nas mídias, para vocês verem como é complexo, não é? A nossa  
2292 população já sofre fora, dentro da cadeia ela também acaba cometendo de novo  
2293 esse sofrimento, porque o se parar para pensar, o crime que ela cometeu, muitos  
2294 estão lá dentro cometendo esse crime, mas parece que reforça um pouco de que:  
2295 "Ah, é uma transexual que cometeu aquele crime." Não é? Então, eu queria só  
2296 descer aqui que essas mídias se estão rolando, tudo isso mais é para dizer,  
2297 reforçar o preconceito que foram justamente investigar a vida dela, o processo  
2298 dela, só porque ela era uma trans que ganhou mídia, porque foi abraçada pelo  
2299 Dráuzio Varella no Fantástico, não é? Enquanto que outras pessoas que estão lá,  
2300 não se quer sabe muitas vezes o crime que aconteceu. Agora, eu gostei muito da  
2301 resposta dele. Em, não sei se você acompanhou na Nota, que ele é um médico,  
2302 ele não é juiz. Já deu um tapa de luva em todo mundo que estava preocupado  
2303 com o crime que Suzy cometeu, mas enfim, então, eu acho que... Gustavo, pode ir  
2304 passando algumas questões. Então, a ideia é justamente era também mandar um  
2305 questionário, então, aqui vejam que nós tivemos 1499 unidades enviadas, 508  
2306 responderam o questionário e dessas 508, 106, aí já demonstra também uma



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2307 dificuldade de pensar um dado quantitativo, não é? A partir desses dados que nos  
2308 remetem aí. Pode passar. Bom, aí a estrutura realmente, foi dialogado a partir, foi  
2309 dialogado com as pessoas do cárcere e as narrativas, então, que aparece, os  
2310 padrões de procedimento e os efeitos desencadeados nessa prática, assim como  
2311 a gente percebe que dentro da prisão a gente vai encontrar diversas dificuldades  
2312 também por N situações, pode passar. Bom, aí é mais um mapeamento ele está  
2313 todo disponível lá, vocês podem acessar, esse é 1 mapeamento das celas LGBT  
2314 que foram constatadas por região, aí também o Gustavo, a partir de uma ida para  
2315 o norte, que ele foi em todas, ele chegou, no norte não se tinha nenhum registro  
2316 de uma cela ou ala específica, o que também dificultou, mas a partir da ida dele, o  
2317 Pará também já trouxe uma ideia de um espaço, criou-se uma cela, uma ala, é. E  
2318 Rondônia que criou, não é? Então assim, mais para a gente pensar que a partir  
2319 dessas idas também *in loco* provocou uma sensibilização para os gestores, para  
2320 as pessoas que estão envolvidas diretamente nesse lugar. Então, a partir do  
2321 método quantitativo, então, ele traz um pouco dessa autodeclaração que também  
2322 é uma dificuldade para vocês pensarem como ele mesmo relatou que ele chegou  
2323 em Manaus, por exemplo, no período que houve aquela rebelião. Então, lá  
2324 ninguém se autodeclarou LGBT, até porque seriam alvo já de morte naquele lugar.  
2325 Então, também a essas dificuldades, a pessoa se autodeclarar, muitas vezes que  
2326 num espaço como aquele. Aí a partir desse dado, parece que o Depen já fez uma  
2327 nova, uma nova pesquisa a partir disso, já tem dados maiores do que esse aí,  
2328 inclusive a gente já está propondo uma errata no próprio relatório, porque se não  
2329 me engano, tem quantos? Então, vejam, já dobrou ali os dados, não é? Então  
2330 assim, aí traz um pouco também dessa questão da população como está, a  
2331 maioria, a maioria das visitas foram nas masculinas e aí, então, vai aparecer,  
2332 enfim, isso tudo são gráficos que aparecem. Há aí também um dado interessante  
2333 que os crimes não são crimes sexuais, apesar de sermos colocados como  
2334 criminosos sexuais, muitas vezes em alas ou celas onde estão os criminosos  
2335 sexuais, a maioria dos dados apontam que é tráfico e roubos os índices maiores,





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2336 então, quer crescer, também para pensar que tipo de dificuldade que a gente vive  
2337 aqui fora, que a gente também chega lá dentro com esse mesmo crime? Que é o  
2338 crime do tráfico. Ou o crime do roubo, não é? Pode ir passando. As auto  
2339 declarações, como a gente falou que aqui são também, como é que eu vou me  
2340 declarar ou autodeclarar, houve também um dado que aparece que está havendo  
2341 um aumento dessas autodeclarações mesmo homens que se dizem héteros, mas  
2342 muitas vezes, por questão de proteção ou querem ficar fugindo de algum lugar ou  
2343 de outro, eles acabam se autodeclarando LGBTs, para poder ir para as celas  
2344 LGBT. Então, também se percebe um pouco desse índice maior, não é? Acho que  
2345 pode ir passando. Aí assim, para pensar um pouco sobre as convergências, sobre  
2346 os procedimentos. Então, pensar nesses locais como a resolução, a partir daquela  
2347 resolução de 2014 e aí, porque essa tendência dessa designação de pressões  
2348 enquanto unidades de referência? Houve uma cogitação: "Ah, vamos criar alas,  
2349 presídios..." Não, a gente não quer, porque acaba virando uma segregação.  
2350 Então, pensar também que se quer cumprir a sua pena, mas se quer proteção do  
2351 estado. Então, de que forma? É pensar em espaços específicos, não é? Nós  
2352 estamos costurando já a partir desse documento também uma... Desculpa uma  
2353 normativa, uma portaria interministerial com os dois Ministérios para regulamentar  
2354 um pouco desse espaço também, porque a resolução em si, ela não tem caráter,  
2355 não tem peso de lei. Ela é, muitas vezes acaba sendo uma recomendação, é uma  
2356 orientação. Então, a ideia é justamente a gente pensar também nesse documento,  
2357 entre os dois Ministérios da justiça e dos direitos humanos para a gente poder,  
2358 então, a partir dele, então poder até dialogar mais próximo desses lugares com as  
2359 instituições e com os governos. Então, essa é uma ideia, pensar que a população  
2360 de travestis e transexuais mulheres transexuais e travestis preferem permanecer  
2361 dentro da cadeia masculina, mas com lugar específico, porque na feminina  
2362 também são poucas as que tiveram uma experiência muito difícil, pediram para  
2363 voltar, segundo relatos também que se pegou. Também pensar de que muitas  
2364 vezes que ali, como a gente fala, os homens transam, eles sofrem violência por



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2365 serem homens trans, e estão numa cadeia masculina. Então, eles vão ter que, por  
2366 medidas de segurança, permanecer na feminina justamente por conta dessa  
2367 questão, não é? E aí também pensar nesses padrões que a gente tem feito, de  
2368 que forma esses padrões de violência e a garantia dessa manutenção desse  
2369 lugar, principalmente na questão de identitária, porque ainda a gente vai ter  
2370 lugares que cortam o cabelo, que as vestimentas não são as vestimentas que nos  
2371 reconhecem, não é? Que nós nos reconhecemos, o respeito ao nome social,  
2372 enfim. Uma série de coisas que a gente precisa pensar a partir desses dados que  
2373 trouxeram. Como eu disse, ele tem mais um dado quali do que quantitativo hoje,  
2374 porque como eu falei, nós temos vários indicadores que são ainda dificultar essa  
2375 totalidade de dados, mas como primeira experiência eu acho que foi muito positivo  
2376 desse projeto, porque ele vai, de certa forma, já deu uma mexida no sistema, eu  
2377 acho que o próprio Depen já tem pensado outras ações a partir disso que o Depen  
2378 lançou uma Nota Técnica com várias questões que ficou no ar até 31 de janeiro,  
2379 se não me falha a memória, sobre justamente os padrões que a gente pode  
2380 pensar a partir dessas questões que são elencadas nesse relatório, enfim, todas  
2381 as questões. Nós temos um Grupo de Trabalho no Depen que ele está desde  
2382 2018, que foi puxado pelo Depen e a gente faz parte. Então, a gente discutiu  
2383 também os manuais e procedimentos de como trabalhar com essa temática,  
2384 porque também é uma colocação, os agentes também dizem: "Ah, nós não  
2385 sabemos como lidar com essa população." Então, sempre é o não saber. Então, a  
2386 gente vai ter que aprender, não é? A ideia é justamente essa. Então, a partir do  
2387 desencadeamento desse relatório, ele vai então, nos dá uma série de  
2388 encaminhamentos. Essa semana mesmo gente já vai ter uma agenda provocada  
2389 também com o Depen para a gente pensar ações de cidadania LGBT, porque o  
2390 Depen já tem o esse projeto, não é? Cidadania dentro dos presídios, só que agora  
2391 a gente vai especificamente trabalhar com a pauta LGBT e nós vamos começar no  
2392 Rio de Janeiro, então, uma reunião técnica para discutir o pouco sobre essa  
2393 questão. Eu provoquem também a OAB de São Paulo por conta de uma série de





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2422 de trabalho com pessoas LGBTI+ privados de liberdade e fui consultor do projeto  
2423 que deu origem a esse relatório. Me sinto absolutamente contemplado com tudo  
2424 que a Marina falou, mas eu gostaria de voltar para 2 dados aqui que são... Dentro  
2425 dos dados mais duros, estatísticos, que eu acho que eles são dados que  
2426 merecem... Cadê? Primeiro este: existe um relato, que é um relato muito  
2427 recorrente, tanto nas organizações da Sociedade Civil que trabalham com a pauta  
2428 das pessoas LGBT privadas de liberdade, quanto nos trabalhos acadêmicos, eu  
2429 digo e inclusive no meu próprio, no do Caio, no do Guilherme, do Márcio Zamboni  
2430 e vários relatos acadêmicos que mostravam que era recorrente pessoas LGBT,  
2431 principalmente travestis e heterossexuais que eram entrevistadas para essas  
2432 pesquisas relatavam o abandono e o que ficou comprovado também,  
2433 exemplificado melhor dizendo, na entrevista do Dráuzio Varella com a Suzy na  
2434 unidade prisional, que ela tinha 8 anos que não era visitada. Então, o relatório, ele  
2435 mostrou que 40% dos gays, travestis e transexuais privados de liberdade, apenas  
2436 40% possuem visitante registrado no sistema da unidade prisional, o que não  
2437 significa que esses 40% efetivamente recebe visita, não é? É só o registro que  
2438 consta lá no processo de execução criminal. Ou seja, esse é um dado para além e  
2439 ele tem implicações inclusive, para além do sistema prisional, porque como está  
2440 descrito inclusive na literatura, um dos fatores de risco para a reincidência no  
2441 sistema prisional é a falta de rede de apoio que garantam que essa pessoa  
2442 consiga ter um apoio familiar, um apoio de trabalho, enfim, todos esses fatores de  
2443 risco que podem implicar na incidência, então, a população LGBT que já é  
2444 abandonado pela família, mesmo sem ter nenhum tipo de crime, ter cometido  
2445 nenhum tipo de crime, e eles não terem passado pelo Sistema de Justiça criminal,  
2446 esse marcador da diferença muito específico para essa população se intensifica  
2447 quando essa população está lá no sistema prisional. Para você vê, todo mundo  
2448 que conhece as questões das prisões. Então, vocês sabem que na unidade  
2449 prisional masculina tem filas e mais filas e mais filas de visita para todo mundo e  
2450 os LGBT, eles acabam reproduzindo o padrão de abandono similar ao que



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2451 acontece nas unidades femininas. Outro dado que eu acho que é importantíssimo  
2452 pontuar, que tem início discutido no relatório e que ontem, quando passou no  
2453 fantástico e o Dráuzio Varella foi pontuando as... O Dráuzio não, o Oscar Schmidt  
2454 foi lá pontuando as tipificações e criminais mais frequentes que aparecem no  
2455 relatório, ele falou só das travestis e transexuais, não é? Mas aí tem o dado que é  
2456 dos gays, dos homens que se declararam gays, não é? Que também mostra que  
2457 tem uma pequena fatia, de 4% relacionado com pedofilia e 20% de estupro. Como  
2458 a Marina falou, existe uma tendência nacional de que homens heterossexuais que  
2459 cometeram crimes sexuais que estão submetidos a um risco compatível com o  
2460 risco ao qual pessoas LGBT também são submetidas na unidade prisional  
2461 busquem se autodeclarar LGBT, no caso gays, mesmo sem, isso numa identidade  
2462 estratégica, uma identidade situacional dentro do contexto de encarceramento em  
2463 busca de proteção. Então, acaba que muitas dessas pessoas, desses homens  
2464 gays que acabam aparecendo no relatório, aliás, muitos desses homens  
2465 heterossexuais que cometeram crimes sexuais acabam aparecendo no relatório  
2466 como gays por uma questão de uma identificação estratégica. O relatório não fala  
2467 em momento algum, esse dado, ele não diz que homens gays estão, existe uma  
2468 frequência maior efetivamente de estupro e pedofilia, porque essa porcentagem,  
2469 ela é muito maior do que a porcentagem de tipificação criminal considerando a  
2470 população carcerária de uma forma geral, está extremamente desproporcional.  
2471 Então, esse dado, ele mostra isso, uma confirmação que seja é um efeito de uma  
2472 política institucional de reserva de espaços para essa população, que é de que  
2473 esse é um espaço que no fim das contas acaba produzindo uma certa proteção,  
2474 proteção sobre rasura para um determinado público. E aí você tem uma série de  
2475 identificações estratégicas e aí da ordem da tentativa de sobrevivência, não é?  
2476 Então, majoritariamente era essas as pontuações, as outras coisas eu acho que  
2477 eu me sinto bem contemplado com o que a Marina falou, a gente pode responder  
2478 às perguntas, obrigado.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2479 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Eu  
2480 vou abrir, então, para considerações e propostas de encaminhamento. Eu queria  
2481 começar na verdade, agradecendo novamente a Marina e o Gustavo pela  
2482 apresentação do relatório, pela disponibilidade de estarem aqui na reunião e pedir  
2483 desculpas novamente agora em público pelos imprevistos e por termos adiado a  
2484 reunião, apresentação agora para a tarde e já queria colocar inclusive, essa minha  
2485 proposta que é o encaminhamento que não precisa ser votado, mas que eu queria  
2486 que constasse em ata, que o Conselho Federal aqui representado por mim, já se  
2487 disponibiliza na próxima reunião da comissão nacional de direitos humanos do  
2488 Conselho Federal da OAB a fazer o convite a vocês para que apresentem o  
2489 relatório na nossa reunião e a gente faz essa política a nível nacional, com a OAB  
2490 nacional, essa questão de retificação de nome e o que mais surgir que vocês  
2491 pretendam fazer em parceria com a gente, estamos à disposição. Pedro Paulo?  
2492 Então Pedro, por favor.

2493 **Sr. Pedro Paulo (Conselho Federal de Psicologia)** – Boa tarde, Pedro Paulo do  
2494 Conselho Federal de Psicologia, primeiro eu queria parabenizar não somente a  
2495 realização do diagnóstico, do relatório, como também da presença da Marina e do  
2496 Gustavo aqui conosco no nosso comitê. Sem dúvidas esse é um tema muito  
2497 importante para quem trabalha com tortura. Algumas perguntas me vieram em  
2498 função dessa apresentação, sei que é uma apresentação rápida, não é? E que  
2499 pode algumas coisas não terem sido contemplados, mas me parece que tem  
2500 algumas questões interessantes e importantes para a gente perceber, uma delas é  
2501 se existe algum dados sobre LGBT na condição de presos provisórios, tendo em  
2502 vista que os nossos atuais, com pouco mais de 40% de presos provisórios no  
2503 país, eles revelam uma condição bastante peculiar no sistema prisional não  
2504 somente brasileiro que é da articulação muito direta entre a prisão e os efeitos do  
2505 nosso processo de colonização. Não por acaso está no site do Depen, não é? Os  
2506 dez primeiros países em quantidade percentual de presos provisórios, todos eles



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2507 são países que viveram a experiência histórica da colonização. Então, não me  
2508 parece ser ao acaso de que os países que os experimentaram a colonização, eles  
2509 tenham hoje uma quantidade maior percentual de presos provisórios e lembrando  
2510 que o Brasil não está entre os dez primeiros. Apesar da nossa quantidade muito  
2511 grande, a segunda, é se nós temos dados sobre presos LGBT se especificamente  
2512 no SPF, no sistema prisional federal, em função de uma série de especificidades  
2513 relacionadas a execução penal, em especial aos processos de individualização da  
2514 pena que ocorrem nos presídios federais. Uma outra questão eu acho muito  
2515 importante, não é? Foi ressaltada a ideia de uma ação conjunta sobre retificação  
2516 de registro civil de pessoas trans em situação de aprisionamento, e eu queria só  
2517 chamar a atenção de que esse problema, ele é um pouco maior, porque hoje  
2518 pessoas transam que não estão vivendo em regime fechado, elas também não  
2519 estão conseguindo retificar, porque neste momento os cartórios brasileiros, eles se  
2520 utilizam do critério de não estar respondendo ao sistema penal como critério de  
2521 retificação tendo em vista o argumento de que isso poderia trazer problemas em  
2522 função do próprio processo penal. Então, acredito que essa seja uma ação maior  
2523 do que isso, não é? Não somente as pessoas que estão da pressionadas, mas as  
2524 pessoas que estão à disposição de alguma forma da justiça penal, nenhuma delas  
2525 nesse momento está conseguindo a retificação do registro civil. Uma outra  
2526 questão também que me veio é se há dados sobre o direito a visita íntima por  
2527 pessoas LGBTs, os relatos que nós temos em, inspeções situações mais diversas  
2528 sem necessariamente a partir de um relatório como esse, é de que não é  
2529 contemplado o direito a visita íntima a pessoas LGBTs, de uma forma mais  
2530 majoritária. E por último, acho muito importante, não é? Chamarmos a atenção  
2531 sobre a experiência do aprisionamento por pessoas LGBTIS e eu queria trazer  
2532 uma preocupação que aparece nos relatórios de 2011 e 2017, relatórios de  
2533 inspeção em comunidades terapêuticas que apontam uma quantidade significativa  
2534 de pessoas LGBTs sem sentença e que estão aprisionados nesse momento em  
2535 comunidades terapêuticas com a justificativa de que elas precisam se curar de





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2536 uma patologia que não existe. Então, eu acredito que pensar a experiência do  
2537 aprisionamento para além do sistema prisional, ele seja bastante importante  
2538 quando nós discutimos aqui as situações de tortura, não é? Tanto no relatório de  
2539 2011 apareceram, que eu fui, inclusive Coordenador nacional da inspeção de  
2540 comunidades terapêuticas de 2011, apareceram ali alguns casos e no de 2017  
2541 com mais significância. Inclusive o Conselho Federal de Psicologia publicou um  
2542 livro em junho de 2019 com 33 experiências de pessoas que viveram cura gay no  
2543 Brasil, muitas delas experimentaram esse processo em unidades terapêuticas,  
2544 portanto, vivendo o processo de aprisionamento sem sentença de uma forma  
2545 muito mais grave, na minha opinião, inclusive do que aquelas que não estão  
2546 sentenciadas, mas que estão na condição de preso provisório. São essas as  
2547 questões e mais uma vez parabênzo, essa é uma iniciativa, sem dúvidas, muito  
2548 importante para nós. Obrigado.

2549 **Sr. Matheus Oliveira (ANADEP)** – Boa tarde, primeiro, eu cheguei atrasado,  
2550 estava numa reuniãozinha e então, me desculpa, vi só ao final aqui, mas não é  
2551 nenhum encaminhamento, na verdade, assim como a gente pediu de manhã em  
2552 relação a outros temas depois vocês puderem enviar, deixar o e-mail o material,  
2553 agradeço. Eu agradeço a ANADEP, associação nacional dos defensores públicos,  
2554 não é? Lá em São Paulo, nós somos Coordenadores do núcleo especializado em  
2555 situação carcerária. Então, assim como os peritos do mecanismo, a gente faz  
2556 inspeção em unidade prisional e mais ou menos de um ano e meio para cá, nas  
2557 inspeções começaram a chegar várias demandas dessa população. Eu não sei se  
2558 vocês tem contato com o pessoal de São Paulo, existe o Nudir, que agora os  
2559 Coordenadores é a Isadora e o Vini que é o núcleo de defesa da diversidade e  
2560 igualdade racial... Não sei a sigla, mas eles são parceiros nossos nesse recorte  
2561 aqui prisional e a gente tem reunião do CNJ recentemente, a gente teve reunião  
2562 da agência da defensoria, a gente teve reunião com a SAP que é a secretaria lá  
2563 do estado de São Paulo, eu que não sou um expert nesse recorte específico, a





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2564 gente precisa do Nudir para trabalhar junto, só que durante as inspeções surgiram  
2565 uma série de problemas que você não conta nem nas mãos dos pés e das mãos  
2566 juntas assim, que a gente não tem noção. Então assim, foi falado do registro civil  
2567 agora, por exemplo, em São Paulo não tem nenhum problema em relação a  
2568 alteração do registro, só que existe uma custa. Então, você é obrigado a entrar  
2569 com uma ação pela custa para o cartório não cobrar exatamente isso, ou seja,  
2570 assim, a jurisprudência está muito tranquila em relação ao registro, inclusive está  
2571 tendo em São Paulo são 176 unidades prisionais, não é? Em algumas que a gente  
2572 fez inspeção pelo interior, Serra Azul que é parte de Ribeirão Preto, Guareí que é  
2573 na região de Sorocaba, o que a gente viu? A gente viu uma sela ser usada só para  
2574 a população LGBT. Então, é aquele paradoxo de para você poder garantir direitos,  
2575 você segrega, enfim, uma série de problemas como hormonoterapia, falta de  
2576 preservativo, enfim, institucional seja das demais pessoas presas quanto do  
2577 próprio corpo funcional. Então assim, enfim, poderia falar aqui de milhares de  
2578 situações, mas além... Queria depois dar o meu contato também para a gente  
2579 estar à disposição para trabalhar em conjunto, tá? Porque qual foi a primeira  
2580 temática, depois chegaram várias temáticas a gente oficiou a secretaria, fizemos  
2581 duas reuniões secretário lá, com o Nivaldo, mas como é que chegou para a gente  
2582 o problema? Chegou que a facção prisional PCC, não é? Acho que o Alkmin, faz  
2583 uns 15 anos atrás falou que não existia, mas enfim, já existia e agora está na  
2584 América do sul inteira. E o que acontece? Que o PCC não admitiria uma relação  
2585 no cárcere, ou seja, ele só admitiria se fosse uma relação que já existia na rua e  
2586 foi para o cárcere, então, o primeiro problema que a gente pegou foi mais ou  
2587 menos isso, o PCC fala de igualdade, fraternidade, liberdade e tal, mas parece  
2588 que os princípios deles mesmos, eles não estão observando. Então, a primeira  
2589 demanda que chegou para o núcleo foi essa, não é? Pessoas que não poderiam  
2590 iniciar uma relação afetiva dentro do cárcere e depois a gente começou a  
2591 intensificar, foi colocado ali 20% em relação a crime sexual, o que acontece, em  
2592 São Paulo das 176 unidades, 10 unidades são de crimes sexuais. Então, nessas



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2593 unidades tem muitos idosos e tem algumas celas de comunidade LGBT. Existe a  
2594 DPF que a gente já está como... Se habilitou como Amicus curiae, a Defensoria  
2595 Pública e a resolução da SAP, uma resolução que eles estão alterando agora, ela  
2596 fala somente, se vai para uma unidade masculina ou feminina sexo biológico, não  
2597 está no papel ainda, mas a gente conseguiu convencer o secretário que está  
2598 ultrapassado isso, não é? A visão do Barroso, ela está equivocada, porque a visão  
2599 do Barroso, todas as mulheres trans em unidades femininas, mas não é, ela tem  
2600 que dizer para onde ela quer ir, tem uma série de fatores. Eu não sei dizer assim,  
2601 uma porcentagem assim: "Ah, era sentido X ou Y." Porque, por exemplo, em  
2602 inspeção a gente tem ouvido que elas querem estar em unidades masculinas por  
2603 uma série de questões, prostituição, etc. E tal, mas de um parceiro nosso que eu  
2604 não vou lembrar agora se foi com a pastoral, que veio uma informação um pouco  
2605 diferente, eu acho que foi até do mandato da Erica Malunguinho, deputada  
2606 estadual lá em São Paulo, acho que foi alguém no mandato dela, acho que foi a  
2607 Juliana que era do IBCCrim. Então assim, e conversando com o secretário, eles  
2608 falaram que iria ter um levantamento em São Paulo, porque eles não têm número,  
2609 eles estimam em mais ou menos 4000 pessoas do universo de 240.000, só que  
2610 ele acha que é uma subnotificação e a informação foi passada à época, não sei se  
2611 alguém tem conhecimento disso nessa sala, da pessoa do Ministério é que  
2612 haveria um censo com verba do Ministério, enfim, da mulher e dos direitos  
2613 humanos, eu não sei se esse censo, é só para São Paulo, se é para o Brasil  
2614 inteiro, enfim, essa eu acho que era a única dúvida que eu tenho em relação a  
2615 esse censo, porque o resto mesmo, enfim, agradecer, parabenizar o trabalho, eu  
2616 acabei pegando só o final aqui, mas a gente está, são temas difíceis, são temas  
2617 novos, você tem que enfrentar o preconceito do estado de São Paulo, o  
2618 preconceito do PCC, enfim, não é um tema fácil de lidar, mas a gente tem a  
2619 parceria do Nudir lá e é isso, eu gostaria do envio do material depois e coloco à  
2620 disposição para a gente tratar, está bom? Obrigado.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2621 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) – Caio.**

2622 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade) –** Primeiro, pedir  
2623 desculpa novamente pelo nosso atraso Marina, mas as discussões aqui, elas  
2624 sempre se enrolam, não é? E parabenizar o trabalho, realmente é um marco em  
2625 produção de dados sobre a população LGBT no Brasil em relação a população  
2626 LGBT em relação à população encarcerada é um marco mundial assim, porque de  
2627 fato, é a primeira pesquisa encomendada por um Governo Federal que versa  
2628 sobre esse tema e que bom que isso veio através das mãos da Marina que é uma  
2629 ativista premiada nacionalmente pelo seu trabalho, conheço ela há algum tempo  
2630 já, Somos a organização que eu represento já teve trabalhos com a Marina lá na  
2631 rede municipal de educação em Porto Alegre e então, deixar aqui o nosso  
2632 agradecimento assim e parabéns pelo trabalho. Ao mesmo tempo, dada a nossa  
2633 relação, é um pouco difícil para mim as críticas que eu necessito fazer assim,  
2634 então, a primeira delas eu acho que responde talvez, a pergunta do Matheus e  
2635 talvez já tenha sido respondida pela colocação aqui do colega do Depen que era  
2636 exatamente sobre a qualidade em termos quantitativos do relatório, porque na  
2637 primeira versão nós temos um número de 4751 pessoas LGBTs encarcerados no  
2638 Brasil, dados do Ministério, que é uma informação que não é corroborada pelo  
2639 levantamento feito pela SAP, que só no estado de São Paulo seria 5680 pessoas  
2640 LGBTs encarceradas. Então, a primeira pergunta que eu deixo é essa, não é?  
2641 Considerando esse universo de 34% de resposta, qual a avaliação de vocês sobre  
2642 a dimensão quantitativa e se essa errata, esse novo dado, ele já leva em  
2643 consideração esse número produzido no estado de São Paulo? Eu não sei dizer  
2644 Matheus se essa pesquisa do estado de São Paulo é feita através de algum  
2645 convênio com o Ministério, isso eu não sei, mas eu posso inclusive, te encaminhar  
2646 a planilha com os dados lá do estado de São Paulo que foi um trabalho de  
2647 responsabilidade do Charles Bordin da SAP. Uma outra questão é de que agora e  
2648 agora, eu não vou saber Gustavo, se isso eu li no relatório propriamente dito ou se



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2649 eu li na reportagem que saiu no Globo ou na Folha, não lembro, mas que é uma  
2650 conclusão que eu achei muito equivocada de que as lésbicas e homens trans no  
2651 sistema penitenciário feminino não estariam sujeitas a violência é, não é? Talvez  
2652 esse eu li na reportagem, talvez tenha sido uma colocação errada ou talvez  
2653 estejam sujeitas a uma violência diferenciada ou uma violência em menor  
2654 potencial, mas a questão é que da nossa experiência do sistema penitenciário, a  
2655 gente verificou que a violência em relação a mulheres lésbicas e homens trans  
2656 nas unidades femininas, ela é diferente, mas ela é muito aguda, é porque ela diz  
2657 especialmente em relação ao acesso dessas pessoas a algum tipo de serviço  
2658 dentro da unidade, não é? A possibilidade de estarem com a companheira, de  
2659 acessar serviços de trabalhar e ter remissão de pena. Então, colocar a opinião de  
2660 vocês sobre essa colocação, se isso realmente fazia parte do relatório, foi algo  
2661 que veio enfim, na reportagem, não é? Uma outra questão que para mim, tirando  
2662 essa parte quantitativa, é a mais grave assim, que é a existência ou não, na  
2663 metodologia desse estudo de um termo de sigilo firmada entre o Ministério da  
2664 mulher, da família e dos direitos humanos e as unidades prisionais no sistema de,  
2665 a fim de possibilitar a entrada do consultor nas unidades prisionais e recolher o  
2666 dado, teria sido firmado esse termo e se ele existe, qual o teor desse termo que  
2667 trataria do não encaminhamento de denúncias de tortura lá recebidas dentro  
2668 desse contrato de pesquisa. A gente sabe que existe uma dimensão qualitativa  
2669 muito importante nesse estudo de entrevistar pessoas individualmente, fazer  
2670 entrevistas de profundidade, recolher histórias de vida e é natural que nesses  
2671 contextos, nessas entrevistas tenham surgido casos de violação de direitos  
2672 humanos e de tortura, porque isso aconteceu conosco, na nossa pesquisa que  
2673 teve uma inserção muito menor, nós visitamos apenas quatro regiões, em torno de  
2674 11 unidades de privação de liberdade, unidades que já tinham galerias, já tinham  
2675 espaços maiores institucionalizados para essas pessoas, não eram celas. Então,  
2676 eu passo a pensar que se a unidade prisional tem apenas uma cela, a violência  
2677 que essa pessoa está sujeita é muito maior. Então, a pergunta é se existe esse



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2678 termo, se ele existiu e o que foi feito com as denúncias recebidas, se isso ficou  
2679 degravado, se isso ficou em algum tipo de diário de campo da pesquisa e se  
2680 houve ou não houve encaminhamento, se o encaminhamento existiu, para quais  
2681 serviços de defesa de direitos eles foram encaminhados? Porque assim, me  
2682 preocupa bastante, porque se está o termo existiu, isso não é responsabilidade do  
2683 pesquisador, o pesquisador é um cientista contratado pelo governo para fazer uma  
2684 pesquisa e vai fazer a pesquisa dentro daquilo que o governo determina, mas se  
2685 existe, me parece que é responsabilidade do estado ao promover essa pesquisa  
2686 dar encaminhamento a essas denúncias, porque não dar encaminhamento a  
2687 essas denúncias contrariaria, no mínimo o que eu vi aqui, o artigo sexto, o artigo  
2688 12 e o artigo 13 da convenção contra a tortura e o artigo 8º da convenção  
2689 Interamericana para prevenir e punir a tortura, são todos os artigos que falam  
2690 basicamente sobre a autoridade que toma conhecimento de qualquer caso de  
2691 tortura deverá agir de ofício para providenciar uma investigação, no caso da  
2692 convenção Interamericana. E no caso da convenção contra a tortura e outros  
2693 tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes, também no sentido de  
2694 providenciar algum tipo de investigação dos casos que a autoridade tomar  
2695 conhecimento providenciando imediatamente uma investigação imparcial sempre  
2696 que eu houver motivos razoáveis para crer que tenha sido cometido ato de tortura,  
2697 resguardado enfim, a proteção dos queixosos e dando garantia de que essa  
2698 pessoa, ela possa fazer algum tipo de denúncia para algum órgão externo. Esse  
2699 último ponto realmente é o mais importante para mim, mas também sem tirar a  
2700 importância dos outros, é claro e não mais assim, reafirmar aqui que eu concordo  
2701 com várias coisas que o Gustavo colocou, nós encontramos no nosso estudo a  
2702 questão que nos preocupa bastante da auto identificação, de existir no Brasil  
2703 locais destinados à população LGBT e as travestis, elas têm nos narrado que  
2704 homens heterossexuais têm ingressado nesses espaços por orientação de seus  
2705 advogados justamente para ou fugir de alguma violência e pudesse ser cometida  
2706 contra eles pela massa carcerária, pelos outros presos ou também para buscar um



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2707 espaço, não vou dizer mais agradável, mas menos desumano para o cumprimento  
2708 de pena, porque o que a gente observa normalmente é que esses espaços,  
2709 quando eles são geridos pelas mulheres trans e travestis é um espaço que  
2710 costuma ser um pouco mais bem cuidado, por enfim, por ação delas mesmas  
2711 assim, e em alguns espaços tem uma população menor, mas a gente também, a  
2712 gente também recebeu essa informação e isso vem muito da inexistência de um  
2713 critério único para a seleção dessas pessoas nesses espaços, a gente observou  
2714 pelo menos três possibilidades desse critério de autoidentificação, em que a  
2715 própria pessoa afirma a sua identidade de gênero, a sua sexualidade e a levada  
2716 para esse espaço, havendo alguns casos meio estranhos como em Minas Gerais  
2717 que a pessoa assina o termo de homossexualismo, uma coisa bizarra, a situação  
2718 da heteroidentificação. Então, por exemplo, em Mato Grosso, existe um psicólogo  
2719 que diz quem é homossexual, que não é, quem é trans, quem não é o que  
2720 também é um problema, porque algumas pessoas não puderam acessar a política  
2721 por conta disso e alguns sistemas meio híbridos como tem acontecido na cadeia  
2722 pública de Porto Alegre em que as próprias pessoas presas, elas compartilham  
2723 com a brigada militar a gestão desse espaço, então, eles são consultados sobre  
2724 fulano de tal que chegou no presídio central e daí, então, as pessoas que estão lá  
2725 encarcerados, elas resolvem no caso, a prefeita, não é? Acaba resolvendo se  
2726 aquela pessoa entra ou não entra, o que também a gente tem que ver com certo  
2727 limite assim, porque houve casos já também de pessoas não poderem acessar o  
2728 espaço, porque era um desafeto da pessoa que estava presa, enfim. Então, no  
2729 geral é isso assim. Só gostaria realmente dessa questão assim, do termo, porque  
2730 é uma dúvida que eu já tenho há alguns meses e para mim é bem importante.

2731 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) – Sílvia.**

2732 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT) – Marina e**  
2733 Gustavo para, obrigada pela apresentação e também vou ecoar a parabenização  
2734 de todos por essa iniciativa, esse produto extremamente importante e como eu já



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2735 falei em alguns outros espaços que vem dar, pelo menos o esforço de dar uma  
2736 resposta, uma recomendação inclusive do relator da ONU contra a tortura que  
2737 identificou exatamente uma falta de dados sobre a população LGBT encarcerada.  
2738 Então, já vem aí um primeiro esforço incompleto, parcial que seja, mas nesse  
2739 sentido. Eu queria perguntar em relação, inclusive aproveitando a presença do...  
2740 Doutor Dias, a gente até já se encontrou em outros espaços para discutir esse  
2741 mesmo tema sobre relação a Nota Técnica, essa Nota Técnica do Depen sobre os  
2742 parâmetros, porque inclusive nós, APT junto com os mecanismos estaduais de  
2743 prevenção e combate à tortura, nós enviamos um parecer dando comentários e  
2744 algumas críticas, pontuações, sugestões, a Nota Técnica sobre diversos aspectos,  
2745 não vou entrar nos aspectos aqui, mas saber um pouco como é que está esse  
2746 processo, então, se os pareceres têm sido levado em consideração, o que vai  
2747 acontecer agora. Então, entender um pouco o processo de formulação desses  
2748 parâmetros e também provocar, também perguntar sobre a questão da abertura  
2749 desse processo, por exemplo, esse GT, por exemplo, entidades da Sociedade  
2750 Civil não poderiam participar do GT, se havia um processo também de consulta  
2751 mais aberto dessa elaboração dessa Nota Técnica, eu acho que a consulta  
2752 pública já foi muito importante, espero que os comentários enviados que sejam  
2753 considerados, revistos, mas seria muito legal se pudesse também um espaço eu  
2754 acho que um pouco mais aberto, a Sociedade Civil que se junta, por exemplo,  
2755 esse GT que já existe, então, uma provocação também, o comitê nacional de  
2756 prevenção e combate à tortura também atua sobre esse tema, poder ser um  
2757 parceiro nessa empreitada e uma pergunta específica sobre a portaria, Marina que  
2758 você mencionou, essa portaria conjunta, até já ouvi falar em outro momento,  
2759 outros espaços e a gente discutiu esse assunto, mas eu queria entender melhor  
2760 assim, a portaria seria exatamente qual o objeto específico dessa portaria? Seria  
2761 para regulamentar exatamente o quê? É para regulamentar as alas e como isso  
2762 também dialoga um pouco com esses parâmetros, porque eu não estou





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2763 entendendo muito bem essa construção desse fluxo, das medidas que vão ser  
2764 tomadas e tal.

2765 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Agora  
2766 é Carol, depois COADE, se não me engano o Rodrigo, e é RENILA que está  
2767 levantado? E aí depois nós encerramos para a gente conseguir fazer os  
2768 encaminhamentos e vou passar na verdade, a palavra para o Dias que fala pelo  
2769 Depen que já havia pedido inscrição de fala e eu esqueci de anotar, então, Carol,  
2770 antes de você eu passo para ele, tá?

2771 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (Departamento Penitenciário Nacional -**  
2772 **Depen)** – Boa tarde pessoal, a gente se ajeita aqui, pode deixar, está em casa. O  
2773 meu nome é Abel, atual diretor de Políticas Penitenciárias do Depen, coloco à  
2774 disposição a todos aqui presentes, a gente conseguiu estar presente hoje aqui,  
2775 trouxemos o nosso Coordenador Dias e a gente quer passar um pouquinho do que  
2776 a gente fez durante 2019 e colocar à disposição sim, até porque essa é uma  
2777 construção de longo prazo, a parceria muito bacana, a gente está avançando bem  
2778 dentro das nossas proporções e já deixar à disposição, a gente tem uma  
2779 sequência de videoconferência com os estados, então, está bem entrosado, fora a  
2780 ida *in loco* já no Rio de Janeiro, uma possível parceria já fechando com São Paulo  
2781 e aí a gente queria apresentar um pouco para todos e cada um se colocar à  
2782 disposição, se interessar na matéria, em participar. É uma construção, está  
2783 publicado no site, virou Nota Técnica. Então, foi colocado para consulta pública e  
2784 agora, vou pedir para o Dias passar um pouquinho desse trabalho que a gente  
2785 vem fazendo desde 2019.

2786 **Sr. Dias (Departamento Penitenciário Nacional - Depen)** – Bem, então, eu  
2787 anotei algumas coisas aqui até para pontuar algumas questões que foram ditas  
2788 aqui, mas por conta do tempo, eu vou tentar ser breve e colocar mais no sentido  
2789 de produção nossa junto com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos,





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2790 RENOSP também, que aí no caso Sociedade Civil participou através da RENOSP  
2791 que é a Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBT e paralelo as  
2792 atividades do diagnóstico que foi feito pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos  
2793 Humanos, foi muito importante, porque foi o pontapé inicial nosso, essa atividade  
2794 nossa em conjunto no qual nós demos esse suporte para esse mapeamento, que  
2795 a nível nacional foi dado voz a essas pessoas de uma maneira oficial,  
2796 documentada e inclusive, essa questão dos dados foi mencionada algumas vezes  
2797 aqui também esse diagnóstico nos mostrou as dificuldades de até mesmo de  
2798 servidores reconhecerem quem é quem dentro do sistema prisional, de saber  
2799 coletar e esses dados, coisa que a gente já sabia, mas o diagnóstico reforçou e  
2800 trouxe isso para a gente de uma maneira oficial, amplamente mapeados. Sobre a  
2801 Nota Técnica, nós colocamos em início de dezembro para consulta pública, uma  
2802 Nota Técnica, foi resultado de uma atividade de um GT que visou ali discutir os  
2803 procedimentos de custódia da população LGBT presa e foi sim, já analisada, a  
2804 associação, a gente recebeu a manifestação da associação, APT, APT foi  
2805 inclusive a parte que mais ajudou dentro das questões que a gente precisava  
2806 ajustar para a Nota Técnica, já foi alterado para uma nova Nota Técnica, já está  
2807 para análise final dentro do Depen para submetido já para a assinatura desse  
2808 documento, os participantes que se manifestaram nessa Nota Técnica vão receber  
2809 uma devolutiva do que foi acatado, o que não foi acatado e porque as  
2810 justificativas, mais assim, já te adianto que da parte, a maior parte ali, se não  
2811 todos acatados dentro do que a gente precisava ajustar para que essas pessoas  
2812 de fato, fossem atendidas da maneira correta. Então, então, a gente está em vias  
2813 aí que receber uma grande notícia do tipo: "Já está certo, assinado, já está pronto  
2814 para a gente poder atuar junto aos estados qualificando os profissionais que estão  
2815 dentro do sistema prisional para poder atender melhor essas pessoas." E aí eu  
2816 teria só finalizar com a questão dos dados que a gente atuou aí, principalmente  
2817 em janeiro através de videoconferência com os estados, fizemos três vídeo  
2818 conferências, uma como as chefias de gabinete falando sobre a importância do



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2819 dado, falando o que a gente queria que resultado assim, no caso do  
2820 preenchimento de uma planilha que a gente já tinha enviado junto com o ofício  
2821 que encaminhou, o ofício que solicitou o material e explicando como colher esse  
2822 material, explicando quem eram as pessoas LGBTs, onde provavelmente se  
2823 acharia essas pessoas. Então, gente fez esse trabalho com os gabinetes, depois  
2824 fizemos com direções de unidades prisionais explicando a mesma coisa que a  
2825 gente explicou com o gabinete, mas de uma maneira mais de ponta, não é? Mais  
2826 com a linguagem mesmo da ponta, de quem está lá na unidade prisional e por  
2827 último, com os nossos representantes de política pública que a gente tem nos  
2828 estados, que é justamente para acompanhar a coleta desse dado, compilação e  
2829 envio para o Depen. Então, a gente tem aí hoje um número total de 10.027  
2830 pessoas LGBTs mapeadas, o estado de São Paulo que foi citado aqui, fechou  
2831 com... Não, o total da população nacional, não é? 10.547, se não me engano e o  
2832 estado de São Paulo, só o estado de São Paulo 5027 presos LGBTs. E aí ficou,  
2833 no caso de fora, que eu acho que dá a disparidade pelo que pessoal conta lá que  
2834 ficou de fora que eles não tenham lá como envolvidos, não é? São as pessoas  
2835 que estão envolvidas com alguma trans, alguma mulher trans e aí eu acho que  
2836 esse pessoal ficou de fora, que eu acho que dá essa diferença. Enfim, então, a  
2837 gente já tem hoje esse mapeamento que claro, ainda não é o mapeamento e ideal,  
2838 diante de tudo que já foi exposto aqui das dificuldades de se mapear, que também  
2839 algumas pessoas que se incluem dentro da sigla, se incluem dentro dessa  
2840 população para outras situações de proteção, etc., mas é o a mapeamento mais  
2841 atualizado que a gente tem que não é o mapeamento a parte do diagnóstico,  
2842 apesar de ser em processo diferente, mas é, mas está dentro do nosso grupo de  
2843 atuação de Custódia de toda pessoa LGBT no país. Sim, e é importante, é  
2844 importante. Vou deixar aqui a o e-mail, telefone e também já fazer o convite, a  
2845 pedido do nosso diretor de política penitenciária, Sandro Abel para na próxima  
2846 videoconferência que está para ser marcada provavelmente até o final, para  
2847 acontecer até o final do mês e aí esse importante essa participação justamente



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2848 para os estados, para melhorar a qualidade também da diversidade de  
2849 informações que os estados recebem para atendimento da população LGBT.  
2850 Então, o e-mail nosso da Coordenação de Atenção à Mulher e grupos específicos  
2851 é copmd.depen, vou soletrar aqui é C-O-P-M, M de Maria, D de dado,  
2852 copmd.depen@mj.gov.br e o telefone é... Que vou repetir de novo para dar mais  
2853 tempo de... E copmd.depen@mj.gov.br e o telefone é 2025-3833, o WhatsApp é  
2854 mais fácil mesmo, o telefone WhatsApp é (61) 9 8131-9549 aí vamos estabelecer  
2855 essa conexão ali entre a gente, porque assim que a gente marcar a  
2856 videoconferência e os estados estão ansiosos por isso, porque eles querem  
2857 receber as informações, querem receber atualizações nossas e aí a gente chama  
2858 para a participação de todos vocês, está bom? Muito obrigado.

2859 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Vou  
2860 passar a palavra para as duas últimas falas... Três últimas falas e aí retorno para a  
2861 Marina. Carol, por favor.

2862 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – É, eu  
2863 queria só fazer uma observação, esse comitê já tratou o tema LGBT  
2864 acompanhando o caso da Verônica Bolina em 2016, deem um Google aí, é um  
2865 caso que saiu bastante na mídia, bem emblemático, mas eu acho que aí, dando  
2866 trabalho, já que vocês me dão o trabalho, também vou dar trabalho para os  
2867 membros do comitê, no sentido de vocês avaliassem uma manifestação do  
2868 comitê, por exemplo, por recomendação, acho que basicamente por  
2869 recomendação sobre a questão da vulnerabilidade da população LGBT dentro,  
2870 principalmente na privação de liberdade, já que esse é um escopo que o  
2871 mecanismo, por exemplo, trabalha mais, não é? Por sua própria atuação, enfim,  
2872 mas fica a minha sugestão, às vezes a Sylvia já tem um esboço por conta dessa  
2873 manifestação, já fez um trabalho preliminar enfim, a APT tem o trabalho com a  
2874 questão LGBT, tem de um... A Sylvia tem é esse trabalho pela APT, já fez esse  
2875 levantamento das contribuições em relação a consulta pública, enfim, talvez uma



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2876 recomendação, uma Nota Técnica aqui do comitê em conjunto com o mecanismo  
2877 que, enfim, acho que é um instrumento interessante para firmar a posição desse  
2878 colegiado em relação a essa população vulnerável e também uma leitura, não é?  
2879 Do que esse colegiado entende, infelizmente sobre essa, esse encontro de  
2880 pautas, da questão da tortura e da população LGBT. Então assim, uma sugestão  
2881 que vocês avaliem a uma recomendação às vezes conjunta, enfim, eu acho que  
2882 isso é importante para firmar o entendimento do comitê sobre esses temas e  
2883 também para deixar para a posteridade registrando, inclusive as avaliações e  
2884 leituras aqui dos membros do comitê, aí bota a Marina também no meio do rolê,  
2885 enfim.

2886 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
2887 Próximo é COADE.

2888 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE) –** Bom,  
2889 primeiro eu quero agradecer a Marina e o Gustavo pela apresentação e também  
2890 deixar aqui a ideia, a intenção, a sugestão de conversarmos, eu participo do  
2891 conselho da comunidade da comarca de São Paulo e nós realizamos visitas e o  
2892 que vocês trazem aqui, é realmente uma situação alarmante, absolutamente  
2893 alarmante e nós, conjuntamente precisamos buscar caminhos para solucionar  
2894 essa situação. Então, nós encontramos, por exemplo, a questão do preso  
2895 fumante, então, existem penitenciárias com celas e específicas para... Desculpa,  
2896 para não fumantes, não é? Mas essa questão que você traz, ela é quase que  
2897 ignorada. Então, não fumante, ele é lembrado e então, estou só me manifestando  
2898 para a gente trocar contatos, fazermos aí encaminhamentos possíveis e como  
2899 sempre, acho que estando juntos, nós podemos muito mais. E reitero aí o  
2900 agradecimento pela apresentação e seguimos.

2901 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
2902 RENILA.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2903 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Queria dar os parabéns pelo trabalho de vocês e para ser  
2904 propositivo, mas eu acho que talvez a mesma linha que Carol fez a observação a  
2905 anteriormente, que vocês nos ajudassem, ajudassem o colegiado. Eu acho que a  
2906 iniciativa que a Carol se refere, eu acho que necessariamente, me lembra melhor  
2907 também Carol que biênio foi essa ação especificamente sim... Porque eu fico  
2908 pensando, será que ela tem talvez, o mesmo tipo de incidência, o mesmo tipo de  
2909 perspectiva que a gente tem feito com outros aspectos não só do sistema  
2910 penitenciário, como também de criança e adolescente, sabe? Para de repente, se  
2911 você possa ajudar a gente, Marina assim, o que você acha que poderia ser  
2912 reforçado por esse colegiado? Talvez, nas próximas pautas e nas próximas visitas  
2913 que talvez o comitê tenha não visto ou não pautado essa questão, porque a gente,  
2914 o comitê entra e o mecanismo entra no sistema penitenciário para ver outras  
2915 questões. Então, se está entrando para ver outras questões, será que também a  
2916 gente, com essa sensibilização, com a sensibilização que a Sylvia e que a APT já  
2917 tinha feito também anteriormente, será que a gente não precisa pautar de maneira  
2918 mais frequente essa questão? E outras formas também que você e que o colega  
2919 aí também possa indicar o colegiado para que a gente possa também abraçar.  
2920 Lembrar também a vocês, viu Marina? De que esse comitê, pelo menos no biênio  
2921 passado, teve uma delicadeza que foi uma delicadeza também, a delicadeza e  
2922 obrigação também, não é Sylvia? Já que a orientação internacional diz que as  
2923 seleções para o mecanismo, por exemplo, ela tem que ter espaço para as  
2924 minorias, isso pode ser perdido, mas isso é uma conquista. Então, só para dizer  
2925 que este colegiado tem tido essa preocupação que talvez, se não tivesse maior,  
2926 se não tenha pautado de maneira mais assim, objetiva e preciosa, que você nos  
2927 ajude a fazer isso, obrigado.

2928 **Sra. Marina Rendel (Departamento de Promoção dos Direitos LGBT)** – Bom,  
2929 eu vou ser bem breve, acho que por causa do nosso tempo também, não é? Eu  
2930 anotei uma série de coisas aqui, mas assim, pensando um pouco a partir do que o



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2931 Pedro pergunta sobre dados, até então Pedro, nós tínhamos que só um dado,  
2932 acho que o Depen pode confirmar, nós tínhamos 101 celas ou alas específicas, só  
2933 isso que a gente tinha até hoje. Então, esses dados que a gente precisa. Agora,  
2934 essa é uma ideia que a gente pode buscar realmente pensar projetos a partir disso  
2935 que tu falou, inclusive dessa questão da comunidade terapêutica que é uma  
2936 questão que também nos incomoda, a mim principalmente, como pessoa. Então,  
2937 acho que a gente pode pensar a partir disso, eu fui anotando ali Matheus eu acho  
2938 que é, não é? Realmente, a questão das custas, bom, essa série de probleminhas  
2939 que você percebeu lá que aos problemas do Brasil inteiro, não é?  
2940 Hormonioterapia, quer dizer, a partir do momento que eu começo a fazer o  
2941 tratamento hormonal fora, quando eu entro no sistema, eu não tenho mais. Então,  
2942 a gente já está discutindo com o Ministério da Saúde, através, eu chamei todo o  
2943 Ministério da Saúde para discutir várias pautas, inclusive a questão aqui, acho que  
2944 a nossa colega está aqui também, não é? Saúde mental, uma série de coisas, a  
2945 gente está tentando fazer o diálogo estreito com essas partes também para  
2946 pensar de que forma a gente pode e a questão da visita íntima é um problema,  
2947 porque as relações se estabelecem dentro do sistema prisional para a nossa  
2948 população, não é? Então para assim, preservativo não é dado, porque é uma  
2949 arma, algumas pessoas usam esse artifício. Então, a população LGBT é privada e  
2950 preservativos, só ganha na visita íntima, quando não tem visita íntima, a visita  
2951 íntima se estabelece dentro desse lugar, entende como é uma problemática que a  
2952 gente vai somando, não é? Mas a gente está tentando fazer esses diálogos. Sobre  
2953 o censo, eu não sei de qual senso você se refere. Na verdade... Oi? São Paulo  
2954 está criando um censo para fora do sistema prisional que é para a população de  
2955 travestis e transexuais dentro do município de São Paulo. Nós estamos criando  
2956 uma pesquisa que a gente está chamando de estudo multicêntrico com a UNB que  
2957 é o nosso TED maior, mas com todas as universidades para buscar um perfil da  
2958 população de trans e travestis no Brasil, porque a gente não tem dados sobre a  
2959 nossa população e o IBGE não quis colocar nenhuma questão sobre isso, também



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2960 a gente questionou várias vezes e eles não querem colocar. Então, o que a gente  
2961 fez? A gente está fazendo uma pesquisa nossa aqui, a nível de Ministério com as  
2962 universidades do Brasil, a gente elegeu alguns polos, cinco polos, um em cada  
2963 região e a gente está trabalhando com essa pesquisa, que a gente não está  
2964 chamando de censo, está chamando de estudo multicêntrico, mas também é para  
2965 fora do sistema prisional, até a nível de Brasil e São Paulo sei que está fazendo,  
2966 que eles também não estão chamando mais de censo, eles estão chamando de  
2967 um outro nome lá, porque censo é totalidade e a gente não consegue. Então, mas  
2968 que eu sei é isso. Agora, sobre o sistema prisional e específico, eu não conheço e  
2969 a gente não tem nenhuma discussão a nível assim, tá? Caio, você pode criticar o  
2970 quanto você quiser, porque as críticas são a partir eu acho que do nosso tema,  
2971 acho que não tem nada a ver com a questão da nossa relação e tal, não é?  
2972 Realmente, como foi falado, os dados quantitativos, eles têm inclusive, a nossa  
2973 proposta é de fazer essa errata já construindo a partir dos dados que o Depen já  
2974 está trabalhando em cima. As denúncias, como nós não tínhamos esse caráter de  
2975 pegar como o ponto forte a denúncia, mas a gente captou as denúncias, inclusive  
2976 eu recebi denúncias várias pelo meu WhatsApp, depois da ida do Gustavo em  
2977 alguns lugares, às 3h da manhã, às 4h da manhã e eu mesmo encaminhava  
2978 essas denúncias para os pontos que a gente tinha, mas eram as denúncias mais  
2979 graves que eram naquele momento, foi a partir dessa questão, não é? Mas a ideia  
2980 de a gente pegar essas denúncias de fazer os encaminhamentos que sim, eu  
2981 acho que é importante. Aqui, como tudo está começando agora de novo, a gente  
2982 ainda não sentou para equalizar ou situar, mas acho que a ideia é justamente  
2983 essa, pegar também um pouco disso, claro, também não sair aprontando e  
2984 denunciando, porque daí o estado também vai recuar, a gente tem que pensar que  
2985 a gente tem que fazer esse diálogo e de que forma a gente pode construir isso,  
2986 não é? O que mais... Sylvia, eu acho que foi, não é? Que falou sobre a portaria,  
2987 especificamente. A ideia da portaria é com um documento mais enxuto que ele vai  
2988 regulamentar as alas e as celas e alguns procedimentos, mas a ideia da nossa





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

2989 técnica é justamente um complemento, porque a Nota Técnica, ela vem mais  
2990 recheada e se a gente recheiar muito uma portaria, você sabe que não passa em  
2991 lugar nenhum, não é? Então, a gente precisa enxugar, mas a gente está trazendo  
2992 alguns elementos dentro da portaria, eu posso disponibilizar também, porque é um  
2993 documento que a gente está ainda tramitando aqui dentro e depois vai ser  
2994 tramitado lá no Depen, com a ASCOM, com a ConJur/ASCOM, mas a ideia  
2995 justamente é isso, é a gente pensar num documento mais enxuto e a Nota Técnica  
2996 vem como complemento. A gente com certeza quer, não é? Rodrigo e Marcelo  
2997 que vocês sejam parceiros, todo mundo, porque a nossa ideia aqui é pensar no  
2998 bem comum de todos nós, a gente não quer privilégios, a gente só quer poder  
2999 claro, dentro desse lugar, cumprir a nossa pena que a gente precisa cumprir,  
3000 assim como todas as pessoas, mas que a gente possa ter a proteção do estado.  
3001 Então, a ideia é justamente essa, quanto mais dados chegarem melhor a gente  
3002 pode intervir também naqueles lugares e a exemplo disso a Ministra já autorizou  
3003 que a gente faça uma pesquisa para o sistema socioeducativo também mais ou  
3004 menos dentro dessa mesma linha, a gente já está começando a trabalhar com  
3005 esse termo de referência que também vai ser por PRODOC, mas para a gente  
3006 pensar, porque ela mesmo diz: "Lá dentro nós temos LGBTs com problemas."  
3007 Então, a ideia é justamente a gente pensar um pouco nesse olhar do  
3008 socioeducativo também a partir desses dados. Então, o próximo projeto de  
3009 pesquisa já vai ser acima... Dentro dessa ideia e com certeza, a gente pode  
3010 pensar, Marcelo, o que fazer, eu acho que eu já imagino que é o olhar onde é que  
3011 estão as travestis, porque elas às vezes acabam ficando tão introspectivas dentro  
3012 da nossa própria identidade, como: "Se vou me expor aqui, eu vou ser colocada."  
3013 Então, eu acho que assim, quando vocês virem realmente que essas pessoas  
3014 estão lá, estão invisibilizadas, eu acho que é de nos colocar nesse radar, porque  
3015 eu acho que é isso que a gente precisa. Claro que eu não vou privilegiar só  
3016 travestis, é óbvio, não é? Não é porque eu sou uma trans que eu vou... Mas a  
3017 gente pensa dentro dessa população ainda que mais tem dificuldades não só lá





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3018 dentro como aqui fora é a nossa população de trans, não é? Homens trans,  
3019 mulheres trans e travestis. Então, é nesse sentido assim que eu acho que toda e  
3020 qualquer crítica, enfim, consideração, o que vocês puderem nos agregar a gente  
3021 está eu acho que na mesma ideia, não é? E da mesma forma nós estamos à  
3022 disposição para dialogar sempre com quem quiser vir dialogar conosco, eu faço  
3023 uma política de estado, não faço política de governo. Eu já estou aqui há duas  
3024 gestões, na verdade, eu cheguei no processo pós impeachment e o positivo de  
3025 tudo isso é que a gente conseguiu manter, inclusive essa própria pesquisa, era  
3026 achar na outra gestão e a gente conseguiu, houve uma compreensão do  
3027 Ministério, da secretaria de que a gente estava fazendo a ideia certa. Então, é  
3028 isso, a gente está à disposição, não sei se eu respondi todo mundo, se o Gustavo  
3029 quer complementar, por favor, mas eu coloquei algumas questões que, eu acho  
3030 que sim, que as mulheres lésbicas e os homens trans sofrem violência sim, eu  
3031 acho que este dado talvez tu tenha visto, Caio, foi em alguma comunicação de  
3032 repórter, porque às vezes a mídia também é, enfim, a gente fala uma coisa e há  
3033 um uns atropelamentos nesse sentido, mas a ideia é de pensar que são outros  
3034 tipos de violência sim, da mesma forma que a travesti que foi para o feminino, ela  
3035 sofreu violência por conta da pressão das mulheres lésbicas que estavam lá  
3036 naquele lugar. Então, vejam como às vezes também é difícil, não é? Por conta de  
3037 uma questão de empoderamento, uma travesti num local feminino, onde muitas  
3038 vezes a lésbica ou o homem trans, ele está com um pouco de empoderamento,  
3039 ela vai ser um incômodo também. Então, claro que é uma discussão, isso não é  
3040 via de regra, mas há casos que acontecem e essa travesti, ela sofreu no relato  
3041 dela mesma ela diz que ela sofreu por conta dessa situação. Realmente, há um  
3042 equívoco nessa questão da decisão do Barroso, é porque na verdade, essa  
3043 decisão foi a partir de uma solicitação que a ANTRA fez, a BGLT e a ANTRA  
3044 juntas, não é? E aí na época era realmente essa ideia, só que não era bem essa  
3045 compreensão e houve esse equívoco, não é? Tanto é que ele parou com o  
3046 processo diz vai aguardar dados. Então quer dizer, agora é hora de a gente



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3047 alimentar os dados dele também. Eu acho que era isso, desculpa se eu atropeliei  
3048 Gustavo, tem mais um minuto para você falar.

3049 **Sr. Gustavo Passos (Corpora en Libertad)** – Eu vou ser bem o objetivo assim,  
3050 por mais que isso em geral seja... As pessoas dizem que eu não sou muito  
3051 objetivo, eu vou tentar ser. Sobre o sistema prisional federal a abrangência, o  
3052 projeto quando eu recebi dele, ele foi, já tinha com desenho que era só para o  
3053 sistema prisional no âmbito estadual. Então, não foi feita, a gente não teve acesso  
3054 e nenhuma unidade do sistema federal, não é? Prisional federal. Sobre a  
3055 retificação das prisões, retificações nas prisões, isso pode ser um pouco  
3056 controverso, mas assim, enquanto, tanto ativista, quanto o pesquisador a questão  
3057 da retificação dentro das unidades prisionais, ela é uma coisa muito delicada,  
3058 porque é uma demanda clara e objetiva do movimento trans o acesso à cidadania  
3059 que parte desse acesso à cidadania está na possibilidade de retificar o registro  
3060 civil, de ter a sua identidade de gênero reconhecida pelo estado, ao mesmo tempo  
3061 em que em muitos casos essas pessoas trans, no contexto do encarceramento,  
3062 não têm, a gente vai entrevistar elas e tal e quando a gente fala determinadas  
3063 coisas, por exemplo, um caso: teve um estado que veio uma ONG e falou muito  
3064 fortemente que a gente precisava retificar o registro civil, quase com um tom de  
3065 uma tentativa de convencimento e aí, só que, por exemplo, essa semana eu  
3066 participei de um programa na TV STJ que falava exatamente sobre isso, porque  
3067 se você tem uma retificação em registro civil, por exemplo, de uma mulher trans aí  
3068 você vai ter fulana de tal, gênero feminino. Essa mulher trans, sendo presa, a  
3069 gente fica difícil conseguir garantir da forma que está hoje que ela vá para uma  
3070 unidade masculina, por exemplo, como ela gostaria de ir, de uma forma geral,  
3071 porque vai estar lá no registro nome feminino, registro feminino. Então, se ela, por  
3072 exemplo, for uma mulher trans ou uma travesti com muita possibilidade, ela pode  
3073 ser encaminhada para uma unidade feminina sem ser consultada com relação a  
3074 isso, sendo que o diagnóstico mostra e todas as recomendações que existem até



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3075 hoje, dizem que a alocação dessas pessoas deve ser mediante consulta  
3076 informada. Então, tem muitos homens trans na verdade, principalmente homens  
3077 trans negros que relatam que eles sentem receio mesmo de retificar o registro civil  
3078 para o masculino, porque eles sabem que esses homens trans negros, eles  
3079 sabem que eles têm, eles são alvos de uma seletividade penal específica eles  
3080 sabem que um homem trans num presídio masculino seria o fim. Então, muitos  
3081 deles: "Eu não quero retificar o meu nome civil, porque se um policial me aborda,  
3082 ele vai demandar preso, eu vou tentar argumentar que sou homem trans, ele não  
3083 vai saber o que é isso e aí ele vai achar que eu estou tentando enrolar ele, vou me  
3084 colocar no presídio masculino e só vão notar que eu sou homem trans mesmo,  
3085 quando o problema já tiver acontecido." Então, o sistema prisional, todo mundo  
3086 aqui sabe, é um sistema que ele é decrépito, então, qualquer coisa que se pensa  
3087 para poder fazer algum tipo de conceder direitos e tal, abre todo um novo leque de  
3088 questões que são justamente decorrentes desse estado decrépito desse sistema  
3089 que é um sistema binário, então, simplesmente achar que as respostas para as  
3090 demandas da população especificamente trans no sistema prisional vai ser  
3091 simples não é, qualquer coisa que se pensa, se abre um novo leque justamente  
3092 por conta dessa questão binária, não é? E agora, mais um ponto específico assim,  
3093 sobre a questão do quantitativo, tanto, obviamente que o relatório está bastante  
3094 subnotificado em termos numéricos de pessoas que se declararam, o número do  
3095 Depen já é um número mais alto, mas é também um número com certeza  
3096 subnotificado, mas é que assim, a gente não tinha poder de exigir que os estados  
3097 respondessem ao questionário que a gente enviou, os estados responderam os  
3098 que quiseram, por exemplo, São Paulo foi um estado que muitas unidades  
3099 responderam, mas a grande maioria não respondeu. Então, eles lançaram os  
3100 dados deles do sistema prisional no qual eles têm o poder de dizer que as  
3101 unidades obrigatoriamente deverão responder, porque são da gestão estadual,  
3102 nós não temos essa prerrogativa. Então, a gente fica refém da vontade mesmo  
3103 das pessoas quererem responder, essa é mais uma questão de como pensar um



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3104 instrumento de censo, vamos colocar nessa forma, se não há parâmetros que  
3105 garantam, nem que a pessoa tem uma liberdade para se autodeclarar, melhor que  
3106 liberdade, possibilidades concretas de autodeclarar e manter e garantir sua  
3107 segurança e também uma forma que esse instrumento tem de garantir que essas  
3108 unidades prisionais não sejam discricionárias com relação a esse instrumento de  
3109 censo, não é? Então, e enfim, sobre as questões dos trabalhos aqui a colegiado,  
3110 também, como a Marina, me colocou à disposição para qualquer, se vocês  
3111 quiserem construir coisas, eu fico à disposição. Tá? Era isso, obrigado.

3112 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
3113 Obrigada Gustavo, obrigado Marina. Agora, a gente vai para as propostas, então,  
3114 de encaminhamentos. Nós já temos duas propostas Carol, tem como colocar lá na  
3115 frente para todo mundo ler junto? E eu já estava aqui conversando com a Marina e  
3116 com a Carol para ir adiantando os nossos encaminhamentos dados o avançar da  
3117 hora. Quer também que junto? Pode vir, Dias para a nossa proposta.

3118 **Sr. Jonathan Galvão (Secretaria de Direitos Humanos do governo - MA) –**  
3119 Boa tarde, só uma questão, para auxiliar no encaminhamento, o meu nome é  
3120 Jonathan Galvão, Secretaria de Direitos Humanos do governo do estado do  
3121 Maranhão. Estou aqui como convidado. No estado do Maranhão a gente  
3122 consegue fazer uma regulamentação no sistema prisional para fins de atenção à  
3123 população LGBT com base em uma resolução conjunta de 2014, não sei se todo  
3124 mundo tem conhecimento. Com base nela foi feito todo o desdobramento que se  
3125 chegou a uma portaria da secretaria de administração penitenciária, talvez seja  
3126 um excelente ponto de partida também para essa finalidade.

3127 **Interlocutor não identificado –** Uma portaria, não é?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3128 **Sr. Jonathan Galvão (Secretaria de Direitos Humanos do governo - MA) -**  
3129 Isso, a gente conseguiu fazer uma portaria bem detalhada que vai desde o acesso  
3130 ao sistema prisional e até nome social, hormonização, acesso à saúde.

3131 **Interlocutor não identificado -** Eu digo portaria, porque alguns estados têm  
3132 resoluções e estaduais, como com a resolução nacional e a resolução distrital,  
3133 mas essas resoluções, de uma forma geral, elas são apenas recomendações e aí  
3134 uma portaria me interessa mais, porque justamente ela tem um defeito de  
3135 cumpra-se um pouco a maior do que uma resolução e eu acho que por enquanto,  
3136 pelo que eu conheço, não sei se eu Caio me corrija, eu acho que só vocês e a  
3137 Paraíba tem algo que seja efetivamente uma portaria, não é?

3138 **Sr. Jonathan Galvão (Secretaria de Direitos Humanos do governo - MA) -** E  
3139 ainda assim muito frágil, não é? Porque a depender da gestão, ela pode se manter  
3140 ou não.

3141 **Interlocutor não identificado -** Ela pode se manter ou não.

3142 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade) -** Aqui o  
3143 encaminhamento é de recomendação por conta...

3144 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) -** Do  
3145 nosso regimento interno.

3146 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade) -** Da resolução que  
3147 rege os nossos atos e a recomendação é externa aqui no comitê, enquanto a  
3148 resolução é interna. Então, o instrumento correto é uma recomendação aqui.

3149 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) -** E aí  
3150 pode ser também um, se eu estou entendendo direitos, a Marina está me  
3151 ajudando aqui, seria recomendação de observar essa portaria ou você está



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3152 sugerindo que a gente aprove uma portaria? Que isso não seria possível no  
3153 comitê.

3154 **Interlocutor não identificado** – Não, foi só afins de sugestão que essa...

3155 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Foi  
3156 um informe? Entendi.

3157 **Interlocutor não identificado** – Porque ninguém tocou aqui nessa resolução  
3158 conjunta de 2014 que foi a partir dela que a gente conseguiu redefinir a nossa  
3159 portaria, não é? Então, a fim de sugestão que seja observada a resolução  
3160 conjunta 2014 que ela é bem detalhada.

3161 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
3162 Então, são duas propostas de encaminhamento até agora, se alguém quiser mais  
3163 alguma. A gente não votou ainda, tá? Se alguém tiver mais alguma proposta de  
3164 encaminhamento, senão eu vou colocar para... Caio, tem uma proposta? Você,  
3165 então.

3166 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – A minha proposta é  
3167 no sentido de realmente tirar minha dúvida quanto à existência desse termo, de  
3168 confidencialidade no interior dessa pesquisa, eu não gostaria de voltar de novo ao  
3169 assunto, mas é que é a terceira oportunidade em que publicamente a gente  
3170 questiona isso, a primeira vez foi na Câmara dos Deputados, a segunda foi no  
3171 lançamento do relatório e a terceira foi agora. Então, o meu encaminhamento é no  
3172 sentido de oficial, até para a gente não insistir na pergunta e não constranger os  
3173 convidados, no sentido de oficial e daí eu peço a recomendação de vocês, de que  
3174 se a gente oficiaria o gabinete da Ministra ou a quem a gente oficiaria, acredito  
3175 que seguindo no sentido de oficial o gabinete da Ministra, a Carol vai escrever  
3176 agora... Oficiar o Ministério questionando a existência de termo de  
3177 confidencialidade firmado com instituições penais no sentido de não encaminhar



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3178 denúncias de violação de direitos cujo conhecimento tenha sido tomada por  
3179 ocasião da pesquisa e daí segue o nome completo da pesquisa.

3180 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
3181 Gustavo, pode falar, por favor.

3182 **Sr. Gustavo Passos (Corpora en Libertad) –** Não tenho conhecimento que  
3183 existam temas, não tem nada com relação a isso. Com relação à, por exemplo, eu,  
3184 enquanto consultor, o que eu vou dizer é que eu não tenho prerrogativas de ser,  
3185 como, por exemplo, é o mecanismo, eu não tem a prerrogativa de eu, enquanto o  
3186 indivíduo, enquanto consultor não respaldado por algum tipo de instrumento  
3187 jurídico e tal, encaminhar eu mesmo denúncias, mesmo sabendo que elas, que  
3188 aconteceu uma série de questões que estão descritas no relatório, o relatório e ele  
3189 é um documento, ele é um documento que traz uma série de cenas que são, que  
3190 mostram claramente questões de tortura, entretanto, eu não sou uma pessoa com  
3191 prerrogativas para fazer esse tipo de encaminhamento com relação a essas  
3192 torturas. O que já aconteceu, inclusive é que mediante as informações que têm no  
3193 relatório, entidades da Sociedade Civil e gestões dos estados, enfim,  
3194 encaminharam questões para que a gente avaliasse dentro do Ministério, não é?  
3195 Então, o fluxo, é esse. Eu acho que salvo engano, eu o enquanto consultor não  
3196 tenho, não teria prerrogativas para poder encaminhar por mim denúncias desse  
3197 tipo dentro do campo da atuação da pesquisa, não é? Então, é isso.

3198 **Sr. Dias (Departamento Penitenciário Nacional - Depen) –** Por parte do Depen,  
3199 que acompanhou a entrada do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos  
3200 nas unidades, eu nunca ouvi falar nesse termo, até porque o resultado, o  
3201 diagnóstico em si, ele traz e uma série de situações, falas das internas e dos  
3202 internos em relação também a violência. Então, se houve esse termo, ele foi  
3203 descumprindo, porque o teor do diagnóstico, ele traz exatamente isso, não é? A  
3204 fala das pessoas presas LGBTs e na maior parte delas, elas citam situações de





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3205 violência como alguns agentes, mas principalmente com outros presos. Então, é, é  
3206 muito claro isso no teor do diagnóstico.

3207 **Interlocutor não identificado** – Só para agregar com relação a esse tema aí,  
3208 caio, a lei de acesso à informação, ela fala que as informações pessoais, elas  
3209 permanecem sob sigilo durante 100 anos. Então, esse termo de manutenção de  
3210 sigilo geralmente você utiliza a quando você vai fornecer a essas informações  
3211 para terceiros, terceiras pessoas que precisam acessar isso. Então, você fornece  
3212 a documentação mediante assinatura do termo de manutenção de sigilo, caso  
3213 essa informação fase, você tem como cobrar daquela pessoa a responsabilidade  
3214 por não ter mantido o acesso restrito. Com relação às denúncias, processos  
3215 administrativos eles permanecem sobre acesso restrito durante a tramitação,  
3216 passou esse período, pode ser aberto, mas a denúncia que não foi investigada,  
3217 que não foi apurada, não deve ser fornecidas, salvo para as autoridades que têm  
3218 que tomar conhecimento. Isso é a nossa normativa que nós temos hoje com  
3219 relação...

3220 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
3221 ANADEP por favor.

3222 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública - GO)** – Então, eu acho que a Marina e o  
3223 Gustavo falaram aqui é uma das questões que eu sempre observei bastante no  
3224 tratamento que tive no meu período nos direitos humanos lá no estado de Goiás  
3225 que é a questão do empoderamento da própria população LGBT para se auto  
3226 identificar como tal, como integrante desse grupo e a partir daí e receber  
3227 tratamento adequado. Em Goiás a gente tenho uma ONG que é bem atuante, que  
3228 é a Astral e ela tentou recentemente fazer um trabalho junto essa população não  
3229 unidade prisional lá de Goiás, mas ela teve que fazer todo uma articulação  
3230 estratégica para poder ter acesso a essa população, é a uma população  
3231 extremamente vulnerável que no contato que eu tive não tenho a menor noção





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3232 dos seus direitos, eu não sei, Dias se pelo Depen tem a possibilidade de  
3233 eventualmente se fazer um cadastramento dessas ongs e permitir que elas  
3234 possam fazer um trabalho junto às unidades prisionais, porque assim, é muito  
3235 difícil se pensar na proteção dessas pessoas sem que elas tenham conhecimento  
3236 dos seus direitos e sem que a gente tenha garantido essa noção de  
3237 empoderamento e por outro lado, eu lembro que o Depen ia fazer um projeto de  
3238 capacitação lá em Goiás como os agentes penitenciários, mas depois não deu o  
3239 andamento e também uma via de mão dupla, me parece muito difícil a gente falar  
3240 de direitos dessa população encarcerada sem falar em capacitação daqueles que  
3241 estão no sistema penitenciário e eu me lembro que em Goiás, quando a gente  
3242 oficiava as unidades prisionais e pedindo o quantitativo de pessoas para planejar  
3243 ações na própria Defensoria Pública, as unidades não faziam a menor porção do  
3244 que era uma pessoa trans que era uma pessoa travestis, homoafetiva, etc, e isso  
3245 prejudicava muito a atuação da Defensoria Pública na proteção dessas pessoas,  
3246 porque quando a gente ia nas unidades prisionais, elas ao mesmo tempo não  
3247 estavam na empoderados o suficiente para saberem que era um canal que elas  
3248 poderiam pedir que seus direitos fossem efetivados e por outro lado a conversa  
3249 com as unidades prisionais também era sempre muito tensionada, porque as  
3250 pessoas não fazem a menor ideia do sistema, do que se trata uma pessoa LGBT.  
3251 Então, não sei como a gente poderia, o Dias está aqui, acho que poderia dar uma  
3252 visão melhor de como isso pode ser regulamentado, mas eu vejo esses dois lados  
3253 como essenciais, a capacitação e a possibilidade de atuação das ongs, porque é  
3254 uma comunicação necessária que tem que ser feita e não têm pessoas melhores  
3255 para que essas ongs para falar o que é que é o desejo, o anseio daquela  
3256 população e eles têm um canal direto que às vezes a gente não consegue fazer  
3257 essa comunicação para garantir a empoderamento no final, a proteção desses  
3258 direitos, não sei se pode sair uma resolução ou alguma coisa do tipo conjunta,  
3259 alguma coisa desse tipo.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3260 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – É  
3261 uma proposta de encaminhamento, resolução conjunta? Seria recomendação, não  
3262 é? Que resolução é só sobre nossos trâmites internos.

3263 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que talvez tenha que ter uma  
3264 regulamentação, porque as unidades locais, para que se possa permitir o ingresso  
3265 das ongs, assim como é permitido a pastoral carcerária.

3266 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Eu  
3267 acho que isso fugiria muito da nossa competência.

3268 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública - GO)** – No âmbito do Depen, isso não pode  
3269 ser feito?

3270 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu me lembro que o  
3271 Gustavo teve um problema enorme para entrar no Rio de Janeiro, ficou um mês  
3272 para conseguir... Mais, ah, é, foram três meses para poder entrar. Então, quer  
3273 dizer, isso que era encaminhado ainda pelo Depen e tudo.

3274 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública - GO)** – Mas o Depen, por suas notas  
3275 técnicas, resoluções, pode incentivar isso, não é? Pode incentivar, pode fomentar  
3276 junto as unidades locais e estaduais?

3277 **Sr. Dias (Departamento Penitenciário Nacional - Depen)** – Então gente, sobre a  
3278 Nota Técnica citada, ela está em vias de ser assinada, já está finalizado, eu acho  
3279 importante a gente garantir tudo aquilo que já foi construído até aqui que abarca  
3280 basicamente isso que foi posto pela Fernanda agora da Defensoria Pública de  
3281 Goiás é, o grande norteador dessa Nota Técnica não é só um grupo de  
3282 procedimentos, um agrupado de procedimentos de Custódia, de atenção. As  
3283 pessoas presas LGBT, o grande norte é justamente a capacitação do servidor. Na  
3284 realidade, essa Nota Técnica, ela surgiu de um trabalho anterior que era a



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3285 produção de um manual, esse manual, ele era, no caso um conjunto realmente  
3286 básico ali como se fosse uma cartilha de atenção à pessoa LGBT com a extensão  
3287 de capacitação dos servidores através de um curso EAD e de palestra no caso,  
3288 presencial. Então, como o passar do tempo, na atuação do manual de atenção a  
3289 pessoa LGBT, surgiu a necessidade de fazer algo mais amplo que aí veio a ser  
3290 uma Nota Técnica para que depois a gente produzisse esse manual e o curso.  
3291 Então, a finalização, a continuidade após a assinatura da Nota Técnica é  
3292 justamente a capacitação dos servidores, porque é esse servidor que vai atender  
3293 a essa pessoa presa e a gente precisa passar justamente por eles. Agora, com a  
3294 questão aqui, a gente pode colocar de encaminhamento assim, eu acho que é  
3295 mais complicado, porque os estados, eles atendem algumas normas e condutas.  
3296 Aí eu acho que não seria legal condicionar isso a Nota Técnica, porque se não,  
3297 gente vai atrasar mais ainda o processo que a gente já tem tido um grande  
3298 avanço.

3299 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (Departamento Penitenciário Nacional -**  
3300 **Depen)** – Só um minutinho, a ideia é essa, é começar a capacitar os servidores, a  
3301 entrar no estado e o Depen no seu site está, tudo nosso está no site. Então, desde  
3302 os convênios, sua execução para ficar o máximo transparente possível a gente vai  
3303 atualizar essas notas. Então, a gente faz esse primeiro ciclo, começa às  
3304 capacitações, conforme a gente for entrando nos estados aumentando esse  
3305 network, essa conexão com os diversos órgãos que têm interesse na área e no  
3306 público, aí a gente pode ampliar para no próximo ano implementar e trazer novas  
3307 ideias para a nota. A ideia é que a cada ano a gente vai atualizar agora a Nota  
3308 Técnica de trabalho prisional, ela vai fazer um ano, a gente vai aprimorar o que a  
3309 gente fez ao longo de um ano e com certeza, com a nota LGBT a gente vai fazer  
3310 isso, e aí a gente pode acrescentar. O foco agora é tentar capacitação, tanto é que  
3311 é o presencial, a gente teve que adiar para justamente ter o produto e ampliar  
3312 também no online, a gente já tem um vídeo online com a fundação Pitágoras e a



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3313 gente deve fazer através dessas videoconferências tentando acessar o maior  
3314 número de gestores prisionais possíveis, inclusive a gente já tentou por três vezes,  
3315 sexta-feira agora a gente está online, a gente vai tentar atingir 5000 servidores no  
3316 país numa videoconferência no formato de live, e a gente vai passar mais ou  
3317 menos o que o Depen vem fazendo e começar a usar essa estratégia para  
3318 acessar a ponta que é a nossa grande dificuldade e aí sim, a gente pode ir  
3319 aprimorando.

3320 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Está  
3321 ótimo. Sylvania, se for super sucinto, porque eu queria começar a votar nossos  
3322 encaminhamentos.

3323 **Sra. Sylvania Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Ah, tá. Mas  
3324 isso está como encaminhamento? O que a Fernanda colocou ou não?

3325 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Eu  
3326 coloquei aqui, ham, ham. Foi nessa redação aqui.

3327 **Sra. Sylvania Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – É porque  
3328 eu só queria reforçar, porque eu acho que é uma recomendação superimportante,  
3329 é bem pontual e acrescentaria muito a Nota Técnica, Nota Técnica eu entendo,  
3330 são parâmetros, é isso, são parâmetros que vocês vão, digamos, fomentar de  
3331 alguma maneira, mas não é que o estado seja obrigado, mas eu acho que é muito  
3332 importante que saia do Depen e esse parâmetro, porque a gente está falando de  
3333 uma especificidade muito específicas, de uma população que realmente precisa  
3334 do apoio dessas ongs para ter acesso, conhecimento até, porque elas estão numa  
3335 população abandonada exatamente por isso elas ficam sujeitas a maior, por  
3336 exemplo, vulnerabilidade dentro das unidades prisionais, a qualquer tipo de  
3337 coerção, por exemplo, o inclusive violência sexual, em troca muitas vezes de  
3338 produtos básicos para a sua manutenção lá, porque elas não tem visitas de



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3339 familiares. Então, se pudesse acrescentar isso que a Fernanda colocou na Nota  
3340 Técnica, é um ponto a mais que eu acho que é essencial eu entendo que já está  
3341 quase finalizado, mas às vezes assim, as coisas quase finalizado as ainda  
3342 demoram, porque inclusive em dezembro a gente esteve aqui com o  
3343 representante do Depen, também estava quase finalizada a questão das eptips e  
3344 pelo que eu saiba até hoje não finalizou e a gente não pode é acrescentar nada,  
3345 porque já estava na mesa para ser assinado. Então, eu pediria uma  
3346 recomendação do CNPCT de acrescentar isso a Nota Técnica do Depen.

3347 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) – Tá.**  
3348 Então, vamos a votação do primeiro encaminhamento. Haveria por parte da  
3349 Marina, da organização da Marina e do Gustavo, que eu não sei falar essa sigla...  
3350 Mas tem uma sigla, uma forma de falar... Entendi, do departamento para  
3351 compartilhar a minuta da portaria interministerial com o comitê e o comitê iniciaria,  
3352 então, comentários até o dia 30/03. Essa é uma forma do comitê e está ciente do  
3353 que acontece... E a gente envia comentários até dia 30/03, pode ser? E é uma  
3354 forma de a gente também se integrar e participar dessa portaria interministerial.  
3355 Votações então, ao microfone. Começando por qualquer lado, pode ser pelo  
3356 Marcelo.

3357 **Sr. Marcelo (RENILA) – A favor.**

3358 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO) –**  
3359 **EDUCAFRO, a favor.**

3360 **Sr. Henrique (Conectas) – Conectas, a favor.**

3361 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE) –**  
3362 **COADE, a favor.**

3363 **Sra. Isabel (Justiça Global) – Justiça Global, a favor.**



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 3364 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – UFRN, a favor.**
- 3365 **Sra. Silvana Conti (União Brasileira de Mulheres) – União Brasileira de**  
3366 **Mulheres, a favor.**
- 3367 **Sra. Virgínia Berriel (Central Única dos Trabalhadores - CUT) – CUT, a favor.**
- 3368 **Sra. Célia Zenaide (Conselho Federal de Psicologia - CFP) – Conselho Federal**  
3369 **de Psicologia, a favor.**
- 3370 **Sra. Débora Lobato (Ministério das Relações Exteriores) – MRE a favor.**
- 3371 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
3372 **Conselho Federal da OAB, a favor.**
- 3373 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade) – Somos, a favor.**
- 3374 **Interlocutor não identificado –Depen, ok, a favor.**
- 3375 **Sr. Wanderson Pinheiro (Movimento Negro Unificado - MNU) – MNU, a favor.**
- 3376 **Interlocutor não identificado – A favor.**
- 3377 **Sr. Felipe (Secretaria de Governo) – SG, a favor.**
- 3378 **Sra. Maria Edilma (Ministério da Saúde) – Saúde, a favor.**
- 3379 **Sra. Yuda (Ministério da Educação - MEC) – MEC, a favor.**
- 3380 **Sr. Felipe (Secretaria de Governo) – Segov, a favor.**
- 3381 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
3382 **Então, está aprovado por unanimidade. Alguma abstenção? A nossa proposta**  
3383 **dois, ela ainda está mal escrita, ela não está sintetizada de maneira correta, mas**  
3384 **vamos com paciência localizando isso. Seria uma proposta, seria para que a gente**



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3385 aprove na verdade, enquanto encaminhamento, conforme o nosso regimento uma  
3386 recomendação do comitê sobre essa questão da tortura e população LGBT no  
3387 sistema carcerário observando a resolução do CNCD e CNPCT, a nossa  
3388 resolução um de 2014, CNPCP, não é? CNPCP. Incluiria nessa recomendação  
3389 nossa, 1, e deixa eu entender o que está escrito... Tá, na verdade, é uma  
3390 recomendação de que os responsáveis, na verdade, os diretores, etc. Dos locais  
3391 de privação de liberdade autoriza/facilitem ou franquem...

3392 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – A gente começou a  
3393 discutir isso no sentido de fazer uma recomendação desse comitê sobre a  
3394 importância que discutir a pauta LGBT, etc, etc. Através de parâmetros  
3395 reconhecidos como os estipulados pela APT, internacionalmente e tudo mais e os  
3396 que já existem aqui no Brasil, tá? E daí a gente começou a colocar penduricalhos  
3397 de coisas importantes para ter ali. O primeiro que a gente pensou era, não sei da  
3398 onde veio agora, que agora está mudando, que a administração... Que a  
3399 administração penitenciária autorize o ingresso de organizações da Sociedade  
3400 Civil que trabalham com população LGBT... Meu deus, Carol!

3401 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Nos  
3402 locais de privação de liberdade.

3403 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Isso e daí surgiu,  
3404 porque isso veio lá da colega da ponta, da Fernanda, isso.

3405 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – O da  
3406 Fernanda e também o dois.

3407 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Isso, falou da  
3408 importância e tal. E aí o dois veio da conversa que a gente teve aqui, porque a  
3409 gente não pode recomendar que o Depen faça alguma coisa que ele não pode  
3410 fazer. Então, a gente tem que recomendar que o Depen recomende aos estados a



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3411 criação de mecanismos que facilitem e a inserção da Sociedade Civil que  
3412 trabalhem com a temática LGBT do sistema prisional e inclua... Eles são bem  
3413 parecidos, de fato.

3414 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – São  
3415 muito parecidos, inclusive que inclua isso na Nota Técnica que vocês estão  
3416 gerando.

3417 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Isso. Então, eu acho  
3418 que dá para tirar...

3419 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Essa  
3420 seria a recomendação que eu imagino que aí é o que a Fernanda estaria  
3421 recomendando na fala dela.

3422 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública - GO)** – É, os dois não são iguais, não são.  
3423 Eu entendo. Porque um é específico para o Depen, compreendam isso. O primeiro  
3424 é para administração penitenciária, é como um ofício que a gente envia e pede  
3425 para que eles facilitem o ingresso da Sociedade Civil que trabalha com essa  
3426 temática nos locais de privação de liberdade, o segundo estaduais, não é?  
3427 Exatamente, o segundo a gente está falando com o Depen. Então, são situações  
3428 diferentes.

3429 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (Departamento Penitenciário Nacional -  
3430 Depen)** – Com relação ao Depen, talvez o que o Depen verifica a possibilidade de  
3431 recomendar, eu acho que realmente não cabe esse colegiado aqui entrar na  
3432 questão...

3433 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Claro,  
3434 a redação não era assim impositiva, sabe? Não se preocupem, mas a gente está  
3435 falando que a gente gostaria que o Depen recomendasse.





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3436 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (Departamento Penitenciário Nacional -**  
3437 **Depen)** – Perfeito. Verifique a possibilidade de recomendação...

3438 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Carol,  
3439 quer fazer o ajuste? Para ficar diplomático? Tá, que o Depen recomende. Porque  
3440 a gente tem noção que a nossa recomendação é uma recomendação ainda assim,  
3441 e chegando ao Depen, tem a questão do que o Depen pode fazer em cima disso.  
3442 Então, se a redação, ela está lá na tela, eu repito: ela não é final. Tem erros de  
3443 português, tem erros de concordância, etc., mas a intenção é esta que está na  
3444 tela, e aí eu e a Carol depois adaptamos de um jeito mais diplomático de falar,  
3445 digamos assim. Então, eu vou colocar 3.2 em votação, começando, vamos  
3446 começar pela outra ponta, então. O pessoal... Desculpa Sylvia. É mais fácil, não  
3447 é? Então, vou pedir para quem for contrário se manifestar no microfone. Se houver  
3448 alguma a abstenção, que se manifeste no microfone. Então, ficar aprovado por  
3449 unanimidade. Carol, eu coloquei o: "Aprovado por unanimidade dos presentes."  
3450 Ele copiou de cima, tá? O 3.3 o Caio falou que queria corrigir a redação, oficial ao  
3451 gabinete da Ministra questionando a existência desse termo de confidencialidade  
3452 firmado com a instituições penais no sentido de não encaminhar denúncia de  
3453 violação a direitos humanos.

3454 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu digo, corrigir no  
3455 sentido que o Gustavo disse agora é que não existe esse termo, o que na  
3456 verdade, ele não disse isso, ele disse que ele não tem conhecimento desse termo  
3457 e Depen disse que não tem conhecimento deste termo. Ocorre que eu estive em  
3458 um evento público específico no qual eu fui informado da existência desse termo.  
3459 Então, eu não vou questionar a existência do termo, mas eu vou questionar qual  
3460 foi o fluxo de encaminhamento das denúncias. A Marina disse aqui que ela  
3461 recebeu pessoalmente algumas denúncias por WhatsApp, isso acontece, no  
3462 movimento social isso acaba acontecendo e a gente dá um encaminhamento  
3463 necessário. Agora, eu quero saber das denúncias recebidas institucionalmente no



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3464 decorrer da pesquisa, qual foi o fluxo de encaminhamento e são coisas, só para  
3465 esclarecer para os colegas que vão votar, que são questões diferentes, que uma  
3466 coisa é o relatório ter um relato da pesquisa dizendo: "Eu foi torturada assim,  
3467 assado, eu foi amarrado assim, assado." Isso é uma coisa. Agora, quando eu  
3468 pego a isso eu digo para a Vanessa: "Você quer fazer uma denúncia sobre isso?"  
3469 Eu abro a possibilidade para ela de veicular uma denúncia sobre isso. É isso que  
3470 eu gostaria de saber, se essa possibilidade existia e em existindo qual era o fluxo?

3471 **Interlocutor não identificado** – Caio, só para te ajudar, não precisa de  
3472 prerrogativa alguma, qualquer um do povo pode oferecer uma notícia crime.

3473 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Foi isso que eu falei  
3474 agora, tu não digitou tão rápido assim?

3475 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Ou  
3476 3.4, deixa eu colocar lá na tela, oficiava... Está coletando o meu, a Internet aqui  
3477 está assim hoje. E o fluxo. É esse seu encaminhamento?

3478 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – É, não é tão simples  
3479 assim, não é?

3480 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tá,  
3481 eu faço a redação mais longa assim que a minha internet voltar. Seria então,  
3482 sobre as denúncias recebidas durante a realização do estudo...

3483 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Ok, então, que  
3484 esclareça sobre as denúncias recebidas durante a realização do estudo  
3485 informando a possibilidade dos entrevistados... Não está aparecendo na tela, mas  
3486 eu vou um continuar: informando a possibilidade dos entrevistados de requererem  
3487 o seu encaminhamento. E ali, em questionando, eu acho que vale colocar  
3488 questionando o fluxo das denúncias recebidas durante a realização do estudo. É,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3489 então, eu retiro o 3.3 levando em conta que foi informado aqui em plenária que os  
3490 presentes não conhecem, não tem conhecimento da existência desse termo.

3491 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Tu  
3492 pagou? Para mim não apareceu. Tá.

3493 **Interlocutora não identificada** – Não, era só... Eu sei que a gente está com uma  
3494 boa... Estou muito feliz em ver a sala cheia, com uma boa adesão, mas se a  
3495 gente puder só abrir um espacinho, por exemplo, o Leo para participar...

3496 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Que é  
3497 nosso convidado permanente, é, por favor.

3498 **Interlocutora não identificada** – Às vezes outros membros também do  
3499 mecanismo que queiram sentar também para participar das discussões no  
3500 próximo ponto de pauta, enfim, só queria pedir um pouco se a gente pode ter esse  
3501 ajuste aí que espaço para permitir mais pessoas integrando a mesa.

3502 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Leo,  
3503 por favor. Os peritos também que quiserem, assim fica mais fácil a fala, eu fico  
3504 muito feliz na verdade, que a gente esteja todo mundo bem apertado, porque está  
3505 cheio. Então, vamos para a votação do 3.3. Oficiar ao gabinete questionando o  
3506 fluxo das denúncias recebidas durante a realização do estudo informando a  
3507 possibilidade dos entrevistados de requererem o seu encaminhamento... É isso?  
3508 Acho que agora fica com 2... Eu vou pedir para então, no microfone falarem  
3509 aqueles que são contrários ao encaminhamento, acho que fica mais fácil.  
3510 Abstenções? Então, no microfone, de novo, porque está mudando a nossa  
3511 composição constantemente, nós vamos fazer a votação então, no microfone,  
3512 porque se a gente copiar o de cima já não é mais a mesma composição. Então,  
3513 vamos lá, no microfone, começando com RENILA, por favor.



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 3514 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Favorável.
- 3515 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** –  
3516 EDUCAFRO, ok.
- 3517 **Sr. Henrique (Conectas)** – Conectas, sim.
- 3518 **Sr. Rodrigo Sérvulo (Coletivo Advogado para a Democracia - COADE)** –  
3519 COADE, sim.
- 3520 **Sra. Isabel (Justiça Global)** – Justiça Global.
- 3521 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – UFRN, sim.
- 3522 **Sra. Silvana Conti (União Brasileira de Mulheres)** – União Brasileira de  
3523 Mulheres, sim.
- 3524 **Sra. Virgínia Berriel (Central Única dos Trabalhadores - CUT)** – CUT, sim.
- 3525 **Sra. Célia Zenaide (Conselho Federal de Psicologia - CFP)** – CFP, sim.
- 3526 **Sra. Débora Lobato (Ministério das Relações Exteriores)** – MRE sim.
- 3527 **Interlocutor não identificado** – SNPIR sim.
- 3528 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
3529 Conselho Federal da OAB, sim.
- 3530 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Somos.
- 3531 **Interlocutor não identificado** – Depen, sim.
- 3532 **Sr. Wanderson Pinheiro (Movimento Negro Unificado - MNU)** – MNU, sim.
- 3533 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sim.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3534 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global) – Sim.**

3535 **Sr. Felipe (Secretaria de Governo) – SG, sim.**

3536 **Sra. Maria Edilma (Ministério da Saúde) – Ministério da Saúde sim.**

3537 **Sra. Cláudia Leite (Ministério da Cidadania) – Cidadania sim.**

3538 **Sra. Yuda (Ministério da Educação - MEC) – MEC, sim.**

3539 **Sr. Felipe (Secretaria de Governo) – Segov, sim.**

3540 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**

3541 Então, fica aprovado por unanimidade esse nosso encaminhamento. Novamente  
3542 eu vou agradecer a presença de vocês Marina, Gustavo, pelo tempo, acho que a  
3543 discussão foi boa e nós damos encaminhamento a nossa pauta. Eu vou sugerir  
3544 então, uma inversão da pauta, pelo adiantada hora e porque todos os membros do  
3545 mecanismo já estão aqui prontos para a apresentação deles, eu sugeriria a gente  
3546 inverter os itens 4 e 5 da pauta na verdade, porque a nossa pauta administrativa  
3547 de planejamento, se não der tempo para fazer hoje, a gente faz amanhã também,  
3548 ela é sucinta. Então, eu sugeriria que agora a gente fosse para o item 5 que é a  
3549 pauta do mecanismo que eu passo a palavra para a Bárbara que é Coordenadora  
3550 Geral.

3551 **Sra. Bárbara Cordeiro da Silva de Araújo (Coordenadora-Geral de**

3552 **Monitoramento) – Boa tarde a todas e a todos, eu estou meio esquisita, porque**  
3553 eu sofri um acidente de carro. Então, eu estou andando meio assim, rara, então, é  
3554 por isso. Então, só para avisar vocês. Nós deliberamos no pleno do mecanismo  
3555 então quatro pontos de pauta, não é? Os dois primeiros são bastante breves que é  
3556 apresentar para vocês o planejamento para 2020, bem rapidinho mesmo, depois a  
3557 gente vai fazer o informe sobre a situação de Roraima, porque existe esse debate,  
3558 de missão conjunta, enfim, já faz um tempo que está acontecendo e depois a



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3559 gente vai falar sobre o documento do SPT e também a apresentação do relatório  
3560 dos hospitais psiquiátricos, não é? Então, eu vou começar aqui, dá para começar  
3561 aquela apresentação, Carol? Carol? Dá para colocar a aquela apresentaçõzinha,  
3562 que eu deixei contigo? É, do planejamento. Você acha que precisa? Acho que  
3563 pode ser daqui mesmo, tá. Então, vamos lá, pode ser a segunda então. Para não  
3564 tomar muito tempo, vou falar bem rapidinho mesmo, pode passar. Então assim,  
3565 mostrar para vocês um pouco da organização interna do mecanismo rapidamente,  
3566 nem sei se eu consigo ler daqui, mas a gente tem conta com duas assessorias  
3567 técnicas hoje, um administrativo que está acabando com a nossa vida, porque a  
3568 gente tem muita demanda administrativas, acaba tendo que deslocar os peritos  
3569 para esse tipo de demanda e acho que é importante aproveitar esse espaço para  
3570 dizer das nossas dificuldades em relação a isso, não é? Nós perdemos duas  
3571 pessoas, do administrativo, tem gerado um impacto bastante grave nas nossas  
3572 atividades porque a gente precisa realizar essas demandas perdendo tempo que  
3573 desenvolver nosso trabalho de maneira adequada, não é? Então, a gente tem  
3574 duas divisões internas que é dos núcleos institucionais que estão compostos pela  
3575 Coordenação, núcleo, núcleo de monitoramento e núcleo de articulação  
3576 institucional, temos também... Sete grupos temáticos, agora eu não sei se consigo  
3577 ler daqui, mas eu núcleo de perícia e protocolo de Istambul, núcleo de gênero  
3578 LGBTI, núcleo de raça e etnia, núcleo do sistema prisional, núcleo de influência e  
3579 adolescência, núcleo de saúde mental e o núcleo de acolhimento, não é? Então,  
3580 essa é a nossa estrutura para vocês entenderem que além de todas as coisas que  
3581 a gente faz, a gente também divide os peritos nesses núcleos para trabalhar  
3582 nessas áreas por temáticas, pode passar. Mostrar também para vocês que desse  
3583 ano nós faremos oito inspeções regulares, então, a gente divide nosso trabalho e  
3584 o calendário de inspeções pensando nas inspeções regulares, mas de incidência,  
3585 nas inspeções temáticas, esse ano a gente vai fazer oito regulares e seis novos  
3586 estados serão visitados. Então, nesse ano que o mecanismo completa 5 anos, nós  
3587 vamos, se deus quiser, até o fim do ano, ter visitado todos os estados do Brasil.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3588 Então, eu acho que isso é um dado interessante para compartilhar com vocês.  
3589 Temos também as inspeções de monitoramento em cinco estados e também  
3590 informações, já tem uma prevista no Ceará, houveram informações no DF, tem  
3591 uma no Pará também que está encaminhada por enquanto, isso que a gente  
3592 tenha de planejamento esse ano. Cabe lembrar que além dessas regulares, nós  
3593 vamos ter duas outras que nós já planejamos, uma inspeção que vai ser realizada  
3594 no primeiro semestre que é de incidência do relatório dos hospitais psiquiátricos,  
3595 será realizada essa ação de incidência em oito estados brasileiros devido à  
3596 grande importância desse relatório que é um relatório inédito, que é um trabalho  
3597 diferenciado em âmbito nacional. Então, vai ter também essa ação de incidência e  
3598 no segundo semestre a gente vai ter uma ação nacional na temática LGBTI que  
3599 vai ser coordenada pela Tarsila Flores que está aqui, acho que ela pode falar uns  
3600 minutinhos sobre como está o andamento dessa ação, muito em consonância com  
3601 todas as ações nacionais e internacionais que a gente tem visto nessa temática,  
3602 não é? Seja Nota Técnica do Depen, seja o manual de guia de monitoramento da  
3603 APT, do LGBTI, seja também, nosso estivemos falando com o especialista  
3604 independente da ONU contra violência e discriminação da orientação sexual,  
3605 identidade de gênero Víctor Madrigal, então, consoante a tudo isso que tem  
3606 acontecido nos cenários nacional e internacional a gente tem, pensou nessa  
3607 temática e agora Tarsila, por gentileza, pode falar um pouquinho mais sobre como  
3608 será essa ação nacional.

3609 **Sra. Tarsila Flores** – Boa tarde todas e todos, hoje a gente teve aqui a  
3610 demonstração da importância dessa pauta LGBT em toda a situação de privação  
3611 de liberdade, nós vamos desenvolver uma ação com a perspectiva focada na  
3612 questão de prevenção e combate à tortura levando em conta as violações de  
3613 direito, muito do que foi apresentado aqui em termos do mapeamento e  
3614 diagnóstico que foi realizado pelo Ministério, mas com foco de dar  
3615 encaminhamento a essas denúncias, dar encaminhamento à questão da





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3616 prevenção e combate à tortura a população LGBT nesses espaços. Então, a gente  
3617 vai desenvolver isso, já estamos em construção desse trabalho desde o ano  
3618 passado e já com parcerias muito importantes, interessantes, uma delas a APT  
3619 que já tem um trabalho pautado nessa temática, é isso, obrigada.

3620 **Sra. Bárbara Cordeiro da Silva de Araújo (Coordenadora-Geral de**  
3621 **Monitoramento)** – É isso, para não tomar muito tempo mesmo, numa velocidade  
3622 bem rápidas, não é? Já que a gente está com tempo assine, exíguo, já podemos  
3623 passar para o segundo ponto de pauta que seria então, informes em relação a  
3624 Roraima. E convidar o Ribamar aqui para fazer o informe, por favor.

3625 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Riba  
3626 se você quiser, a gente pode puxar a cadeira e você faz aqui na frente.

3627 **Sr. Ribamar** – Boa tarde a todas e a todos. Nós estamos retomando um ciclo  
3628 virtuoso que diz respeito a nossa missão comum com este comitê, entre outras  
3629 prerrogativas deste comitê está a formulação da política nacional de prevenção e  
3630 combate à tortura e o monitoramento das recomendações do mecanismo.  
3631 Roraima, como todos acompanharam desde 2017 teve não só uma chacina como  
3632 aconteceu... Como aconteceu no início de 2017 na região norte, uma chacina  
3633 aliás, que tinha sido pré anunciada pelo mecanismo, como foi reconhecida em  
3634 nível nacional porque estava dada todas as condições para o que veio a acontecer  
3635 em 2017, isso tinha sido anunciado ou denunciado no relatório do mecanismo em  
3636 2015 e de igual forma aconteceu no Rio Grande do norte e em Roraima aonde  
3637 vitimou a 33 pessoas e já naquela oportunidade, logo na associação da chacina  
3638 acontecido em Roraima, nós estivemos numa missão conjunta com o CNPCT e  
3639 posteriormente com o CNDH, de igual forma inauguramos um processo de  
3640 monitoramento da qual grande parte das nossas recomendações puderam ser  
3641 conferidas, aqueles que não receberam eu tenho ali ainda, podemos distribuir,  
3642 esse relatório de monitoramento que dão conta da baixa execução das nossas





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3643 recomendações, que resultaram, a exemplo do que havia acontecendo no  
3644 Amazonas no agravamento do problema denunciada em 2017 em Roraima. Qual  
3645 seja aquele surto de vocês viram ser denunciado na imprensa a nível nacional, ele  
3646 estava de certa forma, anunciado pelo grau de falta de higiene, de kits de higiene,  
3647 de esgotamento sanitário e da forte concentração de pessoas sem água e só para  
3648 dizer que isso também, de certa forma, e foi anunciado como as medidas de  
3649 prevenção não foram adotadas, esse quadro veio a se confirmar naquela crise de  
3650 epiderme que aconteceu o agora ao início desse ano. Ao receber esse relatório,  
3651 vocês podem já nas próprias páginas dele rebuscar que este quadro estava  
3652 denunciado nas páginas 108/109, para aqueles que não tem, eu tenho ali de  
3653 sobra, para dizer que mais uma vez nós estamos diante de um quadro de  
3654 problemas anunciados e problemas que como não foram adotadas as medidas de  
3655 mitigação, de cumprimento das nossas recomendações, esses quadros vieram a  
3656 se agravar. Hoje há um universo de mais de 600 pessoas acometidas dessa  
3657 enfermidade e as estratégias de desencarceramento... Perdão, se pudesse  
3658 acompanhar por aqui, a gente tem, eu não vou usar todas essas lâminas, porque  
3659 não daria tempo, mas as fotos estão ali. Aqui é um outro problema também que  
3660 merece... Voltando um pouquinho atrás... A nossa preocupação. Lá não houve  
3661 somente 33 pessoas chacinadas, lá houve uma realidade de 7 pessoas  
3662 desaparecidas inaugurou-se naquela chacinas no início de 2017 um fenômeno  
3663 que é a do desaparecimento forçado me refresquem a memória, mas houve esses  
3664 sete em Roraima e Alcaçuz, Rio Grande do Norte, o quadro foi maior ainda, seja  
3665 da sede mas da chacina, sejam daquelas pessoas que jamais foram encontradas  
3666 edição, há um quadro de desaparecimento forçado, aqueles que estiveram em  
3667 Alcaçuz, me ajudem a lembrar, mas são mais de 40 pessoas, Gustavo?  
3668 Desaparecidos em Alcaçuz. 47 era o número inicial, e tudo isso para dizer que nós  
3669 estamos agora restabelecendo esse círculo de monitoramento e em função disso,  
3670 nós já tivemos duas videoconferências com o Sistema de Justiça local da qual  
3671 participaram aqui pelo comitê como Henrique da Cometas, na segunda participou



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3672 também o Alexandre da DPU e o Leo, além da equipe de peritos e assessoras do  
3673 mecanismo junto com o Ministério Público e a Defensoria Pública do estado de  
3674 Roraima. Todo isso redundou na recomendação de que nós fizéssemos uma nova  
3675 visita que tem a característica de manutenção de uma agenda executiva com o  
3676 Governo Estadual de Roraima, feitas também algumas e de locuções aqui com o  
3677 Depen de que nós já podemos ter alguma manifestação das ações que estão  
3678 sendo desenvolvidas lá e por isso, a nossa ida prevista para o dia 23 e 24 de  
3679 março, elas têm o condão de aferir dentro das nossas prerrogativas comuns  
3680 quanto das nossas recomendações tem sido desde o último monitoramento que  
3681 fizemos em 2018, é conseguir levar a cabo. Nós sabemos que... Levar a cabo não  
3682 a melhor palavra, não é? Mas nós sabemos que houve desde então uma  
3683 retomada desse que eu chamo de ciclo virtuoso anunciado doutor Alexandre Cais  
3684 está chegando ali, ele é uma das pessoas que têm acompanhado pela DPU essa  
3685 missão de monitoramento, desde então, embora não tenha participado dessa vida  
3686 conferências, o tribunal de justiça já expediu mais de uma centena de prisões  
3687 domiciliares que agora dependem da ativação da vara de execução penal e da  
3688 Defensoria Pública para que se possa produzir efetivamente não mais a exemplo  
3689 do que nós tínhamos previsto só uma estratégia de desencarceramento, mas  
3690 também uma estratégia de tratamento para o desencarceramento, porque o que  
3691 estava ocorrendo é que na condição que essas pessoas estão no lembre-se,  
3692 Roraima também tem uma das mais altas taxas de presos provisórios e algumas  
3693 dessas pessoas nem deviam a estar lá por isso agora, para promover o  
3694 desencarceramento tem que haver o processo de tratamento que é isso que nós  
3695 estamos em tratativas, seja com a Resultados da pesquisa OPAS que deverá  
3696 integrar essa missão, seja no departamento de saúde do Depen para que se  
3697 promova não só o processo de desencarceramento, mas o processo de  
3698 tratamento para que essas pessoas sejam desencarceramentos, não somente na  
3699 estratégia, o que pode vir a ocorrer literalmente levar sarnas para se coçar, que é  
3700 o que aliás, está acontecendo hoje no hospital geral de Roraima, onde as pessoas



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3701 estão sendo mantidas encarcerados em tratamento e numa condição ainda mais  
3702 violadora da que estava no cárcere, porque lá se quer ela têm condição de  
3703 transitar para fazer uso do sistema sanitário, elas estão literalmente fazendo suas  
3704 necessidades fisiológicas em baldes e por isso, segregadas dentro do sistema de  
3705 hospital geral. Tudo isso para descer da necessidade que nós temos de  
3706 restabelecer esse círculo virtuoso tendo a parte do CNPCT, a exemplo do que  
3707 tivemos do CNDH, queria cumprimentar a iniciativa do CNDH que já destacou  
3708 dois, o seu Presidente e o seu vice-presidente, leia-se o doutor Renan que  
3709 também é DPU e o Leo Pinho que irão conosco nessa missão, seja a Defensoria  
3710 Pública da União e o doutor Alexandre Carlos que ali está, pode falar melhor das  
3711 estratégias que já desenhou com o DPGDH, é assim a sigla? Que é o defensor  
3712 público de direito, DRDH de direitos humanos que lá já vai estar com essa agenda  
3713 executiva e com estratégias próprias de fazer valer essa estratégia de  
3714 responsabilização, de reparação e de não repartição daquele fenômeno que nós  
3715 estamos vivendo de Roraima. Por fim, convido que a exemplo do que fizemos em  
3716 2017 com a presença do Henrique, da Conectas, que dignamente representou  
3717 esse colegiado e que agora vai em representação com a própria Conectas que  
3718 possa ser aqui também definida a representação do CNPCT nessa missão que  
3719 integraremos de 23 a 24 de março, esse é o aviso, mas talvez o doutor Kaiser  
3720 tenha alguma informação adicional sobre sobretudo a soma de ações que já estão  
3721 sendo prospectadas para a nossa missão de 23 a 24 de março.

3722 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
3723 Alexandre, se tu puder, eu vou pedir novamente que a gente abre espaço na roda  
3724 para mais um convidado permanente aqui do comitê que é a DPU.

3725 **Sr. Alexandre Kaiser Raube (Defensoria Pública da União) –** Bom, boa tarde a  
3726 todos, Alexandre Raube da Defensoria Pública da União, inicialmente eu peço  
3727 desculpas realmente pelo atraso, eu tive um compromisso, não pude faltar agora à  
3728 tarde. O doutor Ribamar estava expondo aqui a questão da missão para o estado



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3729 de Roraima, a princípio o foco realmente é a questão da saúde no presídio  
3730 agrícola de Monte Cristo, em razão das notícias da existência de uma crise grande  
3731 com relação a doenças de pele, especialmente, outras doenças  
3732 infectocontagiosas também, mas doenças de pele no local assim, vamos dizer que  
3733 chama a atenção mesmo, no contexto do sistema penitenciário brasileiro, a  
3734 defensoria foi convidada pelo mecanismo para integrar essa missão conjunta e  
3735 aceitou o convite e a estratégia realmente é avaliar medidas concretas que  
3736 possam ser adotadas caso realmente o estado de coisas que se verificar no  
3737 momento no local seja esse que está sendo noticiado, não é? A notícia que  
3738 tivemos que em janeiro deste ano havia 970 pessoas internas nessa penitenciária  
3739 como pensar, apenas com sarna, que é uma coisa, um quadro e inaceitável. E  
3740 depois houve aquela notícia de uma bactéria, talvez ainda mais séria, enfim, a  
3741 gente precisa verificar exatamente o que já está sendo feito pelas autoridades e o  
3742 que não é nossa percepção é de que essa matéria de saúde pública é uma  
3743 matéria de responsabilidade solidária da união e dos estados, todas as unidades  
3744 federativas e por isso, é uma matéria que se o estado não conseguir equacionar,  
3745 se a gente entender que é pertinente, eventualmente a gente pode vir a demandar  
3746 a união, tudo vai ser verificado *in loco*, nós estamos fazendo um levantamento  
3747 documental e vamos fazer a vistoria *in loco* para verificar a situação, o Depen  
3748 informa que já foram adotadas algumas medidas, a notícia também que seria  
3749 realizado um mutirão antes da nossa chegada, nós vamos ver a extensão desse  
3750 trabalho, se já sana os principais problemas ou se ainda existe uma questão  
3751 estrutural é ser tratada e eventualmente, vamos, enfim, conforme a situação,  
3752 avaliar a medida que for cabível.

3753 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
3754 Então, eu já vou fazer a proposta de encaminhamento, que eu acho que seria  
3755 mais útil e mais rápida, inclusive seria que o comitê, o CNPCT integrasse a missão  
3756 que já está agendada, inclusive tornando essa missão uma missão conjunta que



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3757 seria mecanismo, comitê e CNDH, é isso Ribamar? São três entidades? Eu sugeri  
3758 o nome do Henrique, inclusive como integrante aqui do comitê. Henrique,  
3759 chegamos lá, um minuto. Então, eu só estou perguntando quais são as entidades  
3760 que integram a aqui a missão é conjunta, conjunta de quem? DPU, Conectas,  
3761 CNDH, mecanismo e comitê, ótimo. E OAB enquanto Conselho Federal da OAB,  
3762 não do CNDH, tá, entendi. Então, integrando essa missão conjuntamente com  
3763 essas entidades com a sugestão já de encaminhamento dos nossos nomes que  
3764 são pessoas que já haviam se voluntariado. Aí Henrique, eu te deixo livre para ir  
3765 com ou pelo comitê, pela Conectas, você decide. A Cândida também já havia  
3766 dado o nome dela e abrimos aí para a participação de outros integrantes, Emily,  
3767 por favor.

3768 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Só recapitulando, a  
3769 viagem é 23 a 24 de março, não é? Chega lá dia 22. Internamente não é segredo  
3770 para ninguém que a gente tem prazo na SNPG para viagens nacionais, a gente  
3771 pede uma antecedência de 28 dias. Sendo deliberado hoje o nome e enviado hoje  
3772 considerando que tudo vai correr bem, a viagem estaria sendo enviada com doze  
3773 dias de antecedência. Totalmente fora de todos os prazos, nosso prazo interno  
3774 como SNPG são 28 dias. O prazo da secretaria executiva é de 25 dias para  
3775 viagens nacionais. Então, eu queria deixar isso registrado que está totalmente fora  
3776 dos nossos prazos a solicitação de passagem.

3777 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Nós  
3778 sabemos desse prazo de solicitação de passagem como você mesmo disse, não é  
3779 segredo para ninguém, mas da última missão que nós tivemos um problema sério  
3780 em relação aos peritos que iriam, nós conversamos com o Lucas, ele entendeu  
3781 toda a situação e nós fizemos a solicitação de emissão de passagem urgente, isso  
3782 não foi um problema na época.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3783 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Entendo, mas o caso  
3784 atual é uma situação que eu, pelo que eu entendi já se sabia da viagem  
3785 anteriormente, sabia-se que queria uma pessoa do comitê representada eu não  
3786 entendo porque só foi trazido agora, entendeu, a solicitação, se sabe-se do prazo.

3787 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – É porque a  
3788 reunião só está acontecendo agora, a reunião foi atrasada, porque o governo  
3789 atrasou orçamento e alguma coisa assim, daí é só por isso.

3790 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Certo, mas que fiquem  
3791 frisadas.

3792 **Sr. Marcelo (RENILA)** – Primeira observação: a passagem já confirmada dos  
3793 peritos que já foi solicitada antes do carnaval e sobre essa não há problema. Aqui  
3794 pelo comitê, nós estamos considerando tudo isso que foi dito e considerando  
3795 também que se trata de uma visita emergencial e em caráter emergencial, seja  
3796 para esse caso, seja para outros que se sucederão eu gostaria que não o tenha,  
3797 mas eles sempre têm e batem na nossa porta, tem que ter sempre uma  
3798 prerrogativa de flexibilização em função disso, foi sempre assim que se operou de  
3799 há de se considerar isso, porque isso infelizmente vai voltar a acontecer  
3800 reiteradamente, são a própria natureza da emergência e do serviço que exigem  
3801 isso.

3802 **Sra. Emily (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Certo, eu vou levar em  
3803 consideração tudo que foi levantado, mas que fique registrados nos prazos  
3804 internos.

3805 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
3806 Então, mantemos para a nossa sugestão de representação. Henrique, eu acho  
3807 que até por uma facilidade de passagem você ficaria pela Conectas que tem  
3808 disponibilidade de dar sua passagem, pelo que eu entendi, e a Cândida seria a



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3809 nossa representante do comitê, você também, mas entendendo uma questão de  
3810 passagem, não é?

3811 **Sr. Henrique (Conectas)** – Sim, sim. A Conectas a gente pode arcar com a nossa  
3812 própria ida.

3813 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
3814 Exatamente. E a Cândida seria a passagem que estaria sendo pedida hoje,  
3815 porque é a nossa primeira reunião do ano para a secretaria para disponibilizar  
3816 como o Ribamar bem colocou, em caráter emergencial, porque é uma visita  
3817 emergencial.

3818 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – E do governo  
3819 vai alguém?

3820 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Isso  
3821 eu coloquei à disposição para alguém do governo se voluntariar.

3822 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Eu voluntario  
3823 para, como já fui da outra vez lá.

3824 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** –  
3825 Imagino que como o Marco se voluntaria, a sua passagem vai ser emitida... Não  
3826 teriam problema da Cândida.

3827 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Não sei se vai,  
3828 assim, eu estou voluntariando, assim, a decisão é da secretaria executiva.  
3829 Reforçando até o que a Emily está falando, e houve até o atraso dessa... Me  
3830 coloquei a outra aqui, até justificando a situação dessa remarcação dessa situação  
3831 que houve com a reunião de agora se deve à há um grave problema que houve  
3832 com a questão do orçamento, da lei orçamentária e que só foi resolvida na  
3833 semana passada com relação ao veto que foi mantido. Então, não foi





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3834 simplesmente o governo não quis marcar, mas a gente ainda está com sérios  
3835 problemas na parte de orçamento não é só esse Ministério, são todos os  
3836 Ministérios. Então, talvez isso seja um problema por conta desse prazo que não foi  
3837 respeitado, não quer dizer que não vai acontecer, mas é um obstáculo que nós  
3838 temos visto, inclusive eu preside a comissão de mortos e desaparecidos políticos  
3839 e a nossa reunião que seria no final de Janeiro teve que ser adiada e ainda não  
3840 aconteceu e justamente por conta desses problemas que emissão e falta de  
3841 orçamento para emissão de passagens. É uma situação real que está  
3842 acontecendo em todos os Ministérios, tá? Mas de toda forma, fica o meu nome.

3843 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Seu  
3844 nome, está ótimo Marco. Então, eu vou colocar como urgente... Ribamar.

3845 **Sr. Ribamar** – Não, só para registrar que já estava sendo considerada a paridade  
3846 da representação do poder público, seja muito bem-vindo Marcos, mas aqui na  
3847 nossa interlocução com o Depen já houve a confirmação de que o sistema de  
3848 saúde do Depen irá. Então, eles estarão, mas isso não impede, até garantiria a  
3849 paridade, já que 2 da Sociedade Civil, não é? Bom, aí foi deliberação do Depen, o  
3850 Depen deliberou que quem vai é apresentação da secretaria... Perdão, da  
3851 Coordenação de saúde do sistema prisional do Depen, já estão contactados e  
3852 agendadas que estarão, eu não sei bem se é o doutor Paulo Roberto...

3853 **Interlocutor não identificado** – Mas nesse caso indo o departamento de saúde  
3854 do Depen vai agregar ao colegiado, mas não é representante do governo nesse  
3855 colegiado. Então, como já tem representação da Sociedade Civil, seria  
3856 interessante ou conforme diz ou...

3857 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente)** – Mas  
3858 eu acho que não tem nenhum problema, está 1 Sociedade Civil, 1 governo, não é?  
3859 Que é o Marco e a Cândida, seria isso?







## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3886 abstenções no microfone? Está aprovado por unanimidade. Carol, quer fazer  
3887 votação no microfone que houve alteração da composição do comitê novamente?  
3888 Então, a gente copia o que estava lá em cima. A próxima pauta do mecanismo,  
3889 por favor.

3890 **Sr. Daniel (Perito do Mecanismo)** – Boa tarde a todas e todos, eu vou pedir para  
3891 a Luana, se pudesse colocar a apresentação, a gente vai fazer uma apresentação  
3892 breve sobre o documento que foi encaminhado, que foi tornado público pelo SPT  
3893 em novembro, SPT é o subcomitê de prevenção a tortura e a gente preparou um  
3894 compilado desse documento que os senhores e senhoras já têm em mãos e a  
3895 gente já ter recebido por e-mail antes do início da reunião. Então, eu acho que é  
3896 mais uma apresentação para fomentar esse debate e apresentar ao final algumas  
3897 requisições do mecanismo em relação a esse documento. Está melhor? Tá. Acho  
3898 que é um pouco de nervosismo. Também não falei meu nome, Daniel, não é?  
3899 Acho que a grande maioria conhece, mas talvez tenha representante do governo  
3900 que não, sou perito do mecanismo. Luana, na hora que estiver pronto... Aí é só  
3901 para a gente conhecer um pouco eu gosto de iniciar com esse slide, porque ele  
3902 mostra o nosso blog que foi construído com uma parceria com o instituto veredas  
3903 e aí todos os nossos relatórios e documentos além da página dentro do Ministério,  
3904 também tem um espaço nosso divulgação de documentos Luana, pode passar,  
3905 por favor. O documento que a gente vai tratar então, é tá tradução do parecer que  
3906 o mecanismo fez em relação a compatibilidade do Decreto 9831 de 2019 esse  
3907 Decreto que já vem sendo debatido há algum tempo desde o restabelecimento do  
3908 comitê, por favor, Luana. É importante dizer para vocês que essa é uma tradução  
3909 livre realizada pelo mecanismo desse parecer que o subcomitê de prevenção e  
3910 combate à tortura das Nações Unidas fez questionando a compatibilidade do  
3911 Decreto presidencial com o OPCAT, o Protocolo Facultativo, a convenção contra a  
3912 tortura. A gente contou com o apoio da APT que no caso a Sylvia Dias, como  
3913 representante da APT no Brasil que colaborou com a revisão do documento, uma



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3914 vez que foi uma iniciativa do mecanismo em trazer essa versão em português  
3915 como uma forma de facilitar o acesso e a divulgação e a compreensão do que  
3916 esse parecer diz e qual a relevância dele. E os slides e não há nada além do que  
3917 tem nos documentos dos senhores e senhoras, a gente fez só uma organização  
3918 desse conteúdo. A primeira coisa que ele faz é uma contextualização pensando  
3919 que desde o leitor menos versado sobre a política de prevenção e combate à  
3920 tortura pudesse ter conhecimento. Então, a primeira coisa que ele sinaliza é que o  
3921 Brasil primeiro ratificou, e ele optou em ratificar, tanto a convenção, quanto a  
3922 OPCAT, a convenção em 89 e a OPCAT em 2007. E o Brasil ainda não cumpriu a  
3923 ratificação do OPCAT imediatamente, porque ele deveria, em um prazo de um ano  
3924 ter instalado o seu mecanismo e só foi acontecer pelo estabelecimento do sistema  
3925 em 2013. Então, a gente tem um gap aí de cinco anos entre a ratificação e o  
3926 comprimento do Estado Brasileiro em relação a essa política de prevenção e  
3927 combate à tortura. Em 2015 a Secretaria de Direitos Humanos vinculados a  
3928 presidência fez a primeira convocação do comitê e aí teve a primeira montagem  
3929 desse espaço. Eu acho que é até legal muitas pessoas novas conhecerem um  
3930 pouco esse histórico que eu reforço, está no documento. Então, não tem novidade  
3931 além do que os senhores já tem em mãos. Em 2015 também foi feita a primeira  
3932 seleção pelo comitê da equipe de peritos e perita se foi estabelecido finalmente o  
3933 mecanismo. É interessante o documento também ele é muito positivo nesse  
3934 sentido, que ele apresenta as recomendações que o próprio SPT fez em 2015  
3935 após a sua visita. Então, para além do OPCAT que traz normativas sobre  
3936 funcionamento de toda essa estrutura de prevenção a tortura para além do SBT  
3937 que mais a frente vou detalhar um pouco mais a partir do que o documento traz  
3938 sobre sua função, em recomendação ao Brasil, ele elencou basicamente dois  
3939 pontos, o primeiro elogiando o Brasil pela iniciativa e lembrando que o Estado  
3940 Brasileiro, como estado parte, ele tem a obrigatoriedade de fornecimento de  
3941 recursos financeiros e o humanos adequados para cumprir sua obrigação  
3942 conforme o artigo 18, item 3 do OPCAT e também recomenda que o Governo



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3943 Federal forneça os recursos humanos necessários e financeiros adequados para o  
3944 funcionamento efetivo desse órgão por meio de uma linha orçamentária específica  
3945 além de conceder ao mecanismo autonomia institucional para usar desses  
3946 recursos, fato que ainda não foi estabelecido em concreto, a gente não tem  
3947 autonomia sobre o nosso orçamento, inclusive pela manhã a Carol sugeriu que a  
3948 gente apresentasse o nosso orçamento, quem é responsável pelo nosso  
3949 orçamento é a secretaria nacional de proteção global, então, é eles que devem  
3950 informar, porque a gente é ordenador de despesa. Então, a gente não tem a  
3951 gestão desse valor. E além disso, esse orçamento deve ser previsível, como bem  
3952 disse o Marcelo pela manhã apontando que qualquer planejamento e ação  
3953 proposta, ela precisa passar por uma noção mínima financeira. Como que nós  
3954 vamos fazer viagens e pensar no impacto da prevenção e combate à tortura sem  
3955 ter o mínimo de previsibilidade orçamentária. O documento continua então, no  
3956 tempo da análise do contexto apontando que em 2019 apesar do baixo  
3957 investimento do governo brasileiro em relação a ampliação da rede de  
3958 mecanismos de comitês, que aí eu só faço um parêntese, que dentro da OPCAT o  
3959 comitê não existe, não é? Essa estrutura que os senhores e senhoras compõe,  
3960 não existe dentro da OPCAT, mas a OPCAT é aberto o suficiente para que cada  
3961 estado parte crie seus arranjos, o estabelecimento do comitê, então, ele vem  
3962 como um bônus, como algo a mais dentro da proposta brasileira, mas mesmo  
3963 assim a gente não tem isso alastrando no país e na verdade, em 2019 o que a  
3964 gente vê é uma proposta de mudança da parte do Decreto que afeta não só o  
3965 Sistema Nacional, mas particularmente o mecanismo, uma vez que ele propõe um  
3966 modelo de funcionamento que parece não atender o OPCAT. Eu digo agora  
3967 parece, porque ao final vocês vão chegar junto comigo à conclusão que de fato,  
3968 não atendem, não junto comigo, não é? Mas junto com o parecer. Uma vez que  
3969 ele apresenta algumas coisas que o documento destaca, primeira: transformar o  
3970 trabalho do perito em serviço público relevante não remunerado é a segunda,  
3971 eliminação da exigência de uma diversidade de gêneros, raça, etnia,



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

3972 representacionalidade regional na composição do mecanismo, o que mina  
3973 inúmeras questões também já levantadas um pouco pela manhã. Além também do  
3974 que o Decreto como consequência promoveu um desmonte na estrutura  
3975 administrativa do mecanismo e de uma estrutura que nós tínhamos de 3 ATPSS e  
3976 3 terceirizados, hoje a gente só está com 2 ATPSS que estão aqui presentes, e  
3977 apenas uma administrativa para uma agenda de trabalho que os senhores e as  
3978 senhoras imagino, entendam que é bem complexa diante da situação brasileira. O  
3979 contexto ainda continua apontando que o funcionamento do mecanismo só foi  
3980 restabelecido a partir de uma liminar no tribunal federal a partir de uma ação da  
3981 DPU junto com o Ministério Público federal que teve como decisão de liminar para  
3982 suspensão dos efeitos do Decreto. Então, isso é muito importante quando a gente  
3983 pensa em edital e outras ações propostas por esse comitê em relação ao que já  
3984 há uma decisão liminar, mas uma decisão ainda ratificada depois de um agravo,  
3985 uma vez que a decisão foi contestada, mas foi rejeitada pelo tribunal. Então, eu  
3986 acho que isso tem que ficar muito claro para todos aqui cientes. Embora não haja  
3987 uma decisão final, a decisão judicial suspende os efeitos do Decreto e restabelece  
3988 os peritos em uma condição inicial e não restabelece penas os peritos e  
3989 exonerados por esse Decreto, mas devolve os 11 cargos ao Ministério da Mulher,  
3990 Família e dos Direitos Humanos, uma vez que há o entendimento então, global  
3991 dos efeitos dessa decisão. A partir dos diálogos institucionais entre mecanismo,  
3992 SPT pensando na prerrogativa de independência e autonomia dos dois órgãos  
3993 para estabelecer esse diálogo e diante dessa situação grave foi emitido um  
3994 parecer que foi finalmente tornado em público, como eu havia dito no início, na 39ª  
3995 sessão do subcomitê em novembro de 2019. O documento, então, ele começa a  
3996 trazer para a gente quais são os argumentos legais para o OPCAT, para o SPT na  
3997 verdade, a apresentar esse parecer. O primeiro, importante entender que o papel  
3998 da OPCAT é criar um sistema de visitas regulares efetuadas por órgãos nacionais  
3999 e internacionais e independentes locais onde tem pessoas privadas de liberdade a  
4000 fim de quê? De prevenir a tortura. E com isso ele cria um órgão internacional, o



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4001 SPT que é o artigo 2º do OPCAT que estabelece então, a esse órgão  
4002 independente mandatário e com funções estabelecidas pela OPCAT que foi  
4003 adotado pela ONU em 2002, mas colocado em funcionamento apenas em 2006. A  
4004 próxima, por favor. E as prerrogativas que o SPT no documento, ele elenca, são  
4005 basicamente três, o artigo 11 eles vão ter mais, mas ele elenca basicamente três,  
4006 a primeira que é a visita a locais de privação de liberdade dos estados parte.  
4007 Então, a SPT tem essa prerrogativa de fazer inspeções nos países que ratificaram  
4008 o Protocolo Facultativo, assessorar e assistir os estados partes e os mecanismos  
4009 no estabelecimento e funcionamento dessa política e talvez este é o ponto  
4010 principal para SPT emitir e esse parecer e segundo, cooperar com operações e  
4011 instituições internacionais e regionais e nacionais para de fato criar um  
4012 fortalecimento e uma estrutura e um caminho de lutar, prevenir e combater a  
4013 tortura e os maus-tratos. Próximo, por favor, então, o SPT então, monitora as  
4014 implementações do OPCAT e no próprio documento, ele avoca para si o papel de  
4015 guardião do OPCAT. Então, a gente está trazendo o parecer do órgão principal de  
4016 funcionamento de toda essa estrutura no mundo e ele vai dizer o seguinte, que a  
4017 função de monitorar implica principalmente em supervisionar a implementação das  
4018 obrigações dos estados parte de estabelecer mecanismos independentes,  
4019 funcionais e que consigam atender a sua função de realizar inspeções, emitir  
4020 recomendações, inclusive de incidir sobre legislações, há possibilidade  
4021 estabelecida na nossa lei, estabelecida por sua vez também na OPCAT de ser  
4022 levado em consideração as opiniões do mecanismo em projetos de leis que  
4023 toquem a prevenção e combate à tortura. E as opiniões expressas nesse  
4024 documento, OPCAT e SPT deixa bem claro, elas são próprias do órgão, uma vez  
4025 que tem autonomia e independência. Então, ele não reflete o que  
4026 necessariamente pensa o alto comissariado para os direitos humanos ou o  
4027 escritório do alto comissariado para os direitos humanos e Nações Unidas.  
4028 Contudo, como eu disse inicialmente, representa a opinião do órgão que tem um  
4029 mandato de garantir a integridade e o funcionamento desse sistema estabelecido



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4030 pela OPCAT. Próximo, por favor. Como eu já disse antes, tanto o OPCAT, quanto  
4031 SPT, eles não entendem que a um modelo único para mecanismo, se vocês  
4032 olharem pelo mundo, existem várias formas de construção dos próprios  
4033 mecanismos, ora do Executivo, há lugares que está vinculado a defensoria, há  
4034 lugares que está vinculado ao instituto nacional de direitos humanos. Então,  
4035 existem diversas organizações, o modelo nacional optou pelo formato no  
4036 Executivo, o modelo do Rio optou pelo formato no Legislativo, o modelo de São  
4037 Paulo tinha optado pelo Legislativo também e acabou tendo veto em relação a  
4038 isso, mas de qualquer maneira, o que é importante é que na OPCAT nos artigos  
4039 17 a 23 são numerados os requisitos mínimos, vamos dizer assim, para se ter um  
4040 órgão compatível ao OPCAT, uma vez que não atendendo esses requisitos  
4041 mínimos vocês vão entender que não há como compatibilidade, logo, um  
4042 descumprimento. O que implica, por exemplo, com independência estrutural e  
4043 funcional, bem como apoio administrativo, recursos necessários para o  
4044 funcionamento de seus mandatos e condições para exercício das suas funções,  
4045 esses são elementos muito básicos. Como isso era muito básico, SPT resolveu  
4046 propor diretrizes para os mecanismos preventivos passionais, documento que eu  
4047 recomendo inclusive aproveitando a minha fala, já que estamos discutindo pela  
4048 manhã a cartilha, talvez valeria a pena olhar como a SPT trata também essas  
4049 questões de mecanismos, porque ele detalha os artigos que para o OPCAT  
4050 acabam ficando muito abstrato. Então, ele vai descer inúmeros itens que eu  
4051 poderia ler todos aqui, são quatro lâminas de todos esses itens, mas como os  
4052 senhores já tem os documentos na mão, eu vou ler alguns e vou saltando para  
4053 que a gente possa otimizar mais o nosso tempo, pensando já no atraso da manhã,  
4054 mas o primeiro é a independência operacional do mecanismo, isso deve ser  
4055 garantido, o segundo, os recursos necessários para a efetivação operacional dos  
4056 trabalhos dentro do que o OPCAT estabelece e que o Brasil por sua vez optou e  
4057 ratificou a ser signatário. Eles devem gozar de autonomia financeira e operacional  
4058 do desempenho das suas funções e aí a gente vai ter outros, se puder passar por





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4059 favor, Luana. Como, por exemplo, o funcionamento do mecanismo é uma  
4060 obrigação contínua o Estado Brasileiro, ele não é facultado a ele ora ter, ora não  
4061 ter mecanismo e mais, ele também deve pensar nas recomendações e opiniões  
4062 do próprio SPT quando ele propõe mudanças e alterações no modelo estabelecido  
4063 para o seu próprio mecanismo. Então, há uma série de elementos que vão sendo  
4064 detalhados, como, por exemplo, a diversidade de experiência dentro dos  
4065 profissionais que ali compõe, a possibilidade de acessar todos e qualquer espaço  
4066 onde tenham pessoas privadas de liberdade, pode passar, por favor. Que tenham  
4067 funcionários, desfrutem de privilégios de uma unidade necessária para o exercício  
4068 independente de suas funções, a gente tem vivido uma situação bastante crítica  
4069 que já foi debatido anteriormente em relação a denúncias feitas logo a tentativa  
4070 de cercear o trabalho realizado pelo órgão independente e autônomo, enfim, eu  
4071 recomendo que vocês façam a leitura não só do parecer, como também desse  
4072 documento da OPCAT que eu acho que pode ajudar o comitê a ampliar mais o  
4073 repertório de conhecimento sobre como SPT pensa o estabelecimento de  
4074 mecanismos nos países que se tornam membros e signatários da OPCAT. São  
4075 vários, vocês podem ver que assim, eu poderia conduzir por muito mais tempo,  
4076 vou pedir para passar novamente e aí para mim, chama muito atenção dentro  
4077 desses itens que o mecanismo deve planejar seu trabalho e ter recurso de forma  
4078 adequada e com a frequência suficiente para pensar a prevenção e combate à  
4079 tortura, tanto os órgãos públicos que recebem, as autoridades recebem as  
4080 recomendações devem também envidar esforços junto com o mecanismo para  
4081 fazer a implementação das suas recomendações e coloca também o mecanismo  
4082 como o espaço de velar sobre informações confidenciais, sobre as pessoas com  
4083 as quais são feitos os diálogos e mesmo ter a capacidade de fazer esses diálogos  
4084 pensando na implementação de recomendações. Recentemente houve uma  
4085 portaria do Ministro da Justiça em que foi suprimida a possibilidade de incidência  
4086 das recomendações do mecanismo sobre os fundos do Depen de segurança  
4087 pública. Então, uma atitude que também está em desacordo com protocolos





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4088 internacionais ratificado pelo Brasil antes da assunção desse governo. E por fim,  
4089 chegando então, ao próximo slide, aqui a gente vai ter então, quais são os pontos  
4090 centrais para o SPT em relação ao Decreto, o Decreto faz então, que o  
4091 mecanismo não possa operar de maneira compatível com a OPCAT, a partir  
4092 então, da análise da situação do contexto apresentado do que foi feito a partir do  
4093 Decreto, a partir dos respaldo os legais que a OPCAT e as diretrizes do SPT  
4094 apontam e as recomendações dele também, é possível perceber que essas  
4095 mudanças não estão de acordo com a obrigação perante a OPCAT. A partir  
4096 basicamente de três pontos, o primeiro, houve uma restrição indevida dos  
4097 empenhos e das funções focada, independente e dedicada, a partir da exoneração  
4098 e consequente retirada da remuneração dos mecanismos, a perda do cargo, e aí  
4099 quando a gente pensa que é um número pequeno de pessoas para lidar com 27  
4100 estados e isso de maneira não remunerada torna-se ainda mais impossível o  
4101 trabalho sem haver uma dedicação exclusiva, sem auxílio. Então, o cumprimento  
4102 efetivo das atribuições estabelecidas pela OPCAT ficam prejudicadas sem  
4103 considerar ainda a população prisional que nós temos, o estado de coisas  
4104 inconstitucionais já estabelecida pelo supremo, a situação dos jovens e  
4105 adolescentes em privação de liberdade e os outros espaços em que há pessoas  
4106 privadas de liberdade que hoje, por exemplo, a gente vai ter o exemplo dos  
4107 hospitais psiquiátricos que também causam e promovem grandes violações com  
4108 graves indícios de tortura. A outra questão foi a perda de parte da equipe  
4109 exclusiva especializada e independente que o mecanismo tinha para dar conta de  
4110 gerir todo esse trabalho que não é simplesmente ir até um local e visitar, uma  
4111 pena o Marco ter saído agora, que ele pode participar, o Sávio também já esteve  
4112 com a gente em inspeções há a nítida percepção de que não é simplesmente ir  
4113 até o local, há uma preparação, a execução da inspeção e o pós missão é o mais  
4114 importante, o mais delicado, que implica em como as recomendações e a  
4115 mudança efetiva para quem está sofrendo na ponta privado de liberdade vai poder  
4116 ser estabelecido, não é? Então, sem de fato, um apoio administrativo apropriado e



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4117 com financiamento adequado, a partir de uma organização que garanta então, a  
4118 operacionalidade, autonomia e independência do órgão e por fim, talvez, um dos  
4119 pontos mais graves é que esse Decreto foi proposto sem haver uma consulta com  
4120 o engajamento nem do mecanismo, nem do comitê que na época não estava nem  
4121 nomeado, não é? E nem SPT que é o guardião do OPCAT e por sua vez, desse  
4122 compromisso brasileiro com a prevenção e combate à tortura. E para concluir, o  
4123 documento é bem claro, se vocês chegaram na última página... Na última página  
4124 não, porque têm a versão em inglês junto, não é? Mas na última página da  
4125 tradução eles vão estabelecer com todas as letras. Em nenhum momento eu  
4126 alterei esse ponto, o Decreto enfraquece severamente o Sistema Nacional de  
4127 Prevenção e Combate à Tortura. Isso é um ponto. E torna difícil para o mecanismo  
4128 conseguir operar em sua plenitude e de maneira compatível com a OPCAT. Então,  
4129 a SPT considera que o Decreto seja revogado a fim de melhorar e garantir que o  
4130 sistema funcione de forma eficiente e independente, com autonomia financeira,  
4131 estrutural de recursos adequados de acordo com as obrigações assumidas pelo  
4132 Brasil. E por fim, recomenda que haja um estabelecimento de um diálogo  
4133 permanente entre comitê, mecanismo e governo pensando sim no fortalecimento e  
4134 na eficácia do sistema e não no enfraquecimento e destruição e a corrosão dessa  
4135 política tão recente e tão difícil de trato. Para concluir aí de fato, eu encerro a  
4136 minha fala aqui, no dia 11 de fevereiro, depois que a gente concluiu a tradução do  
4137 documento, imediatamente a gente encaminhou ao comitê um ofício apresentando  
4138 o documento em português, uma vez que a versão em inglês já estava disponível  
4139 online desde novembro, mas para facilitar esse debate a gente pensou nesse  
4140 encaminhamento e já encaminhou com alguns pedidos, com algumas requisições  
4141 que agora se vocês não tiveram acesso a esse ofício antes, ele é endereçado  
4142 inclusive ao pleno, ao plenário do CNPCT, eu faço ele ser conhecido agora a partir  
4143 desse registro oral e da apresentação formal. Que seja acolhida essa  
4144 manifestação da SPT na condição de órgão internacional estruturante da OPCAT  
4145 a partir do artigo 11 estabelecido e ratificado pelo Decreto que foi o Decreto que



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4146 estabeleceu, estruturou a ratificação da OPCAT no Brasil e que esse comitê  
4147 Ratifique nos termos do entendimento do parecer emitido pelo SPT a  
4148 inadimplência do Estado Brasileiro no âmbito da OPCAT em razão da vigência  
4149 desse Decreto e por fim, que considere esse parecer nas futuras deliberações e  
4150 encaminhamentos cabíveis que se relacionam direta ou indiretamente a atuação  
4151 do mecanismo e do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. É isso.

4152 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da OAB - Presidente) –**  
4153 Daniel, obrigada pela exposição, eu vou abrir espaço então, para as falas e se  
4154 dentro da fala a gente pudesse já contemplar a recomendação requerida seria  
4155 excelente, por causa do nosso tempo. Então, primeira pessoa inscrito é o Marcelo,  
4156 RENILA.

4157 **Sr. Marcelo (RENILA) –** Obrigado Vitória. Eu acho que eu queria... Parabéns pela  
4158 apresentação, já estava, fizeram também uma excelente tradução do material, eu  
4159 acho que sem esse material, eu acho que a gente teria menos condições de ter o  
4160 discernimento sobre a situação nacional desse sistema e também da situação  
4161 internacional. Eu acho que é sempre difícil essa coisa da memória, não é? O  
4162 Brasil e as memórias e as memórias seletivas e apagadas, mas de que esse  
4163 comitê, ele não existiu o a ano passado não foi porque ele não estava eleito. Eu  
4164 acho que o Frei entende que ladainha de que rosário. Então, eu acho que tem que  
4165 fazer esse rosário. Então, a gente está aqui por força de lei, é bom para a gente  
4166 lembrar disso. Primeiro, o segundo é que o mecanismo foi desmantelado, um  
4167 seriado, não é? Netflix, segundo episódio. No terceiro episódio a justiça nos  
4168 redime, tanto no direito de ter honrado compacto que a federação tinha assinado  
4169 internacional, como também retifica e ajusta, chama a obrigação para que o  
4170 mecanismo volte a funcionar. Eu acho que é importante lógico, que os organismos  
4171 internacionais, eles se posicionem e que a gente possa de fato, aproveitar isso  
4172 daqui para a gente entender o que que nós estamos esperando e aí, não tem uma  
4173 questão de competição, não tem uma questão de desrespeito em relação aos



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4174 seres humanos e as pessoas que atualmente fazem parte do atual governo, da  
4175 atual gestão, mas a gente está falando aqui é da verdade e a verdade, ela não  
4176 está em negociação não. Essas coisas aconteceram e mesmo que os senhores e  
4177 as senhoras possam dizer sobre a hombridade de vocês, a atual situação é que  
4178 não só o atual mandatário já se posicionou pró tortura, como também nas ações  
4179 desse governo sempre tentando destituir essa estrutura que foi difícil de se  
4180 colocar. Então, para encaminhamento Vitória, eu acho que a gente deveria acatar  
4181 na íntegra esses encaminhamentos feitos pela apresentação do Daniel. É o  
4182 mínimo que a gente pode fazer e o meio ou o máximo que a gente pode fazer é  
4183 agente sempre lembrar que somente, atualmente somente este comitê que já  
4184 tentou, já tentaram cortar a cabeça, já cortaram a cabeça do mecanismo, que  
4185 somente este comitê, ele tem alguma legitimidade para apelar as opera estações  
4186 internacionais para que esse país não vive o palco de tortura. Só para lembrar, a  
4187 Sylvia estava lembrando do aniversário da coisa das mulheres, depois ela pode  
4188 falar que é esse ano, não é Sylvia? E aí está todo mundo muito mobilizado em  
4189 relação ao Coronavírus, mas esses dias aí, por conta dessas questões do  
4190 Coronavírus, até esses dias estava tendo uma entrevista com a Ministra Carmen  
4191 Lucia, eu não sei se ela é a primeira a usar a metáfora para dizer que há uma  
4192 epidemia de feminicídio no Brasil. Porque que a gente se espanta tanto com as  
4193 mortes do Coronavírus? Porque é midiática? Ou porque a gente tem medo disso,  
4194 mas toda mulher nesse país deveria ter medo de pegar um assassino pela frente,  
4195 porque é muito mais fácil morrer assassinada por um macho opressor do que  
4196 pegar gripe. Então, é mais do que urgente que a gente... Para mim, eu acho que  
4197 esse encaminhamento, é minimamente o que a gente pode fazer e se outras  
4198 pessoas da Sociedade Civil acharem que é possível fazer outra, porque como é  
4199 um organismo internacional, então, ele não está entendendo como denúncia. Eu  
4200 acho que ele está fazendo uma prevenção, ele está chamando atenção e dizendo  
4201 para o Estado Brasileiro que é para se corrigir. E é para a gente também poupar e  
4202 uma retórica que eu acho desnecessária, que é essa coisa assim, dos colegas



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4203 que estão no governo no momento de ficar contemporizando por uma questão,  
4204 quer dizer, a gente pode romper Tratados Internacionais por questões  
4205 orçamentárias? Eu acho que não. Então, uma coisa não justifica a outra, a  
4206 dificuldade de orçamento, o momento que está de orçamento, não justifica que a  
4207 gente quer abrir os contratos que a gente fez com a comunidade internacional,  
4208 obrigado.

4209 **Sr. Caio (Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Matheus, pela  
4210 ANADEP.

4211 **Sr. Matheus Oliveira (ANADEP)** – Pessoal sem direito a voto, mas engrossando  
4212 as palavras do Marcelo, eu acho que deve ser acolhida as três sugestões finais do  
4213 mecanismo e o Marcelo falou, não sei se dá para ir além, dá para ir além, eu acho,  
4214 Marcelo. Você falou do Coronavírus, me lembrou um meme que circulou aí pelos  
4215 que Instagrans da vida de que a PM em São Paulo mata mais do que o  
4216 Coronavírus, isso aí faz muito tempo também, não é? Então assine, alguns, o Frei  
4217 está aqui, falou na última reunião sobre genocídio, que tem a DPF agora, não é?  
4218 Então, alguns corpos eles são descartáveis, armazenáveis ou matáveis, não é?  
4219 No mestrado, na minha dissertação falava do Homo Sacer na figura do direito  
4220 romano, não é? E que é o homem matável, era o adolescente interminável, não  
4221 deixa para lá o adolescente fala de tortura e aí Marcelo, existe o mínimo  
4222 existencial. Então, se eu puder responder tua pergunta, o limite orçamentário pode  
4223 ser levantado, quando a procuradoria contesta nossas ações, a DPU deve estar  
4224 acostumada também com a do estado, eles lidam com a procuradoria nacional,  
4225 então assim, existe algo que é o mínimo existencial. Então, falando de dignidade  
4226 humana, de tortura, o orçamento não pode ser alegado. E aí nessa linha, além das  
4227 três sugestões finais que o Daniel trouxe aqui, eu acho importante lembrar que o  
4228 Frei, na reunião de outubro, na primeira reunião levantou uma nota... Pessoal,  
4229 deixa a nota para lá, a gente tem isso aqui, tá? O governo obrigou, brigou por  
4230 sílabas, vírgulas, palavras, etc. A nota foi aprovada, o governo perdeu a votação,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4231 mas o governo enrolou, enrolou e a nota não virou pública, mas deixa para lá a  
4232 nota, porque a gente tem isso aqui agora, a gente tem essa autorização  
4233 maravilhosa, tá? Que ela está eu acho que até mais consistente do que tudo.  
4234 Então assim, o que o governo fez foi inconcebível, o que a gente via na  
4235 propaganda eleitoral, infelizmente o candidato ganhou. Então, está fazendo o que  
4236 foi prometido, não está sendo desleal com a promessa, não é? Então assim,  
4237 lembrando no dia de hoje, em relação a passagens, é importante a gente lembrar,  
4238 o Marcelo colocou que ficou dez meses parado o comitê, o mecanismo. Então  
4239 assim, se ficou dez meses parado, talvez a gente tenha uma flexibilidade de  
4240 alguns dias para comprar passagens para a próxima missão. De manhã também  
4241 foi falado uma cartilha. Então assim, essa cartilha, ela não pode existir se ela não  
4242 for nos termos dos Princípios de Paris e do Protocolo Facultativo. E aí eu queria  
4243 também falar da representação, está bem? Conversei isso no almoço, não lembro  
4244 com quem estava do meu lado, se era Fernando, Natália, mas a gente estava  
4245 almoçando lá e lembrei, lá no estado de São Paulo eu tenho orgulho, eu e mais  
4246 alguns colegas defensores de termos inquéritos policiais e termos representações  
4247 na Corregedoria da Defensoria Pública, seja da SAPI, seja do Judiciário, do  
4248 Ministério Público. Então assim, me orgulho demais se um dia eu virar réu por  
4249 lutar contra a tortura. Então, lembrando das representações, a gente votando... Eu  
4250 não, não é? Eu aqui sugerindo só, mas vocês votando e a gente lendo tudo que foi  
4251 colocado aqui, pessoal, não dá para dar nó em pingo d'água, não dá para tirar  
4252 cueca sem tirar a calça, está bem? Existem princípios que são... Não tem  
4253 interpretação. Então, se você fala: tem que ter estrutura e remuneração. Não dá  
4254 para dar nó em pingo d'água, pessoal. Então assim, é desgastante, tem que ser  
4255 falado, está bem? Tem que ser falado, é desgastante. Então assim, lembremos  
4256 que a gente obedecendo os princípios internacionais, a Sílvia falou um pouco  
4257 disso um pouco hoje e obedecendo as sugestões aqui do Daniel, a gente não  
4258 pode admitir esse tipo de representação para fazer coação com o trabalho dos  
4259 peritos, está bem? Eu sinto isso na pele, minha solidade aos peritos, e aí a



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4260 sugestão para dou é o seguinte, não só a gente cobrar a resposta para o  
4261 ministério e para a corregedoria, mas a gente enviar um documento, podemos  
4262 fazer Grupo de Trabalho, paritária, não paritário, enviar um documento dizendo  
4263 que se a República Federativa do Brasil for respeitar os princípios internacionais e  
4264 a Lei Federal, essas representações, elas não podem estar acontecendo, elas não  
4265 podem ser recebidas e não podem ser enviadas, está bem? Se não nos vai...  
4266 Restaria a gente ainda se defender do absurdo.

4267 **Interlocutor não identificado** – Frei David pela EDUCAFRO.

4268 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** – Bem,  
4269 gostaríamos que fosse diferente, mas todos os atos do governo ligado a esse  
4270 tema da tortura e do controle, e do terminar com a tortura e respeitar que o preso  
4271 cumpra a sua função de suas penas, não se vê mesmo uma linha e de querer  
4272 colocar em prática esse combate à tortura, isso a gente não pode deixar de  
4273 mostrar e destacar aqui, por mais que o governo não queira e não goste que fale  
4274 isso, mas a gente sente que para este governo torturar pobre, preso, negro é algo  
4275 livre. A abordagem policial ao jovem negro e está aí abandonada, a gente tem  
4276 procurado o governo em vários momentos, o representante do EDUCAFRO teve  
4277 audiência com o Ministro Moro sobre esse assunto e nada foi levado adiante,  
4278 portanto, entendemos que o que falou os dois companheiros aqui assinou  
4279 embaixo 100% e faço um apelo aqui ao nosso comitê, ao Mecanismos que está  
4280 aqui reunidos, que o comitê junto com o Mecanismos, juntos façam requerimento  
4281 ao ministro relator do STF, Ministro Fux para que faça uma audiência pública para  
4282 avaliar e debater essa demanda que agora veio desse órgão internacional, para  
4283 nós a melhor coisa que tem no momento para dar força e ajudar o governo, ajuda  
4284 ao governo a ser honesto com o povo pobre e lascado.

4285 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, sem mais inscrições de falas,  
4286 nós vamos dar início a votação das propostas de encaminhamento, até agora a





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4287 proposta da RENILA que contempla as propostas enviadas pelo Mecanismos no  
4288 ofício que encaminhou o parecer do SPT.

4289 **Interlocutor não identificado** – Proposta da ANADEP de pedido de arquivamento  
4290 do encaminhamento das representações, não só cobrar o que bem está, mas que  
4291 não avisando o comitê, isso aí deve se arquivar e ponto final veio eles não podem  
4292 nem avaliar, não é questão de ser arquivado, eles não têm competência,  
4293 atribuição para avaliar.

4294 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Frei, pode repetir se haveria algum  
4295 encaminhamento na sua fala, por favor?

4296 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** – O  
4297 encaminhamento é que o comitê junto com o Mecanismos, faça o requerimento ao  
4298 ministro relator Fux do STF, pedindo a ele uma audiência pública para avaliarmos  
4299 os próximos passos que o Brasil deve da frente a esse embate internacional que  
4300 veio provocado por esse documento que acabamos de receber.

4301 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
4302 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Vitória?

4303 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Marcelo.

4304 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
4305 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Se você me permite, pode ser que a  
4306 gente faça a outra escolha, mas eu também vejo que o encaminhamento ou então  
4307 pelo menos um diálogo com esse ponto que foi apresentada agora pelo  
4308 Mecanismos, essa nota pública está se tratando do Decreto 9831, não é? Então,  
4309 lógico que para uma questão talvez de ordem e de método, a gente deixa para  
4310 discutir o que já está na pauta que é essa nota pública no momento que está  
4311 previsto, mas essa também para lembrar que uma coisa está associada de forma





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4312 direta com a outra. Então, peço ajuda vocês da Mesa Diretora, como é que talvez  
4313 vocês acham que seja mais razoável, porque senão a gente vai... Quando foi para  
4314 ter a discussão sobre a nota, a gente vai ter que voltar, porque eu temo é o  
4315 mesmo, de alguma maneira eles estão imbricados, está bem? Obrigado.

4316 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Deixa eu só tirar uma dúvida Frei, o  
4317 senhor coloca um requerimento ao ministro Fux, mas no âmbito de qual processo?  
4318 A DPF não está com Barroso? Está com Fux? Ah, então perdão. Alguém tem o  
4319 número da DPF? Se só depois poder me passar para a gente colocar aqui. Então,  
4320 eu coloquei na tela as propostas de encaminhamento que surgiram, a primeira  
4321 Marcelo e já atirando a sua dúvida, a gente sabe que a nota pública tem  
4322 procedimento próprio, não é? E seria essa a nossa dificuldade aqui, e respeitando  
4323 claro a esse procedimento nosso regimento. A gente pode encaminhar e aprovar  
4324 em plenária a recomendação, não haveria problema e aí como eu coloquei ali, nós  
4325 estaríamos aprovando uma recomendação com os seguintes itens. Então, que o  
4326 pleno estaria acolhendo a manifestação do SPT na condição de órgão e etc., etc.  
4327 Então, esses três itens nós faríamos, é claro em formato de texto e não de tópicos,  
4328 não é? E está aqui só para o título exemplificativo e aprovaríamos na plenária a  
4329 recomendação, nota pública tem aquele procedimento próprio que tem que ser  
4330 enviado por e-mail com antecedência e etc., foi uma longa discussão não outra  
4331 reunião sobre isso. Então, eu acredito que a sua proposta poderia ser  
4332 contemplada com essa recomendação, essa proposta de nota pública, porque  
4333 caso contrário terei que fazer a redação a ser encaminhada aos membros do  
4334 comitê de forma anterior.

4335 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
4336 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Obrigado pelo esclarecimento. Eu acho  
4337 que então é mais pertinente até mesmo para a gente não poder tirar uma coisa  
4338 que está na pauta, a gente deixa a nota pública para depois, está bom?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4339 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem.

4340 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
4341 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Porque aí a gente obedece é  
4342 exatamente o que a gente criou lá atrás.

4343 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sim, perfeito.

4344 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
4345 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – E colocasse como recomendação.  
4346 Outra para instrução também, no caso da recomendação, eu estou até aqui com a  
4347 recomendação em relação a número 5, que a Sílvia citou mais cedo, tem o caput  
4348 por cada recomendação, eu não sei se é um padrão, aí na recomendação nº 5 de  
4349 29 de novembro de 2018, dispõe sobre as diretrizes para a criação e  
4350 fortalecimento de comitês e Mecanismos de prevenção e combate a tortura nas  
4351 unidades da federação. Eu acho que minimamente já que isso aí seria o conteúdo  
4352 da recomendação, e isso está dizendo a respeito à quê? Esse textinho pequeno  
4353 desse caput da recomendação, é uma posição do Comitê Nacional de Prevenção  
4354 e Combate à Tortura no que se trata ao Decreto número tal, tal e tal, a gente vai  
4355 ter que pensar essa redação mínima para a gente aprovar a recomendação se for  
4356 nesse formado então de recomendação, correto?

4357 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Qual é a recomendação Marcelo?

4358 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
4359 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – A recomendação nº 5, de 29 de  
4360 novembro de 2018. Na verdade, é o modelo que eu estou aqui de recomendação  
4361 do comitê, entende? Então, supõe-se que para a gente poder fazer no formato de  
4362 recomendação, a gente tem que seguir esse padrão.

4363 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu colocaria...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4364 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
4365 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – O Daniel pode ajudar? Quer dizer, o  
4366 documento que o Mecanismos internacional publica, é sobre o Decreto. Então, o  
4367 caput tem que dizer assim, isso é sobre o Decreto número tal, não é? Agora talvez  
4368 precise circunstanciar, porque assim, o Decreto está suspenso, não é isso? Ele  
4369 está suspenso, mas então tem uma DPF que está rolando em relação ao Decreto,  
4370 a situação, por exemplo, eu acho que a atual política é assim, se essa DPF, seu  
4371 STF tipo diz que... Seria um absurdo, vamos esperar que o STF ainda tenha um  
4372 pouco de discernimento, mas vai que o STF diz assim: "Não, não tem problema,  
4373 vocês podem fazer isso mesmo o." O Mecanismos para de existir no outro dia, a  
4374 realidade é essa. Então, eu acho que talvez precise circunstancial não só o  
4375 Decreto que é o que motiva, o acho que o próprio documento também... O  
4376 documento não chega a aceitar Vitória, porque ele não teve tempo de atualizar em  
4377 relação a DPF, que o documento está suspenso, certo?

4378 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – O documento dos Subcomitê?

4379 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
4380 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Não, o Decreto, perdão.

4381 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Hum, está bem.

4382 **Interlocutor não identificado** – Mas Marcelo, quando tu falas da recomendação  
4383 nº 5, só gostaria que nessa nova recomendação a ser aprovada, a gente incluísse  
4384 alguma referência a recomendação, é só o modelo?

4385 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
4386 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Não, não, não, eu estou me... É só o  
4387 modelo, modelo de forma.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4388 **Interlocutor não identificado** – É o modelo que ele considerando o documento  
4389 do...

4390 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Ah, está. Entendi.

4391 **Interlocutor não identificado** – Oh Caio, só uma questão de ordem. Porque  
4392 assim, ficaria estranho, porque a gente estaria recomendando para a gente  
4393 mesmo, eu não sei se...

4394 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Como eu falei, redação não essa.

4395 **Interlocutor não identificado** – Não, não, mas assim, nossa redação Vitória, eu  
4396 não sei se seria uma recomendação ato normativa ou seria simplesmente a gente  
4397 acolher as recomendações do Mecanismos.

4398 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – É que eu entendi que a proposta do  
4399 Marcelo era da publicidade a esse fato de que nós estaríamos acolhendo as  
4400 recomendações dos Subcomitê, para dar publicidade a gente faz como? Através  
4401 de uma resolução, recomendação do nota pública, esses são os  
4402 encaminhamentos possíveis para dar publicidade, se a gente a votar aqui que  
4403 estamos apenas acolhendo o parecer do Subcomitê, isso não gera uma  
4404 repercussão, eu acho que você entende fora do nosso mapa Executivo, digamos  
4405 assim, uma recomendação daria mais publicidade, essa intenção. O Marcelo  
4406 sugeriu uma nota pública, eu falei de recomendação por causa do procedimento.  
4407 Daniel.

4408 **Sr. Daniel Daltin (Suplente - Representante do CNPCT pelo Ministério da**  
4409 **Saúde)** – Eu acho também Vitória, que tem a recomendação do Mecanismos, mas  
4410 tem uma recomendação expressa do SPT, não é? Que coloca a revogação do  
4411 Decreto como a base de tudo. Então, me soa um pouco estranho, porque os  
4412 nossos pedidos é para que esse documento, assim como a gente quando teve



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4413 reunião com a ministra e foi antes mesmo que se tem encaminhado para o comitê,  
4414 a gente entregou para ela a introdução também. Então assim, o ministério... A  
4415 ministra, não é? A autoridade do ministério tem ciência desse documento e lá está  
4416 expressa o pedido do SPT, que a recomendação do SPT quer que se reserva  
4417 desse Decreto, eu acho que aqui quando a gente traz com esses pedidos, é para  
4418 que vocês ratifica em isso e também medidas cabíveis a partir daí, não é? Que o  
4419 comitê se posicione quanto o Estado Brasileiro inadimplentes e a partir daí  
4420 revogação de Decreto, audiência pública, eu acho que vocês têm toda  
4421 competência para poder pensar encaminhamentos possíveis, mas é um pouco...  
4422 Eu acho que esse é o pedido, mas peritos que querem dizer, eu acho que pode  
4423 ajudar um pouco a...

4424 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que em relação ao conteúdo, a gente  
4425 não tem dúvida, a gente só está aqui pensando na forma e acesse que  
4426 instrumento fazer isso. A Sílvia se inscreveu primeiro.

4427 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Não, era  
4428 meio para salientar exatamente esse ponto Daniel, que eu acho que a conclusão  
4429 do parágrafo 35 do Subcomitê é exatamente isso, que a única medida para sanar  
4430 essa inadimplência de cumprimentar revogação do Decreto. Então, eu acho que  
4431 seria importante que isso seja talvez o chamado o principal, não sei, não é? Dessa  
4432 nota ou dessa recomendação, eu não sei como... Porque é isso, eu acho que  
4433 como CNPCT e como se a gente adota a visão, a opinião construtiva, o parecer do  
4434 Subcomitê é pela revogação do Decreto por todas as razões expostas no parecer  
4435 do Subcomitê.

4436 **Interlocutor não identificado** – Eu não sei quem se inscreveu primeiro, se foi o  
4437 Alexandre ou o Henrique.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4438 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos) –**

4439 Não, só primeiro rapidamente, eu não sei quem está aqui acostumado a lidar com  
4440 órgãos da ONU e realmente a preocupação da ONU com a linguagem por ser um  
4441 órgão internacional diplomático, é muito, muito, muito grande assim, a linguagem  
4442 adotada nesse documento é muito forte, é difícil ver um documento da ONU com  
4443 uma linguagem tão direta, nítida quanto a um instrumento normativo nacional, até  
4444 porque se isso é normativa nacional, ele vem de uma obrigação internacional do  
4445 Brasil. Então, acho que bem interpretação aqui é fora de dúvidas. Aí eu acho que  
4446 a questão fica mesmo tecnicamente como é que a gente vai encaminhar isso, não  
4447 é? A linha realmente não está muito técnica, eu acho que o Marcelo trouxe a  
4448 questão da nota técnica, não era trazer uma nova, mas era a que já estava  
4449 pautada... A nota que a gente já vem discutindo os já há mais de uma reunião,  
4450 está no item 7, eu não sei se seria meio uma inversão para a gente já discuti isso,  
4451 aproveitando que está todo mundo aqui. Bom, então já estamos trabalhando  
4452 nisso, não é? Porque amanhã estou vendo a tarde inteira, mas aí fica a critério  
4453 realmente do pleno e da presidência dos trabalhos, até para a gente já aproximar,  
4454 já discutir isso de uma vez. E aí como é que... Além da nota, como é que a gente  
4455 pode encaminhar isso? É uma recomendação, não é? Não sei se uma  
4456 comunicação direta com tanto... Eu acho que aproximei tanto com a DPF e a ACP,  
4457 eu acho que o CNPCT pode se comunicar diretamente, falar: "Oh, recebemos isso  
4458 aqui e recomendamos que a liminar seja mantida."

4459 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Para eu entender Henrique. A sua  
4460 proposta é ainda sobre a forma?

4461 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos) –**  
4462 É forma, é que a gente estava nessa discussão.

4463 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** E qual é a sua proposta de forma?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4464 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos) –**

4465 Eu peço uma recomendação para o caso... Para o juiz da ACP, para que adote  
4466 esse documento, essa visão... A gente consolide essa visão, com a visão do SPT  
4467 e do CNPCT, não é? Sem dúvida nenhuma encaminhe e isso, a nota gente pode  
4468 discutir amanhã como já está pautado inverter, tanto faz para mim e pôr o último  
4469 talvez também... Mas eu acho que fica... Eu estava pensando se comunicação  
4470 direta com o próprio SPT, comunicando, oh, realmente a gente concorda ou... Não  
4471 sei, se o Mecanismos já vem fazendo isso, não sei se é necessário, eu acho que  
4472 já fui bem claro no posicionamento deles aqui, não tem mais o que pedia sim, mas  
4473 então foco na minha recomendação, para que isso seja encaminhado via CNPCT,  
4474 para a ACP e para DPF que estão tratando do assunto no Brasil.

4475 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Está bem. A minha sugestão é que  
4476 como nós fazemos no último biênio, nós fazemos a redação, não sei se você  
4477 lembra, no momento, não é? Era assim que era feito no último biênio e todos  
4478 ajudando com a redação, aqui pelo avançar na hora, a gente poderia aprovar essa  
4479 recomendação que deve constar com esses itens, nós faríamos a redação entre  
4480 hoje e amanhã, a manhã na plenária aprova a íntegra do texto.

4481 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos) –**  
4482 Certo. Faz sentido para mim, eu acho que dá mais tempo também.

4483 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Silva estava com a inscrição da fala.  
4484 Então, isso? Alexandre. O

4485 **Sr. Alexandre Kaiser Raube (Defensoria Pública da União) –** É só uma  
4486 ponderação no sentido de que o Estado Brasileiro não precisa aguardar ou a  
4487 União não precisa aguardar uma condenação em uma ação judicial, uma  
4488 condenação definitiva para, vamos dizer, dar um passo atrás no que se refere a  
4489 um Decreto que, inclusive, já se mostrou contrário à a um Tratado Internacional



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4490 que o Brasil ratificou. Então, uma recomendação que poderia ser extraída que o  
4491 comitê, seria no sentido do Decreto mesmo, um reconhecimento de que o Decreto  
4492 não atende a estrutura necessária para o funcionamento do Mecanismos Nacional  
4493 de Prevenção e Combate a Tortura e de alguma forma se o Executivo levar isso  
4494 em consideração, isso pode evitar uma condenação judicial que seria uma  
4495 solução, vamos dizer assim, mais positiva, inclusive, para o Sistema de Prevenção  
4496 e Combate a Tortura como um todo, não é?

4497 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos) –**  
4498 É, eu acho que faz sentido, recomendar diretamente à presidência logo.

4499 **Sr. Alexandre Kaiser Raube (Defensoria Pública da União) –** É porque a gente  
4500 está tratando de recomendar que isso seja levado em consideração nas ações,  
4501 mas nós temos o governo dentro aqui do conselho, se o governo conseguir entrar  
4502 em acordo nesse sentido, considerando que esse é um órgão de da ONU, enfim,  
4503 que é o guardião desse tratado. Então, já houve uma manifestação expressa, não  
4504 há necessidade de aguardar uma condenação judicial, a gente pode entrar em um  
4505 consenso nesse sentido e recomendar a revogação do Decreto.

4506 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos) –**  
4507 O pessoal que a do direito e Alexandre, me ajudem. O Congresso Nacional ou o  
4508 Senado, não tenho certeza, ele poderia revogar o Decreto?

4509 **Sr. Caio –** Gente, além de Ezequiel, alguém mais está inscrito? Retirou? Ok. A  
4510 Sílvia se inscreveu o ficou...

4511 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT) –** Eu esqueci  
4512 de abaixar, mas eu tenho agora uma recomendação.

4513 **Sr. Caio –** Mas já está de novo. Ok. Então, a Sílvia e depois...





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4514 **Interlocutor não identificado** – Eu ia sugerir, comunicar à Presidência da  
4515 República, a Presidência do Congresso Nacional e as duas ações judiciais, eu ia  
4516 sugerir a comunicar essas quatro, enfim.

4517 **Interlocutor não identificado** – Não seria melhor então que a recomendação  
4518 fosse uma recomendação ao Estado Brasileiro e ao aprovar a recomendação, a  
4519 gente já votaria que esta recomendação após aprovada será enviado ao Senado,  
4520 à Presidência da República, ao STF?

4521 **Interlocutor não identificado** – Talvez Caio, seja bom mesmo, porque assim,  
4522 sendo na recomendação, ela vai está nos nossos livrinhos mensais, vai estar na  
4523 história como recomendação, talvez seja bom a próxima recomendação me  
4524 comunique desses quatro órgãos e instituições.

4525 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Quais são, pode repetir Matheus, por  
4526 favor?

4527 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – **Presidência** do Congresso Nacional,  
4528 Presidência da República, a ACP Federal e a DPF que Frei falou que o relator é o  
4529 Fux.

4530 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não, peguei os quatro.

4531 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – O Bruno sugeriu o Conselho Nacional de  
4532 Justiça também, eu acho que pode ser uma boa mesmo.

4533 **Interlocutora não identificada** – Ou uma dúvida, mesma forma que a gente vai  
4534 mencionar a DPF, não seria importante mencionar os projetos que tramitam no  
4535 Congresso Nacional? A gente vai caminhar para o Congresso nacional, mas  
4536 mencionando esses seis projetos que existem para derrubar o Decreto  
4537 presidencial.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4538 **Interlocutor não identificado** – Cada uma dessas autoridades se solicitam uma  
4539 providência diversa, específica, não é? Do Presidente da República, se solicitam  
4540 ou se recomenda a revogação do Decreto, do Presidente do Congresso Nacional  
4541 se recomenda a inclusão em pauta, votação, aprovação dos Decretos legislativas  
4542 que enfrentam essa matéria, do relator da CP e do relator da DPF se recomenda  
4543 enfim, o julgamento dos respectivos processos no sentido favorável ao  
4544 Mecanismos.

4545 **Interlocutor não identificado** – Perfeito. O Alexandre colocou bem isso, só tenho  
4546 dúvida com relação à questão do Judiciário, por quem fala pelo Executivo,  
4547 lembrando, essa estrutura está dentro do Executivo, quem fala pelo Executivo no  
4548 STF é a AGU. Então, caso alguma entidade que seja amicus curiae nessa DPF,  
4549 enfim, pode manifestar, mas não sei se cabe uma petição aqui do CNPCP no  
4550 âmbito dessa DPF para apresentar informação.

4551 **Interlocutor não identificado** – Cabe um ofício, um ofício, é como... Cabe.

4552 **Interlocutor não identificado** – Alguém mais inscrito então?

4553 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Ezequiel

4554 **Interlocutor não identificado** – Ezequiel ou a inscrição, é a vez dele.

4555 **Sr. Ezequiel Roque (Secretário Adjunto da SEPPIR)** – A minha única dúvida é o  
4556 seguinte, a proposta que está sendo colocada como sendo uma recomendação,  
4557 certo?

4558 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Hum, hum.

4559 **Sr. Ezequiel Roque (Secretário Adjunto da SEPPIR)** – Que não seguiria aquele  
4560 rito já debatido na resolução nº 4 de 2016, não é? No caso seria uma  
4561 recomendação.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4562 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) – Isso.**

4563 **Sr. Ezequiel Roque (Secretário Adjunto da SEPPIR) –** Só que nesse caso eu  
4564 não consigo entender e eu gostaria de explicação, de como poderia ser uma  
4565 recomendação, visto que esse documento... A recomendação e aqui no § primeiro  
4566 do artigo 2º da resolução nº 4, também diz assim, que ela diz respeito a  
4567 elaboração de estudos de pesquisas, de programas e projetos o plano de  
4568 prevenção e combate à tortura, não cabe no caso ao meu ver recomendação  
4569 neste caso dessa forma que está sendo proposto aqui. Então, o meu  
4570 entendimento é que não caberia, porque não se trata aqui de estudo de pesquisa  
4571 e de proposta de aperfeiçoamento ou de programas e projetos ou planos. Então,  
4572 não sei como dominar esse documento, viria mais em forma de nota pública, mas  
4573 nota pública tem todo o rito que deve ser seguido. Então, não consigo entender  
4574 isso eu gostaria de explicação, como é que vai se achar aqui dentro da nossa  
4575 resolução, do nosso regimento?

4576 **Interlocutor não identificado –** Mas não é uma proposta do ministério para  
4577 aperfeiçoar o sistema? Não foi isso que foi apresentado e a comissão interna está  
4578 explicando.

4579 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Isso. Essa é a explicação que eu faria.  
4580 Sávio está escrito? Então, dentro do nosso regimento interno, na verdade, dentro  
4581 dessa resolução 4 de 2016, incluiria justamente uma proposta de aperfeiçoamento  
4582 as ações, aos programas, os projetos e aos planos de prevenção e combate a  
4583 tortura e outros tratamentos e... Ou penas cruéis, desumanos ou degradantes  
4584 envolvidos em âmbito nacional. Essa justamente é onde... E é claro, a gente pode  
4585 ficar debatendo até amanhã a interpretação da resolução.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4586 **Interlocutor não identificado** – É, a gente não vai chegar a uma conclusão,  
4587 porque isso daqui não é aperfeiçoamento. Então... É, a proposta aqui não parece  
4588 ser aperfeiçoamento.

4589 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está certo. Alexandre está com a  
4590 inscrição de fala?

4591 **Sr. Alexandre Kaiser Raube (Defensoria Pública da União)** – Eu estou sim,  
4592 porque eu não estou no regimento interno, eu estou na lei 12.847, aí está  
4593 atribuição do Comitê Nacional de Prevenção em Combate à Tortura no inciso I,  
4594 acompanhar, avaliar e propor o aperfeiçoamento as ações, os programas, os  
4595 projetos, os planos de prevenção em combate à tortura. Me parece aqui, na  
4596 verdade, eu discordo do colega, me parece que claramente propor um  
4597 aperfeiçoamento, foi feito... Houve, vamos dizer, a adoção de uma determinada  
4598 linha normativa para o sistema, porque isso envolve todo o Sistema de Prevenção  
4599 e Combate à Tortura, considerou que essa... O comitê estaria reconhecendo,  
4600 reconhecendo que essa linha adotada não atende ao sistema que o Protocolo  
4601 Facultativo exige, a partir, inclusive, de uma leitura e internacional, enfim,  
4602 acatando, acolhendo essa leitura que foi feita e recomenda o aperfeiçoamento por  
4603 meio do quê? No caso da revogação, enfim, essas diversas... Dessas quatro  
4604 providências, que essas quatro autoridades podem fazer para aperfeiçoado, eu  
4605 acho que... O nome de recomendação, na verdade, é, vamos assim, facultativo, o  
4606 conteúdo é o que importa, sugerir a adoção dessas providências para aperfeiçoar  
4607 o sistema.

4608 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Essa é a última inscrição de fala.  
4609 Então, eu vou propor... Está aqui, na verdade, no monitor que vocês estão vendo,  
4610 a extensa lista que constaria, na verdade, na nossa recomendação e novamente  
4611 recomendação visando o aperfeiçoamento, conforme foi falado aqui. A redação na  
4612 integral, ela não é essa. Então, eu reforço que aqui pode ter meio de português, de



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4613 concordância e etc., mas aqui na recomendação do Marcelo, acolheria as  
4614 recomendações do Mecanismos que estão aqui, na recomendação, se eu não me  
4615 engano, foi... Eu não me recordo a pessoa, mas que pede pela... Na  
4616 recomendação pediria mas também pela revogação do Decreto pelas razões  
4617 expostas no parecer do Subcomitê, que conforme eu li, elas constam aqui o  
4618 pedido, incluí entre os considerandos a referência a DPF 607, incluir também...  
4619 Agora eu não sei Isabel, se foi nos considerandos o fazer referência aos PLs que  
4620 tramitam no Congresso Nacional.

4621 **Sra. Isabel Lima (Pesquisadora da Justiça Global)** – Como o Alexandre, ele  
4622 ajustou de uma maneira que acho que seria isso, a fazer o encaminhamento para  
4623 Congresso Nacional, o pedido é para que se coloque em votação, em caráter de  
4624 urgência, não sei, aí entra a menção aos projetos para que seja dada prioridade a  
4625 tramitação.

4626 **Interlocutora não identificada** – É, não só dada a urgência, mas que seja  
4627 aprovada os projetos, não é? Vista ou documento que...

4628 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Se alguém tiver o número dos PLs, a  
4629 gente já coloca aqui para facilitar. Se alguém pudesse fazer essa busca, a gente já  
4630 coloca aqui o número dos PLs. Antes da aprovação. É que a gente está aqui  
4631 falando assim, PLs no genérico, não é? Se tiver algum PL que a gente não  
4632 concorda.

4633 **Interlocutor não identificado** – Oh, Vitória, só uma dúvida para instrução. Eu  
4634 tinha entendido que mesmo que a gente esteja fazendo, na verdade, o texto só  
4635 volta para a apreciação amanhã?

4636 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Isso ninguém concordou, eu coloquei  
4637 isso para geral e ninguém se manifestou sobre isso. Então...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 4638 **Interlocutor não identificado** – Perdão, melhor logo agora também, acho.
- 4639 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não, votação será agora integral, é  
4640 por isso que eu estou ajeitando para não dar depois alguma controvérsia.
- 4641 **Interlocutor não identificado** – Obrigado.
- 4642 **Interlocutor não identificado** – Oh, Vitória?
- 4643 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – O Ribamar já colocou aqui o do  
4644 senado. Quem... Frei David, fica à vontade.
- 4645 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** – E  
4646 isso. Eu não vim aprovar a minha proposta como estamos contemplados ali na  
4647 redação, mas ao mesmo tempo eu queria entender, porque não foi contemplada,  
4648 especialmente porque temos percebido que o STF tem feito com muita  
4649 propriedade que audiências públicas para temas delicados, tem feito audiências  
4650 públicas. Segundo nós que estamos em desvantagem total, ter uma audiência  
4651 pública sobre tortura puxado pelo STF, vai ser o uma publicização muito boa e  
4652 uma conscientização da sociedade. Então, eu peço que coloque aí minha  
4653 proposta ir para votação.
- 4654 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está aqui. Frei, desculpa. Ela só não  
4655 estava lá na tela, mas ela é a 4.4.
- 4656 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** – Ah,  
4657 está ok então.
- 4658 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – É porque ela não estaria na  
4659 recomendação, digamos, é um encaminhamento que a gente pode, inclusive,  
4660 anexar essa recomendação e fazer o pedido para o STF...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4661 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** – E,  
4662 inclusive, Vitória, um dado interessante, é possível essa audiência pública em  
4663 conjunto ao STF, Comitê e Mecanismos, isso seria uma coisa muito bacana, muito  
4664 legal.

4665 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está aqui, sim no 4.4 ali Frei,  
4666 inclusive, posso colocar aqui com a recomendação anexa. A recomendação, essa  
4667 recomendação, a gente a anexaria no nosso requerimento ao ministro Fux, para  
4668 que chame audiência pública para discussão desse documento no âmbito da DPF  
4669 607. Frei, veja se é isso, se o senhor fica contemplado. Aqui estão as referências  
4670 já ao PLs. Então, a gente tem só um... A gente vai fazer o encaminhamento da  
4671 votação, mas só impasse a ser resolvido, na verdade, é a redação da entrega da  
4672 recomendação, porque? Antigamente nós fazemos aqui na plenária ponto a ponto,  
4673 hoje imagino que pelo avançar da hora isso seja razoável pensar nisso, nossa  
4674 proposta, o uma delas é a gente fazer a aprovação agora, alguém cuida da  
4675 redação, nós podemos tirar aqui na plenária que cuidaria da redação e amanhã a  
4676 gente só faz a aprovação da redação, da redação. A outra é, gente faz a  
4677 aprovação da recomendação e como tem sido feito até hoje, a nossa  
4678 Coordenação-Geral faz a redação e quando ela me envia para assinar alguma  
4679 coisa, eu dou o ok, digamos assim, mas isso a gente sabe que pode gerar uma  
4680 discussão posterior, de que as pessoas não viram como ficou a recomendação, a  
4681 redação final da recomendação, eu ficaria mais confortável com a primeira opção.  
4682 Acho que a gente aprova agora recomendação, faz a redação até amanhã e  
4683 amanhã aprova a redação na plenária. E aí a redação como a Carol colocou aqui,  
4684 conta com a participação de Sociedade Civil e governo. Esse que é o primeiro, por  
4685 favor.

4686 **Sr. Ezequiel Roque (Secretário Adjunto da SEPPIR)** – Bom, no termo do artigo  
4687 16, inciso VIIIº eu peço vistas a matéria que não foi votada ainda. Então, peço



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4688 vistas a possibilidade de votar sobre a recomendação. Artigo 16, inciso VIIIº, o  
4689 nosso regimento interno.

4690 **Interlocutor não identificado** – Uma questão de ordem Vitória? Não tem vistas,  
4691 matéria não for votada ainda. Todo mundo tem direito à vista, não é? Depois que  
4692 ela foi votada. Então, por princípio, espera ser votada, depois você pede à vista.

4693 **Sr. Ezequiel Roque (Secretário Adjunto da SEPPIR)** – É porque o regimento diz  
4694 matéria não votada.

4695 **Interlocutor não identificado** – Aqui não cabe ao eufemismo não senhor, aqui só  
4696 pode pedir vistas depois de votado.

4697 **Interlocutor não identificado** – Não, é matéria não votada, se ela depois foi  
4698 votada, ela foi votada. Então, não pode ser pedido de vistas.

4699 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sylvania, por favor.

4700 **Sra. Sylvania Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Não, o que  
4701 eu ia propor era exatamente já... É, votar e tem um texto, a provar. Bom, votar o  
4702 texto, porque é exatamente me dava medo que ocorresse o que aconteceu com a  
4703 nossa técnica, não é? De começarem a tentar...

4704 **Interlocutor não identificado** – Dar nó em pingo d'água.

4705 **Sra. Sylvania Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** –  
4706 Subterfúgios, mas já foi assim, já aconteceu até antes de propor, mas é assim...  
4707 Maneiras de... Sei lá.

4708 **Interlocutor não identificado** – Não, é regimental, não é subterfúgio, está no  
4709 regimento e nós estamos cumprindo o regimento, simplesmente isso.

4710 **Interlocutor não identificado** – Engraçado.





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4711 **Interlocutor não identificado** – Ué, por favor, peço que tenha respeito a minha  
4712 proposta.

4713 **Interlocutor não identificado** – Respeito a quem está sendo protelado.

4714 **Interlocutor não identificado** – Se não concorda, vamos alterar o regimento está  
4715 tudo perfeito.

4716 **Interlocutor não identificado** – Vitória, eu sugiro a sua primeira sugestão então e  
4717 a Carol assina. E a Carol envia, quer dizer.

4718 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – É, eu também sugiro a primeira.

4719 **Interlocutor não identificado** – Se é para manter sempre o que é feito, vamos  
4720 manter sempre o que é feito. Beleza ou então a gente pode...

4721 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Qual foi a sugestão Matheus, eu não  
4722 entendi?

4723 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Não, só tinha duas sugestões, eu  
4724 concordei contigo que a primeira parece mais razoável, não é? Ou seja, você  
4725 fazer... A gente fazer a realização hoje ou amanhã, mas o que eu sugiro é para a  
4726 gente votar agora a sua primeira sugestão, vota-se, a Carol faz como tem feito, ela  
4727 escreve e manda para Mesa Diretora.

4728 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu estou tentando fazer... Eu entendi  
4729 Sávio.

4730 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu tenho um  
4731 pedido de vistas. Eu acho que isso não foi observado, porque nós temos que  
4732 lembrar que temos alguns só os convidados e nós temos os integrantes do  
4733 CNPCT. Então, isso é regimental, temos que respeitar o pedido de vistas do  
4734 colega ali.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4735 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sim. Eu estou...

4736 **Interlocutor não identificado** – Oh, Vitória.

4737 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Um minuto Marcelo, um minuto.  
4738 Ezequiel, e eu entendo o seu pedido de vistas, também está no nosso regimento  
4739 que cabe à presidência da mesa, na verdade, conceder ou não à vista, a minha  
4740 intenção não é conceder à vista, eu, inclusive, acho que essa é uma manobra que  
4741 você fez regimental, eu entendo isso, é uma manobra que eu não aprecio, espero  
4742 que você entenda isso, porque nós estávamos aqui fazendo uma recomendação  
4743 que é, inclusive, em função desse comitê, fazer uma recomendação sobre um  
4744 documento que é específico que versa sobre a tortura, que, inclusive, é o nosso  
4745 nome, não é? Comitê de Prevenção e Combate à Tortura. A minha intenção é,  
4746 claro, dar o seu pedido de vistas, mas entender que na próxima reunião se outro  
4747 membro do governo vier com um outro pedido de vistas, aí eu imagino que o  
4748 tratamento será outro, se essa é uma manobra que vocês pretendem utilizar pelas  
4749 próximas reuniões, eu acho que tem que pensar melhor em uma saída mais  
4750 republicana para esse comitê funcionar, porque caso contrário o seu pedido de  
4751 vistas também pode ser indeferido nesse momento, já que é a Sociedade Civil que  
4752 está na presidência da mesa, não é? Então, se você pudesse manifestar se é  
4753 realmente o interesse que seu no tema, de se aprofundar no assunto, de ler  
4754 melhor esse parecer para entender melhor a função do Subcomitê ou se é apenas  
4755 uma manobra regimental para atrasar essa votação.

4756 **Sr. Ezequiel Roque (Secretário Adjunto da SEPPIR)** – Gente, é claro que eu  
4757 tenho todo o comprometimento ao combate à tortura, como todos aqui alegam ter  
4758 e que tenho interesse, em ver esse documento eu tive acesso a esse documento  
4759 agora... Está bem, não li. Tive acesso ao documento, quero ler o documento,  
4760 quero analisar o documento, entendo que há manifestações e outras posições que  
4761 podem ser feitas e fica à disposição a presidência em acatar ou não acatar,



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4762 porque é regimental. Agora faço a minha manifestação de desagravo ao respeito  
4763 que deve ter nesse colegiado aos Conselheiros, aos membros desse comitê por  
4764 parte daqueles que estão simplesmente participando e não são membros, eu acho  
4765 que deve haver esse respeito, eu não zombei de ninguém, eu não ri de ninguém e  
4766 não afrontei ninguém.

4767 **Interlocutor não identificado** – Desculpa Ezequiel.

4768 **Sr. Ezequiel Roque (Secretário Adjunto da SEPPIR)** – E peço que o respeito  
4769 deve ser tido, especialmente os convidados e devem respeitar os membros natos  
4770 do comitê. Sou membro nato e exijo respeito, peço esse desagravo, porque nós  
4771 estamos trabalhando como adultos aqui e precisamos manter esse equilíbrio e  
4772 essa ordem aqui, essa honra que todos devem receber aqui. Então, continuo  
4773 mantendo a minha posição, o meu pedido, gostaria de ter tempo de analisar, seja  
4774 por bem eu fico muito feliz, se não e não se trata de manobra, para mim e aqui  
4775 não existe esse tipo de situação, mas existe a situação de nós entendermos, de  
4776 nós nos posicionarmos, direito nosso como nós estamos pedindo nosso direito.

4777 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Ezequiel, eu, na verdade, início a  
4778 minha fala pedir desculpas pela forma como muitas vezes a gente não consegue  
4779 controlar a plenária, é o que tem acontecido, eu e a Carol a gente faz um esforço  
4780 aqui na frente para que isso não ocorra e as falas não sejam interrompidas, e  
4781 ninguém seja destacado aqui, mas é uma questão que a gente tem enfrentado em  
4782 todas as nossas reuniões, infelizmente. A minha proposta de um caminho do  
4783 meio, na verdade, se isso for possível, é que a gente aprove a recomendação e  
4784 você é Ezequiel, juntamente com alguém da Sociedade Civil fique responsável  
4785 pela redação, para que dessa forma agrade tanto o governo, quando Sociedade  
4786 Civil, seria a décima saída, um meio termo para que a gente não atrase isso para  
4787 uma reunião que vai sair daqui dois meses, e aí também um parecer que já saiu  
4788 há meses atrás, e a exemplo da nossa nota pública fica uma coisa completamente



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4789 intempestiva assim, que não tem mais razão nenhuma de ser, sabe? Então, a  
4790 minha saída seria dar à vista condicionada à aprovação agora disso, e aí você  
4791 ficaria responsável junto com algum membro da Sociedade Civil pela redação,  
4792 para que não desagrade também o governo. Inscrição de fala? Sílvia.

4793 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Eu queria  
4794 entender a vista, até quando é? Porque eu entendo se, por exemplo, tivessem  
4795 jogado um documento hoje, agora, não é? Como uma surpresa, eu entendo que  
4796 faz sentido um pedido de vista, agora um documento que foi enviado... Quando foi  
4797 enviado para o comitê? Um ou dois meses? Então, está na pauta. Então assim,  
4798 não consigo entender realmente um pedido de vistas baseados em quê? Não tem  
4799 desconhecimento do tema, Ezequiel, inclusive, é um profundo conhecedor desse  
4800 tema, nós somos parceiros lá em Rondônia, a gente trabalhou... Exatamente, lutou  
4801 pela remuneração dos peritos lá em Rondônia, juntos. Então, conhece bem o  
4802 protocolo facultativa. Então, acho que assim, eu não vejo realmente uma  
4803 necessidade de vistas para o documento que foi apresentado há dois meses, que  
4804 estava na pauta e com uma pessoa que eu sei que é um conhecedor do tema, que  
4805 trabalhou, a gente trabalhou junto, a gente trabalhou por todas as observância de  
4806 todas as prerrogativas dos Mecanismos, do Mecanismos de Prevenção e  
4807 Combate à Tortura em Rondônia. Então, só queria entender a assim também,  
4808 vocês querem um prazo, uma vista, o quê? Até amanhã? Assim, porque para uma  
4809 outra reunião a acho inaceitável, sinceramente, a gente postergar isso um mês e  
4810 meio, eu não vejo uma razão realmente assim coerente, só isso.

4811 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Marco.

4812 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Respondendo  
4813 isso que a colega acabou de colocar, o regimento está falando aqui, estava  
4814 olhando o aqui agora, fala para um período não superior a 30 dias, retornando à  
4815 matéria na Reunião Ordinária subsequente, é o que está dito aqui no regimento. E



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4816 há uma divergência com relação à questão de se avaliar o pedido, porque o artigo  
4817 14 fala de conceder vistas a matéria não votada, não diz sobre a avaliação da  
4818 presidência a se considerar ou não, diz que cabe ao Presidente conceder vistas.  
4819 Então, aqui eu não vejo esse espaço para se ponderar. É só uma...

4820 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Se cabe ao Presidente conceber vista  
4821 Marco, imagino que caiba a ele o exato oposto, que não conceder vistas, não é?

4822 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Não está  
4823 falando aqui sobre essa ponderação.

4824 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Ou então não teria nem prerrogativa  
4825 de pedir vistas, porque é só pegar.

4826 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Tudo bem.

4827 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Se não precisa pedir para ninguém.

4828 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Não, tem a  
4829 prerrogativa sim, porque aí retira da pauta.

4830 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Para sua inscrição? Está bem, Bruno.

4831 **Sr. Bruno Santos Abreu** – Não, só para tentar construir uma proposta, é que, na  
4832 verdade, o Mecanismos, ele faz 3 pedidos específicos ao pleno do comitê. Então,  
4833 acho que o primeiro pronto preliminarmente é discutir os pedidos, na verdade, a  
4834 aprovar os pedidos elaborados pelo Mecanismos, uma vez eles aprovados, os  
4835 encaminhamentos seriam no sentido da construção da recomendação, mas o que  
4836 a gente tem de concreto e objetivamente falando, é apontar pela aprovação que  
4837 esse comitê reconhece esse documento, ratifica na sua integralidade os termos do  
4838 parecer jurídico, uma vez isso sendo aprovado no âmbito do comitê, as  
4839 recomendações vão aparecer como encaminhamentos, ou seja, essa posição do



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4840 comitê aprovado aqui nessa tarde, será encaminhado à CNJ, ao chefe do  
4841 Legislativo, enfim, aos juízes que estão ali operando nas ações. Então, o que nós  
4842 esperamos em um primeiro momento, é a apreciação dos pedidos, uma vez  
4843 aprovado os pedidos, as recomendações entrariam como encaminhamentos, daí  
4844 não há de se falar em pedido de vistas, considerandos que os pedidos são  
4845 objetivas e estão postos.

4846 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Só para ver se a gente  
4847 entendeu a sua proposta Bruno. A sua sugestão é que, por exemplo, esses três  
4848 primeiros itens aqui da recomendação, que exatamente o que o Daniel colocou na  
4849 manifestação dele...

4850 **Sr. Bruno Santos Abreu** – É que não foi o Daniel que colocou, é um ofício a  
4851 entregue, protocolado via SEI no âmbito da Coordenação-Geral.

4852 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está joia. Então, esses termos em que  
4853 o Mecanismos solicitou ao comitê, a sua sugestão é que isso seja acatado de que  
4854 forma? Por qual o instrumento? A gente só votaria os encaminhamentos, a  
4855 adoção... Encaminhamento X. X, a adoção, acolhimento dos encaminhamentos  
4856 solicitados pelo Mecanismos. Esse é um encaminhamento, a partir desse  
4857 encaminhamento seria feito ofícios para X e X instituições.

4858 **Sr. Bruno Santos Abreu** – Perfeito. Encaminhamento.

4859 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Com esse...

4860 **Sr. Bruno Santos Abreu** – E inclusive, com cópia da ata, onde reconhece os  
4861 termos dos pedidos aprovados.

4862 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Porque aí é... Assim, da  
4863 forma que você coloca agora, me parece um encaminhamento distinto desse da  
4864 recomendação, em que a gente faria uma recomendação com o texto para acatar



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4865 junto com outras... Com esses outros elementos que foram apontados aqui, ao  
4866 longo da discussão, são encaminhamentos distintos, isso? Assim, desculpa-se o  
4867 estão colocando de forma bem, bem... Tentando didática, mas é só para a gente...  
4868 Só para ter clareza, principalmente aqui na administração na mesa, que são  
4869 encaminhamento distintos, que uma coisa é a gente fazer o voto dos três pedidos  
4870 do Mecanismos e depois fazer um ofício para X, X pessoas e o outro  
4871 encaminhamento então a fazer a recomendação.

4872 **Sr. Bruno Santos Abreu** – Perfeito. Por isso que a gente está pedindo como  
4873 preliminar fazer a análise, apreciação dos três itens que o Mecanismos requisitou  
4874 ao comitê.

4875 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Frei. Marcelo? Então, Matheus.

4876 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Item 1, peço desculpas ao Ezequiel, não  
4877 sei o sobrenome dele, é Ezequiel. O Bruno se adiantou, mas quando a mesa, à  
4878 presidência da mesa falou em sugestão intermediária, eu ia fazer uma sugestão  
4879 intermediário tanto de conteúdo, quanto de forma, de conteúdo seria a gente votar  
4880 no caso, claro, quem votasse sim ou não, mas enfim, pelo acolhimento integral do  
4881 parecer, do Mecanismos sendo expresso com as três sugestões finais, 3  
4882 conclusões finais, certo? E aí em relação à forma, depois desse primeiro passo,  
4883 não é? O Bruno chamou de preliminar, o que... E aí é claro, é uma prerrogativa da  
4884 mesa, mas o que eu sugeriria? Pode ser dada vista ao colega hoje e seja com a  
4885 sugestão da mesa de ele estar com mais alguém ou não, traria isso a manhã, e aí  
4886 seria uma sugestão intermediária, o governo não ia reclamar que não houve à  
4887 vista, Sociedade Civil não ia reclamar que a vista foi exagerada, como o colega ali,  
4888 salvo engano o nome é o Marco, a vista de prazo superior é de 30 dias, enfim. Um  
4889 dia... Não superior a 30 dias, ou seja, dá vista por o dia, ele vai, pode estudar ou  
4890 não, eu vou estudar à noite, por exemplo, o de outras coisas, enfim, pode estudar  
4891 e tal, e amanhã além dos três pedidos que a gente pode votar agora, amanhã a





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4892 gente pode votar o restante que foram sugestões que foram dadas pela DPU, pela  
4893 ANADEP, pelo Frei, pela RENILA, enfim, estão sugestão em relação ao conteúdo  
4894 e contra a forma ainda... Desculpa novamente Ezequiel.

4895 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, Marcelo, só para a gente  
4896 começa a fazer os encaminhamentos.

4897 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
4898 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Não, também queria pedir desculpa ao  
4899 Ezequiel pela a minha ignorância, mas aí a gente aprende Ezequiel. Então, você  
4900 tem o direito a sua vista de fato, mesmo que ela possa ser negada pela Mesa  
4901 Diretora. E pensando também, acho que agradecer a solução em um  
4902 encaminhamento do Bruno, o acho que quando eu fiz o encaminhamento para um  
4903 outro formato, que são os formatos que estão disponíveis, eu acho que tipo uma  
4904 coisa não impede a outra, não é? Então ele eu acho que a gente pode correr com  
4905 essa ideia de uma recomendação, mas acho que não era essa a ideia inicial, um  
4906 Mecanismos, na verdade, o Mecanismos só veio a apresentar, eu acho que uma  
4907 coisa aqui também tem que ficar corrigida, não é o Mecanismos que inventou o  
4908 documento, isso deve instruir, inclusive, o próprio governo, esse documento tem  
4909 origem no organismo internacional e que desrespeito à tratados estabelecidos.  
4910 Então, acho para a gente não ficar preso a forma, também se for necessário e se  
4911 for razoável, até retiro o encaminhamento de uma recomendação, porque acho  
4912 que não importa a forma, o que importa é que a gente possa dar uma resposta ao  
4913 Mecanismos internacional, que a gente recebeu o documento e que a gente  
4914 concorda com eles, e publicizar que a gente concorda com isso, se por  
4915 recomendação, se não retalhos, no atacado, mas eu acho que a gente tem que  
4916 provar isso.

4917 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, vou pedir para Carol, ela  
4918 conseguiu estruturar essa proposta, esse meio termo que o Bruno havia sugerido,





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4919 que a gente está acabando, de como é que ficaria essa proposta fora desse  
4920 formato de recomendação, que realmente não seria necessário, foi uma sugestão  
4921 minha, inclusive, que eu estou retirando. Carol, por favor, você que entendeu  
4922 melhor.

4923 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Então, a  
4924 gente votaria os itens 4.3 até o item 4.6, o 4.3 é basicamente o pedido do  
4925 Mecanismos que foi feito por ofício. Então, o pleno à colônia manifestação... O  
4926 segundo pedido, o Mecanismos fez três pedidos. Então, 4.3 é o primeiro pedido, o  
4927 pleno a acolhe a manifestação... O item 4.4 é o segundo pedido do Mecanismos, o  
4928 pleno ratifica integralmente os termos do impedimento jurídico... E o item 4.5 é o  
4929 terceiro pedido, o pleno irá considerar documento em suas deliberações... O item  
4930 6, a gente encaminharia um ofício para o Congresso nacional, relator da ACP,  
4931 Presidência da República, relator da DPF, fazendo menção aos registros aprovado  
4932 dos itens 4.3, 4.4 e 4.5. E tem o do Frei que está mais abaixo. O caso, a gente,  
4933 por exemplo, vocês fizeram referência aos projetos, não é? Que estão tramitando  
4934 no Congresso, a gente pode fazer referência a esses projetos do ofício que  
4935 encaminha a decisão, a votação do comitê e faz referência a esses projetos que  
4936 estão tramitando.

4937 **Interlocutor não identificado** – Só levantei a possibilidade. Você bem  
4938 encaminhar para o relator da a CPI, não dá para encaminhar para o relator dos  
4939 projetos, diluir?

4940 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – A gente  
4941 pode encaminhar para os chefes das casas com cópia para os... Deixa o só  
4942 colocar aqui então, ofícios para o Congresso Nacional.

4943 **Interlocutor não identificado** – Só uma questão de ordem. Assim, não é um  
4944 encaminhamento, porque ele não é membro, mas ele fez uma observação, ele



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4945 chamou a atenção do plenário, se for necessário eu acho que faço o  
4946 encaminhamento para que a gente possa apreciar com votação a proposta do  
4947 Bruno. Está bom.

4948 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu, inclusive, pedir para você nos  
4949 corrigir caso a sua proposta não fosse essa, porque você repetiu e eu não entendi  
4950 as três vezes, eu pedi para Carol redigir, porque eu não estava entendendo e aqui  
4951 está a redação, e aí o Marcelo acho que ele também não entendeu, porque ele  
4952 está pedindo para a gente fazer proposta de encaminhamento da sua fala. Então,  
4953 eu só... Carol, eu vou deixar a redação... Tu tiraste?

4954 Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura) - não.

4955 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu não sei mais onde está.

4956 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Está aqui.

4957 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Só um minuto. É só porque aqui tem  
4958 uns PDLs eu não quero apagar.

4959 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Não, eu já  
4960 copiei aqui, encaminhará ofícios para o Congresso, Presidentes e relatores...

4961 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Mas a minha proposta de  
4962 recomendação, eu estou retirando. Só não perde a redação do que está aqui, só  
4963 porque já ajuda gente com os números de PDL e etc., mas isso ali a gente não  
4964 vota, porque eu estou retirando a minha proposta. Bruna, está inscrita, por favor.

4965 **Sra. Bruna Vieira de Paula** – Obrigada. Eu queria fazer um comentário sobre o  
4966 texto que a gente estava na tela, na verdade, desculpa, está aqui, mas é que eu  
4967 acho que está meio longe. Vocês poderão subir um pouquinho, assim, é nesse 4.3  
4968 que está escrito que o SPT é o órgão internacional, estruturante do OPCAT, enfim.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

4969 Eu acho que quando a gente trata de um órgão previsto por uma convenção, a  
4970 gente tem que ter cuidado com a linguagem e tem alguma linguagem imprevista,  
4971 eu estava olhando aqui do OPCAT e sempre vem aqui que ele está para  
4972 aconselhar e auxiliar os estados, fazer recomendações ao observações, cooperar,  
4973 não é nada assim nem vinculante, nem estrito, nem estruturante do OPCAT, eu  
4974 acho que a gente podia pensar em uma nova linguagem, porque eu acho que isso  
4975 também não reflete o que está no protocolo, acho que que está todo mundo  
4976 preocupado é refletir o que está no protocolo. Obrigada.

4977 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Tem alguma proposta Bruna, por  
4978 favor para a gente possa adiantar?

4979 **Sra. Bruna Vieira de Paula** – Não, mas eu posso pensar em alguma coisa.

4980 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Porque eu não sei qual é a  
4981 redação do nosso Decreto, eu não posso pesquisar agora, porque se não sai  
4982 daqui da nossa tela, mas eu não sei se o Decreto 6085 usa a palavra estruturante  
4983 do OPCAT ou não, seria bom dar uma olhada. Então, não sei. O artigo 11 do  
4984 protocolo facultativa.

4985 **Sra. Bruna Vieira de Paula** – Isso, eu estou nesse artigo também, mas qual a  
4986 letra aqui que fala estruturante, eu não achei, posso ter errado.

4987 **Interlocutor não identificado** – Estruturante? Onde é que têm estruturante?

4988 **Sra. Bruna Vieira de Paula** – Eu achei aqui, aconselhar e auxiliar os estados,  
4989 fazer recomendações e observações, cooperar, não achei... Eu não achei  
4990 estruturante.

4991 **Interlocutor não identificado** – Aonde você está vendo? Desculpa. Oh, Bruna,  
4992 eu posso te dar uma sugestão?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 4993 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – O artigo 11 do OPCAT.
- 4994 **Interlocutor não identificado** – Tirar essa parte oh, na condição de órgão  
4995 nacional estruturante, deixa só a munição do SPT ONU, todo mundo sabe o que é,  
4996 é só tira depois na condição então.
- 4997 **Sra. Bruna Vieira de Paula** – Está bem. Pode ser.
- 4998 **Interlocutor não identificado** – Aí o ONU... Aí depois com o fulcro.
- 4999 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Pleno acolhe manifestação SPT ONU,  
5000 com fulcro no artigo 11 do OPCAT, Decreto do OPCAT ratificado pelo Decreto  
5001 6085. Ok? Então, nós temos 1,2,3,4, 5, a 5ª é o do Frei que está aqui embaixo, eu  
5002 vou colocar mais para cima. Vamos cada uma separadamente? A gente vai abrir a  
5003 votação então. Só um minuto que eu estou pedida no próprio documento. É 4.3,  
5004 não é?
- 5005 **Interlocutor não identificado** – Vitória, só para esclarecer. Foi negado pedido de  
5006 vistas então.
- 5007 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Foi prejudicado, ele pediu o pedido de  
5008 vistas em relação a minha recomendação que eu retirei, não é? Eu não vou mais  
5009 fazer a recomendação, porque eu acho que foi um formato que mais incomodou  
5010 do que ajudou a. Então, eu estou retirando o pedido de vistas, imagino que seja  
5011 praticado o pedido de vistas dele em relação a minha recomendação.
- 5012 **Interlocutora não identificada** – Eu posso dar só um comentário em relação da  
5013 função do Subcomitê?
- 5014 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sim.
- 5015 **Interlocutora não identificada** – Eu não sei, se pudesse ver de novo aquela  
5016 recomendação, porque o não sei se a palavra e estruturante, mas o Subcomitê é



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5017 um dos órgãos criados para o Protocolo Facultativo, para fazer exatamente parte  
5018 desse sistema internacional. Então, ele trabalha juntamente com os Mecanismos  
5019 Nacionais de Prevenção e Combate a Tortura e os estados nessa função conjunta  
5020 de dar a implementação correta, adequada dos preceitos de protocolo facultativa.  
5021 Então, eu não sei se alguma maneira qualificar o Subcomitê, eu não sei...

5022 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu vou procurar aqui.

5023 **Interlocutora não identificada** – Como órgão internacional especial e criada pelo  
5024 próprio... Criado pelo Protocolo Facultativo.

5025 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – A gente tem o protocolo facultativa na  
5026 Internet traduzido? Só para eu colocar ali.

5027 **Interlocutora não identificada** – Não, é o Protocolo Facultativo. Acho que ele  
5028 está falando do Decreto que colocou... Entrou em vigor o protocolo para todo  
5029 Brasil. Sim, tudo bem.

5030 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – E ele traduz o protocolo?

5031 **Interlocutora não identificada** – Sim, tem o texto em português.

5032 **Interlocutora não identificada** – Pode aumentar de repente?

5033 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Se alguém que tem familiaridade com  
5034 o Decreto, poder apontar onde estar... A 1, 2, 3.

5035 **Interlocutora não identificada** – Porque eu acho que a ou a gente coloca o  
5036 Subcomitê criado pelo OPCAT, alguma coisa bem específica e objetiva ou a gente  
5037 usa uma das palavras que está aí, que aconselha a e assistir, recomendar e  
5038 observações, aconselhar e assistir, tem que fazer recomendações e observações,  
5039 cooperar com os estados, eu acho que são coisas bem específicas que estão aí  
5040 no artigo 11.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5041 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem.

5042 **Interlocutora não identificada** – Oh, cooperar para prevenção, fazer  
5043 recomendações e observações com vistas a fortalecer a capacidade de mandar os  
5044 Mecanismos Preventivos, que eu entendo que é o que eles estão tentando fazer  
5045 aí, mas está bem claro que a fazer recomendações e observações, não mais do  
5046 que isso, eu acho que ou a gente usa a essa linguagem ou eu concordo com o  
5047 que foi sugerido a eu acho pela Sylvia, da gente colocar os SPT criado pelo  
5048 OPCAT ou... Para minha se a linguagem está boa também, eu acho que uma  
5049 coisa bem objetiva.

5050 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que essa proposta, ela resolve pouco  
5051 mais, a gente pode colocar aqui acolhe manifestações do SPT ONU, criado pelo  
5052 artigo X do OPCAT ratificado pelo Estado Brasileiro, por meio do Decreto X, Y, Z.  
5053 Qual que... Deixa a só procurar qual que é artigo que cria o SPT, não é?  
5054 Maravilha. Então, oh, criado pelo artigo 5º do Protocolo Facultativo... Depois a  
5055 gente completa o nome do protocolo bonitinho, está bem? Ratificado pelo Decreto,  
5056 pelo Estado Brasileiro por meio do Decreto X, Y, Z, ok?

5057 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Estou abrindo a votação então para o  
5058 ponto 4.3 que está na tela, o pleno do comitê acolhe manifestação do SPT criado  
5059 pelo artigo quinto do Protocolo Facultativo X, X, X, ratificado pelo Estado Brasileiro  
5060 por meio do Decreto 6085 DE 2007. Abrindo a votação do microfone, por favor e  
5061 iniciando pelo Marcelo.

5062 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
5063 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – RENILA favorável.

5064 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** –  
5065 EDUCAFRO favorável.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 5066 **Interlocutor não identificado** – CONECTAS favorável. E eu tenho uma proposta  
5067 também, que eu posso aguardar o final dessa...
- 5068 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Depois da votação.
- 5069 **Interlocutor não identificado** – Perfeitamente.
- 5070 **Interlocutor não identificado** –, o instituto Américo E, favorável.
- 5071 **Interlocutora não identificada** – Justiça Global, favorável.
- 5072 **Interlocutora não identificada** – UFRN, favorável.
- 5073 **Interlocutora não identificada** – União Brasileira de Mulheres, favorável.
- 5074 **Interlocutora não identificada** – CUT, favorável.
- 5075 **Interlocutora não identificada** – CFP, favorável.
- 5076 **Interlocutora não identificada** – UMRE, contra.
- 5077 **Interlocutor não identificado** – SNPIR, contra.
- 5078 **Interlocutora não identificada** – Conselho Federal da OAB, favorável.
- 5079 **Interlocutor não identificado** – SOMOS, favorável.
- 5080 **Interlocutor não identificado** – DEPEN, contra.
- 5081 **Interlocutor não identificado** – Movimento Negro Unificado, favorável.
- 5082 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Defesa, contra e apresenta na  
5083 ressalva que o pedido de vista foi desconsiderado em desconformidade com o  
5084 regimento interno. Então, o contrário...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 5085 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Coloque que o pedido de vistas foi  
5086 prejudicado, porque a recomendação foi retirada.
- 5087 **Interlocutor não identificado** – É porque está sendo votada matéria... De  
5088 qualquer forma era o objeto de pedido de vistas, mas contrário com essa ressalva  
5089 para constar em ata.
- 5090 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Tem como constar isso em ata Carol?  
5091 Está bem, mas a gente dá continuidade à votação, por favor.
- 5092 **Interlocutora não identificada** – SNPG, contra.
- 5093 **Interlocutor não identificado** – Secretaria Geral, conta.
- 5094 **Interlocutor não identificado** – Gabinete, contra.
- 5095 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Cidadania, contra.
- 5096 **Interlocutora não identificada** – MEC, contra.
- 5097 **Interlocutor não identificado** – CGOV, contra.
- 5098 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não, cidadania.
- 5099 **Interlocutor não identificado** – Cidadania já votei contra.
- 5100 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sim, obrigada. Carol, pode fazer a  
5101 contagem, por favor. Então, por 12 a 10, está aprovado o encaminhamento. Só um  
5102 minuto. 4.4; o pleno do comitê ratifica integralmente os termos de entendimento  
5103 jurídico emitido pelo SPT, declarando a inadimplência do Estado Brasileiro no  
5104 âmbito do OPCAT em razão da vigência do Decreto 9831 de 2019. As votações  
5105 iniciando novamente pelo Marcelo.





**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 5106 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
5107 **Internúcleos da Luta Antimanicomial) – Favorável.**
- 5108 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO) –**  
5109 **EDUCAFRO, favorável.**
- 5110 **Interlocutor não identificado – CONECTAS, favorável.**
- 5111 **Interlocutor não identificado – COADE, favorável.**
- 5112 **Interlocutora não identificada – Justiça Global, favorável.**
- 5113 **Interlocutora não identificada – UFRN, favorável.**
- 5114 **Interlocutora não identificada – União Brasileira de Mulheres, favorável.**
- 5115 **Interlocutora não identificada – CUT, favorável.**
- 5116 **Interlocutora não identificada – CFP, favorável.**
- 5117 **Interlocutora não identificada – UMRE, contra.**
- 5118 **Interlocutor não identificado – SNPIR, contra.**
- 5119 **Interlocutora não identificada – Conselho Federal da OAB, favorável.**
- 5120 **Interlocutor não identificado – SOMOS, é favorável.**
- 5121 **Interlocutor não identificado – DEPEN, contra.**
- 5122 **Interlocutor não identificado – Movimento Negro Unificado, favorável.**
- 5123 **Interlocutora não identificada – MNU.**
- 5124 **Interlocutora não identificada – SNPG, contra.**



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 5125 **Interlocutor não identificado** – Secretaria Geral, conta.
- 5126 **Interlocutor não identificado** – Gabinete, contra.
- 5127 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Cidadania, contra.
- 5128 **Interlocutora não identificada** – MEC, contra.
- 5129 **Interlocutor não identificado** – CGOV, contra.
- 5130 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sávio, seu voto, no microfone, por  
5131 favor.
- 5132 **Sávio** – Sávio, Ministério da Defesa, contra.
- 5133 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Pela mesa... Acho que deu o  
5134 mesmo... Então, por 12 a 10 novamente, aprovado. O pleno do comitê irá  
5135 considerar o documento em suas deliberações, em especial nas que repercutem  
5136 direto ou indiretamente na atuação do Mecanismos. Votação iniciada, Marcelo.
- 5137 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
5138 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Favorável. Eu queria depois de um  
5139 espaço para poder fazer... Para contemporizar a fala do Sávio, o quanto for  
5140 possível.
- 5141 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Ao final da votação.  
5142 RENILA?
- 5143 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** –  
5144 EDUCAFRO, favorável.
- 5145 **Interlocutor não identificado** – CONECTAS, favorável.
- 5146 **Interlocutor não identificado** – COADE, favorável.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 5147 **Interlocutora não identificada** – Justiça Global, favorável.
- 5148 **Interlocutora não identificada** – UFRN, favorável.
- 5149 **Interlocutora não identificada** – União Brasileira de Mulheres, favorável.
- 5150 **Interlocutora não identificada** – CUT, favorável.
- 5151 **Interlocutora não identificada** – CFP, favorável.
- 5152 **Interlocutora não identificada** – UMRE, contra.
- 5153 **Interlocutor não identificado** – SNPIR, contra.
- 5154 **Interlocutora não identificada** – Conselho Federal da OAB, favorável.
- 5155 **Interlocutor não identificado** – SOMOS, é favorável.
- 5156 **Interlocutor não identificado** – DEPEN, contra.
- 5157 **Interlocutor não identificado** – MNU, favorável.
- 5158 **Interlocutora não identificada** – SNPG, contra.
- 5159 **Interlocutora não identificada** – SG, contra
- 5160 **Interlocutor não identificado** – Gabinete, contra.
- 5161 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Cidadania, contra.
- 5162 **Interlocutora não identificada** – MEC, contra. Favorável, desculpa.
- 5163 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Desculpa, é contra...
- 5164 **Interlocutora não identificada** – Vou votar novamente. MEC, contra.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 5165 **Interlocutor não identificado** – CGOV, contra.
- 5166 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Faltou quem? Quem é quem é MD?
- 5167 **Sávio** – MD é contra.
- 5168 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Quem é? Não, mas aqui tem  
5169 Ministério da Cidadania e tem MD.
- 5170 **Interlocutor não identificado** – Defesa.
- 5171 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Ai, desculpa. Aquelas bem perdidas.  
5172 Está bem, nenhuma abstenção. Vamos para o 4.6. O comitê encaminhará ofícios  
5173 para o Congresso Nacional, Presidentes e relatores dos PDLs que estão aqui  
5174 inscritos, Relator da ACP, a Presidência da República, relator da DPF, com o  
5175 registro dos itens 4.3, 4 e 5 que foram aprovados anteriormente. A votação, se ela  
5176 for dar igual, inclusive, eu pediria se alguém... Não, vamos fazer a votação.  
5177 Marcelo, por favor, iniciando.
- 5178 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
5179 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Então, minha fala fica para depois de  
5180 todas as anotações, é isso?
- 5181 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – A sua fala era exatamente relativa ao  
5182 encaminhamento anterior ou era sobre a fala do Sávio, não era? Então, eu vou  
5183 deixar para o final.
- 5184 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
5185 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Isso. Muito obrigado. Favorável.
- 5186 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** –  
5187 EDUCAFRO, favorável.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 5188 **Interlocutor não identificado** – CONECTAS, favorável.
- 5189 **Interlocutor não identificado** – COADE, favorável.
- 5190 **Interlocutora não identificada** – Justiça Global, favorável.
- 5191 **Interlocutora não identificada** – UFRN, favorável.
- 5192 **Interlocutora não identificada** – União Brasileira de Mulheres, favorável.
- 5193 **Interlocutora não identificada** – CUT, favorável.
- 5194 **Interlocutora não identificada** – CFP, favorável.
- 5195 **Interlocutora não identificada** – UMRE, contra.
- 5196 **Interlocutor não identificado** – SNPIR, contra.
- 5197 **Interlocutora não identificada** – Conselho Federal da OAB, favorável.
- 5198 **Interlocutor não identificado** – SOMOS, é favorável.
- 5199 **Interlocutor não identificado** – DEPEN, contra.
- 5200 **Interlocutor não identificado** – MNU, favorável.
- 5201 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Defesa, contra.
- 5202 **Interlocutora não identificada** – SNPG, contra.
- 5203 **Interlocutora não identificada** – SG, contra
- 5204 **Interlocutor não identificado** – Gabinete, contra.
- 5205 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Cidadania, contra.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 5206 **Interlocutora não identificada** – MEC, contra.
- 5207 **Interlocutor não identificado** – CGOV, conta.
- 5208 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, doutor aprovado também por  
5209 maioria. O 4.7 é que comitê e Mecanismos faz um requerimento ao Ministro Fux,  
5210 que é o relator da DPF 607, só me corrijam nisso, por favor? Aqui está 607. Ele é  
5211 o relator dessa DPF?
- 5212 **Interlocutor não identificado** – Sim.
- 5213 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Então, faça um  
5214 requerimento ao ministro Fux que é o relator da DPF 607, para que chame uma  
5215 audiência pública para discussão desse documento é, do Subcomitê no caso, no  
5216 âmbito da DPF 607 de 2019, com uma recomendação anexo, eu vou tirar, fui eu  
5217 que coloquei isso aqui, não existe mais recomendação. Colocando em votação  
5218 então iniciada pelo Marcelo.
- 5219 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
5220 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Favorável.
- 5221 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO)** –  
5222 EDUCAFRO, favorável.
- 5223 **Interlocutor não identificado** – COADE, favorável.
- 5224 **Interlocutora não identificada** – Justiça Global, favorável.
- 5225 **Interlocutora não identificada** – UFRN, favorável.
- 5226 **Interlocutora não identificada** – União Brasileira de Mulheres, favorável.
- 5227 **Interlocutora não identificada** – CUT, favorável.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 5228 **Interlocutora não identificada** – CFP, favorável.
- 5229 **Interlocutora não identificada** – UMRE, contra.
- 5230 **Interlocutor não identificado** – SNPIR, contra.
- 5231 **Interlocutora não identificada** – Conselho Federal da OAB, favorável.
- 5232 **Interlocutor não identificado** – SOMOS, é favorável.
- 5233 **Interlocutor não identificado** – DEPEN, contra.
- 5234 **Interlocutor não identificado** – Movimento Negro Unificado, favorável.
- 5235 **Interlocutor não identificado** – MD, contra.
- 5236 **Interlocutora não identificada** – SNPG, contra.
- 5237 **Interlocutora não identificada** – SG, contra
- 5238 **Interlocutor não identificado** – Gabinete, contra.
- 5239 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Cidadania, contra.
- 5240 **Interlocutora não identificada** – MEC, contra.
- 5241 **Interlocutor não identificado** – CGOV, conta.
- 5242 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, por maioria eu dou por  
5243 aprovado também esse encaminhamento. Quem teria direito a fala no final é  
5244 Marcelo e mais alguém? Primeiro o CONECTAS, Henrique? Henrique não estava,  
5245 então, por favor Marcelo.
- 5246 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Então, queria antes de tudo, viu Sávio?  
5247 Lógico que você tem o direito de fazer e também da sua compreensão e da sua



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5248 colocação. Então, não estou querendo que você... Não estou querendo  
5249 evangelizar, nem que você mude de ideia, você tem o direito. Eu queria só  
5250 contemporizar pelo seguinte, porque mesmo que a gente... E você pudesse  
5251 considerar como tipo negligenciada, eu acho que é só para também a gente tentar  
5252 ser justo, a Vitória eu acho que foi mais do que diplomática, ela foi republicana e  
5253 ela foi correta, porque também era do direito dela na condição que ele está. Então,  
5254 observem que ela podendo se valer do lugar que ele estava, lugar de poder,  
5255 poderia ter simplesmente indeferido. Então, se a gente for para o regimento, gente  
5256 talvez não tenha... Nem a gente estaria tendo essa conversa. Então, foi o esforço  
5257 a delicadeza da forma como ela conduziu. Então, lógico que você tem o direito a  
5258 sua compreensão, mas também queria que também constasse em ata essa  
5259 sequência, porque lógico que você pode ter essa compreensão, mais de fato a  
5260 vitória poderia ter negado, não negou e só para reforçar também, eu acho que o  
5261 argumento que ela apresentou, ela retirou a proposta, é um preciosismo, não é?  
5262 Mas quando ela retira a proposta, o colega teria o direito de fazer novamente outra  
5263 vista e o colega não fez. Então, essa para poder deixar claro e também registrado  
5264 essa sequência, para que a gente possa tentar ser justo, mesmo que a gente  
5265 possa divergir.

5266 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) – É Sávio?**

5267 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Meu colega  
5268 Marcelo, nosso debate aqui é republicano a muito tempo, não é? O nosso diálogo  
5269 é sempre construtivo, eu fiz essa ressalva para constar em ata, porque a Vitória é  
5270 uma operadora de direito, é representante da OAB também. Então, o nosso  
5271 regimento interno, o artigo 16, 8º, ele é muito claro no pedido de vistas e o artigo  
5272 14, 3º, ele fala em concessão de pedido de vistas, ele não fala em não concessão  
5273 de pedido de vistas. Então, eu registrei, porque nós estamos abrindo precedentes  
5274 nesse comitê. Então a negação...





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 5275 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sávio, eu vou...
- 5276 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu já estou  
5277 concluindo já. Então, votei contrário e fiz o registro, por quê?
- 5278 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sávio, eu acho que solucionado esse  
5279 impasse em novamente prezando pela solução republicana, eu retomo o meu  
5280 pedido de recomendação e abro vistas do meu pedido para o colega que pediu.  
5281 Está aqui, é o encaminhamento possível. Eu havia dito que estava prejudicada,  
5282 mas se vocês insistem no pedido de vistas, a gente faz.
- 5283 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Essa votação está  
5284 totalmente linkada com o pedido de vistas do colega, perdeu...
- 5285 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Da matéria do parecer que ele  
5286 gostaria de fazer a minha recomendação do caso, não é? A minha recomendação  
5287 foi retirada. Entendi, mas seria interessante que...
- 5288 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Vice-presidente, a  
5289 manifestação...
- 5290 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
5291 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Inscrição da Sylvia.
- 5292 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sylvia, é sobre... O Henrique  
5293 retornou? Porque era um pedido. Então, está ótimo, Henrique não fala mais.  
5294 Silvana, se puder concluir para a gente poder passar para o próximo ponto.
- 5295 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Era só  
5296 respondendo um comentário que é do Ezequiel, ele não está mais aqui, mas só  
5297 para salientar que eu entendo que nós, quer dizer, APT não é um... Não têm  
5298 assento nesse comitê, mas, bom, nós somos exatamente uma instituição



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5299 convidada permanente e estamos aqui como convidados permanentes, eu acho  
5300 que por um histórico, não é? E toda uma trajetória que acho que dá muita  
5301 legitimidade para estar aqui e eu entendo que não é uma questão de desrespeitar  
5302 ninguém, provavelmente eu não espero que eu não tenho desrespeitado ninguém,  
5303 mas eu acho que exatamente deve ser algo... Que o uma via de mão dupla, não  
5304 é? Então, nós também não somos menos, porque às vezes é a segunda ou  
5305 terceira vez que já escuta: "Ah, vocês estão nessa qualidade de convidado  
5306 permanente."

5307 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Sylvania, eu acho que ele se referia a  
5308 ANADEP, que eu também sou...

5309 **Sra. Sylvania Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Não, mas  
5310 deixa eu acabar.

5311 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Está bem. Perfeito.

5312 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Matheus, só respeitar o direito a fala  
5313 aqui da Sylvania.

5314 **Sr. Sylvania Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Deixa eu  
5315 falar. Então, mas assim, mesmo que... Não sei quem está se referindo, poderia até  
5316 ser, mas eu só acho que assim, convidado permanente a gente está aqui por uma  
5317 razão, não é? A gente acho que cumprir um papel ativo, importante que tem toda  
5318 uma bagagem com esse papel que a gente cumpre. Então, só porque já é a  
5319 segunda, terceira vez, não é dessa reunião, em outras reuniões que aquela coisa:  
5320 "Ah, convidado permanente, está falando muito, está dando..." Assim, convidado  
5321 permanente tem direito a fala e são instituições que acho que tem uma  
5322 representação, uma legitimidade para estarem aqui, não é? E outra vez, eu gosto  
5323 sempre de lembrar, porque foi uma demanda nossa desde o início, desde a  
5324 primeira formação do primeiro comitê em 2014 que as reuniões do Comitê



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5325 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, inclusive, são públicas, em  
5326 momentos elas até transmitidas on-line essas reuniões. Então, acho que quanto  
5327 mais publicidade, quanto mais participação, eu acho que esse é o caminho, a via  
5328 que a gente deveria sempre tomar. Então, só queria reiterar isso.

5329 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Alexandre para concluir, por favor.

5330 **Sr. Alexandre Kaiser Raube (Defensoria Pública da União)** – Não, só  
5331 esclarecer até o Sávio saiu da sala agora, mas eu queria também registrar o meu  
5332 entendimento de que, na verdade, a matéria não perdeu o objeto, são dois  
5333 encaminhamentos diferentes que foram feitos, não é? Aí o que foi aprovado até  
5334 então é o acolhimento nos termos que o Mecanismos havia proposto, não é? O  
5335 acolhimento da nota do Subcomitê e o encaminhamento de ofício para a ciência  
5336 do relatório que foi produzido, o outro encaminhamento, inclusive, eu contribuí  
5337 para a construção da segunda... Do segundo encaminhamento, esse que foi  
5338 retirado, a segunda proposta que foi retirada, era uma proposta mais ousada no  
5339 sentido de utilizar este comitê da suas prerrogativas legais, para recomendar aos  
5340 órgãos providências específicas em face desse documento. Então, era um  
5341 encaminhamento muito mais ousado, eu acredito que o pedido de vista foi feito  
5342 nesse momento desse encaminhamento mais ousado, quando foi retirado esse  
5343 encaminhamento, enfim, aí restou prejudicado. Então, eu concordo com  
5344 encaminhamento da mesa, eu acho que foi... Respeitou o debate democrático e  
5345 gostaria, inclusive, de ter visto uma aprovação de algo... Contexto mais proativo  
5346 por parte do comitê, mas o consenso que foi construída foi esse mais restrito.

5347 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Matheus, para finalizar, por favor.

5348 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – **Está** bem. Bem breve. Inicialmente eu  
5349 queria parabenizar os três da mesa, está bem? Pela condução do trabalho que  
5350 fala em republicana e sem alongar, queria endossar as palavras da Sylvia em



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5351 relação a ANADEP também, enfim, claro que quando eu me excedi o colega tinha  
5352 razão, mas teve umas 2,3 reuniões também que foi colocada em xeque o trabalho,  
5353 assim como APT, a gente está aqui pelo histórico de trabalho que a gente tem em  
5354 relação à tortura, está bem?

5355 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – E a gente agradece também  
5356 imensamente a presença dos convidados permanentes, porque colaboro e muito  
5357 com o debate, mas é claro, sempre prezando pelo respeito no debate. Conforme  
5358 nós havíamos decidido na pauta, são 3h disponíveis para que o Mecanismos faz  
5359 apresentação de todos os pontos que achar relevantes. Então, como a nossa  
5360 reunião começou com 1h de atraso, o nosso teto o vai ser as 18h30 para finalizar  
5361 essa reunião, agora vencida... Vencido, desculpa, esse item da apresentação do  
5362 documento do Subcomitê, eu deixo nas mãos do Mecanismos a forma que eles  
5363 são entender como esse tempo que resta, vai ficar melhor gerenciado entre os  
5364 temas que falta aqui dos ponto de pauta de vocês, mas passo a palavra  
5365 novamente para a Bárbara que é Coordenadora-Geral. Lembrando o teto que é  
5366 18h30, não, o teto da nossa reunião, a reunião vai acabar às 18h30 com  
5367 recomendações, sem recomendações, com encaminhamentos, sem  
5368 encaminhamentos, às 18h30 a gente termina, porque nós frisamos várias vezes  
5369 que seriam 3h disponíveis para o Mecanismos hoje.

5370 **Sra. Bárbara Cordeiro da Silva de Araújo (Coordenadora-Geral de**  
5371 **Monitoramento)** – Ah, eu vou convidar o Lucio, Daniel, Tarsila, pessoal da saúde  
5372 mental, as assessores, está aí a Thaís, não sei como você se dividiram para  
5373 apresentar e vamos prosseguir então a apresentação dos hospitais psiquiátricos.

5374 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Só para eu entender Bárbara. Então,  
5375 a questão do relatório do estado do Amazonas, vocês estão retirando? Não vai ser  
5376 feita essa apresentação?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5377 **Sra. Bárbara Cordeiro da Silva de Araújo (Coordenadora-Geral de**  
5378 **Monitoramento)** – A parte daquele diálogo na Mesa Diretora, a gente... Não é?  
5379 Vocês fizeram a solicitação de uma semana de antecedência, a gente achou  
5380 super razoável e como a gente não conseguiu entregar nesse prazo, por isso a  
5381 gente não vai apresentar o relatório agora, porque não deu tempo de entregar  
5382 para que todos lesse, está bem?

5383 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Então, apresentação do  
5384 relatório dos hospitais psiquiátricos agora?

5385 **Sra. Bárbara Cordeiro da Silva de Araújo (Coordenadora-Geral de**  
5386 **Monitoramento)** – É isso.

5387 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu peço que seja possível, seja feita a  
5388 apresentação no momento, no tempo mais breve possível, porque nós  
5389 entendemos que a plenária vai querer discutir e vai querer abrir para  
5390 recomendações, encaminhamentos e etc. Então, a prerrogativa é de vocês, vocês  
5391 podem dispor até 18h30 de apresentação do relatório propriamente dito ou fazer  
5392 uma apresentação sucinta para que abra espaço para debate, mas eu reforço que  
5393 a gente não vai passar das 18h30. Obrigada e passo a palavra.

5394 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Só uma dúvida mesa, teria algum horário  
5395 amanhã disponível?

5396 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não temos mais Matheus, porque o  
5397 nosso planejamento foi para amanhã, foi uma supressão, foi feita hoje e já  
5398 passamos para amanhã por causa do atraso da nossa reunião. Então, amanhã  
5399 não tem mais horário disponível.

5400 **Interlocutor não identificado** – Só uma questão de esclarecimento para mesa,  
5401 pode ser?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5402 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – A Carol queria só esclarecer algo  
5403 antes.

5404 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Só uma  
5405 questão antes. Só para reforçar aqui na organização dos trabalhos da Mesa  
5406 Diretora, a gente faz uma pauta preliminar, a gente faz uma consulta para o  
5407 Mecanismos sobre as questões que eles gostariam de apresentar, a gente teve  
5408 uma reunião da mesa, foram deliberadas que eram 3h para discussão e debate do  
5409 Mecanismos, o Mecanismos fez a sua lista de temas com a sua prioridade e  
5410 estabelecida. Então, o que a gente está colocando aqui é só uma sistematização  
5411 que a gente acordou, não só na Mesa Diretora, mas também em conjunto com o  
5412 Mecanismos de uma forma de dar mais objetividade as questões e aos trabalhos  
5413 aqui do colegiado, está bem? Só para fazer essa explicação metodológica.

5414 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Bruno, a palavra está com vocês até  
5415 as 18h30.

5416 **Sr. Bruno Santos Abreu**– Está bem. Nós queríamos repassar um apelo ao  
5417 conjunto do pleno do comitê, considerando que houve um prejuízo na  
5418 apresentação do entendimento jurídico do SPT, que foi encaminhado com  
5419 antecedência a Mesa Diretora para que ela se manifestasse e pudesse publicizar  
5420 junto aos membros do comitê, para que esse ponto de pauta fosse deliberada de  
5421 forma já mais consensuada, com entendimento mais avançado, isso não foi  
5422 possível que fez com que nós gastássemos um tempo excessivo com  
5423 apresentação de um impedimento jurídico que não é nosso, mas do SPT da ONU.  
5424 Então assim, com isso prejudicou todo o decorrer da nossa apresentação. Então,  
5425 o que a gente está suscitando aos senhores, que seja dado... Que estique um  
5426 pouco o prazo, de preferência amanhã pela manhã, para que a gente possa  
5427 concluir esse trabalho.





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5451 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – E a solicitação a para aqui seja submetido  
5452 e isso para o pleno, o que eu estou entendendo é que existe uma posição da  
5453 mesa antes de ser submetido para o pleno.

5454 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não tem mesa, tem a presidência e  
5455 tem o pleno aqui, a Mesa Diretora se reúne fora daqui.

5456 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – Isso. A dúvida que eu tenho é a seguinte,  
5457 com pedido para que dá para o pleno, submeta para o pleno o esticar disso...

5458 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não Lúcio, de forma muito  
5459 republicana e democrática, e o submeto para o pleno o pedido de extensão dessa  
5460 reunião.

5461 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – Ótimo, obrigado.

5462 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Até que horas?

5463 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – Eu creio que a gente tinha pedido... 1h.

5464 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – O pedido de você será de 3h de  
5465 pauta.

5466 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – Isso, mas acho que o Bruno já argumentou  
5467 que teve...

5468 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Às 18h30 nós finalizamos 3h de  
5469 pauta.

5470 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – Bruno acho que argumentou que teve  
5471 prejuízo em função das outras demandas. Então, o pedido é que pelo menos até  
5472 19h.







## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5496 **Interlocutor não identificado** – Só para é esclarecimento, e sua então este que  
5497 faria o tempo para a necessidade de que o Mecanismos está apontando, se a  
5498 gente fizer isso? Porque eu acho que é isso.

5499 **Interlocutor não identificado** – É que assim oh, se a gente parasse de começar  
5500 agora, está bem? A gente... São 18h, está bem? São cinco para as seis, são 18h,  
5501 a gente iria até as 7, porque é 1h, está bem? 1h amanhã basta?

5502 **Interlocutor não identificado** – 1h amanhã para quê?

5503 **Interlocutor não identificado** – Para vocês apresentarem.

5504 **Interlocutor não identificado** – Amanhã e não hoje?

5505 **Interlocutor não identificado** – Isso. Porque aí... Seria uma inversão de pauta, a  
5506 gente aproveitaria essa hora agora para discutir o planejamento, é isso?

5507 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Silvana, por favor, pode falar.  
5508 Marcelo, por favor.

5509 **Interlocutor não identificado** – É isso, mas vamos ouvir a colega aqui.

5510 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** –eu gostaria  
5511 de sugerir que se avançasse 1 h no tempo hoje, para que a gente consiga ouvir  
5512 atentamente o que as colega tem para nos trazer, a gente finaliza a nossa pauta e  
5513 amanhã entra na pauta que realmente é a pauta do planejamento. Acho que assim  
5514 a gente consegue dar conta da nossa tarefa hoje, 1h a mais, acho que é muito  
5515 significativo para os trabalhos...

5516 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, manteríamos a pauta invertida  
5517 como estava com planejamento amanhã, hoje prolongando os trabalhos até as 7...

5518 **Interlocutor não identificado** – 19.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5519 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) – 19h.**

5520 **Interlocutor não identificado – Sylvia, é isso?**

5521 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** É isso? Todos contemplados com  
5522 esse posicionamento? Então, hoje nós avançamos a pauta até as 19h e  
5523 mantemos o planejamento para amanhã. Daniel, acho que o Daniel que vai  
5524 começar?

5525 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT) –** Está bem. Eu... Sou eu que vou  
5526 apresentar? Eu queria agradecer o pleno do comitê por ter concedido em meia  
5527 hora a mais nos trabalhos, sabemos que todos e todas estão cansados aí, a  
5528 agenda é intensa, mas acho que o que a gente vem apresentar aqui é um  
5529 documento muito importante, de pouco conhecimento, inclusive, porque a  
5530 temática, é uma temática complexa, uma temática densa. E aí eu gostaria de fazer  
5531 uma pequena introdução para os membros do comitê compreenderem, mas assim  
5532 a temática de saúde mental para o Mecanismos nacional de prevenção e combate  
5533 à tortura, é uma temática muito cara não é à toa que a primeira inspeção realizada  
5534 pelo Mecanismos nacional de prevenção e combate a tortura em 2015, quando  
5535 eles instituiu o foi uma comunidade terapêutica, primeira instituição que o  
5536 Mecanismos e inaugura a sua inspeção foi de uma comunidade terapêutica e  
5537 desde lá para cá, nós então... Essa pauta, é uma pauta incorporada, prioritária tão  
5538 quanto são as prisões, as unidades de medidas socioeducativas e outras  
5539 temáticas que o Mecanismos lida, não é? Essa agenda de saúde mental, acho  
5540 que é importante dizer que... Está aqui a Silva que pode ajudar a corrigir ou  
5541 sustentar isso, mas é uma percepção nossa do Mecanismos, que o Mecanismos  
5542 nacional do Brasil é um dos Mecanismos com mais expertises no mundo no que  
5543 se refere inspeção em instituições psiquiátricas de maneira geral, que incluía aí  
5544 tudo, não é? Deste comunidades terapêuticas com a particularidade que elas têm,  
5545 manicômio Judiciário, hospitais psiquiátricos. Então, ao longo desses anos o



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5546 Mecanismos conseguiu lapidar uma metodologia própria e uma metodologia que  
5547 ao nosso ver conformado... Confirmado por diversas outras organizações que  
5548 interagem com a temática, a metodologia é de boa qualidade, não é? Para essas  
5549 expressões. Não é à toa que o Mecanismos tem sido solicitado por vários  
5550 Mecanismos de outros países em para falar sobre essa expertise que nós temos  
5551 aqui no Brasil, semana passada, por exemplo, estávamos reunidos com o  
5552 Mecanismos do Equador, APT, inclusive, pela Verônica participou da reunião, no  
5553 ano passado estivemos no México capacitando o Mecanismos nacional de  
5554 prevenção e combate à tortura do México para atuar em inspeções em hospitais  
5555 psiquiátricos, especificamente na cidade do México. E 2017 nós temos um  
5556 relatório que para os senhores e as senhoras que ainda não conhecem, acho que  
5557 vale a pena conhecer, foi de uma primeira ação nacional que nós elaboramos, não  
5558 é? Que foi uma expressão nacional em comunidades terapêuticas em doze  
5559 estados, em 28 instituições desse segmento, que trabalham com assistência a  
5560 pessoas que fazem uso de drogas, esse relatório, ele teve uma repercussão muito  
5561 importante não só no Brasil, mas internacionalmente também, a partir desse...  
5562 Esse relatório foi traduzido em espanhol e inglês e a partir desse relatório nós  
5563 conseguimos pela primeira vez na Comissão Interamericana de Direitos Humanos,  
5564 pautar a violação de direitos humanos em comunidades terapêuticas no Brasil, a  
5565 aqui presentes tivemos Matheus... Nós fomos para os estados unidos em uma  
5566 reunião da comissão, Matheus, Henrique e à época o Rogério que era o  
5567 Presidente do Conselho Federal de Psicologia, esse relatório de inspeção nas  
5568 comunidades terapêuticas foi produzida então pelo Mecanismos, o conselho  
5569 federal de psicologia e o ministério público federal por meio da PFDC. A agora a  
5570 gente traz um outro relatório, e esse relatório é muito um emblemático, porque  
5571 ele... As informações que constam aqui, as informações e as análises que  
5572 constam desse relatório não têm nenhum outro documento publicado pelo Estado  
5573 Brasileiro. Então, é um documento rico de análise que conta aí com 552 páginas,  
5574 se eu não me engano, de análise e essas análises centralmente jurídicas, nós não



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5575 usamos nem no relatório das comunidades terapêuticas, quanto no relatório dos  
5576 hospitais psiquiátricos referências teóricas ao acadêmicas para discutir o que nós  
5577 encontramos, nós usamos e tomamos como referência única e exclusivamente à  
5578 legislação nacional e internacional. Então, é um documento denso de análise,  
5579 acho que para fechar esse introdução entrar objetivamente para o relatório, é  
5580 importante dizer que o Estado Brasileiro, a primeira condenação feita para o  
5581 Estado Brasileiro foi um caso envolvendo uma pessoa de um hospital psiquiátrico,  
5582 no qual a Justiça Global representada aqui pela Isabel entrou, acho que vocês  
5583 foram os petionários desse caso, os representantes dos familiares e o Brasil a  
5584 primeira condenação que sofre é em função da morte do Damião Ximenes dentro  
5585 de um hospital psiquiátrico no município de Guararapes, interior do Ceará. E a  
5586 partir dessa condenação, a ONU... A comissão estabelece uma série de  
5587 recomendações para o Estado Brasileiro, a realidade que nos encontrávamos a  
5588 época do Damião Ximenes é uma realidade que nos encontramos hoje nos  
5589 hospitais psiquiátricos brasileiros, e é isso que nós viemos mostrar aqui para  
5590 vocês então. Oh, Daniel, você pode passar, por favor? Então, vamos lá. Bom,  
5591 essa inspeção, ela foi realizada, ela é fruto então pediu uma parceria entre o  
5592 Mecanismos Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o Conselho Federal de  
5593 Psicologia que se faz apresentado aqui pela Célia e pelo Paulo hum, o Conselho  
5594 Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Trabalho. O relatório de  
5595 inspeção dos hospitais psiquiátricos, nós mobilizamos mais de 100 pessoas  
5596 simultaneamente em uma mesma semana para fazer as inspeções das  
5597 comunidades terapêuticas, essa dos hospitais psiquiátricos, nós tivemos 500  
5598 pessoas simultaneamente participando de uma inspeção nacional. Então, a  
5599 metodologia, inclusive, foi algo muito desafiadora, mas o resultado... Com o  
5600 resultado muito salutar de toda essa mobilização entre especialistas, pessoas  
5601 ligadas ao Sistema de Justiça, enfim, especialistas na área, médicos, psicólogos,  
5602 assistentes sociais, Sociedade Civil, 500 pessoas se envolveram então nessas  
5603 inspeções. Não, volta para mim Daniel, por favor? Foram 40 os hospitais



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5604 psiquiátricos inspecionadas em 17 estados, nas cinco regiões do país, isso totaliza  
5605 36% dos hospitais psiquiátricos a habilitados pelo Ministério da Saúde em  
5606 funcionamento daquele ano, 2018 e nós alcançamos nessa inspeção 36% dos  
5607 leitos de psiquiatria. Então, esse é o cenário que nós alcançamos com essa  
5608 inspeção. Pode passar, por favor, Daniel. E aí só para reforçar, esse é um relatório  
5609 de mais de 500 páginas com a análise objetivamente jurídica, não há qualquer  
5610 perspectiva teórica que venha sustentar a análise feita partido que foi encontrado  
5611 nessa inspeção nacional, não é? Uma base para essa análise foi a Convenção  
5612 sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a Convenção sobre os Direitos da  
5613 Pessoa com Deficiência para aqueles que não são ligados a temática, é uma  
5614 legislação de extrema importância para nós, porque hoje tem status de emenda  
5615 constitucional, e ainda aqui a lei da reforma psiquiátrica brasileira que a de 2001  
5616 fosse rasgada, nós teríamos a convenção como sendo pilar de sustentação para  
5617 garantia do direito dessas pessoas com transtornos mentais, o que  
5618 internacionalmente são tratadas com descapacidade psicossocial. Então, essas  
5619 foram as legislações embasaram a análise e aposta nesse relatório, obviamente  
5620 que essas são as principais, mas nós usamos, analisando as portarias do  
5621 Ministério da Saúde, toda referência normativa produzida até hoje pelo Estado  
5622 Brasileiro foi analisado e consta nesse relatório. Fundamentalmente a nossa linha  
5623 de reflexão e o resultado se desdobra nisso, foi compreender a instituição, o  
5624 caráter das instituições asilares associados a tratamentos desumano, cruel e  
5625 degradante e prática de tortura. Então, a perspectiva de análise e passou por essa  
5626 via, enquanto que pessoas e instituições com características asilares, estão  
5627 submetidas a cruel, desumano e degradante, e a prática de tortura. E vou pedir  
5628 ajuda para os meus companheiros e de Mecanismos, obviamente sintam-se à  
5629 vontade para observar a aquilo que porventura não tenha sido observado. Pode  
5630 passar, por favor, Daniel. Não, acho que tem... Eu não vou ler para a gente... Vou  
5631 ganhar tempo aqui, mas de um lado nós temos dois artigos da Lei 2216, que é a  
5632 Lei da Reforma Psiquiátrica, que diz sobre os direitos dessa população internada e



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5633 de um outro lado os incisos que mencionam o que proíbe nessas instituições a  
5634 exemplo de elas serem instituições com características asilares. Pode passar  
5635 Daniel. Importante falar da Coordenação dessa ação, não é? Então, Coordenação  
5636 Nacional foi composta pelo Mecanismos Nacional, pelo Conselho Nacional do  
5637 Ministério Público, Ministério Público do Trabalho e CFP, nós criamos  
5638 coordenações e estaduais, e aí tendo como responsáveis Conselho de Psicologia,  
5639 Ministérios Públicos Estaduais e Procuradorias Regionais do Trabalho nas  
5640 Coordenações Estaduais, composição das equipes de cerca de 500 pessoas  
5641 participaram das equipes de inspeção de diferentes órgãos, além dos que  
5642 compuseram as Coordenações Estaduais, Centro de Referência de Saúde do  
5643 Trabalhador, Conselhos Regionais de Enfermagem, Conselhos Regionais de  
5644 Engenharia, Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional,  
5645 Conselhos de Serviço Social, Conselho de Farmácia, Conselho de Medicina,  
5646 Defensorias Públicas Estaduais, Ministério Público Federal e Ministério do  
5647 Trabalho e Emprego, além de universidades e organizações da Sociedade Civil.  
5648 Os comitês estaduais de prevenção e combate à tortura, importante dizer  
5649 participaram... E os conselhos de Direitos Humanos Estaduais. Bom, diferentes  
5650 profissões participaram então da análise desse cenário. Pode passar Daniel, por  
5651 favor. Bom, a organização dessa metodologia que nós fizemos, tomou como base  
5652 fundamental... Imaginem vocês orquestrar 500 pessoas para ter um alinhamento  
5653 no seu trabalho, é um desafio é enorme, mas que tanto no relatório das  
5654 comunidades terapêuticas, quanto dos hospitais psiquiátricos foi possível de fazer.  
5655 Então, nós elaboramos um roteiro semiestruturado dirigida às pessoas privadas de  
5656 liberdade e é importante esse termo, não é? Nós partimos do pressuposto que  
5657 pessoas internadas em hospitais psiquiátricos e estão privadas de sua liberdade,  
5658 esse é um conceito fundamental para que a gente trabalha a reflexão ao longo  
5659 dessa apresentação. Fizemos um roteiro semiestruturado dirigido a entrevista com  
5660 os profissionais de saúde, roteiro de observação sobre o que olhar dentro de um  
5661 hospital psiquiátrico, relação de documentos requisitados à instituição visitada.





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5662 Então, ao chegar na instituição nós requisitamos uma bateria de documentos para  
5663 serem analisados para a produção dos relatórios e roteiro para a construção dos  
5664 relatórios estaduais. Então, todo o estado teve um roteiro de sobre como se  
5665 produzir o seu relatório estadual, para que os relatórios pudessem minimamente  
5666 estarem parametrizados, não é? Para a sua produção. As equipes de visitas foram  
5667 orientadas a organizar de modo a garantir visita a todas as dependências do  
5668 hospital, em entrevista com o usuário se trabalhadores, acompanhamento de  
5669 repressão destinada a essas pessoas internadas quando possível, entrevista com  
5670 a direção do hospital. Então, todos os setores do hospital psiquiátrico foram... Com  
5671 todos os setores foi dialogado, desde da direção até a pessoa que estava aí  
5672 internado dentro dessas instituições. Pode passar Daniel, por favor. E aí critérios  
5673 importantes, como é que nós chegamos à seleção desses hospitais? São  
5674 aproximadamente, se o Ministério da Saúde estiver aqui pode atualizar a  
5675 informação, mas são aproximadamente 120 ou 123 hospitais credenciados hoje  
5676 no Ministério da Saúde, que nós tínhamos que criar, obviamente não daria para  
5677 fazer uma inspeção em todos os hospitais. Então, nós selecionamos e os critérios  
5678 de seleção foram os seguintes, a ação de descredenciamento pelo Programa  
5679 Nacional de Avaliação de Serviços Hospitalares, o PNASH, só para vocês  
5680 entenderem, Ministério da Saúde tem um programa de avaliação desses hospitais,  
5681 o último PNASH realizado pela Ministério da Saúde foi em 2014, de dez décadas  
5682 para cá Ministério da Saúde não realizou mais avaliação dessas unidades  
5683 hospitalares. Então, esse foi o critério, quais eram os hospitais avaliados e esse foi  
5684 um parâmetro importante para nós. Existência de óbitos registrados em no  
5685 sistema de informação hospitalares nos últimos seis anos, taxa de ocupação  
5686 acima de 100%, ou seja, hospitais que tinham acima... Pessoas acima da sua  
5687 capacidade, notícias e denúncias de violação de Direitos Humanos ou  
5688 irregularidades vinculados pela mídia, procedimentos preparatórios, inquéritos  
5689 civis, as ações civis públicas ou termos de ajustamento de conduta em  
5690 acompanhamento pelo ministério público. Então, esses foram os critérios





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5691 fundamentais para que a gente pudesse escolher os hospitais selecionados.  
5692 Seleção dos estabelecimentos psiquiátricos se balizou pela importância de  
5693 garantir todas as regiões do país. Então, nas cinco regiões do país tiveram  
5694 hospitais psiquiátricos inspecionadas. A representatividade por região,  
5695 considerando o quantitativo de serviços de leitos existentes. Pode passar, por  
5696 favor, Daniel. Aqui a gente começa a trazer alguns dados. Então, existem dados  
5697 objetivos sobre a situação desses hospitais, mas dados também que ilustram um  
5698 pouco do cenário e do momento que esses hospitais foram criados aí no Brasil,  
5699 não é? Então, primeiro dado é que 20... E isso cabe obviamente como uma  
5700 informação para principalmente academias se interessar a entender qual a relação  
5701 que se tem nisso, mas 21 instituições, ou seja, 52% das instituições que nós  
5702 inspecionando subir ela foram inauguradas na época do regime militar no Brasil,  
5703 esse é um dado, precisa ser estudado, precisa se refletido, não é? Qual é a  
5704 conexão, se a que há alguma conexão entre ditadura militar em instituições  
5705 psiquiátricas. 75% dos hospitais privados hum, sendo 37% sem fins lucrativos.  
5706 Então, a gente ver majoritariamente os hospitais psiquiátricos no Brasil privados,  
5707 ou seja, que tem interesse econômico no seu funcionamento. Os hospitais  
5708 privados concentram a maioria dos leitos em funcionamento o, os dois maiores  
5709 hospitais com leitos do SUS do Brasil, o Instituto Américo Bairral de Itapira e o  
5710 Instituto San Julian do Paraná, são ainda maiores em número de leitos do que  
5711 apresentado pelo Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, o CNES.  
5712 Então, qualquer um de nós se quiser saber quantos leitos tem qualquer unidade  
5713 hospitalar do país, a gente vai para o CNES e ele dá a esse número, no CNES se  
5714 apresentam um número e na realidade se apresenta outro, que é um problema do  
5715 ponto de vista da gestão pública. E é importante dizer que o Instituto Américo  
5716 Bairral é o maior hospital da América Latina que está hoje no interior de São  
5717 Paulo, na cidade de Itapira.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5718 **Interlocutora não identificada** – Mais uma informação, ampliação de leitos  
5719 psiquiátricos em hospitais psiquiátricos é vedada por portaria do ministério da  
5720 saúde 3588 de 2017.

5721 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – Essa é uma observação importante que a  
5722 gente vai problematizar ela, inclusive, um pouquinho. A maioria de leitos  
5723 masculinos, embora, 37 hospitais tenham também leitos femininos, 16 hospitais  
5724 recebem crianças e adolescentes, são uma informação muito cara, crianças  
5725 dentro de hospital psiquiátrico, isso remonta uma história da qual a sociedade  
5726 brasileira já superou em termos de tratamento para as pessoas e a gente vai  
5727 apontar, inclusive, o que foi encontrado na questão, na área da infância, não é?  
5728 82% dos estabelecimentos inspecionados mantém pessoas moradoras, 82%  
5729 tratam o hospital psiquiátrico como lugar de moradia, para qualquer um de nós  
5730 que temos um problema de saúde e não temos casa, não se justifica o SUS  
5731 serviço de casa para nós, em nenhuma necessidade de saúde, o hospital  
5732 psiquiátrico virou casa, as pessoas moram dentro de hospital psiquiátrico, isso  
5733 obviamente não é de agora do ponto de vista histórico que hospital, o SUS banca  
5734 moradia para pessoas com transtorno mental, o que é uma irregularidade  
5735 tamanha, não é? E isso. É isso, associado à moradia, porque também não é tão  
5736 solidária, existe uma situação de privação de liberdade das pessoas, as pessoas  
5737 estão privadas a sua liberdade, do seu ir e vir pela sua própria vontade. É  
5738 importante dizer que nós vamos chegar nisso depois, mas nós encontramos uma  
5739 criança de dez anos e uma senhora de 106 anos. Então, vejam vocês na linha do  
5740 tempo uma senhora de 10... Não, uma criança de 10 anos internada e uma  
5741 senhora de 106 anos, eu conheci no hospital que eu visitei uma Sr. Que estava há  
5742 70 anos internado, ele não tinha 70 anos de idade, ele tinha 70 anos morando e  
5743 privado de sua liberdade dentro de um hospital psiquiátrico, o que é muito  
5744 preocupante essa situação. Pelo menos 1185 pessoas internadas em condições  
5745 de longa permanente, o que é isso? Situação de moradia, pessoas que são



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5746 internadas em hospitais para cima de um ano, elas são consideradas internação  
5747 de longa permanência ele, portanto, moradores. Pode passar, por favor, Daniel,  
5748 pode passar. Bom, acho que é importante dizer de alguns principais achados,  
5749 associados ali ao direito de um padrão de vida adequado, não é? Então, problema  
5750 de infraestrutura que colocam em risco os trabalhadores, não só as pessoas  
5751 internadas, mas os próprios trabalhadores, fiação exposta, maquinário e  
5752 equipamentos sem condições de segurança, situação agravada pelas trancas e  
5753 grades que cerceiam os espaços do de circulação, ambientes de convivência e de  
5754 lazer, 30% dos estabelecimentos sem alvará e licença sanitária, e somente três  
5755 possuem certificação de vistoria do corpo de bombeiros, quer dizer, três dos 40  
5756 possuíam a certificação de que aquele prédio estava protegido contra qualquer  
5757 possível situação de incêndio e só 30% com alvará da vigilância sanitária. Falta o  
5758 compartilhamento de insumos básicos e de higiene pessoal, 45% dos hospitais  
5759 psiquiátricos tinham problemas, responsabilização dos familiares, quer dizer, além  
5760 do hospital não ofertar isso para os usuários, a responsabilização era para os  
5761 familiares providenciar essa situação. Violação do direito a individualização, isso é  
5762 regra dentro de um hospital psiquiátrico, violação do direito a individualização, e aí  
5763 a importantes a chamar a atenção que imaginem vocês têm uma vida particular  
5764 que, óbvio que tem pessoas que conseguem administrar isso, mas imaginem  
5765 vocês com trinta filhos para cuidar, imagine uma situação hipotética de vocês  
5766 tendo trinta filhos em casa para cuidar, a probabilidade de isso ficar negligenciado  
5767 é muito alta, dentro de uma instituição de saúde da mesma forma, se aglomeram  
5768 uma quantidade expressiva de pessoas que é inviável com que qualquer  
5769 instituição por mais dinheiro que tenha, de conta de administrar a vida dessas  
5770 pessoas. Então, é o que a gente percebe é que a individualização é algo, é uma  
5771 palavra oposta ao que esses espaços podem ofertar para as pessoas  
5772 internadas. 65% de pessoas e descalças e, enfim, em situação... Ali uma foto de  
5773 uma situação que nós encontramos no Hospital de Saúde Mental de Messejana  
5774 em Fortaleza, e aí uma fala da qual nós capitamos, não é? Aqui é o descaso para



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5775 o ser humano, que não tem nem a mínima condição de viver aqui nesse lugar ou  
5776 de sobreviver, a gente banha e não tem toalha para a gente se enxugar, aqui o  
5777 chão é todo tempo molhado, quarto a cheio de goteira, a gente passa uma  
5778 semana com o mesmo lençol, para trocar de roupa demora de dois a três dias, a  
5779 que tudo nessa clínica é difícil. Esse é um retrato do que nós encontramos ali, é  
5780 um prato de alimentação e eu uma pessoa completamente jogada, ociosa no seu  
5781 tempo, sem nenhuma atividade sequer, o que distancia por completo qualquer  
5782 nome de tratamento, o tratamento e isso são coisas opostas, contraditórias. Pode  
5783 passar, por favor, Daniel. Eu vou tentar acelerar, você faz um favor para mim, por  
5784 favor? Aqui há um outro exemplo da falta de individualização dessas pessoas,  
5785 vejam vocês, aqui é um pote de sorvete, no qual todas as escovas das pessoas  
5786 estão depositadas, não existe individualidade nesse espaço, escova de quem? Em  
5787 tempos de epidemia, seja de qual doença for é esse lugar condenado que as  
5788 pessoas se adoecem e obviamente não vão ter assistência dentro desses  
5789 espaços, porque são exclusivos de psiquiatria, eles não tratam outra parte do  
5790 corpo que não seja a questão comportamental pela perspectiva moral, e isso...  
5791 Essa lata de sorvete é uma lata emblemática, a situação do bebedor de água esse  
5792 no Hospital Adauto Botelho não Mato Grosso, em situação completamente  
5793 insalubre aí para o consumo de água. Pode passar, por favor, Daniel. Eu vou pedir  
5794 licença só para acelerar a minha fala, porque o tempo está passando e todas as  
5795 informações é importante socializar com vocês. Então, desculpem o acelerar da  
5796 fala. Outros principais achados, alimentação insuficiente ou de má qualidade em  
5797 62% dos hospitais inspecionadas, acesso restrito à água potável, problemas na  
5798 manutenção e na qualidade da água, vejam aquela foto ali, é inconcebível a uma  
5799 ala como ela ser chamado de hospital, primeiro porque é proibido beliche em  
5800 hospital, não se tem beliche em hospital, um outro fator importante é que  
5801 majoritariamente dentro desses hospitais a porta do banheiro não existe, as  
5802 pessoas estão vulneráveis, eu visitei um hospital e Mato Grosso, por exemplo, o  
5803 qual as mulheres tinham a porta do seus banheiros abertos, enquanto o homens



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5804 faziam a reforma daquele hospital e viam as mulheres nuas usando os seus  
5805 banheiros, do ponto de vista científico não há argumento que sustente essa  
5806 situação encontrada. O banheiro sem porta em 42% dos hospitais, falta de cama  
5807 para todas as pessoas em 27, problemas de condução de pernoite, violação do  
5808 livre acesso ao contato e a comunicação pelos usuários com seus familiares  
5809 durante internação, contato telefônico, carta de visita 87% das instituições,  
5810 violação da privacidade intimidade na comunicação com os familiares é 40%.  
5811 Então, daqueles que deixam as pessoas terem contratos, essas pessoas são  
5812 monitoradas nesses contatos de modo que qualquer possível reclamação a  
5813 inviabilizada, porque tem alguém, algum agente acompanhando essa  
5814 comunicação entre pessoas e famílias. Pode passar Daniel, por favor. E isso beira  
5815 o cúmulo daquilo que a gente pode classificar como absurdo, são duas câmaras  
5816 nos banheiros das pessoas, isso do ponto de vista legal é algo... Não se há  
5817 justificativa para que isso ocorra, são câmeras dentro do banheiro, disso deriva o  
5818 pode decretar uma série de violências que a própria foto, eu acho que ela  
5819 comunica muito bem isso, não é? O câmaras dentro de banheiros e não há, repito,  
5820 justificativa para que isso exista, nem aqui a pessoa pode se machucar ou tente se  
5821 matar, se ela faz isso, se precisa disso para que ela não tente uma possibilidade  
5822 de suicídio, é porque ela não está sendo cuidada, porque se ela estivesse sendo  
5823 cuidada esse não é um perigo expoente para que isso aconteça. Pode passar, por  
5824 favor, Daniel. Vamos interromper se tiver alguma coisa aqui. Esse para nós é um  
5825 eixo central do relatório, direito de exercer capacidade civil, liberdade, a segurança  
5826 pessoal, consentimento livre esclarecida, direito individual em substituída de  
5827 dimensão central do tratamento das pessoas. Veja, é importante que a gente  
5828 compreenda do ponto de vista constitucional, não é do ponto de vista teórico, do  
5829 ponto de vista constitucional, saúde é um direito do cidadão e o dever do estado,  
5830 nós não podemos inverter essa ordem, as pessoas não são obrigadas a se  
5831 tratarem, é um direito da pessoa se tratar e o estado tem que ofertar condições  
5832 para que ela se trate, a perspectiva de internação em massa dentro de hospitais



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5833 psiquiátricos inverte essa lógica, porque diz que o sujeito a obrigada a se internar  
5834 e essa perspectiva que precisa ser cumprida, constituição federal garante isso,  
5835 que saúde, portanto, o direito, sendo extremático para ser pedagógico, inclusive,  
5836 eu poderia dizer que se eu quiser me matar, eu tenho o direito, se eu quiser  
5837 morrer com a doença totem eu não a do ponto de vista jurídico alguém que possa  
5838 me obrigar a fazer isso e esse é um eixo que nós fazemos todo um debate, é isso,  
5839 complexo sobre a legislação... Sobre as internações aí contra a vontade das  
5840 pessoas, constituição federal diz isso, mas a convenção sobre direitos da pessoa  
5841 e com deficiência e a lei brasileira de inclusão também. Preconiza-se o  
5842 consentimento não só com relação a internação. Então, veja, ninguém pode  
5843 obrigar a ninguém a se tratar, mas não é só a se tratar, ninguém... Uma pessoa  
5844 não pode ser obrigada a tomar remédio se não quiser e o que a gente ver via de  
5845 regra nessas instituições é o contrário disso, as pessoas sendo obrigadas a tomar  
5846 remédio ao ponto de não conseguir interagir com... No caso da inspeção, com as  
5847 pessoas que fizeram aí as inspeções, não é? E um outro conceito que nós  
5848 sustentamos nesse relatório é inédita, não existe um outro documento que  
5849 escreva isso. Então, por isso a importância desse relatório, não existe a figura do  
5850 responsável legal para pessoa adulta, nós caímos e esse procedimento nós  
5851 encontramos nas nossas visitas, seja para internação, para a prática de  
5852 eletroconvulsoterapia, quando nós perguntávamos: O sujeito assinou a  
5853 autorização para isso? A resposta que minha era: O responsável legal assinou.  
5854 Não existe responsável legal, e aí nós sustentamos do ponto de vista legal, não do  
5855 que achamos, legalmente não existe a figura do responsável legal para a  
5856 finalidade de tratamento, porque? Porque o que mais se aproximaria dessa figura,  
5857 seria a pessoa curatelada e a Lei Brasileira de Inclusão, ela é o objetivo ao dizer  
5858 que a pessoa curatelada ou o curador dessa pessoa pode incidir somente em  
5859 questões negociar esse patrimoniais, situações de saúde mesmo o curador não  
5860 pode decidir pelo outro. Então, o discurso do responsável legal, ele não existe  
5861 para pessoa adulta, para a criança e adolescente a gente entra em uma outra



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5862 esfera de debate e se complexifica um pouco mais, mas é importante dizer que  
5863 esse é o único documento que sustenta essa perspectiva jurídica, portanto, é um  
5864 salto, compreendemos assim de análise, não é? Pode passar, por favor. Privação,  
5865 alguns dos outros principais achados, privação de liberdade arbitrária ou ilegal  
5866 como regra institucional, internação voluntária, mesmo com internação voluntária,  
5867 o sujeito é internado voluntariamente quando ele manifesta desejo de embora, ele  
5868 é inviabilizado da sua vontade, fala desse sujeito é anulada e ele passa a ter uma  
5869 internação involuntária. E as internações compulsórias que àquela decididas aí  
5870 pelo poder Judiciário, o juiz não tem a prerrogativa de determinar que alguém  
5871 destrate, o único momento em que o Judiciário pode determinar a internação  
5872 compulsória de alguém, e isso é questionável, não estamos concordando com  
5873 isso, mas dentro do ordenamento jurídico brasileiro é quando o sujeito com  
5874 transtorno mental comete algum tipo de crime e ao invés de uma pena, ele tem  
5875 uma medida de segurança, nas situações de medida de segurança tendo como  
5876 origem um crime, a pessoa... É prevista na legislação brasileira a internação  
5877 compulsória em substituição de pena, mas não cabe ao Judiciário decidir que eu  
5878 tenho que me tratar de um câncer, por exemplo, se eu tenho um câncer, minha  
5879 família vai para o Judiciário dizer: Ele não quer se tratar, eu preciso que o senhor  
5880 determine internação compulsória. O juiz não tem embasamento legal para  
5881 determinar isso e se não tem por uma situação hipotética de um câncer, não tem  
5882 para a loucura e nem para um usuário de drogas, só tem... E isso é questionável  
5883 quando têm como origem um crime. Realização de em internações involuntárias  
5884 com comunicação falha ou sem comunicação ao Ministério Público, a legislação  
5885 obriga que todas as internações involuntária feita pelo médico, por um profissional  
5886 médico que é o único profissional que pode fazer isso, sejam comunicadas ao  
5887 Ministério Público e isso em grande parte das instituições não ocorre essa  
5888 comunicação. Número expressivo de pessoas curateladas, diretores e parentes da  
5889 direção com sendo curadores de pessoas internadas. Eu vou votar na hipótese...  
5890 Na imagem hipotética de vocês terem trinta filhos para administrar, quão difícil





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5891 seria isso, há... Nós sabemos, acho que a região de Sorocaba, por exemplo,  
5892 retrata bem isso, um diretor que tinha mais de 100 curatelas, isso significa 100  
5893 salários mínimos, é improvável ainda que a gente só para fazer isso que uma  
5894 pessoa com 30, 40 curatelas de conta das necessidades de vida daquela pessoa,  
5895 e isso é inconcebível. Então, há uma relação a ser investigada pelo Ministério  
5896 Público, sobre o processo de curatela no país, não é? Não é em um ou em outro  
5897 hospital específico, mas isso de maneira geral. E há indícios claros de obviamente  
5898 um dos possíveis desdobramentos, é indícios de apropriação indevida de recursos  
5899 financeiros das pessoas internadas, porque para gerar tudo isso está no campo do  
5900 quase impraticável. E um o último ponto muito importante, sobre indícios de  
5901 sequestro e cárcere privado, as pessoas estão privadas de liberdade de maneira  
5902 ilegal e essas pessoas que se encontram nessa condição, o Poder Público,  
5903 Delegacia de Polícia e Ministério Público precisam olhar para essa realidade. Eu ia  
5904 ler esses comentários que são emblemáticos, mas eu vou pedir para passar de  
5905 modo que a gente consiga avançar. Projeto terapêutico institucional, que é um  
5906 instrumento que norteia a existência de um hospital psiquiátrico existente só em  
5907 13 hospitais psiquiátricos dos 40, isso é... Quer dizer, um hospital que não tem um  
5908 projeto técnico e institucional, ele dificilmente sabe o que faz. Então, dos 40,  
5909 somente 13 tinham o PTI. E aí há uma confusão entre os próprios profissionais de  
5910 saúde, entre PTI e PTS, PTI é o Projeto Técnico Institucional e PTS, o Projeto  
5911 Terapêutico Singular. Os próprios profissionais de muitas instituições não sabiam  
5912 o que era um, o que era outro, quer dizer, como que esses profissionais cuidam de  
5913 pessoas se não sabe a diferença técnica mínima entre um instrumento e outro?  
5914 Pode passar, por favor. Daniel? O PTS, que é o Projeto Terapêutico Singular, é o  
5915 eixo central para estruturar qualquer forma de cuidado, 19 instituições não  
5916 possuíam PTS ou possuía e outras 19 possuíam PTS com irregularidades, aqui  
5917 tem um caso interessante encontrado no Hospital Psiquiátrico da Vila Mariana em  
5918 São Paulo, na enfermaria de autismo dos portuários observados mostravam texto  
5919 os padrões, tal como, sugere atividade de autonomia, alto cuidado e saídas





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5920 terapêuticas, não havia descrição do PPS, não havia registro de se houve saídas  
5921 terapêuticas anteriores, também se observou que havia repetição de informações  
5922 alterações de datas, quer dizer, a mesma informação de uma era reproduzida para  
5923 outro, e aí a massificação das pessoas e isso era chamado de Projeto Terapeutas  
5924 Singular que é o oposto de um Projeto Terapeutas Singular. Principais da  
5925 atualização sem avaliação periódica, participação usuárias, está bem. Pode  
5926 passar, por favor, Daniel. Essa uma das situações que nós encontramos, por  
5927 exemplo, quer dizer, esse... O hospital da foto de baixo é da clínica... É do  
5928 Hospital Sayão em Araras, e que é um hospital de grande porte privado, as  
5929 pessoas... Esse eu visitei especificamente esse hospital e dentro desse cenário a  
5930 situação de fezes e urina era algo espalhada por toda essa ala, as pessoas  
5931 literalmente estavam deitadas e dormindo em cima de fezes e urina,  
5932 completamente abandonada, jogada, sem colchão, algum sem colchão, outros  
5933 com colchões bem fino que é inconcebível e a outra imagem é da Casa de Saúde  
5934 Cananéia em Vassouras no Rio de Janeiro, só para registrar, isso é uma perna de  
5935 uma pessoa dentro de um hospital psiquiátrico, é algo... É impossível não se  
5936 comover com a situação dessa ou defender algo... O funcionamento de uma  
5937 instituição como essa. Não, 33 relatórios estaduais destacaram que os  
5938 estabelecimentos inspecionados possuem a ausência de atividades terapêuticas  
5939 individuais, coletivas de lazer, promovendo o cotidiano repetitivo, as pessoas  
5940 partem a maior parte do tempo sem ter o que fazer, isso é regra no hospital  
5941 psiquiátrico, as pessoas não tenho que fazer, elas ficam... Como vocês podem  
5942 ver, exemplificando na ociosidade plena, tal como a foto de baixo talvez mostre.  
5943 Pode passar, por favor, Daniel. É impressionante, mas a legislação proíbe aquilo  
5944 denominado como cela forte, pensem vocês uma instituição de saúde tendo cela  
5945 forte, isso está no campo do inconcebível, uma instituição de saúde e... E isso  
5946 contraria qualquer diretriz do sistema único de saúde, um equipamento de saúde  
5947 que tem cela forte, e isso é inconcebível e 17 instituições inspecionadas tinham  
5948 aquilo que se configura como cela forte, contêntes físicas irregulares em 15, isso



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5949 nós partimos do mínimo, não é? Essas afirmações são daquilo que deu para  
5950 constatar, tem outras que obviamente não deu, o uso irregular de medicação em  
5951 16. E aí sobre o falso paradigma da segurança de si e dos trabalhadores, as  
5952 pessoas internadas são submetidas a medicação excessiva, a contenção  
5953 mecânica diárias e ao isolamento em quarto de espaços restritivos, ali no fundo  
5954 tem uma imagem que eu não sei se vocês conseguem observar daí, mas aquela é  
5955 um manto, um pano grosso no qual a pessoa encaixada na aquele plano e  
5956 amarrada em macas, do ponto de vista da saúde pública, uma estratégia de  
5957 contenção como essa é inconcebível, aquilo você encaixa a cabeça do sujeito no  
5958 primeiro buraco, na lateral os braços e as pernas no outro e você amar aquele  
5959 sujeito na maca, em uma maca. Então, são coisas da ordem do espanto, que  
5960 remonta a um filme de terror de maneira muito fácil, não é? A equipe de inspeção  
5961 verificou na unidade intensiva a existência de um quarto de isolamento e  
5962 contenção comporta de ferro, com pequena abertura e tranca e externa, janela  
5963 alta com grade, sem cortinas com duas camas de metal sem colchão. Pode  
5964 passar, por favor. Aqui são alguns tipos de contenção, não é? Quer dizer, a  
5965 contenção daquele sujeito na foto de baixo é irregular, não se faz contenção de  
5966 uma pessoa nesses termos, porque ali a pessoa está com o braço cruzado, a  
5967 probabilidade dela sofrer uma lesão em função desse tipo de contenção é muito  
5968 alta, portanto, nós não estamos falando de uma contenção em saúde, estou  
5969 falando de qualquer outra coisa, nós estamos falando de uma amarração de um  
5970 sujeito para evitar de dar trabalho para a equipe ou qualquer outra coisa, um  
5971 castigo do que uma estratégia de cuidado, isso não... Não se adota um  
5972 procedimento desse jeito. Na foto de cima, e aí uma prática que é muito  
5973 interessante ver isso, não é? Assim *in loco*, pessoas com deficiência física, por  
5974 exemplo, uma das instituições que nós visitamos, pessoas com deficiências  
5975 físicas, amarradas na cadeira de roda, literalmente, o corpo todo amarrado na  
5976 cadeira de rodas e quando você vai falar com o enfermeiro, mas porque essa  
5977 pessoa está amarrada desse jeito? A argumentação é que para a pessoa não cair.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

5978 Então, a pessoa passa 24h... 24 h não, não é? Descontando o tempo que vai  
5979 dormir, e aí vai para esse outro procedimento, mas eles passam o dia inteiro  
5980 amarrados nas suas cadeiras de rodas, a aí é uma estratégia de contenção  
5981 disfarçada com nome de cuidado, porque são para pessoas mais debilitados, essa  
5982 pessoa provavelmente é uma pessoa idosa, eles amarram a pessoa na cama e aí  
5983 você pergunta porque elas estão amarradas, o argumento é que elas podem cair,  
5984 por isso que elas têm que ficar amarradas em uma cama, quer dizer, é improvável  
5985 que com o sistema único que nós temos de saúde, referência para o mundo, nós  
5986 não temos outra estratégia de cuidado que não seja submeter as pessoas a  
5987 condições de tratamento cruel, desumano, degradante como a gente pode  
5988 configurar nesses termos. Pode passar, por favor, Daniel. Bom, direito de usufruir  
5989 do padrão mais elevado de saúde física e mental, é algo que a gente... É o oposto  
5990 disso, não é? Para várias instituições. Então, é excesso de trabalho por parte dos  
5991 trabalhadores, salário abaixo do piso, atrasos salariais, descumprimentos dos  
5992 normativos relativos à segurança no trabalho, adoecimento e alta rotatividade de  
5993 profissionais, faltam insuficiência de capacitação dos espaços de educação  
5994 permanente, os trabalhadores, eles estão no processo de adoecimento, tão  
5995 quanto as pessoas internadas, quer dizer, os trabalhadores também são vítimas  
5996 desse mesmo modelo e métodos de funcionamento. Pode passar, por favor,  
5997 Daniel. E aí é algo que chamou muita atenção e entra em alguns recortes, que  
5998 precisa obviamente ser mais aprofundada, nós partimos do básico, esses números  
5999 são o mínimo para a gente dizer que muito mais coisas certamente pode ser  
6000 descoberto aí com interesse de outras organizações e outras instituições, mas em  
6001 37% dos hospitais houve relato de usuário sobre violências infligidas pelos  
6002 profissionais de saúde, violência física, violência sexual, a violência psicológica,  
6003 violência relativas a gênero e orientação sexual. É inconcebível que dentro de um  
6004 hospital psiquiátrico se faça Revista Vexatória, assim, hoje nós temos resoluções  
6005 desde a Convenção de Mandela até resoluções do Conselho Nacional de Política  
6006 Penitenciária e Crimi... Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6007 CNPCP, recomendando a abolição de revistas vexatórias, nós temos hospitais  
6008 que recebem dinheiro público da saúde que fazem revistas vexatórias, e isso é a  
6009 ordem da algo inconcebível. Imposição da fé, o que é contraditório com a própria  
6010 história da psiquiatria, inclusive, que em outros momentos defendiam uma  
6011 perspectiva científica de tratamento e não da ordem moral, mas isso a gente  
6012 percebe que foi... A ausência de informação sobre raça, cor, quer dizer,  
6013 nitidamente a população internada era majoritariamente população negra e nós  
6014 não temos dados pelos hospitais em sua maioria não tinha informação sobre raça,  
6015 cor dessas pessoas. Inadequação das ações assistenciais relacionados aos  
6016 direitos do público LGBTI, escolha de vestimenta, uso do nome social,  
6017 oportunidade de escolha quanto ao perfil de gênero da enfermagem e  
6018 discriminação. E aí só ler o relato, porque acho que é importante: "Durante a  
6019 entrevista com a paciente, esta reclamou a truculência de alguns enfermeiros,  
6020 declarou que um deles se feriu a sua mão pensando nela, informou que já foi  
6021 estuprada duas vezes em internações anteriores. Aproximadamente 3 anos por  
6022 funcionários da instituição e relatou a aproximadamente... Por funcionários da  
6023 instituição e relatou detalhes das violências sofridas, contou que uma das  
6024 agressões estava amarrada e um funcionário barganhou a sua soltura em troca de  
6025 ato sexual, em outra ocasião a barganha foi feita por comida. Ressaltou que  
6026 depois disso funcionário levava bebida alcoólica a instituição, consumia e ponha à  
6027 disposição para pacientes." Quer dizer, um local que não observado, um local  
6028 que não é visto, ele é permeado por probabilidade de que violências aconteça,  
6029 esse é só um dos relatos que nós destacamos aí. Pode passar Daniel, por favor.  
6030 Está bem, eu vou acelerar para caminhar para a final. Será que pode... Eu vou ler,  
6031 porque acho que é importante. Violência de gênero e orientação sexual,  
6032 ressalta-se que em conversa com um dos psiquiatras, trabalhador da instituição  
6033 mais de trinta anos, este relatou que costuma dizer em atendimentos grupo mais  
6034 com mulheres que realiza no hospital, que utiliza uma técnica para detecção de  
6035 mentiras e por isso elas devem contar a ele toda a verdade, não escondendo



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6036 nada, diz que os óculos que utiliza são detectores de mentiras e que quando o  
6037 coloca consegue ver até as pacientes nuas, além disso foi possível observar  
6038 durante a visita que tanto o enfermeiro, quanto médicos faziam falas direcionada  
6039 essas mulheres sobre a beleza, elogios ao corpo, promessas de casamentos e  
6040 filhos para elas, o que indicava violência de gênero e assédios travestidos, que é  
6041 uma... Esse termo foi usado por um relatório e estadual, não é? Não foi usado por  
6042 nós do Mecanismos Nacional. De brincadeira. Destaca-se ainda a proibição dos  
6043 homens ficarem sem camisa, e a orientação ao uso de roupas largas ou mulher  
6044 transexuais, a fim de minimizar a as diferenças, denotando a inadequação das  
6045 ações assistenciais relacionadas ao direito do público LGBT, no que se refere a  
6046 identidade de gênero, a direção admitiu que o estabelecimento não respeita o  
6047 direito do uso do nomes social identificando os usuários pelo nome do batismo,  
6048 em descumprimento a portaria GSM 1820 de 2009. Aí mais uma situação de  
6049 Revista Vexatória e como ela acontece, os procedimentos que são usados para a  
6050 Revista Vexatória com desnudamentos, as pessoas são obrigadas a ficarem nuas  
6051 para essa Revista Vexatória. Pode passar. Imposição da fé é uma outra  
6052 característica encontrada em alguns hospitais, aí um exemplo de Itapira que é  
6053 esse hospital o Instituto Bairral, violência física. E aí algumas das legislações que  
6054 nós também analisamos aqui, não é? Regras de Mandela, a legislação de... E hoje  
6055 a carta, a Bangkok, princípios para proteção das pessoas acometidas por  
6056 transtornos mentais, melhorias da saúde mental da ONU, constituição, a resolução  
6057 do CNPCP. Pode passar. Aí eu não vou aprofundar, mas é importante dizer, as  
6058 pessoas internadas em algumas instituições tem a sua mão-de-obra e explorada e  
6059 não recebem por isso dizer, a internação é feita e essas pessoas pela ociosidade,  
6060 pela falta de tratamento acabam fazendo reparos de manutenção da instituição,  
6061 acabam trabalhando no lugar de equipe especializada dentro dessas instituições,  
6062 isso obviamente... Nós partimos de um pressuposto do conceito de trabalho de  
6063 decente, como norte de justiça social OIT, da Organização Internacional do  
6064 Trabalho para fazer essa análise, essa análise majoritariamente foi feita pelo



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6065 Ministério Público do Trabalho, é importante dizer isso. Pode passar. A exploração  
6066 da mão-de-obra, em 60% dos hospitais e identificou o uso da força de trabalho  
6067 das pessoas internadas, atividades de manutenção, atividade assistenciais dos  
6068 próprios profissionais de enfermagem, por exemplo, outros usuários ficavam na  
6069 missão de dar banho no outro usuário por falta de profissional de administração de  
6070 medicamento assim, uma pessoa que estava lá para se tratar fazia o manejo de  
6071 medicação para outra que estava se tratando. Então, coisas... Atividades que  
6072 seriam de outros profissionais. Índices de trabalho forçado, obrigatório em 4 dos  
6073 40, e trabalho degradante em 3 hospitais psiquiátricos visitados. Pode passar.  
6074 Internação de crianças e adolescentes em 16 hospitais psiquiátricos, informaram,  
6075 receberam crianças e adolescentes em contexto de hospitalização nos setores de  
6076 urgência internação, a maioria de crianças e adolescentes estavam internadas  
6077 pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, predominância de adolescentes do  
6078 sexo masculino. Bom, a internação infanto-juvenil na contramão do estatuto da  
6079 criança e do adolescente, e obviamente no relatório a gente aprofunda essa  
6080 análise do porquê que está na contramão do ECA. Pode passar.

6081 **Interlocutora não identificada** – Acha que essa é importante dizer que tem  
6082 metade das 16 instituições, as crianças estavam internadas em espaços  
6083 destinados aos adultos.

6084 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – Isso, bem lembrado.

6085 **Interlocutora não identificada** – Então, violação completa ao ECA e aos direitos  
6086 das crianças.

6087 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – As crianças e adolescentes internados em  
6088 espaços comuns de adultos, não é? Isso cria um cenário de vulnerabilização ainda  
6089 maior para essas crianças e adolescentes. Pode passar, por favor. Não, exposição  
6090 há outras situações desumanas e degradantes, humilhação, obstrução do acesso



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6091 à água no período noturno, violação de direito de utilizar as próprias roupas,  
6092 violência de gênero, revista íntima, aplicação de eletroconvulsoterapia em  
6093 adolescentes, internação involuntária... Aí só vale um debate importante, não é? O  
6094 próprio Conselho Federal de Medicina e nós olhamos para a resolução do  
6095 Conselho Federal de Medicina, contra indica eletroconvulsoterapia para pessoas  
6096 internadas involuntariamente, seja feita por um profissional da medicina, seja por  
6097 um juiz na internação compulsória e a recomendação da Organização Mundial da  
6098 Saúde, diz que o estado... Obviamente não o Estado Brasileiro, mas os estados  
6099 têm que criar legislações com prática de eletroconvulsoterapia, o que acontece na  
6100 prática e existe uma camada comercial para isso, não sei se todos e todas sabem  
6101 quanto custa o valor de uma eletroconvulsoterapia em média, mas o valor de  
6102 eletroconvulsoterapia é em média de R\$1.000,00, dos médicos que nós  
6103 conversamos a maioria das prescrições imediatas eram de 10 a 12, no imediato  
6104 momento que a pessoa entrava dentro do hospital, logo de cara R\$10.000,00,  
6105 R\$12.000,00 gastos aí por famílias. Pode passar eu vou caminha para o final,  
6106 porque sei que o tempo acabou, acabou ou vai acabar. Bom, 40 instituições, em  
6107 82% haviam situações em permanência. Pode passar. Monitoramento e avaliação,  
6108 quer dizer, aqui importante dar o destaque, porque o Ministério da Saúde financia  
6109 o hospital psiquiátrico orientado para ser descredenciado do SUS, o último  
6110 PNASH como eu falei, foi realizado em 2014 e o Ministério da Saúde ainda investe  
6111 recurso público em hospitais que foram orientados para o descredenciamento, do  
6112 que do ponto de vista é incompatível, é algo que precisa... E aí os tribunais de  
6113 conta precisa olhar para essa realidade sobre o investimento e sinceramente  
6114 aproveitando a presença da Deputada Erika Kokay aqui, não sei se seria o caso  
6115 deputada, acho que é algo para se pensar, não é? E obviamente dentro do  
6116 parlamento da senhora tem atuado dentro dessa temática, mas penso eu até para  
6117 pôr as claras as várias informações que até hoje nós não temos acesso, mas fico  
6118 pensando uma proposição de uma CPI específica da saúde mental no Congresso  
6119 Nacional, porque nós temos um cenário que precisa ser investigado, eu vou...





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6120 Pode passar. Só para dizer, depois da nossa inspeção 3 hospitais fecharam, a  
6121 consequência foram três hospitais fecharem, um no Rio de Janeiro e dois no  
6122 interior de São Paulo... Dois fecharam e outro fechou a porta de entrada. Então, a  
6123 inspeção já teve um resultado efetivo do que se refere. E aí está para vocês  
6124 entenderem, porque é um outro quadro interessante. Volta Daniel, rapidinho. Nós  
6125 fizemos uma análise sobre o investimento do Ministério da Saúde de recurso  
6126 público em hospitais psiquiátricos e na rede, aqui nós tivemos um aumento de  
6127 2017 até 2018 de 26% de aumento no financiamento do ministério da saúde para  
6128 hospitais psiquiátricos, sendo que para a Rede de Atenção Psicossocial, para  
6129 outros dispositivos, vamos colocar aqui só 5%. Então, nos estranha que haja  
6130 investimento do Ministério da Saúde em instituições que eles desconhecem,  
6131 porque 2014 foi feito o último PNASH, esse relatório revela uma série de  
6132 problemas nessas instituições que continuam recebendo dinheiro público. Pode  
6133 passar. Eu acho que eu vou encerrar para ter o mínimo de debate, não é? Então,  
6134 eu vou encerrar e aí a gente... Enfim, em conversas posteriores está à disposição  
6135 para esclarecer, para dialogar e essa apresentação também pode ser concedida  
6136 para todos e todas. Obrigado aí pelo espaço.

6137 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Lucio, eu agradeço a exposição  
6138 detalhada do relatório e aproveito para agradecer a presença da deputada,  
6139 inclusive, Erika Kokay aqui, eu não tive a chance de fazer antes, porque quando a  
6140 deputada chegou eu estava lá fora tomando café, confesso, mas agora aproveito  
6141 para reverenciar e agradecer a sua presença importante é que na reunião da  
6142 nossa plenária, já temos uma inscrição de falar que é Quirino? Ah, já estavam...  
6143 Eu não vi a ordem gente, me desculpem, eu não sei quem estava antes, mas eu  
6144 vou passar a palavra para o Quirino, depois RENILA e depois ANADEP.

6145 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Muito obrigado  
6146 Presidente pela... Por conceder aqui a palavra e nesse momento, gostaria de  
6147 parabenizar o Lucio Costa pela sua apresentação. Esse é um tema que é bastante





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6148 caro, eu acho que é importante que nós possamos discutir com bastante e cautela  
6149 e responsabilidade cada um dos pontos colocados aqui, de modo que eu vou  
6150 nesse momento fazer uma introito, fazer uma questão introdutórias inicial que eu  
6151 julgo relevante nesse momento, do mesmo jeito, enfim, que o Lucio Costa estava  
6152 nos colocando, enfim, da massificação que supostamente foi encontrado em  
6153 vários estabelecimentos, eu acho que não dá para a gente também massificada e  
6154 não dá para a gente generalizar, achar dos quaisquer que sejam eles, no seu  
6155 primeiro dia positivo, ou seja, abrir a sua apresentação Lucio, eu colocando que os  
6156 hospitais psiquiátricos, enfim, instituições asilares, todos eles que foram avaliados  
6157 e, todos eles oferta do tratamento desumano, cruel e degradante e submetendo as  
6158 pessoas que lá estão internadas à tortura, você falou que se você pudesse  
6159 resumir, o resumo estava ali no primeiro dia positivo, tem uma técnica interessante  
6160 mesma de apresentação, já chama a atenção das pessoas, mas eu acho que essa  
6161 generalização, ela é bastante complicada e eu acho que a gente precisa analisar  
6162 caso a caso. Então, esse é o primeiro. Que eu gostaria de colocar, eu acho, viu  
6163 Presidente? Que nós aqui nesse comitê devemos e eu já lanço aqui já essa ideia  
6164 de nós nos debruçarmos sobre esse tema, e chamando, inclusive, as instituições  
6165 que foram vistoriados pelo Mecanismos, para que possam ter o direito do  
6166 contraditório, para que possam apresentar as suas questões. Outra questão que  
6167 eu acho relevante aqui, é que alguns desses órgãos, enfim, que conduziram as  
6168 vistorias e também as pessoas envolvidas, muita das pessoas tem uma posição  
6169 absolutamente contrária à existência do hospital psiquiátrico, isso daí é público  
6170 notório e declarada, entendeu? Então são vistorias feitas por entidades, pessoas  
6171 declaradamente contrárias à existência dos hospitais psiquiátricos, que a gente  
6172 não está falando de em hospitais psiquiátricos com características manicomiais,  
6173 que obviamente não traz quais características que devem ser rechaçados e não  
6174 aceita, obviamente pela sociedade. Só que a gente precisa colocar essa questão  
6175 bastante clara com um conflito grandes interesses, porque a gente precisa deixar  
6176 claro aqui nesse debate. Nos últimos trinta anos, o que aconteceu no Brasil foi o



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6177 fechamento indiscriminado, irresponsável de leitos psiquiátricos no Brasil afora e  
6178 também de hospitais psiquiátricos, não é? Isso levou a intensificação, houve uma  
6179 intensificação desse investimento com a publicação da portaria 3088 do Ministério  
6180 da Saúde 2011, que não incluiu esses serviços na Rede de Atenção Psicossocial,  
6181 o que foi quase um salvo-conduto e um estímulo para que essas instituições  
6182 fossem fechadas, só vale ficar claro aqui que essa portaria foi modificado pela  
6183 3588 de dezembro de 2017, que incluiu o hospital psiquiátrico como parte da  
6184 RAPS, só para ficar claro aqui e registrada, o hospital psiquiátrico hoje faz parte  
6185 da Rede de Atenção Psicossocial, como outro serviço, como CAPS, como  
6186 ambulatorios que também não foram incluídos, como está o Dia que também não  
6187 foi incluído, ou seja, a RAPS inicialmente ela foi mais excludente do que  
6188 excludente, e isso causou uma série de problemas para assistência, as pessoas  
6189 com transtornos mentais no Brasil, tanto em regime de internação, como em  
6190 regime ambulatorial, e isso também é importante ficar registrado aqui. Porém, em  
6191 2017 com aplicação da nova Política Nacional de Saúde Mental, os hospitais  
6192 psiquiátricos foram incluídos na rede por meio da portaria a 3588 da resolução da  
6193 Comissão de Intergestores Tripartite nº 32, é importante ficar claro que os  
6194 hospitais psiquiátricos fazem parte do Decreto presidencial que instituía a nova  
6195 política nacional sobre drogas, instituída ano passado 2019, Decreto presidencial  
6196 9561 e a internação, inclusive, a internação involuntária, acabou entrando e faz  
6197 parte da nova lei de drogas 13840 também publicada no ano passado, que coloca  
6198 a possibilidade de internação voluntária para pessoas com dependência química,  
6199 reforçando, inclusive, o que consta... O Lucio colocou isso aí em vários momentos,  
6200 ele só não falou que a Lei 10216 de 2001, prevê ali a possibilidade e mais,  
6201 necessidade da internação psiquiátrica colocando as três modalidades como  
6202 possíveis e necessárias, internação voluntária, involuntária e compulsória, artigo  
6203 6º da Lei 10.216, a Lei, chamada Lei da Reforma Psiquiátrica contempla a  
6204 internação psiquiátrica. É importante também ficar claro que essas mudanças da  
6205 política de saúde mental...



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6206 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Quirino, com licença, se puder  
6207 concluir, se não a gente não vai conseguir abrir o debate para o resto das  
6208 participações, vai ficar só com uma fala de um integrante do comitê.

6209 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Então, eu, na  
6210 verdade... Não, eu estou aqui para ouvir também todo mundo, porque eu acho que  
6211 tem pontos importantes, acha que esse debate é importante.

6212 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Pelo avançar da hora mesmo, se  
6213 puder concluir.

6214 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Mas é importante.  
6215 Houve uma asfixia financeira...

6216 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Estou perguntando se pode concluir?

6217 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, ainda não,  
6218 eu preciso só fazer mais algumas considerações. Uma outra questão importante  
6219 diz respeito à asfixia financeira que esses serviços foram submetidos, muitos  
6220 desses hospitais recebiam uma diária de R\$35,00, importante ficar claro, o  
6221 fechamento desse serviço levou no Brasil o aumento do encarceramento, à  
6222 mesma população de rua com transtornos mentais graves. E aí colaborando Lucio  
6223 o que você falou, o aumento do suicídio, Lucio, isso que você falou para mim e a  
6224 inconcebível, não consigo acreditar que eu ouvir isso de você, na verdade, as  
6225 pessoas podem ter direitos ao suicídio, talvez não se elas estão psicóticas, se elas  
6226 estão com a capacidade de tomar decisões comprometidas, com a sua autonomia  
6227 comprometida, você deixar uma pessoa doente com quadro psicótico, uma pessoa  
6228 doente com quadro melancólico grave se suicidar, e isso daí é uma... Isso sim é  
6229 violação de direito, isso sim... Isso não é a lei, isso não é a lei, não é, existe  
6230 internação involuntária para proteger o paciente, isso que está acontecendo aqui  
6231 no Brasil e que vinha acontecendo infelizmente mudou, é uma coisa absurda.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 6232 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – Deixa eu só dar (intervenções simultâneas)  
6233 aqui, ele tem que ficar bem quieto (intervenções simultâneas) plateia.
- 6234 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Por favor, por favor. Isso não pode  
6235 ocorrer na nossa plenária, por favor.
- 6236 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – O Brasil tem... Se  
6237 juntarmos leitos psiquiátricos em hospital geral, em hospital psiquiátrico, juntar  
6238 SUS, particular, o Brasil tem pouco mais e de 20.000 leitos, população de 200  
6239 milhões de habitantes, e isso nós temos no Brasil -0.1 leitos, menos de 0.1 leito  
6240 para cada 1000 habitantes é um dos menores...
- 6241 **Interlocutora não identificada** – Eu tenho uma questão de ordem, por favor.
- 6242 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, não, é um  
6243 dos menores índices do mundo.
- 6244 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Quirino, vou encerrar a sua fala já que  
6245 você gentilmente não encerrou. Então, passando a palavra para Silvana, por uma  
6246 questão de ordem e depois para Marcelo da RENILA.
- 6247 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, porque tem  
6248 coisas importantes. Eu só quero...
- 6249 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Silvana, por favor, com você a  
6250 palavra.
- 6251 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, olha... Posso falar  
6252 uma coisa?
- 6253 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não, o senhor já está falando há  
6254 bastante tempo eu pedi gentilmente que encerrasse a fala, mas se o senhor quiser  
6255 ocupar todo o direito...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 6256 **Interlocutor não identificado** – Desse jeito não dá, (intervenções simultâneas).
- 6257 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – O senhor precisa cortar  
6258 a minha fala?
- 6259 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – É isso que eu estou fazendo, cortando  
6260 a fala.
- 6261 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Se você for cortar a  
6262 minha fala (intervenções simultâneas).
- 6263 **Interlocutor não identificado** – Porque senão ninguém vai falar aqui.
- 6264 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Uma série de  
6265 problemas aqui foram levantadas e a gente precisa esclarecer.
- 6266 **Interlocutora não identificada** – Se falar baixo a gente escuta, está bem?
- 6267 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – O meu direito a fala e  
6268 está sendo obstruído, por isso que estou elevando a minha voz, só isso.
- 6269 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – A gente pode fazer a proposta de  
6270 encaminhamento de uma audiência pública para debater sobre isso, inclusive, a  
6271 proposição aqui era de apresentação do relatório, essa foi o nosso  
6272 questionamento enquanto Sociedade Civil presente...
- 6273 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Ué, a senhora  
6274 apresentou?
- 6275 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu estou falando. (intervenções  
6276 simultâneas).



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6277 **Interlocutor não identificado** – Se era só para apresentar. Então, a gente vai  
6278 embora.

6279 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – A gente propos... A gente faria a  
6280 proposta de encaminhamento de uma audiência pública com os convites  
6281 expedidos, inclusive, para que a Sociedade Civil inteira pudesse estar presente e  
6282 instituições do governo também participando desse debate, a gente sabe que pelo  
6283 adiantado da hora é impossível fazer audiência que o senhor quer e que a gente  
6284 quer agora, esse debate não vai ser possível, faltam 2 minutos para encerrar e eu  
6285 gostaria de ouvir os demais colegas antes de encerrar já sabendo que não  
6286 tiraremos encaminhamentos daqui, por causa do horário. Então, por isso eu estou  
6287 passando a palavra agora para Silvana, pela questão de ordem e depois para os  
6288 inscritos que a Carol ou o Caio fizeram.

6289 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu só quero que fique  
6290 registrado Presidente, que, na verdade, eu tive o meu direito a fala aqui silenciado,  
6291 cortado, um assunto extremamente importante, tem uma série... Esses foram  
6292 considerandos iniciais, tem várias questões do relatório que precisam ser  
6293 colocados como, por exemplo, a questão do PNASH com várias irregularidades  
6294 que, por exemplo, tudo isso precisa ficar claro aqui, ou seja, coisas que não foram  
6295 esclarecidas.

6296 **Interlocutor não identificado** – Silvana, por favor.

6297 **Sra. Silvana Conti (Representando a União Brasileira de Mulheres)** – Eu  
6298 gostaria de fazer a minha questão de ordem que foi solicitada pela vice-presidente  
6299 do comitê, por favor.

6300 **Interlocutor não identificado** – Nós estamos agora para da degradação da  
6301 audiência, como eu falei no primeiro momento que isso aconteceria, caso faltasse



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6302 o respeito como o senhor está fazendo agora com a presidência dessa mesa, a  
6303 degradação para aqui. Silvana, por favor, questão de ordem.

6304 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não. Ué, tudo  
6305 bem, fica à vontade, eu quero que fique registrado, mas eu quero que fique...

6306 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu gostaria... Eu estou à vontade, eu  
6307 estou na presidência do comitê. Silvana, por favor.

6308 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu quero garantir que  
6309 isso vá para a ata, fazendo favor.

6310 **Sra. Silvana Conti (Representando a União Brasileira de Mulheres)** – Fui eu  
6311 mesma... Eu sou Silvana Conti da União Brasileira de Mulheres, fui eu mesma que  
6312 fiz a sugestão para a mesa, para que se avançasse hoje no tempo que foi  
6313 solicitado, não é? Para fazer as apresentações. Então, gostaria de lembrar que  
6314 nós fizemos um acordo e que foi unânime o acordo, não é? Que iria se estender  
6315 por meia hora, já são 19h e eu gostaria que nós tivéssemos assim todo o cuidado  
6316 com um princípio básico que eu chamo, como professora de educação e de  
6317 respeito. Se a mesa solicita que as pessoas tenham tempo mínimo para que mais  
6318 pessoas possam usar da palavra, gostaria que isso fosse garantida que esse  
6319 plenário e eu gostaria que a minha fala fosse garantida...

6320 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – O tempo mínimo não  
6321 foi colocado antes da minha fala.

6322 **Sra. Silvana Conti (Representando a União Brasileira de Mulheres)** – E eu  
6323 gostaria de dizer que não é com um grito que a gente vai resolver as nossas  
6324 questões, estamos na mesma frente, todos aqui defendemos o combate à tortura.  
6325 Então, eu gostaria de fazer esse encaminhamento, que se respeite o tempo e que  
6326 as pessoas considerem que este espaço está sendo dirigido, não é? Ali está a



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6327 direção e eu gostaria que a gente respeitasse, essa é a minha consideração e  
6328 tenho plena certeza que serei acolhida, não é? Que a minha sugestão será  
6329 acolhida.

6330 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Marcelo, por favor.

6331 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
6332 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Eu sei que não é o momento de  
6333 encaminhamento, mas, na verdade, eu acho que essa para poder.... A gente  
6334 também colocando horizonte que você já colocou Vitória, eu acho que essa  
6335 discussão não acaba aqui, eu acho que tanto a presidên... A vice-presidência que  
6336 está conduzindo os trabalhos, como também os representantes da Sociedade  
6337 Civil, essa sabem que a gente vai encaminhar um desses encaminhamentos da  
6338 assim fruto desse relatório, é que a gente necessita, a gente quer uma audiência  
6339 pública e o momento que tanto o governo, quanto a Sociedade Civil possam ter  
6340 com o tempo, tanto um tempo para a exposição, como tempo para poder fazer a  
6341 contradição e que a gente possa discutir de maneira democrática. Então, eu não  
6342 vou ocupar muito tempo, não vou...

6343 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Marcelo, a gente já podia, inclusive,  
6344 fazer a proposta de encaminhamento.

6345 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
6346 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Sim, fica posta como uma proposta de  
6347 encaminhamento para uma das cinco próximas reuniões ordinárias que estão  
6348 assentadas para este biênio, parecia ano de que uma das audiências públicas.  
6349 Então, com a gente está propondo a audiência pública é que são dois dias de  
6350 reuniões ordinárias e o dia vai ser para discutir o tema, a gente vai ficar um dia  
6351 aqui para poder discutir questões relacionadas aos manicômios, esses relatórios,  
6352 para poder ouvir a Sociedade Civil, para poder ouvir o governo, para ouvir todo





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6353 mundo, porque senão não faz sentido, não é? Então, já fica esse encaminhamento  
6354 para a votação, mas também eu não vou me furtar já que o colega... Mas não vou  
6355 usar seu tempo não, certo? Mas algumas coisas que foram colocadas, porque  
6356 também aí para poder ser justo com o que foi colocado.

6357 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Marcelo, eu vou dar prioridade agora  
6358 para os encaminhamentos, dado o avançar da hora. Então, vou passar a palavra  
6359 agora para a ANADEP.

6360 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
6361 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – São um minuto Vitória, por favor.

6362 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não vai ser um minuto, eu tenho  
6363 certeza, essa é a questão, você gastou um minuto fazendo outro tipo de  
6364 consideração.

6365 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
6366 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – São quatro pontos vitória, porque aí a  
6367 gente tem que ser justo, porque a outra parte já usou sete minutos.

6368 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Marcelo, desculpa, eu estou passando  
6369 a palavra para ANADEP, eu peço desculpas, mas assim como eu cortei a fala  
6370 dele, eu vou ter que cortar a sua fala para dar o encaminhamento, por favor. A  
6371 ANADEP que está inscrita, não é Mateus?

6372 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
6373 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Eu vos é republicano e vou acatar a sua  
6374 orientação, viu Vitória?

6375 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu agradeço.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6376 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – A minha vontade era tensionar com o  
6377 senhor que... Mas eu não vou fazer isso, mas era tensionar com o senhor, está  
6378 bem? O senhor falou 9 minutos, não respeitou a mesa, está bem? O Marcelo falou  
6379 dois minutos... Eu não vou falar, eu queria falar muito mais, mas eu não vou falar,  
6380 está bem? Quem viu essas imagens aí e não se chocou, não é humano, por favor,  
6381 está bem? Eu fiquei arrepiado, eu tive vontade de chorar. Então assim, o senhor  
6382 foi e responsável, o senhor foi responsável, eu não gosto...

6383 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu não assisto esse  
6384 tipo de colocação da sua parte, está bem? Em nenhum momento eu ataquei  
6385 ninguém aqui pessoalmente, eu não aceito isso da sua parte... Não me

6386 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Não, tudo bem, tudo bem.

6387 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Tudo bem não.

6388 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Pode fazer o discurso.

6389 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Tudo bem não, não é  
6390 discurso.

6391 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – A proposta que eu faço... Eu estou com a  
6392 fala, eu estou com a fala.

6393 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, não, mas  
6394 você me agrediu, você me ofendeu.

6395 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Eu endosso uma afirmação indenizatória.  
6396 A proposta....

6397 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, não, não...  
6398 Eu não faço parte do seu grupo, eu não vou fazer isso.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6399 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Por favor, respeita a fala do Matheus  
6400 nesse momento.

6401 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Que grupo?

6402 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu não vou fazer isso.,

6403 **Sr. Mateus Oliveira Moro (ANADEP)** – Fala sério. Eu endosso a proposta do  
6404 Marcelo de audiência pública, endosso a proposta do Lucio, a quem eu  
6405 parabeno Lucio, está bem? Pelo trabalho, conheço o seu trabalho já faz um bom  
6406 tempo, eu tinha N coisas para falar aqui, porque a cada violação de direitos que  
6407 você colocava para mim não parecia o hospital, parecia uma prisão e uma prisão  
6408 brasileira onde os direitos humanos são violados, está bem? Então, eu vou  
6409 endossar a fala do Lucio de encaminhamento de ofício para o Congresso  
6410 Nacional, para uma CPI sobre os hospitais psiquiátricos do Brasil e endosso a fala  
6411 do Marcelo no sentido da gente fazer uma audiência pública, está bem? A  
6412 audiência pública a gente vai ter o mesmo tempo de fala, eu vou acabar aqui e  
6413 não vou tencionar com o senhor, o senhor foi irresponsável.

6414 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Matheus, eu agradeço ao não  
6415 tensionamento. Deputada Erika, por favor.

6416 **Sra. Erika Kokay (Deputada Federal do Brasil)** – Eu queria parabenizar a  
6417 realização da inspeção, apresentação desse relatório. É que nos indica que a  
6418 gente não fez o luto dos nossos holocaustos, e que em tempo de terraplanismo é  
6419 preciso considerar as evidências, nós estamos falando aqui de fatos, existem  
6420 fatos, os fatos não podem ser negados, existem fatos, existem estatísticas,  
6421 existem a fala para além das opiniões, são fatos, os fatos não podem ser negados.  
6422 Então, gostaria apenas de reafirmar que a reforma psiquiátrica, ela tem como  
6423 verve ou como gênese a própria democracia. Então, quando não há democracia,  
6424 quando a intolerância para escutar àqueles que divergente opiniões, quando a um



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6425 caráter absolutamente persecutório, perseguindo-se ou se negando os próprios  
6426 fatos, nós estamos vivenciando momentos muito grave nesse país, por isso vamos  
6427 realizar também uma audiência pública na Câmara para fazer a discussão sobre o  
6428 relatório e nós vamos começar a colher assinaturas para uma CPI, acho que o  
6429 Brasil precisa de uma CPI, porque a gente precisa, inclusive, de fazer a sua  
6430 comissão da verdade, sobre o que aconteceu nesse país, nos hospitais  
6431 psiquiátricos, não tem sentido e fere ao meu ver a reforma psiquiátrica que nós  
6432 tenhamos o estímulo, a existência de hospitais psiquiátricos, a uma rede que não  
6433 tem sido considerada, não tem sido valorizada e essa não valorização da rede é  
6434 utilizada como argumento para que nós possamos a retroceder à lógica Manet  
6435 cambial, nós vamos, portanto, apresentar um requerimento para a realização de  
6436 audiência pública, vamos começar a colher as assinaturas para a realização de  
6437 uma CPI, para que nós possamos, enfim, nos apossarmos da nossa própria  
6438 história, dos nossos holocaustos para que nós possamos dar à luz das nossas...  
6439 Da nossa contemporaneidade e, portanto, eu encerro apenas dizendo que não  
6440 tem como falar de política de atenção à saúde mental que não responde, que não  
6441 respeita os princípios básicos da própria democracia, porque a ausência de  
6442 democracia assujeita, condena e aprisiona.

6443 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu vou pedir a consideração dos  
6444 colegas que estão escritos, porque as inscrições elas estão crescendo sem parar,  
6445 seja de pode votar os encaminhamentos e depois a gente tem que encerra a  
6446 reunião, e aí a discussão pode se alongar até meia-noite, não tem problema  
6447 nenhum, mas a gente tem que encerrar a discussão de hoje, esse ponto de pauta  
6448 e para encerrar a reunião e conseguimos aprovar. Seu poder contar com a  
6449 colaboração dos colegas que estão inscritos para a gente matar esses  
6450 encaminhamentos. Então... Carol, são um minuto. A Carol já fez aqui uma síntese  
6451 dos encaminhamentos que apareceram... Está bem, ok, eu vou aumentar. Se  
6452 houver mais sugestões a gente vai chegar lá, só vou ler os que já foram sugeridos.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6453 O 4.9, eu vou confessar que eu não me recordo quem sugeriu. O 4.9 é o comitê se  
6454 debruçar sobre o relatório do Mecanismos... Tem aqui uma duplicidade.

6455 **Interlocutor não identificado** – Foi minha, foi minha sugestão.

6456 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – A do MNPCT e chamar instituições  
6457 inspecionadas para a audiência pública. Então, seria um pedido de  
6458 encaminhamento para a audiência pública?

6459 **Interlocutor não identificado** – Na verdade, eu acho que o Mecanismos... O  
6460 comitê precisa avaliar essa situação, acho que uma audiência pública é  
6461 importante, mas nós como comitê precisamos avaliar esses dados, precisamos  
6462 chamar aqui entidades, representantes de entidades que foram vistoriados e  
6463 precisamos também chamar aqui entidades, por exemplo, citadas como... Foi  
6464 falado sobre a questão de ECT, internação involuntária, não existe essa normativa  
6465 do CFM como foi falado aqui, ou seja, foram uma série de situações que não  
6466 procedem e que nós precisamos chamar. Então, tudo bem, então, eu faço aqui um  
6467 encaminhamento para que a gente convide para a próxima, para as próximas  
6468 sessões, entidades que foram vistoriados, seus representantes e as entidades  
6469 médicas, Conselho Federal de Medicina que foi tratado aqui, Associação Brasileira  
6470 de Psiquiatria para que se manifeste também sobre as questões que foram  
6471 pontuadas. É isso que a gente precisa, é o contraditório, democracia se faz assim  
6472 e não jogando um monte de inverdades aqui.

6473 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Ótimo. Então, esse seria o  
6474 encaminhamento 4.9. O 4.10 é o envio de ofícios ao Congresso para recomendar  
6475 a abertura de CPI para discutir o relatório do Mecanismos sobre hospitais  
6476 psiquiátricos, é para discutir, na verdade, o mérito do relatório, não é? Porque  
6477 esse não parece que a gente está discutido assim a confiabilidade...

6478 **Interlocutor não identificado** – Me permite Vitória?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6479 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem, perfeito. As violações de  
6480 direitos constantes no relatório.

6481 **Sr. Caio** – Eu acho que o verbo é investigar se é uma CPI.

6482 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Para investigar. Está bem, obrigada  
6483 Caio. Mais alguma proposta que não foi contemplada quê? Nós temos uma  
6484 proposta de audiências aqui em cima e uma proposta de ensino de ofício aqui no  
6485 4.10.

6486 **Interlocutor não identificado** – Só uma coisa.

6487 **Interlocutor não identificado** – Desculpe, um esclarecimento, por favor?

6488 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sim.

6489 **Interlocutor não identificado** – Na verdade, tem audiência que eu acho que é  
6490 importante que seja feita, mas acho que é importante eu quero reiterar isso, que  
6491 nós possamos abri do mesmo jeito que foi aberto o espaço para o Mecanismos,  
6492 para que haja o direito contraditório, ou seja, uma série de questões foram trazidas  
6493 aqui, é óbvio que ninguém compactua com situações de desrespeito aos direitos  
6494 humanos, mas a gente colocar tudo na mesma vala comum, isso é inadmissível,  
6495 não faz o menor sentido.

6496 **Interlocutor não identificado** – Espera fazer o contraditório com as  
6497 recomendações, vão ter recomendações...

6498 **Interlocutor não identificado** – O senhor não está com a palavra agora, por  
6499 favor.

6500 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Matheus, por favor. Por favor.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6501 **Interlocutor não identificado** – O senhor não está com a palavra, porra  
6502 5:40:57.2. Então, na verdade, o meu encaminhamento é esse, meu  
6503 encaminhamento...

6504 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Só para ver se a gente entendeu  
6505 direito.

6506 **Interlocutor não identificado** – Isso. Então, na verdade, vai ter audiência pública,  
6507 eu acho importante que exista, entretanto, eu acho do mesmo jeito que o  
6508 Mecanismos veio aqui, eu acho que o Conselho Federal de Medicina, Associação  
6509 Brasileira de Psiquiatria, Representantes de Federações de Hospitais precisam  
6510 ser chamados aqui e, para que, na verdade, elas possam apresentar o  
6511 contraditório do que foi colocado, eu acho que tem que abrir dentro desse comitê  
6512 um espaço para essas instituições

6513 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Para o contraditório. Entendi. É isso.

6514 **Interlocutor não identificado** – Para o contraditório e para que o comitê  
6515 investigue, ou seja, chegou um relatório de 500 páginas aqui, eu como membro do  
6516 comitê quero participar de um processo de avaliação desse relatório, é isso, é  
6517 simples, ou seja, isso foi trazido aqui, acha que isso não pode morrer, as questões  
6518 que foram trazidas e todos nós estamos de acordo, são questões graves, de  
6519 denúncias graves e a gente precisa avaliar, eu quero poder fazer parte desse  
6520 processo de avaliação do que foi trazido aqui.

6521 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem, ótimo. Então, novamente  
6522 eu vejo vários prismas levantados, eu já pedi para caso não seja uma questão de  
6523 encaminhamento ou uma questão de ordem, para que a gente possa dar início às  
6524 nas votações, novamente, sei que o debate é importante, sei que todas as  
6525 considerações a serem feitas são importantes, mas são considerações sobre  
6526 propostas de encaminhamento?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6527 **Interlocutor não identificado** – É um esclarecimento, no meu caso é um  
6528 esclarecimento.

6529 **Interlocutora não identificada** – Eu queria entender. A audiência pública não  
6530 seria para isso? Todas as entidades sentarem, conversarem...

6531 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu havia imaginado isso, mas vão ser  
6532 dois pontos diferentes aqui, vão ser dois pontos diferentes.

6533 **Interlocutora não identificada** – Só uma questão. Minha gente, a partir do  
6534 esclarecimento do representante da cidadania, eu desmembrei a proposta  
6535 inicialmente lida em 2, primeiro um novo ponto de pauta aqui do comitê sobre os  
6536 relatórios e depois um ponto de pauta, uma audiência pública nossa do comitê  
6537 com esses convidados e externos.

6538 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
6539 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Só para poder fazer um esclarecimento,  
6540 por quem fez encaminhamento foi eu, na verdade não é um ponto de pauta, é uma  
6541 audiência pública de um dia inteiro para discutir o tema.

6542 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está no 4.10 o seu, não é Marcelo?

6543 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
6544 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Não é um ponto de pauta na ordinária  
6545 não, ordinária vão ter dois dias, vai ter a agenda dela.

6546 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Marcelo, o seu está no 4.10, é isso,  
6547 não é?

6548 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional  
6549 Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Certo. Só para esclarecer que tem  
6550 essa...





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6551 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) –Sra. Vitória (Conselho Federal da**  
6552 **OAB) –** Não tem... A gente já entendeu que são dois pontos de pauta diferente, se  
6553 alguém tiver proposta de encaminhamento, por favor, no microfone. Lúcio.

6554 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT) –** É são encaminhamento que eu acho que o  
6555 texto não ficou bom, porque a sugestão que eu fiz a deputada e obviamente se o  
6556 comitê puder reforçar isso é muito importante, mas a CPI é sobre a Política de  
6557 Saúde Mental Brasileira, independente do relatório, o relatório ele está aí exposto  
6558 para as pessoas avaliarem, o Ministério Público avaliar, enfim. Mas é uma CPI  
6559 sobre a Política de Saúde Mental no Brasil. Então, é maior do que o relatório.

6560 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Está ótimo. E a gente pode colocar  
6561 como subsídio o relatório? A gente envia o relatório ou a gente esquece o  
6562 relatório?

6563 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT) –** É porque o uma CPI, ela tem vistas em  
6564 observar como que o dinheiro público vem sendo invertido na rede de atenção  
6565 psicossocial, como que está se dando isso. Então, seria nesse sentido, sabe?  
6566 Mais amplo do que o relatório.

6567 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Está bem, entendi.

6568 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT) –** Óbvio que vai servir como instrumento de  
6569 análise, mas ele não é o principal. E posso fazer só... Sugestão de  
6570 encaminhamento de outra coisa?

6571 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Sim, sim.

6572 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT) –** Seria importante que o comitê... E aí  
6573 novamente em parceria com o Mecanismos, a gente queria fazer esse pedido para  
6574 vocês, que a gente pudesse pedir uma reunião com o Ministro da Saúde, e aí...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6575 **Interlocutor não identificado** – Opa, muito boa.

6576 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – E aí acho que seria importante parceria  
6577 com o comitê, a gente sentar com o Ministro da Saúde e traçar algumas reflexões  
6578 como ele foi apresentado. Um outro encaminhamento que nós gostaríamos de  
6579 trazer pelo comitê, perdão, do Mecanismos para o comitê...

6580 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Lucio, desculpa de interromper. Essa  
6581 do Ministério da Saúde é para discutir o relatório ou a política de saúde mental?

6582 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – Para discutir o relatório e as relações que  
6583 foram encontradas nessa inspeção nacional e assim como obviamente, as  
6584 recomendações sim.

6585 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Ótimo.

6586 **Sr. Lúcio Costa (Perito do MNPCT)** – É porque tem uma série de  
6587 recomendações que não deu tempo de apresentar. Um pedido para todas as  
6588 instituições, inclusive, do governo, todas as instituições têm assento aqui no  
6589 comitê, não é? Que vocês possam fazer a divulgação desse relatório em massa,  
6590 no site de vocês, não é? Seja da Sociedade Civil, seja do governo que vocês que  
6591 divulguem esse relatório no site de vocês. E aí uma sugestão para não sei como  
6592 que o comitê poderia operacionalizar isso, seria de criar uma agenda prioritária de  
6593 capacitação para os comitês estaduais existentes, sobre a temática de direitos  
6594 humanos e saúde mental, que hoje está no subsolo da discussão da política de  
6595 tortura no Brasil, nós precisamos trazer essa pauta como uma das pautas  
6596 importantes para a agenda de prevenção e combate à tortura, de uma forma que a  
6597 gente vê para fazer isso seria capacitação de comitês, e obviamente nós do  
6598 Mecanismos e estamos à disposição para contribuir na formulação de isso. É isso,  
6599 obrigado.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6600 **Interlocutor não identificado** – Legal. A minha proposta de encaminhamento é a  
6601 seguinte. Bom, primeiro eu concordo com todos os pontos, muito legais, no  
6602 entanto, eu gostaria de pedir ao Mecanismos através do Lúcio, a possibilidade de  
6603 se apresentar com adendo com referência como esse comportamento do hospital  
6604 público, esse comportamento do hospital particular, é o seu sente falta, queria  
6605 muito ver isso daí, porque eu estou muito preocupado, tem um volume grande de  
6606 hospital particular sugando esse dinheiro de maneira bastante descontrolada, sem  
6607 nenhum controle parecer do Ministério da Saúde, que me preocupa demais. É  
6608 possível fazer essa separação? Ok.

6609 **Interlocutora não identificada** – Postos só um esclarecimento de um...

6610 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sim.

6611 **Interlocutora não identificada** – Dos encaminhamentos, a audiência pública  
6612 seria já na próxima Reunião Ordinária?

6613 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – E isso implicaria, na verdade, uma  
6614 pauta que vai se apresentar amanhã no nosso planejamento, a nossa ideia é fazer  
6615 várias reuniões, com várias pautas diferentes, uma delas seria sobre saúde  
6616 mental, e aí estaria lá dentro a audiência, isso assim... A gente adianta um pouco  
6617 o tema da nossa pauta de amanhã. Daniel... Eu não sei quem estava inscrito  
6618 antes, desculpa, acho que é Henrique. Depois de você quem está com o prisma  
6619 levantado? Eu não enxergo daqui.

6620 **Sr. Daniel Daltin (Suplente - Representante do CNPCT pelo Ministério da**  
6621 **Saúde)** – Posso ir falando?

6622 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sim Daniel, vai.

6623 **Sr. Daniel Daltin (Suplente - Representante do CNPCT pelo Ministério da**  
6624 **Saúde)** – Dentro da proposta de trazerem conselhos e outras entidades, eu acho



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6625 que também não só a psiquiatria e a medicina estão envolvidas, mas também  
6626 pensar em outras entidades como enfermagem, T.O que também tem muito a  
6627 contribuir esse debate, e também atuam dentro desse tipo de estrutura, não é?  
6628 Então, mais ao campo de uma reflexão de convidados para esses espaços de  
6629 audiência.

6630 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Qual foi o outro que você falou além  
6631 de enfermagem?

6632 **Sr. Daniel Daltin (Suplente - Representante do CNPCT pelo Ministério da**  
6633 **Saúde)** – Aí eu acho que depois poderia ter uma... Eu não vou lembrar todos de  
6634 cabeça, mas enfermagem, terapia ocupacional, serviço social...

6635 **Sra. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Quando houver a proposta da  
6636 audiência especificamente com data e horário, a gente pedir o subsiste de todo  
6637 mundo que ajude nas entidades que serão convidadas. Então, esse é claro o  
6638 momento de adiantar um pouco, não tem problema nenhum, mas se não houver  
6639 aqui o nome exato não tem problema. É

6640 **Interlocutor não identificado** – Eu tenho só um encaminhamento bem rápido. Eu  
6641 gosto muito de documento... Falar me confunde, gosto de documentos. Ministério  
6642 da Saúde, Cidadania estão aqui, tripartite, justiça também, saúde, cidadania e  
6643 justiça, esses hospitais estão conveniados com o SUS.

6644 **Interlocutor não identificado** – Não, não, não, tripartite não são... Não são três  
6645 ministérios,3 tripartites que eu me referi aqui são, na verdade, gestores estaduais,  
6646 municipais ou federal.

6647 **Interlocutor não identificado** – Ah, perfeito, confundi com outro... Normativa.  
6648 Não, porque até foi dito que tem verdade. Então, se os ministérios que aqui estão  
6649 poderiam trazer para a gente os documentos, tudo que eles sabem sobre esses



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6650 hospitais que foram aqui... E aí a gente analisa documento também, eu gosto de  
6651 ter acesso a isso.

6652 Vitória (Conselho Federal da OAB) – É isso que o Quirino sugeriu, inclusive.

6653 **Interlocutor não identificado** – O que puder vir de documento. Não, porque  
6654 também tem a fala, tem que trazer o ministro, tem audiência pública, não sei se  
6655 isso entra como uma outra coisa assim, quero ver esse documento, eu gosto.

6656 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Ah, entendi. Então, o acesso Henrique,  
6657 seria isso? O acesso aos documentos que iriam subsidiar essa fala do governo  
6658 que contraria o relatório divulgado? Então, sem mais sugestões de  
6659 encaminhamento, a gente vai ajeitar os pontos e colocar para votação. Sylvia, tu já  
6660 falou, não é?

6661 **Interlocutor não identificado** – Presidente, posso só fazer encaminhamento?  
6662 Que eu li ali...

6663 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Sim.

6664 **Interlocutor não identificado** – Eu não estou contemplado com uma questão.

6665 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – A gente vai ajeitar ainda os... O seu  
6666 encaminhamento?

6667 **Interlocutor não identificado** – É, porque na verdade o seguinte, o que eu  
6668 sugeria aqui é para trazer essas entidades para o contraditório aqui, e também  
6669 que as entidades possam ter fala aqui do comitê. Então, na verdade, não só que  
6670 elas façam parte da audiência pública, a audiência pública vai ser uma audiência  
6671 aberta...



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6672 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
6673 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Uma questão de ordem, não dá para a  
6674 gente ir? Porque está se repetindo os argumentos, e aí assim eu vou querer falar.

6675 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, não, não...

6676 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu entendi.

6677 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – É o encaminhamento,  
6678 esse eu encaminhamento. No meu encaminhamento é que as entidades  
6679 representantes dos hospitais, que as entidades médicas que foram aqui citadas,  
6680 que estejam aqui e que possam também ter um espaço dentro do comitê para se  
6681 manifestar.

6682 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
6683 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Mas isso está apostado, está posto, se for  
6684 o mesmo que o senhor, o senhor manda, o senhor convida. Então, mas aí o  
6685 convite vai ser público.

6686 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não estava. Não, não,  
6687 não.

6688 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – É outro ponto Marcelo.

6689 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não é na audiência  
6690 pública, não é na audiência pública. É neste comitê, o comitê precisa se debruçar  
6691 sobre isso, é o comitê.

6692 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
6693 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Entendo a democracia, todo mundo vai  
6694 ter o mesmo espaço senhor, a gente não vai dar espaço privilegiado nem para a  
6695 Sociedade Civil, nem para o hospital.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6696 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não é privilegiado,  
6697 ela... O Mecanismos veio aqui e apresentou, ué, eu preciso dar o contraditório...

6698 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
6699 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Gente, pode votar a audiência pública,  
6700 vai ser nessa sala, vai ser nesse comitê. (intervenções simultâneas).

6701 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Porque não? É o medo  
6702 do contraditório? É o medo? Cadê a democracia? Democracia é só para um lado?

6703 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Quirino, por favor. Matheus, por favor.

6704 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – De democracia é só  
6705 para um lado aqui, é engraçado isso.

6706 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
6707 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Mas é uma questão de ordem que  
6708 você... Corte.

6709 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não, Marcelo eu estou encerrando. Aí  
6710 a gente vota e pronto, está ótimo, é esse. O primeiro ponto, Quirino eu peço que  
6711 você leia ali na tela e veja se você está contemplado com essa questão, que o  
6712 comitê ele se debrucha sobre o relatório em novo ponto de pauta chama as  
6713 entidades médicas citadas para que exerçam dentro do cometer o direito ao  
6714 contraditório.

6715 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – E representantes dos  
6716 hospitais que foram aqui citados.

6717 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Eu vou colocar aqui.  
6718 Representantes...

6719 **Interlocutora não identificada** – Posso fazer um esclarecimento?



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 6720 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB) – Representantes...**
- 6721 **Interlocutora não identificada –** Esse relatório é público?
- 6722 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania) –** Das entidades  
6723 fiscalizadas.
- 6724 **Interlocutora não identificada –** O relatório não é público? Assim, acho que  
6725 qualquer entidade pode publicar, mandar resposta, mandar ofício, mandar... Assim  
6726 (intervenções simultâneas).
- 6727 **Interlocutor não identificado –** Não, o relatório é público, porque o Mecanismos  
6728 veio aqui apresentar?
- 6729 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Eu entendi
- 6730 **Interlocutora não identificada –** Porque ele pediu a pauta para falar.
- 6731 **Interlocutor não identificado –** É então, então, eu também (intervenções  
6732 simultâneas).
- 6733 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Gente, pela ordem, por favor.
- 6734 **Interlocutor não identificado –** Porque as entidades médicas venham aqui,  
6735 porque não?
- 6736 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Por favor, por favor. Gente, por favor.
- 6737 **Interlocutor não identificado –** Só uma questão de ordem, presidenta?
- 6738 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Quirino, só a título de esclarecimento.
- 6739 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania) –** A democracia não vai  
6740 prevalecer?





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6741 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – O Mecanismos, ele compõe o sistema  
6742 junto com o comitê.

6743 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Ok, Frei, ok.

6744 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – É evidente isso.

6745 **Sra. Cândida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN)** –  
6746 gostaria de pedir aos homens que respeitassem a vice-presidente do comitê,  
6747 gostaria de pedir aos homens, gostaria de pedir aos homens, gostaria de pedir aos  
6748 homens tanto da Sociedade Civil, quanto do governo que respeitassem a fala de  
6749 Vitória, obrigada.

6750 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Obrigada Cândida. Não é fácil mesmo  
6751 quando o debate fica entre os homens dos dois lados mesmo, é difícil ser  
6752 respeitada aqui na frente. Obrigada a Cândida pela fala. O ponto 4.9, que é a  
6753 proposta do Quirino aqui, que eu estou redigindo e pedido aqui que ele veja na  
6754 tela se contempla exatamente o que ele falou, claro que a título de esclarecimento  
6755 eu entendo que o Mecanismos junto com o comitê compõem o sistema. Então, ele  
6756 está apresentando um relatório que pode ir para o contraditório sem sombra de  
6757 dúvidas. Eu vou colocar isso então em votação. As entidades que são favoráveis  
6758 ao encaminhamento do ponto 4.9 se manifestem, a gente faz uma rodada, eu  
6759 acho melhor, não é? Então, começando pelo lado, claro do governo, se  
6760 manifestem não microfone, por favor, são favoráveis, contrários ou se vai haver  
6761 abstenção. É Fabrício, o primeiro? Fabrício, por favor.

6762 **Sr. Fabrício** – Favorável.

6763 **Interlocutor não identificado** – MEC, favorável.

6764 **Interlocutor não identificado** – Ministério da cidadania, favorável.



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 6765 **Interlocutora não identificada** – Saúde, favorável
- 6766 **Interlocutor não identificado** – Gabinete, favorável.
- 6767 **Interlocutor não identificado** – SG, favorável.
- 6768 **Interlocutor não identificado** – Movimento Negro Unificado, desfavorável.
- 6769 **Interlocutor não identificado** – Contra.
- 6770 **Interlocutora não identificada** – Conselho Federal da OAB, contrário.
- 6771 **Interlocutora não identificada** – Conselho Federal de Psicologia, contrário.
- 6772 **Interlocutora não identificada** – CUT, contrário.
- 6773 **Interlocutora não identificada** – União Brasileira de Mulheres, contrário.
- 6774 **Interlocutora não identificada** – UFRN, contrário.
- 6775 **Interlocutora não identificada** – Justiça Global, contrário.
- 6776 **Interlocutor não identificado** – COADE, contrário.
- 6777 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos)** –
- 6778 É realmente muito sui generis trazer...
- 6779 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Henrique, é favorável, contrário ou
- 6780 abstenção.
- 6781 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos)** –
- 6782 Estou justificando o meu voto.
- 6783 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não precisa. É favorável, contrário ou
- 6784 abstenção.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 6785 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos) –**  
6786 Não, sou contrário, contrário.
- 6787 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO) –** Veja  
6788 só, considerando que para a gente o debate vai ajudar muito e vai trazer muitos  
6789 dados, até mais fortalecer...
- 6790 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Frei, por favor.
- 6791 **Sr. Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da ONG EDUCAFRO) –** A  
6792 sua forma do governo.
- 6793 **Interlocutor não identificado –** Da próxima ele vai trazer água benta e joga em  
6794 vocês.
- 6795 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Por favor, a votação continua.
- 6796 **Interlocutor não identificado –** Contrário, lógico. Contrário, lógico.
- 6797 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** Contrário?
- 6798 **Interlocutor não identificado –** Contrário.
- 6799 **Interlocutor não identificado –** Vitória, para simplificar, eu acho que todo mundo  
6800 aqui do governo é favorável ao próximo ponto, está bom?
- 6801 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB) –** O próximo ponto que audiência  
6802 pública?
- 6803 **Interlocutor não identificado –** É, já vai logo um bloco aí, o governo é favorável e  
6804 está tudo certo.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6805 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Mas nós somos favoráveis também.  
6806 Fechou? Ah, que legal. Não quer ficar... Não, tem mais coisas para votar Marco,  
6807 calma aí.

6808 **Interlocutor não identificado** – Marco, é o ritual amigo, vamos esperar.

6809 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Calma, é o 4.10 então que é chamar  
6810 instituições... As instituições inspecionadas, seus representantes, representantes  
6811 de classe para a audiência pública. Essa lista que está aqui, ela não é exaustiva, a  
6812 gente ainda não determinou quem seria chamado, uma audiência pública, a gente  
6813 vai ver quem são os convidados, chamar entidade da Sociedade Civil, acho que  
6814 nem está aqui, não é? Está bem. Então, seria uma proposta de audiência pública,  
6815 está claro. Então, por... Ao microfone. Temos que fazer no microfone. É

6816 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Todo o  
6817 governo é favorável. Todo mundo do governo é favorável.

6818 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está com procuração hoje Marco?

6819 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Sim, é essa e  
6820 a outra também da CPI também somos favoráveis.

6821 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – É?

6822 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – É.

6823 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, está provado por unanimidade  
6824 e... Foi.

6825 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Então, pronto.

6826 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Para a audiência pública. A CPI, deixa  
6827 eu ler antes para constar no sumário. Envio de ofício ao Congresso para



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6828 recomendar a abertura de CPI sobre a Política de Saúde Mental no Brasil, o  
6829 utilizando como subsídio relatório do Mecanismos sobre hospitais psiquiátricos.

6830 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Muito bem,  
6831 favorável. Boa noite a todos.

6832 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não, não, calma. Não acabou.

6833 **Interlocutor não identificado** – Não, não, espera aí, espera aí.

6834 **Interlocutor não identificado** – Bem, com o ministro também é favorável.

6835 **Interlocutor não identificado** – Não, não, eu... Não, eu quero fazer só uma  
6836 colocação.

6837 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Por favor.

6838 **Interlocutor não identificado** – Não, eu sou favorável a uma CPI, mas não  
6839 mandando o relatório que, na verdade, a gente precisa debater aqui.

6840 **Interlocutor não identificado** – A gente está em regime de votação Presidente  
6841 do vice-presidente.

6842 **Interlocutor não identificado** – Então, é isso então, então é isso?

6843 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, é contrário... Cidadania é  
6844 contrário, é isso?

6845 **Interlocutor não identificado** – Não, eu estão encaminhando isso. Não, não,  
6846 calma, eu não quero... Eu quero ponderar, não.

6847 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Cidadania é contrário.

6848 **Interlocutora não identificada** – Gente, é um esclarecimento sobre a proposta.



### **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6849 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu quero falar. Não,  
6850 calma, calma, calma. Não, não. Então, eu estou me referindo, eu não estou me  
6851 referindo a senhora, eu estou referindo a Presidente, eu não estou me referindo a  
6852 senhora, na verdade...

6853 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Gente, por favor. Sim. Quirino, por  
6854 favor. Por favor gente.

6855 **Interlocutora não identificada** – O senhor não está nos respeitando.

6856 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu não estou me  
6857 referindo a senhora....

6858 **Interlocutora não identificada** – Nem a mim e nem a vitória como mulher.

6859 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – A Presidente. Não,  
6860 como mulher?

6861 **Interlocutora não identificada** – Ele está fazendo encaminhamento.

6862 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu falei alguma coisa  
6863 contra mulher aqui?

6864 **Interlocutora não identificada** – O senhor gritar, por isso que eu estou gritando,  
6865 baixa o seu tom de voz e respeita o encaminhamento.

6866 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Qual o problema? Eu  
6867 estou falando alguma coisa contra mulher aqui?

6868 **Interlocutora não identificada** – O senhor está desrespeitando as mulheres.

6869 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Quirino, seu esclarecimento, por favor.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6870 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – O meu esclarecimento  
6871 é o seguinte, eu sou favorável a CPI, claro que sou, avaliar recurso públicos,  
6872 avaliar uma série de coisas, agora subsidiar a CPI com relatório que os hospitais?  
6873 Esse é o meu ponto, isso só contrário, eu sou favorável, eu sou favorável à CPI,  
6874 claro que eu sou. Agora fazer o encaminhamento com base em um relatório que  
6875 nós do comitê, que eu, inclusive, reitero isso, que acha que a gente tem que se  
6876 debruçar sobre esse relatório, aí eu sou contra.

6877 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Eu entendo. Marcelo, eu peço  
6878 desculpas, estou em tentando entender o encaminhamento que está sendo  
6879 proposto aqui, essa é a questão. Eu não lembro que fez a proposta do 4.11 essa é  
6880 a questão, mas já está aqui dizendo que essa proposta de encaminhamento seria  
6881 dessa forma, e aí estamos abertos a votação agora. Então, nessa forma que está  
6882 na tela a votação está acontecendo, os favoráveis, contrários no microfone agora  
6883 então, já que pelo que eu entendi tenho uma dissidência aqui dentro do governo.  
6884 Então, começando pelo MEC.

6885 **Interlocutor não identificado** – Favorável.

6886 **Interlocutor não identificado** – Favorável aqui. Precisa esclarecer o que a gente  
6887 está votando.

6888 **Interlocutor não identificado** – Ao que está escrito na tela colega.

6889 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Por favor. Por favor, querendo agora  
6890 favorável, contrário ou abstenção? Se não sabe eu sugiro uma abstenção.

6891 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Do jeito que está?  
6892 Contrário.

6893 **Interlocutora não identificada** – Eu sou contrária da forma que está.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 6894 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Eu justificando  
6895 aqui, eu sou favorável, porque o relatório é público e...
- 6896 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está ótimo Marco, obrigado pela  
6897 votação.
- 6898 **Interlocutor não identificado** – Favorável.
- 6899 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Não foi no microfone, não foi no  
6900 microfone.
- 6901 **Interlocutor não identificado** – MNU, favorável.
- 6902 **Interlocutor não identificado** – SOMOS, é favorável.
- 6903 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Conselho Federal da OAB é favorável.
- 6904 **Interlocutora não identificada** – Conselho Federal de Psicologia é favorável.
- 6905 **Interlocutora não identificada** – CUT, favorável.
- 6906 **Interlocutora não identificada** – UBM, favorável.
- 6907 **Interlocutora não identificada** – UFRN, favorável.
- 6908 **Interlocutora não identificada** – Justiça Global, favorável.
- 6909 **Interlocutor não identificado** – COADE, favorável.
- 6910 **Interlocutor não identificado** – CONECTAS, favorável.
- 6911 **Interlocutor não identificado** – EDUCAFRO, favorável.
- 6912 **Interlocutor não identificado** – RENILA, favorável.





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6913 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, eu dou como aprovada, Carol  
6914 vai fazer aqui depois a... O número, mas vendo que só são dois contrários. 4.12 é  
6915 comitê e Mecanismos pedem reunião com o Ministro da Saúde, para discutir as  
6916 violações apresentadas do relatório e as recomendações. Ao microfone, por favor.  
6917 A pessoa do MEC foi embora?

6918 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Cidadania, favorável.

6919 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – MEC, por favor.

6920 **Interlocutora não identificada** – Saúde, favorável.

6921 **Interlocutor não identificado** – MEC, favorável.

6922 **Interlocutor não identificado** – Eu sou favorável, gabinete.

6923 **Interlocutor não identificado** – SG, favorável.

6924 **Interlocutor não identificado** – MNU, favorável.

6925 **Interlocutor não identificado** –SOMOS, é favorável.

6926 **Interlocutora não identificada** – CFOAB, é favorável.

6927 **Interlocutora não identificada** – CFP, favorável.

6928 **Interlocutora não identificada** – CUT, favorável.

6929 **Interlocutora não identificada** – UBM, favorável.

6930 **Interlocutora não identificada** – UFRN, favorável.

6931 **Interlocutora não identificada** – Justiça Global, favorável.

6932 **Interlocutor não identificado** – COADE, favorável.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 6933 **Interlocutor não identificado** – CONECTAS, favorável.
- 6934 **Interlocutor não identificado** – EDUCAFRO, favorável.
- 6935 **Interlocutor não identificado** – RENILA, favorável.
- 6936 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, eu dou aprovado esse ponto por  
6937 unanimidade.... Não, vocês que fizeram o meu encaminhamento, agora estamos  
6938 aqui votando. Representantes do governo é Sociedade Civil é uma  
6939 recomendação, na verdade, é um pedido, vamos ter que elaborar isso aí.
- 6940 **Interlocutor não identificado** – É uma recomendação.
- 6941 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – É uma recomendação para que  
6942 governo e Sociedade Civil divulguem o relatório em seus respectivos sites. É um  
6943 relatório que já é público, não é? Apenas na ampla divulgação. Iniciando a votação  
6944 pelo MEC novamente.
- 6945 **Interlocutor não identificado** – Eu me abstenção. MEC se abstém.
- 6946 **Interlocutor não identificado** – Contra. Ministério da Cidadania.
- 6947 **Interlocutora não identificada** – Eu me abstenho.
- 6948 **Interlocutor não identificado** – Abstenção.
- 6949 **Interlocutor não identificado** – Abstenção.
- 6950 **Interlocutor não identificado** – MNU, favorável.
- 6951 **Interlocutor não identificado** – SOMOS, é favorável.
- 6952 **Interlocutora não identificada** – CFOAB, é favorável.
- 6953 **Interlocutora não identificada** – CFP, favorável.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 6954 **Interlocutora não identificada** – CUT, favorável.
- 6955 **Interlocutora não identificada** – UBM, favorável.
- 6956 **Interlocutora não identificada** – UFRN, favorável.
- 6957 **Interlocutora não identificada** – Justiça Global, favorável.
- 6958 **Interlocutor não identificado** – COADE, favorável.
- 6959 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Para só um minutinho, por favor. Me  
6960 ajuda, só para eu anotar aqui, está bem? Pode colar o de cima Carol, porque toda  
6961 a Sociedade Civil está no favorável. 4.14, CNPCT, eu não é para quem fez essa  
6962 recomendação novamente, promover capacitações para comitê sobre tortura e  
6963 saúde mental. Eu acho que essa é uma recomendação que ficou tão ampla...
- 6964 **Interlocutora não identificada** – O Lúcio quem fez essa recomendação.
- 6965 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Que a gente não... Então...
- 6966 **Interlocutora não identificada** – Eram os comitês estaduais.
- 6967 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Era sobre direitos humanos, saúde  
6968 mental? Sim. Se nos ajudar.
- 6969 **Interlocutor não identificado** – O Henrique fez uma sugestão que talvez,  
6970 inclusive, seja estratégica no sentido da preparação dessa capacitação, que seria  
6971 criar no âmbito do comitê um GT de direitos humanos e saúde mental.
- 6972 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, essa proposta está sendo  
6973 retirada, não é? Ou é uma metodologia para isso acontecer? Está bem. Então,  
6974 colocando em votação aqui, que o comitê promova capacitações para a comitês



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

6975 estaduais sobre direitos humanos, tortura e saúde mental. A votação e inicia então  
6976 novamente pelo MEC.

6977 **Interlocutor não identificado** – MEC, favorável.

6978 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Cidadania, por favor.

6979 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Cidadania, favorável.

6980 **Interlocutora não identificada** – Saúde, favorável.

6981 **Interlocutor não identificado** – Gabinete, favorável.

6982 **Interlocutor não identificado** – SG, favorável.

6983 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – MNU?

6984 **Interlocutor não identificado** – MNU, favorável.

6985 **Interlocutor não identificado** – SOMOS, é favorável.

6986 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. E toda a Sociedade Civil  
6987 favorável a esse lado, Carol, só copia. Então, eu dou aprovada por na venda de  
6988 também. 4.15, acesso a documentos do governo. Eu gostaria de colocar, na  
6989 verdade, esse ponto para a nossa audiência pública, eu acho que subsidiar ia  
6990 muito bem a nossa audiência pública, se o governo pudesse franquear esse  
6991 acesso, mas está como ponto de pauta separado, só pensando num  
6992 encaminhamento mais útil aqui, porque o encaminhamento é só acesso a  
6993 documentos do governo.

6994 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que faz sentido talvez... Estão com  
6995 preguiça de pensar agora, a gente pode pensar em um GT amanhã paritária  
6996 também, eu acho que tem interesse do governo criar um GT paritária depois para



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6997 a gente discutir saúde mental e tortura de uma maneira mais ampla, não sei se foi  
6998 sentido manter o governo... Mande tudo, não é? Acho que não, vai ter muito  
6999 documento.

7000 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Acho que para a audiência pública teria  
7001 que ter esse compromisso então de...

7002 **Interlocutor não identificado** – Eu sou favorável, eu acho que a gente precisa  
7003 trazer documentação, a gente precisa trazer tudo que tenha acontecido nessa  
7004 área, eu acho que isso daí é imprescindível.

7005 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, o compromisso de vocês e de  
7006 enviarem para cometer, para todos os membros do comitê os documentos que  
7007 contrária variam, digamos assim, o relatório ou que subsidiariam outros pontos de  
7008 vista.

7009 **Interlocutor não identificado** – Não, que contrariam... Na verdade, é enviar  
7010 documentos, a gente vai enviar, eu acho que o comitê pode pedir documentos,  
7011 enfim, mas eu acho que é importante.

7012 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem. Mas pensando em uma  
7013 efetividade, isso seria interessante que enviasse para a gente antes dessa  
7014 audiência pública.

7015 **Interlocutor não identificado** – Claro.

7016 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Para gente vir preparado para a  
7017 audiência, não é? Seria melhor.

7018 **Interlocutor não identificado** – Perfeito. Acho importante, acho importante lançar  
7019 luz nessas questões.

7020 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Está bem.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7021 **Interlocutor não identificado** – A gente não vai especificar quais são os  
7022 documentos. Então, quem sabe além claro, dos documentos que o governo  
7023 entender pertinentes, Mecanismos pode indicar quais documentos acho  
7024 pertinentes também.

7025 **Interlocutora não identificada** – Sim, acho que a gente pode ver não só o que o  
7026 comitê acha pertinente, mas toda a documentação da política de saúde mental,  
7027 não é? Eu posso disponibilizar sem nenhum problema o que tange o Ministério da  
7028 Saúde.

7029 **Sr. Vitória (Conselho Federal da OAB)** – Então, lá na tela para ver se fica  
7030 suficiente essa proposta de encaminhamento. Henrique, se você puder olhar já  
7031 que a proposta é sua. Compromisso do Ministério da Cidadania e Saúde em é  
7032 enviar a documentação sobre este tema, Política de Saúde Mental para subsidiar  
7033 a audiência pública. Antes da audiência pública, não é? Então, votação, esse  
7034 encaminhamento acho que vai ser unânime, não é? Então, só vamos falar o que  
7035 está lá em cima eu dou aprovado por unanimidade. 4.16; convidar as... Eu acho  
7036 que esse que passou já. Convidar entidades citadas pelo Mecanismos e pelo  
7037 CFM, ABP, representante de hospitais... Imagino que isso possa estar na nossa  
7038 audiência pública também, não é? Esse compromisso do convite, porque eu acho  
7039 que isso aqui a gente já voltou anteriormente. Assim? Então, é isso, eu agradeço a  
7040 presença até o final de todos, dou por encerrada o primeiro dia de reunião,  
7041 amanhã às 8h30 aqui, por favor.

7042

7043 **Dia 10/03/2020 – Manhã:**

7044 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7045 **Humanos)** – Enquanto todo mundo vai entrando, deixa eu dar bom-dia para todo  
7046 mundo, é uma alegria está aqui, atrasada, não é? Já devia ter vindo antes, mas a



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7047 correria não deixa, ministério novo, tudo se organizando, mas a partir de agora  
7048 quero estar mais presente, quero inclusive, Carolina... Vitória, começar a dividir  
7049 aqui com você os trabalhos, essa é a nossa intenção e eu vim hoje  
7050 especificamente, porque eu queria muito participar, eu estava vendo na falta com  
7051 relação ao planejamento, eu quero está participando esse momento do  
7052 planejamento para a gente tentar adequar algumas ações, algumas agendas,  
7053 quero muito participar desse momento. Essa nossa pauta, nós temos também logo  
7054 no início o edital da seleção dos peritos, eu acho que a gente já podia ver a  
7055 questão do edital rápido, passar e a gente e para o planejamento, que na  
7056 sequência já referia o planejamento, é isso? Ham, ham. Vamos priorizar a nossa  
7057 pauta, aqui o edital e depois a gente vai para o planejamento. Todos já receberam  
7058 a minuta do planejamento? Eu acho que se todo mundo já recebeu, todo mundo já  
7059 leu, a gente podia colocar em votação o edital, minuta do edital para a gente já  
7060 pular essa etapa, eu acho que todo mundo tem pressa que esse edital saia logo,  
7061 gente já podia colocar em votação. Em votação. Aprovado? Como que está a  
7062 votação?

7063 **Interlocutora não identificada** – A gente tem um Grupo de Trabalho, a Ministra  
7064 só atualizando como é que manda os trabalhos do edital, é que fazem parte...  
7065 Deixa eu lembrar. Marcelo, Cândida, Emilly hoje, quem mais Emilly pelo  
7066 governo? E o Felipe. Então, seria interessante se os integrantes do Grupo de  
7067 Trabalho pudessem apresentar o edital que foi debatido.

7068 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7069 **Humanos)** – Acho que todo mundo já recebeu, todo mundo já leu? Não, ninguém  
7070 recebeu o edital ainda? A gente já enviou por e-mail, está bem? A gente já  
7071 recebeu por e-mail, mandou por e-mail. A gente podia já passar essa etapa, gente  
7072 já fazem... Vamos colocar em votação, porque eu queria... Eu tenho um horário  
7073 um tanto apertado, queria muito ficar na questão do planejamento, vamos colocar



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7074 em votação? Eu acho que a minuta está muito boa, eu participei, inclusive, lendo  
7075 bastante dela, vamos colocar a minuta em votação, pode ser?

7076 **Interlocutora não identificada** – E deixa o bloco do governo, é todo favorável,  
7077 ok?

7078 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Quirino do Ministério da  
7079 Cidadania, Governo Federal. Os representantes votam favorável.

7080 **Interlocutora não identificada** – Todo o bloco do governo é favorável.

7081 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7082 **Humanos)** – Votado, favorável?

7083 **Interlocutora não identificada** – A gente tem destaque... Eu tenho destaque para  
7084 a gente fazer no edital, mas a não recebi ainda. Obrigada.

7085 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7086 **Humanos)** – Ok.

7087 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7088 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Marcelo, RENILA, bom dia.

7089 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7090 **Humanos)** – Bom-dia.

7091 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7092 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Eu queria pedir se possível a Mesa  
7093 Diretora da Comissão dos Trabalhos, de que a gente pudesse no mínimo esperar  
7094 a colega Cândida, a porque tem um GT, Excelentíssima Ministra, que ficou  
7095 responsável por cuidar a parte do encaminhamento do pleno, para que pudesse  
7096 ser feito esse trabalho. Então, tanto a Cândida, um determinado...





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7097 **Interlocutor não identificado** – Eu só gostaria de colocar uma questão. Nós já  
7098 avançamos 15 minutos do horário, gostaria que a votação fosse procedida.

7099 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7100 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Mesa, eu estou com a fala. Posso  
7101 concluir?

7102 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7103 **Humanos)** – Pode sim, pode sim. Como é o seu nome?

7104 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7105 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Marcelo Magalhães Andrade.

7106 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7107 **Humanos)** – Oh Marcelo, sim.

7108 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7109 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Então, considerando esse trabalho que  
7110 foi feito, eu acho que todos nós que já participamos de que participamos do  
7111 passado e ainda participamos no presente, de órgãos e de controle social, de  
7112 políticas públicas, a gente sabe que mesmo que a gente tem apresentação do  
7113 edital excelentíssima ministra, a gente vai ter vários destaques, eu acho que tanto  
7114 por parte do governo...

7115 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7116 **Humanos)** – Marcelo oh. Eu acho que edital é uma praxe do comitê, todo mundo  
7117 conhece o edital, não tem novidades no edital, o edital está aí, eu vou colocar em  
7118 votação, vamos fazer votação? Eu queria os votos.

7119 **Interlocutora não identificada** – Ministra não tem consenso ainda, a gente tem  
7120 destaques para fazer.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7121 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7122 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Mas Ministra a Sociedade Civil tem  
7123 vários destaques, a gente não vai aprovar um edital e pronto.

7124 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7125 **Humanos)** – Nós vamos votar, eu vou colocar em votação e vamos registrar os  
7126 votos.

7127 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7128 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Eu peço vistas então para as últimas  
7129 modificações.

7130 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7131 **Humanos)** – Eu não conceder vistas. Marcelo, eu não vou conceber vista, a gente  
7132 tem pressa desse edital, a gente vai adiar para mais 2, 3 meses, eu não vou  
7133 conceder vistas.

7134 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7135 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Tudo bem ministra, a senhora estava  
7136 direito regimental de negar vistas, mas que fica registrado esquivar RENILA está  
7137 pedido vistas está pedindo, na verdade, destaques antecipados as várias partes  
7138 do edital.

7139 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7140 **Humanos)** – Registrado Marcelo.

7141 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7142 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – O que contradiz que o edital não possa  
7143 ser aprovado em bloco. Então...

7144 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7145 **Humanos)** – Vamos registrar os votos?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 7146 **Interlocutor não identificado** – Perfeito.
- 7147 **Interlocutora não identificada** – Ministra, só uma dúvida minha que aqui está,  
7148 visa suprir X vagas, quantas seria as vagas? Nessa minuta que eu ganhei, não é?
- 7149 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7150 **Humanos)** – Sim.
- 7151 **Interlocutora não identificada** – Não sei se a minha está finalizada.
- 7152 **Interlocutor não identificado** – São as vagas abertas, não é? Que a próprio  
7153 Carolina já apresentou.
- 7154 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7155 **Humanos)** – As vagas em aberto. Vamos registrar o voto, a gente já passar essa  
7156 fase...
- 7157 **Interlocutor não identificado** – O Ministério da Defesa...
- 7158 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7159 **Humanos)** – Esses é simplesmente burocrático e a gente já ir para o  
7160 planejamento, próximo voto.
- 7161 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Defesa, voto favorável ao edital.
- 7162 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7163 **Humanos)** – Favorável. Registrando voto do bloco do governo é favorável?  
7164 Próximos votos. Ok, próximo voto. Quem pediu o voto? Próximo.
- 7165 **Interlocutor não identificado** – Eu gostaria de falar ministra, posso?
- 7166 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7167 **Humanos)** – Sim, sim.



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7168 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) – É**  
7169 não, apenas reiterar o colocado pelo Marcelo. Meu nome é Rodrigo Sérvulo da  
7170 Cunha, Coletivo Advogados para a Democracia.

7171 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7172 **Humanos) – Sim.**

7173 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –**  
7174 Nós temos aí vários destaques, nós precisamos minimamente definir todos esses  
7175 destaques.

7176 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7177 **Humanos) – Oh Marcelo, vamos para o voto? Se a gente perder, a gente nota**  
7178 **para os destaques. Vamos para o voto? Vamos embora? Eu tenho pressa desse**  
7179 **edital.**

7180 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –**  
7181 **Ministra, a questão não é...**

7182 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7183 **Humanos) – Marcelo, vamos para o voto?**

7184 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –**  
7185 **Vencer ou perder.**

7186 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7187 **Humanos) – Marcelo, vamos para o voto?**

7188 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –**  
7189 **Rodrigo, por favor.**

7190 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7191 **Humanos) – Rodrigo, vamos para o voto? Voto.**



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 7192 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –** Eu  
7193 não tenho...
- 7194 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7195 **Humanos) –** Não vai registrar o voto?
- 7196 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –**  
7197 Ministra, nós precisamos debater destaques.
- 7198 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7199 **Humanos) –** Rodrigo, simplesmente uma questão burocrática, uma questão...
- 7200 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –**  
7201 Não é burocrática ministra.
- 7202 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7203 **Humanos) –** O edital foi passado. Voto, por favor.
- 7204 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –**  
7205 Ministra, existem destaques onde o coletivo precisa definir com relação a isso.
- 7206 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7207 **Humanos) –** Próximo voto? Vamos registrar os votos?
- 7208 **Interlocutor não identificado –** Secretaria-Geral, a favor.
- 7209 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7210 **Humanos) –** O bloco de governo, tu já falaste? Próximo voto?
- 7211 **Interlocutor não identificado –** A minha sugestão ministra. Então, colocar a  
7212 votação individual, que aí quem não quiser votar, é uma abstenção, não é?



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 7213 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7214 **Humanos) – Ok.**
- 7215 **Interlocutor não identificado –** Então, se podemos começar pelo, não é?
- 7216 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7217 **Humanos) –** Aqui já foi, todo mundo já se manifestou? Ok. Voto?
- 7218 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7219 **Internúcleos da Luta Antimanicomial) –** Eu acho que a Sociedade Civil está  
7220 espantada com a primeira aparição da senhora ministra.
- 7221 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7222 **Humanos) –** Deixa eu falar uma coisa.
- 7223 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7224 **Internúcleos da Luta Antimanicomial) –** A senhora está aparecendo como um  
7225 trator, a senhora está atropelando um processo que foi feito de maneira  
7226 democrática por um Grupo de Trabalho, e a senhora está tipo desconsiderando  
7227 que a Sociedade Civil tem destaques.
- 7228 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7229 **Humanos) –** Próximo voto.
- 7230 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7231 **Internúcleos da Luta Antimanicomial) –** Ministra, a senhora está chegando aqui  
7232 depois de ter extinto o mecanismo do qual a senhora veio aqui matar um edital,  
7233 vamos fazer umas considerações ministra.
- 7234 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7235 **Humanos) –** Vamos votar? Vamos para o voto?



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 7236 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7237 **Internúcleos da Luta Antimanicomial) –** Vamos fazer umas considerações.
- 7238 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7239 **Humanos) –** Vamos para o voto?
- 7240 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –**  
7241 **Ministra, sabe? A senhora está tratorando, com todo o respeito. Nós estamos**  
7242 **aqui...**
- 7243 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7244 **Humanos) –** O edital é um instrumento formal, foi passado, foi... Não há novidade  
7245 **no edital.**
- 7246 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –**  
7247 **Ministra, o assunto muito sério ministra.**
- 7248 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7249 **Humanos) –** Vamos para a votação?
- 7250 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –**  
7251 **Nós temos uma as pendências, nós precisamos enquanto coletivo definir esses**  
7252 **temas, e aí nós votamos.**
- 7253 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7254 **Humanos) –** Vamos para a votação?
- 7255 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) –** A  
7256 **senhora chega...**
- 7257 **Interlocutor não identificado –** Todo mundo teve acesso...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 7258 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha (Coletivo Advogados para a Democracia) – A**  
7259 **senhora chega de regime de urgência e colocar em votação?**
- 7260 **Interlocutor não identificado – Sugestão para mesa, quem não se manifestar**  
7261 **seja considerado abstenção.**
- 7262 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7263 **Humanos) – Ok.**
- 7264 **Sra. Silvana Conti (Representando a União Brasileira de Mulheres) – Ministra,**  
7265 **eu gostaria de fazer uma questão de ordem, eu sou Silvana Conti da UBM. A**  
7266 **gente tem uma programação aqui, que a pauta do edital, ela é da 8h30 até 12h.**  
7267 **Então, eu gostaria que a gente pudesse de uma maneira muito fraterna, não é?**  
7268 **Cumprir os ritos, tem um Grupo de Trabalho que o governo, inclusive, participa e**  
7269 **que foi feito todo um trabalho detalhado. Então, gostaria que a gente pudesse**  
7270 **manter...**
- 7271 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7272 **Humanos) – É confiando no trabalho do grupo...**
- 7273 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7274 **Internúcleos da Luta Antimanicomial) – E uma questão de ordem, e uma**  
7275 **questão de ordem...**
- 7276 **Sra. Silvana Conti (Representando a União Brasileira de Mulheres) – Eu não**  
7277 **encerrei a minha fala ainda, eu gostaria que...**
- 7278 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7279 **Internúcleos da Luta Antimanicomial) – Perdão Silvana, pode continuar.**





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 7280 **Sra. Silvana Conti (Representando a União Brasileira de Mulheres)** – Eu  
7281 gostaria que a gente mantivesse a pauta da reunião, independente das diferenças  
7282 que tenhamos.
- 7283 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7284 **Humanos)** – 8h30 edital da votação... Votação do edital.
- 7285 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7286 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Então, essa não é a pauta ministra, a  
7287 senhora está equivocada.
- 7288 **Interlocutora não identificada** – É o planejamento, gente fez uma inversão de  
7289 pauta, peço que respeite a nossa reunião de ontem ministra, foi feita uma inversão  
7290 de pauta, a senhora tem a prerrogativa de inverter novamente.
- 7291 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7292 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – E a senhora não submeteu votação ao  
7293 plano.
- 7294 **Interlocutora não identificada** – Não tem problema, mas abra, instaura reunião,  
7295 conte o quórum e depois faça uma versão de pauta
- 7296 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7297 **Humanos)** – A secretaria já fez.
- 7298 **Interlocutora não identificada** – Fazer de maneira sodada é um equívoco  
7299 ministra.
- 7300 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7301 **Humanos)** – A secretaria já contou o quórum, o quórum está registrado.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7302 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7303 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Ministra, ministra, por favor, são um  
7304 minuto, eu posso falar mesa? Eu posso falar mesa?

7305 **Interlocutora não identificada** – Não é registrado em microfone.

7306 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7307 **Humanos)** – Em votação o edital.

7308 **Interlocutor não identificado** – Ministério da cidadania, a gente...

7309 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7310 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – A senhora está descumprindo o  
7311 regimento, está descumprindo o regimento do comitê.

7312 **Interlocutor não identificado** – A gente precisa continuar com a votação, por  
7313 favor mesa.

7314 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7315 **Humanos)** – Em votação. Quem não se manifestar nós vamos dar por abstenção.

7316 **Sra. Silvia Dias (Representante da Prevenção e Combate a Tortura)** – Está  
7317 bem. Com licença, meu nome é Silvia Dias, representa a Prevenção e Combate a  
7318 Tortura. Nós temos um assento como convidada permanente, nossa entidade não  
7319 vota, eu entendo que a pauta está um edital para a eleição do mecanismo na  
7320 saúde e proteção à combate à tortura. Nós não recebemos a documentação em,  
7321 como convidado permanente a gente não recebe, nada é compartilhado com a  
7322 gente. Então, se sempre ocorre nesse pleno, nesse colegiado é que o produto que  
7323 é trabalhado, ele é apresentado ao pleno, inclusive, para opções, se tiver alguma  
7324 posição de comentário, destaque. Então, eu queria saber se deveria ser  
7325 apresentado primeiramente o produto. O que está em votação?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7326 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7327 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Só um minuto Silvia, por favor, só um  
7328 minuto. Eu quero a atenção, principalmente do governo e da Ministra veicular  
7329 questão regimental, regimental do comitê, a ata estava aprovada ministra, eu  
7330 entendo a necessidade da pressa da vossa senhoria, senhora colocou isso, mas a  
7331 senhora inverter pauta já aprovada, isso é ilegítimo regimentalmente, a Sociedade  
7332 Civil que está presente no momento não irá votar, porque entende que isso é uma  
7333 burla ao regimento, porque já estava votado. Então, para fazer a alteração na  
7334 pauta aprovada, inversão? Aí a senhora no mínimo teria que pediu uma votação  
7335 aqui, também sei que o regimento permite, porque foi feita aprovação da pauta no  
7336 início. Então, eu acho que a Sociedade Civil se nega a fazer parte dessa  
7337 misancene, essa mise en place esdrúxula, e depois vocês não se haver com os  
7338 organismos internacionais, porque isso é uma quebra regimental.

7339 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7340 **Humanos)** – É exatamente para a gente não se ver com os organismos  
7341 internacionais que eu tenho pressa no edital...

7342 **Sr. Marcelo Magalhães Andrade (Representante da Rede Nacional**  
7343 **Internúcleos da Luta Antimanicomial)** – Cuidando com descuido, como ventura  
7344 de regime.

7345 **Interlocutora não identificada** – CFP, CFP.

7346 **Interlocutora não identificada** – X vagas existentes, X vagas existentes não é  
7347 um edital aprovável, X vagas existentes?

7348 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7349 **Humanos)** – São as vagas remanescentes.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 7350 **Interlocutora não identificada** – São 500 ou são 1? Não está escrito vagas  
7351 remanescentes, está escrito X vagas existentes.
- 7352 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7353 **Humanos)** – São as vagas remanescentes.
- 7354 **Interlocutora não identificada** – Então, a senhora peça destaque e redija, são as  
7355 vagas remanescentes.
- 7356 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7357 **Humanos)** – É a votação.
- 7358 **Interlocutora não identificada** – Esse edital não está apto a se aprovado.
- 7359 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7360 **Humanos)** – A sociedade... CFP vai se manifestar?
- 7361 **Interlocutor não identificado** – Eu gostaria primeiramente de cumprimentar a  
7362 ministra, é um grande prazer conhecer a senhora, nós tivemos aqui ontem a  
7363 apresentação do relatório, eu represento uma associação que defende a pauta  
7364 LGBT é que do comitê e sou membro da Mesa Diretora. Então, eu também ajudei  
7365 a provar a pauta e só para fazer o registro todos os colegas presentes, ontem  
7366 estive é que a Marina, a senhora conhece a Marina Raidel?
- 7367 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7368 **Humanos)** – Conheço.
- 7369 **Interlocutor não identificado** – Marina Raidel é uma pessoa fenomenal e ela  
7370 apresentou esse relatório maravilhoso sobre a situação das pessoas a LGBT  
7371 encarceradas. Então, eu gostaria que de antes de iniciarmos a sessão, fazer os  
7372 meus cumprimentos a senhora, ao trabalho desenvolvido...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 7373 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7374 **Humanos)** – Vamos caminhar para execução?
- 7375 **Interlocutora não identificada** – Do Ministério da Mulher, Famílias e Direitos  
7376 Humanos.
- 7377 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7378 **Humanos)** – Esse relatório é precioso para mim e faz parte do nosso trabalho.
- 7379 **Interlocutor não identificado** – E também comentar a questão da importância de  
7380 desse edital, a gente ver o uma série de destaques, porque eles estão ali  
7381 pintadinhos e eu não sei exatamente aqueles significam. Então, questão eu acho  
7382 da Sociedade Civil, não é exatamente dizer se vai votar ou se não vai voltar, mas  
7383 essa saber o que está voltando senhora ministra, inclusive, ali, por exemplo, no  
7384 ponto 4.1 nós temos vários...
- 7385 **Interlocutora não identificada** – A Sociedade Civil vai levantar e sair, não vai ter  
7386 quórum para votação, eu peço que a gente levante e vai embora.
- 7387 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7388 **Humanos)** – Em votação.
- 7389 **Interlocutor não identificado** – Nós temos o ponto 6...
- 7390 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7391 **Humanos)** – Está encerrada a votação.
- 7392 **Interlocutor não identificado** – Fase de entrevistas.
- 7393 **Interlocutora não identificada** – Só um pouquinho ministra, só um pouquinho.
- 7394 **Interlocutor não identificado** – Quem não votou que se registre em abstenção.



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 7395 **Interlocutora não identificada** – Desrespeito não. Desrespeito não.
- 7396 **Interlocutor não identificado** – A votação foi aberta, votação foi aberta.
- 7397 **Interlocutora não identificada** – Desrespeito não.
- 7398 **Interlocutor não identificado** – Não, vocês...
- 7399 **Interlocutora não identificada** – Vamos respeitar as pessoas ministra, é um  
7400 apelo.
- 7401 **Interlocutor não identificado** – Não houve manifestação durante a votação.
- 7402 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7403 **Humanos)** – Está encerrada a votação.
- 7404 **Interlocutor não identificado** – Não houve...
- 7405 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7406 **Humanos)** – Aprovado pela maioria do colegiado.
- 7407 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7408 **Humanos)** – Nós temos pressa no edital para das respostas que a sociedade  
7409 quer, que tanto o mecanismo quer ver pela que tanto o comitê quer, vim aqui para  
7410 participar do planejamento... Lamento, mas está encerrada a votação. Vamos  
7411 continuar a pauta.
- 7412 **Interlocutora não identificada** – Doutora ministra?
- 7413 **Interlocutor não identificado** – Ministra, a senhora veio aqui tumultuar a sessão,  
7414 a senhora nunca deu as caras aqui senhora ministra.
- 7415 **Interlocutor não identificado** – Você está tumultuando a sessão, essa sessão  
7416 começou às 8h30.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 7417 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7418 **Humanos)** – Eu vim para colocar... Acompanhando a pauta.
- 7419 **Interlocutor não identificado** – A senhora só veio tumultuar a sessão ministra.
- 7420 **Interlocutor não identificado** – Começou às 8h30 essa reunião.
- 7421 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7422 **Humanos)** – Eu vim para participar da sessão de estarei aqui.
- 7423 **Interlocutor não identificado** – Ministra, a senhora nunca teve interesse aqui
- 7424 **Interlocutor não identificado** – Às 8h30 é o horário para chegar.
- 7425 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7426 **Humanos)** – Vamos? Encerrado a votação?
- 7427 **Interlocutora não identificada** – Doutora ministra?
- 7428 **Interlocutor não identificado** – Se eu fosse o um encaminhamento para mesa,  
7429 que se registre dos votos que foi dado o direito ao voto, quem não voto no  
7430 momento que seja registrado abstenção.
- 7431 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7432 **Humanos)** – Ok. Está encerrada a votação.
- 7433 **Interlocutor não identificado** – Eu só quero dizer que combate à tortura virou  
7434 negócio, não é senhor Quirino?
- 7435 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Da sua parte pode ser.
- 7436 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7437 **Humanos)** – É sempre assim as reuniões?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 7438 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Da sua parte pode ser.
- 7439 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7440 **Humanos)** – Lamento, pessoas sofrendo na sociedade é dessa forma...
- 7441 **Interlocutora não identificada** – Doutora ministra?
- 7442 **Interlocutor não identificado** – Não é sempre assim ministra, é só quando a  
7443 senhora vem.
- 7444 **Interlocutor não identificado** – (intervenções simultâneas) chega retórica aqui,  
7445 você não vai fazer essa retórica aqui, você não vai fazer essa retórica aqui, não é?
- 7446 **Interlocutor não identificado** – Porque quis extinguir algo que é de acordo  
7447 nacional, a Sociedade Civil está se retirando ministra, não é abstenção, não é falta  
7448 de votação, não é insubordinação, é reação a conduta da senhora.
- 7449 **Interlocutor não identificado** – O senhor entende que não quer voto e não votou.
- 7450 **Interlocutor não identificado** – A reunião foi aberta. Então...
- 7451 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7452 **Humanos)** – Vamos continuar a reunião. Ele voltou, ele se manifestou contra, os  
7453 demais abstinência.
- 7454 **Interlocutor não identificado** – Eu faço quórum ao doutor Quirino, para a gente  
7455 registrar as abstenções e dá prosseguimento das atividades conforme o  
7456 planejamento.
- 7457 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7458 **Humanos)** – Ok.





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7459 **Interlocutora não identificada** – Doutora ministra, queria colocar algumas  
7460 colocações, como é exatamente outra vez, está bem? Eu sou uma... Represento  
7461 uma entidade que, inclusive, eu sei que a senhora... Eu me reuni já com o doutor  
7462 Sérgio, com doutor Alexandre, apresentei a nossa entidade, como entidade que  
7463 trabalha primeiramente por velar e promover as obrigações contidas no protocolo  
7464 facultativa da convenção da ONU contra a tortura, não é? Nós estamos envolvidos  
7465 nesse processo de criação do mecanismo, do comitê internacional desde 2003 no  
7466 Brasil. Então, a gente não chega hoje aqui, eu estive na primeira reunião do  
7467 comitê, participei de diversas reuniões do comitê. Então, é uma entidade que tem  
7468 trabalhado, acompanhado esse processo, inclusive, tem estabelecido um diálogo  
7469 com o seu ministérios, agora a senhora esteve em Genebra, nós, inclusive,  
7470 tentamos ter uma reunião com a senhora, várias vezes fizemos pedidos, mas  
7471 entendo que a agenda estava bastante cheia e alguns comentários, um que a  
7472 reunião, elas não são assim, não é? Elas têm um procedimento, a primeira  
7473 reunião desse comitê ocorreu em 2014. Então, existe de toda uma trajetória, todos  
7474 procedimentos que são sempre cumpridos e observados. Então, acho que é  
7475 importante a gente ter clareza sobre isso, porque às vezes chega a senhora que  
7476 pode hoje está aqui, por alguma razão de agenda que é bom a senhora está aqui  
7477 hoje sentada, importante, mas é importante a gente levar em consideração todos  
7478 os processos de todos os ritos que são, que acontece e os ritos sempre são no  
7479 sentido de permitir o diálogo, aqui a gente teve ontem quantas horas discutindo?  
7480 Um acolhimento de um parecer dos subcomitê da ONU para Prevenção da Tortura  
7481 que, inclusive, diz que o Brasil está em descumprimento dos preceitos de  
7482 protocolo facultativa, foram horas discutindo, a gente não simplesmente falou, ah,  
7483 estamos aqui e vamos votar, discutiu, tiveram várias recomendações, discutimos  
7484 as palavras, escutamos o Ministério das Relações Exteriores quando ele colocou,  
7485 por exemplo, que não estava de acordo com uma palavra como agente  
7486 caracterizava sobre comitê, temos razões para isso e se votou depois, é assim o  
7487 procedimento, as pessoas têm que saber que elas estão votando, tem que ter



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7488 clareza sobre o que estão votando. Então, doutora Mirtes desculpa, mas eu acho  
7489 que assim, a gente tem alguma legitimidade para fazer essa crítica, nem chega a  
7490 ser crítica, essa colocação realmente é o que acontece, o que está acontecendo  
7491 aqui. Então, não se trata disso, a gente... Como ter pressa nesse edital, nós APT,  
7492 na última reunião, a gente pediu muito que esse edital tivesse votado já na última  
7493 reunião, mas não havia exatamente consenso, queria se trabalhar mais para que  
7494 todos os governos, Sociedade Civil pudessem chegar a um texto que hoje  
7495 pudesse ser melhorado para então ser votado. Então, há um processo que  
7496 começou, na verdade, na reunião anterior. Então, fazer isso como está sendo  
7497 colocado aqui, é quebrar o processo que foi iniciado na reunião anterior... Não,  
7498 desculpa ministra, mas só queria colocar mais uma coisa.

7499 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7500 **Humanos)** – Vamos vencer esse ponto, vamos vencer esse ponto.

7501 **Interlocutora não identificada** – Esse edital, como ele está... Eu gostaria de ver  
7502 que é como eu falei, não pude nem ver como ia ficar, como ficou o edital, mas se o  
7503 edital sair, por exemplo, sem remuneração para os peritos de mecanismos a  
7504 saúde, prevenção e combate à tortura, gostaria de ver exatamente se está sim, ele  
7505 está em desconformidade com uma decisão judicial e... Obrigada. Ele está em  
7506 desconformidade com a decisão judicial e está também em desconformidade com  
7507 o que foi dito ontem, a gente acolheu ontem como, inclusive, acolheu como  
7508 votação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, está em  
7509 desconformidade com os preceitos de protocolo ativo. Então, a gente vai atrasar  
7510 mais esse processo, porque provavelmente vai acontecer que esse edital vai ser  
7511 colocado judicialmente, vai ser contestado judicialmente, porque ele está hoje...  
7512 Hoje esse edital descumpra uma ação judicial, uma decisão judicial. Então assim,  
7513 se a senhora tem tanta pressa como nós temos, nós queremos esse mecanismo  
7514 forte, funcionando...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7515 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7516 **Humanos)** – Eu também quero.

7517 **Interlocutora não identificada** – Então, acho que a gente (intervenções  
7518 simultâneas),

7519 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7520 **Humanos)** – O governo Bolsonaro quer. Doutora, nós temos... Olha, esse edital  
7521 foi discutido na última reunião, tem um Grupo de Trabalho, o Grupo de Trabalho  
7522 trabalhou muito nele, está de acordo com o Decreto, nós temos pressa, vocês têm  
7523 pressa, o ministério tem pressa, o governo tem, quem está sendo na ponta  
7524 torturado tem pressa, porque a gente esgotar mais um tempo aqui discutindo, da  
7525 forma que eu estou vendo não entraria em consenso, eu vim com o interesse de  
7526 participar, a minha pauta específica aqui hoje é participar com vocês do  
7527 planejamento de 2020, nós queremos muito esse planejamento, a gente que é  
7528 muito começar a trabalhar e trabalhar muito doutora, nós temos, inclusive,  
7529 algumas sugestões para o comitê, temos pressa, lá na ponta tem gente precisava  
7530 de nós. Então, eu tenho pressa, nós temos que dar respostas, o edital foi discutido  
7531 na última reunião, Grupo de Trabalho, está de acordo com o Decreto, passou para  
7532 os juristas, passam, inclusive, a nossa CONJUR deu uma olhada, está tudo em  
7533 ordem, vamos avançar esse ponto.

7534 **Interlocutora não identificada** – Dra. Micha, ele foi discutido para ir para o Grupo  
7535 de Trabalho que traria o projeto e eu entendo que há exatamente questões que  
7536 não estão fechadas, que estão em destaques aqui no texto, a Karen está vendo  
7537 aqui oh.

7538 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7539 **Humanos)** – Todos os membros, todo mundo teve tempo de discutir, vamos fazer



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7540 o seguinte? Vamos avançar a pauta? O nosso próximo item da pauta é a nota  
7541 pública relativa ao Decreto.

7542 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Ministra, eu posso  
7543 fazer uma colocação? Eu só queria que ficasse registrado...

7544 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7545 **Humanos)** – Sim doutor.

7546 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Quirino, Ministério da  
7547 Cidadania. Só para ficar registrado que a minha discordância do que foi colocado  
7548 pela Silvia, porque todas as normativas foram obedecidas, foi... Essa questão foi  
7549 trazida em reunião anterior, foi dado tempo para que todos os membros desse  
7550 comitê tomasse ciência e pudessem se manifestar aqui na votação, votação foi  
7551 aberta, ou seja, 8h30 horário que começa regimentalmente essa reunião, foi  
7552 colocada em votação e foi o que acabou acontecendo, eu não enxergo nenhuma,  
7553 essa queria que fosse registrado isso, que eu não enxergo nenhuma em  
7554 conformidade do trâmite regimental, não houve nada, ou seja, foi colocado em  
7555 votação simplesmente, porque não havia maioria por parte da Sociedade Civil,  
7556 muitos membros acabaram, enfim, tentando obstruir a votação, foi aberta votação,  
7557 o membros dos governos votaram em média favorável, foi dada a possibilidade de  
7558 votação para os membros da Sociedade Civil que se negaram a votar, de modo  
7559 que foi registrado abstenção, ou seja, não houve nenhum problema normativo,  
7560 não houve nenhum descumprimento regimental, eu queria saber que ficasse  
7561 registrado essa questão, foi aberta votação, foi dado o direito, isso é uma questão  
7562 importante, foi dado o direito a voto para os membros da Sociedade Civil, que não  
7563 optaram em votar em uma atitude protelatória, não quiseram votar, foi dada a  
7564 possibilidade de voto, foi dado o direito de voto para os membros da Sociedade  
7565 Civil que não votaram, o órgão ficou configurado como abstenção, simplesmente  
7566 foi isso. Nós tínhamos quórum, a sessão foi iniciada com quórum, ou seja, nada,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7567 nada foi contrário ao regimento, só queria que ficasse registrado de maneira muito  
7568 clara.

7569 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7570 **Humanos)** – Está registrada doutor, muita obrigada pela colocação.

7571 **Interlocutora não identificada** – E eu queria fazer um registro na fala do doutor  
7572 Quirino, que não... Infelizmente não foi assim, abriu a votação, eu concordo, abriu  
7573 votação, mas cadê a discussão sobre o que está ali? Cadê se alguém... Hoje, por  
7574 exemplo, qualquer um aqui poderia fazer um destaque, poderia falar não, e havia  
7575 aqui... Eu vejo aqui olha, que tem questões que estão ressaltadas, que  
7576 provavelmente seriam questão de destaques.

7577 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7578 **Humanos)** – Doutora, vamos ver isso.

7579 **Interlocutora não identificada** – Como ontem doutor Quirino e sobre as  
7580 recomendações que saiu exatamente do hospital... E lembra como é que foi? A  
7581 gente não colocou uma recomendação ali, a gente pediu para o senhor, inclusive,  
7582 para ajudar na elaboração do texto das recomendações para a gente poder  
7583 colocar (intervenções simultâneas). É o mínimo de razoabilidades.

7584 **Interlocutor não identificado** – É muito importante essa... Não, não. A votação...

7585 **Interlocutora não identificada** – Tinha um texto antes de votar, como é que vai  
7586 discutir sobre o texto...

7587 **Interlocutor não identificado** – Não senhora, o texto da votação...

7588 **Interlocutora não identificada** – Não? A gente não tem que discutir sobre o texto  
7589 antes de votar?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7590 **Interlocutor não identificado** – Não, não. Foi construído ontem... Só para colocar  
7591 diferença bem clara, ontem as recomendações que foram discutidas em relação  
7592 ao tema do hospital psiquiátrico, tudo isso foi construído ontem, por conta disso  
7593 então, enfim, que houve toda aquela situação, isso não está sendo construído...  
7594 Isso vem... Só colocar...

7595 **Interlocutora não identificada** – Discutir é contestar a algum dos textos que  
7596 estão no edital, aqui é o espaço para discutir.

7597 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7598 **Humanos)** – Doutora, esse item já registramos todas as suas indicações, o seu  
7599 manifesto, esse item já estava inserido, vamos avançar a pauta, vou passar a  
7600 palavra para a Carolina, que vá fazer os procedimentos e a gente vai continuar a  
7601 pauta, temos nota e o que mais me trouxe que, planejamento, o que mais me  
7602 interessa, o que mais a gente tem pressa? O planejamento para 2020, mas parece  
7603 que depende de a Vitória fazer uma apresentação, ela não está presente é a  
7604 pauta da ficar comprometida mais uma vez. Carolina, por favor.

7605 **Interlocutor não identificado** – Mas teve apresentação do GT, apresentou os  
7606 trabalhos? Me desculpa, tem um momento aqui que tem que ser seguido....

7607 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7608 **Humanos)** – Não, pois é, é isso que eu estou pedindo.

7609 **Interlocutor não identificado** – Porque... Desculpa, não é só chegar... A senhora  
7610 não costuma vir as reuniões...

7611 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7612 **Humanos)** – A palavra está com a Carolina.

7613 **Interlocutor não identificado** – Não, desculpa, desculpa.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7614 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Só para  
7615 registrar o quórum, às 8h40 era MRE, MEC, Ministério da Saúde, Ministério da  
7616 Cidadania, Secretaria-Geral, a Secretaria de Governo, a Secretaria Nacional de  
7617 Política de Igualdade Racial, SNPG, DEPEN, Ministério da Defesa e a Ministra de  
7618 Estado para Mulheres, Família e Direitos Humanos. Além pela Sociedade Civil  
7619 estavam presentes no quórum 840, COADE, representantes do COADE, RENILA,  
7620 CFP, SOMOS, CUT e UBN, foi feito um pedido de votação pela senhora Ministra

7621 **Interlocutor não identificado** – Perdão, OAB também, está bem? Deixou de  
7622 registrar OAB.

7623 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Também  
7624 estava presente sim, foi feito um pedido de votação. Então, nós tínhamos um  
7625 quórum para abertura, foi feito um pedido de votação logo na sequência, tivemos a  
7626 manifestação do governo maciça apoiando a aprovação do edital, foram feitos os  
7627 registros contrários apenas pelo representante da e houve a saída às 9h de  
7628 representantes da RENILA e do EDUCAFRO, CFP, CUT, SOMO, COADE e UBN.  
7629 Então, o ponto de pauta pelos representantes, ele passa o edital, a gente entra  
7630 pela Secretaria-Executiva do segmento as demandas necessárias a avaliação e  
7631 publicação do edital.

7632 **Interlocutor não identificado** – Vai ser José César de novo, de novo, mais uma  
7633 derrota para esse governo e a justiça, mais uma derrota...

7634 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Em  
7635 relação a próxima... Em relação ao próximo ponto de pauta, nós havíamos  
7636 combinado uma apresentação de um acordo entre os membros para que na  
7637 próxima reunião fosse feito também um planejamento de duração de um dia, com  
7638 a participação e algumas indicações da Mesa Diretora. Então, a sugestão  
7639 enquanto Secretaria-Executiva é que esse ponto seja analisado na próxima



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7640 reunião de pauta e a nossa sugestão enquanto Secretaria-Executiva, que seja  
7641 passada então para a próxima reunião. Fica a critério da ministra.

7642 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7643 **Humanos)** – Acolhido. Vamos prosseguir a pauta? Nota pública CNPCT, com  
7644 relação ao Decreto. Todo mundo recebeu a nota? Todo mundo conhece a nota?  
7645 Vamos colocar em votação? Alguém quer discutir? Votação está aberta, a  
7646 discussão está aberta sobre a nota.

7647 **Interlocutora não identificada** – Doutora ministra, isso mesmo? A gente vai  
7648 brincar de fazer reunião a gente vai fazer uma reunião?

7649 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7650 **Humanos)** – Não, a gente vai fazer.

7651 **Interlocutora não identificada** – Ah, está bem. Então, porque eu acho que é isso  
7652 que está acontecendo.

7653 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7654 **Humanos)** – Eu estou seguindo a pauta...

7655 **Interlocutora não identificada** – A gente vai acabar em 1 minutos, porque, não  
7656 é? Pelo visto...

7657 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7658 **Humanos)** – Oh, o próximo item seria planejamento, que depende me parece da  
7659 apresentação da Vitória, Vitória não está, nós vamos prejudicar a pauta porque a  
7660 Vitória não está, a gente não vai ter como discutir planejamento, não sei que  
7661 vocês se sintam confortáveis da gente discutir ornamental, não me sentiria à  
7662 vontade, está bem? Então, a gente continua, está em votação a nota.

7663 **Interlocutor não identificado** – A minha sugestão...





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7664 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7665 **Humanos)** – Sim.

7666 **Interlocutor não identificado** – Deixa está com relação ao ponto depois do  
7667 mecanismo.

7668 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7669 **Humanos)** – Não, não, nós vamos discutir a nota, a gente já abriu a votação, no  
7670 final a votação da nota a gente dá a palavra.

7671 **Interlocutor não identificado** – O colega Ribamar é do mecanismo, eu acho que  
7672 só para não perder o ponto da pauta Ribamar, o acho que a Coordenação  
7673 executiva tem condições de apresentar para colegiado o planejamento desse ano,  
7674 mesmo se precisar depois de algumas edições.

7675 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7676 **Humanos)** – Sim, continua.

7677 **Interlocutor não identificado** – Então, não sei Carol, se você tem alguma minuta  
7678 desse planejamento para o colegiado, que eu acho que é importante para a  
7679 gente...

7680 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7681 **Humanos)** – Na sequência, a gente responde essa sua pergunta, a Carol  
7682 responde. Em votação a nota. Mas a Sociedade Civil podia estar presente, a  
7683 Sociedade Civil podia estar presente. Ministério da Defesa, nós vamos... Oh, eu  
7684 vim aqui exatamente, nós estivemos juntos, me comprometi com o mecanismo,  
7685 em votação.

7686 **Interlocutor não identificado** – A Sociedade Civil que está comprometendo o,  
7687 que está rompendo o diálogo, só para registrar, Sociedade Civil está rompendo o  
7688 diálogo.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 7689 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7690 **Humanos) – Votação.**
- 7691 **Interlocutor não identificado – Voto contra...**
- 7692 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7693 **Humanos) – Num segundo momento que é o planejamento, a gente a passar a**  
7694 **palavra para você. Defesa, contra a nota?**
- 7695 **Interlocutor não identificado – DEPEN contra.**
- 7696 **Interlocutor não identificado – SNPI contra.**
- 7697 **Interlocutor não identificado – CGOV contra.**
- 7698 **Interlocutora não identificada – SNPG contra.**
- 7699 **Interlocutor não identificado – SG contra.**
- 7700 **Interlocutor não identificado – Ministério da Cidadania contra.**
- 7701 **Interlocutora não identificada – Ministério da Saúde contra.**
- 7702 **Interlocutora não identificada – MEC contra.**
- 7703 **Interlocutora não identificada – Ministério das Relações Exteriores contra.**
- 7704 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7705 **Humanos) – Contra a nota. Encerrada a votação. Bom, nós vamos agora passar a**  
7706 **palavra... A Carolina vai responder à pergunta e na sequência gente passa a**  
7707 **parava para o mecanismo, pelo que eu estou vendo a gente gastaria um dia**  
7708 **fazendo planejamento, a gente não vai conseguir. Carolina.**



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7709 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Em  
7710 relação ao planejamento, qual foi o acordo que foi feito na Mesa Diretora?  
7711 Inicialmente a gente apresentaria aqui uma proposta de metodologia para a  
7712 realização de uma oficina liderada aqui pelos nossos colegas da  
7713 Secretaria-Executiva. Então, a gente teria um dia, uma parte de manhã para fazer  
7714 uma análise SWOT, de oportunidades, dificuldade, enfim, aquela análise fofa que a  
7715 gente trabalha aqui na gestão pública. Então, seria um dia dedicado a... Primeiro,  
7716 essa avaliação do cenário, também uma avaliação da missão, do comitê e no  
7717 período da tarde a gente traria então uma avaliação, faria no coletivo a construção  
7718 das ações em que o comitê nacional considera importante para o seu  
7719 planejamento em 2020. Então, nossa proposta enquanto Mesa Diretora aqui do  
7720 comitê, seria então ter aprovação dessa metodologia de trabalho para um dia de  
7721 trabalho na próxima reunião, também contar com a resposta dos colegas em  
7722 relação a essa metodologia. Então, a gente mandaria uma tarefa de casa para os  
7723 membros que já preencheriam então essa análise SWOT com antecedência, para  
7724 a gente já chegar aqui no colegiado com o trabalho mais avançado e a oficina  
7725 também mais... Já com alguma carinho, não é? Já para a gente ter algumas  
7726 indicações de quais seriam a metodologia e as ações prioritárias do colegiado,  
7727 paralelo a isso teria uma proposta da Vitória que foi feita na Mesa Diretora por isso  
7728 que eu coloquei que ser interessante apresentação dela, de escolher um ponto  
7729 de... Um tema para discussão permanente aqui pelo colegiado. Então, durante a  
7730 reunião da Mesa Diretora e o Rodrigo que estava presente na reunião pode  
7731 também me ajudar, foi feita uma proposta para que se trabalhasse o tema  
7732 mulheres encarceradas, tendo em vista que esse ano tem uma celebração em  
7733 relação às Regras de Bangkok, que são as regras da ONU para mulheres e  
7734 meninas sobre privação de liberdade. Então, essas questões seriam colocadas  
7735 aqui para o colegiado então deliberaria sobre a metodologia de construção do  
7736 planejamento e também sobre a escolha de um tema específico para os trabalhos  
7737 desse ano do comitê, mas a discussão seria essa gente poderia vou entrar nas



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7738 Regras de Bangkok ou então entrar em alguma outra discussão que fosse  
7739 relevante para o colegiado. Então, do ponto de vista da Secretaria-Executiva, nós  
7740 estamos à disposição para auxiliar nessa construção, mas a gente compreende  
7741 que isso seria uma construção debatida aqui pelos membros do comitê. Então, só  
7742 para fazer esses esclarecimento Sávio, que não tem como a Secretaria-Executiva  
7743 impor um planejamento que era justamente a nossa proposta de uma metodologia  
7744 para construir essas ações em conjunto, enfim, feito esse esclarecimento, a gente  
7745 tem o espelho do Sumário Executivo construído ontem, o de hoje eu ainda estou  
7746 fazendo os ajustes e a gente poderia então passar para a leitura desses  
7747 encaminhamentos e aprovação, normalmente Ministra a gente faz essa leitura, os  
7748 colegas concordam com... Fazem suas indicações se tem termos precisos, se está  
7749 de acordo com as discussões e na sequência a gente já encerra a reunião.

7750 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7751 **Humanos)** – Sim doutor Sávio. Doutor Sávio... Logo depois do doutor Sávio,  
7752 mecanismo e agente vai dar encaminhamento.

7753 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. A minha  
7754 sugestão é que a Secretaria-Executiva apresentasse a minuta do ano anterior,  
7755 para que com base nela... Cada colega do governo pudesse apresentar uma  
7756 sugestão para esse ano, o entendo que o CNPCT tem que atuar mais junto aos  
7757 estados, nós temos alguns estados com graves deficiências no sistema  
7758 penitenciário, o acho que esse CNPCT tem que dialogar com as autoridades  
7759 locais. Então, dentro do planejamento eu incluiria isso como ponto de  
7760 planejamento, o diálogo e do CNPCT com o Governo Estadual em decorrência,  
7761 inclusive, dos relatórios apresentados pelo mecanismo.

7762 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7763 **Humanos)** – Doutor Sávio? Na sua preocupação, mas deixam compartilhar uma  
7764 angústia e, por que tanto interesse de vir nessa reunião hoje. Nós estamos com as



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7765 unidades socioeducativas que precisam ter um acompanhamento também, eu  
7766 estive com o mecanismo, coloquei as minhas angústias ao mecanismo, nós temos  
7767 pressa doutor, nosso Disque 100 não para, o meu WhatsApp não para, as  
7768 mensagens não param, pode até ter dado a impressão que ouvir para atropelar,  
7769 mas eu vim para dar agilidade, nós temos pressa doutor, nós temos pressa, quem  
7770 está lá na ponta tem pressa e quando cheguei aqui queria realmente compartilhar  
7771 e participar do planejamento trazendo algumas angústias, talvez até angústias que  
7772 vocês nem conheçam ainda, nem chegou a um mecanismo ainda, eu tenho  
7773 procurado me aproximar do mecanismo, a gente quer fazer um trabalho muito  
7774 efetivo, minha preocupação doutor lá nos estados, cadê os mecanismos  
7775 estaduais? Eu estou... Em todos os estados que eu vou, a primeira pauta que os  
7776 Governadores? Mecanismo. Assembleia Legislativo? Mecanismo. Nós estamos  
7777 nos esforçando para que isso aconteça de fato no Brasil, talvez vocês da  
7778 Sociedade Civil dessa representatividade não me conhece, mas eu vim lado chão  
7779 de fábrica doutor, com trabalho voltado lá dentro dos presídios, dentro das  
7780 unidades socioeducativas, ninguém precisa me contar o que acontece, eu não li,  
7781 eu vi, eu sei, eu vivo isso é por conta de tantas demandas que tem chegado para  
7782 ministra, a gente tem pressa que as coisas começam a acontecer e dá para a  
7783 gente fazer um grande trabalho doutor, eu acredito nisso, eu acredito nesse  
7784 comitê, eu acredito mecanismo, eu acredito na pauta, acredito na proposta, a  
7785 gente tem que fazer grandes mudanças. Então assim, eu lamento, eu lamento que  
7786 o que mais glorioso que estava que nessa pauta era o planejamento, e a gente  
7787 possivelmente vai encerrar sem esse planejamento, eu confesso que eu lamento,  
7788 lamento. Eu não sei se a gente apresentaria essa minuta, mas eu acho que a  
7789 gente gastaria aqui um tempo apresentando uma minuta do que aconteceu ano  
7790 passado, sendo que me parece que já tinha alguma coisa pronta para a gente  
7791 avançar em cima do que estava pronto, que Vitória estaria apresentando, acho  
7792 que a gente gastaria muito tempo vivendo o passado e daqui para frente, daqui  
7793 para frente a gente vai ficar aqui lendo, debatendo com a minuta do ano passado,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7794 mas a gente vai continuar na mesma coisa do ano passado? A gente vai avançar.  
7795 Então assim, doutor, eu não entendo que a gente deva ficar discutindo o passado,  
7796 mas a gente já pensar realmente do que a gente pode apresentar, como eu te  
7797 disse, antes de vocês se manifestarem, mecanismo. Eu ao passar a palavra para  
7798 o mecanismo, representando o MEC, a sugestão do doutor Sávio ou se a gente  
7799 dar encaminhamento com relação a ata, infelizmente encerra essa reunião, mas  
7800 vou dizer uma coisa doutor, independente do resultado dessa reunião, a gente vai  
7801 trabalhar muito, independente do resultado, independente de sair daqui com ou  
7802 não planejamento, nós vamos trabalhar e eu vou estar muito junto com o  
7803 mecanismo, e vou buscar todos os representantes da sociedade, talvez  
7804 individualmente um pouco um, a gente precisa caminhar doutor, do jeito que está  
7805 não dá mais e aqui eu trago, nosso representante da sociedade estava falando  
7806 sobre a questão LGBTI no cárcere, nós temos essa emergência, nós precisamos...  
7807 O ministério constrói um relatório é extraordinário, esse relatório podia estar aqui  
7808 nos pontuando para a gente está discutido sobre a situação do LGBTI do cárcere.

7809 **Interlocutora não identificada** – Ele foi apresentado ontem e foi discutido. Ele foi  
7810 trazido ontem só para senhora... Para senhora ter conhecimento do que foi  
7811 discutida nesse comitê, ontem foi discutido aqui com a Marina. Então, só que a  
7812 senhora precisa da bagagem, do conhecimento da discussão.

7813 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7814 **Humanos)** – Então assim, o que fazer daqui para frente no planejamento, que a  
7815 gente estaria fazendo daqui para frente do planejamento com base no relatório?  
7816 Tenho pressa doutor, nós temos pressa, mecanismo, por favor.

7817 **Interlocutor não identificado** – Então, bom-dia a todos e bom-dia senhora  
7818 ministra. Como o homem de fé, eu insisto em dizer bom-dia, porque para mim nem  
7819 tudo que começa bem, termina bem e tem coisa que não começa bem e pode  
7820 terminar bem, e a proposta que eu quero fazer agora, porque eu queria saldar



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7821 primeiro a sua presença de, a sua presença aqui a desejada e nós que lutamos  
7822 pela formulação da lei, formulamos que o assento de presidência é ao ministro da  
7823 pasta, no caso a Ministra atualmente, mas é um assento em poder moderador, é a  
7824 principal função de quem preside essa sessão, que é de um colegiado e como  
7825 colegiado a função da presidência, uma função de moderação, essa missão de  
7826 moderação quero fazer um apelo agora como parte interessado, alguém que  
7827 ajudou a formular essa lei modestamente, porque eu era o ouvidor de segurança  
7828 pública no Maranhão e lá nós já tínhamos um Comitê Estadual de Prevenção e  
7829 Combate à Tortura nos anos de 2008 a 2012, dizendo que nós antecedemos e  
7830 muita essa discussão, tudo isso para registrar o seguinte, eu acho que com todas  
7831 as tensões inevitáveis de um colegiado, isso não é novo, essas demissões  
7832 guardadas as devidas proporções que nós vivemos nesse colegiado, essas  
7833 tensões vem desde que esse comitê se instalou, desde que eu participo  
7834 empossado em 22 de março de 2015. Então, para registrar que que não tem nada  
7835 de novo, da natureza, os especialistas e, sociólogos que estudam essa matéria  
7836 sabe que toda vez que existe um espaço de concertação, concertação aqui  
7837 entendida como de formulação, e de controle social é um espaço de tensão, e a  
7838 atenção por isso requer que a pessoa que o preside tenha exercido o poder de  
7839 moderação, aí é esse o nosso esforço. Nós estamos instalado aqui uma lógica  
7840 ministra, que nós mudamos, se há coisas que nos colocam todos em comum, é o  
7841 fato é de que todos chegamos aqui, porque somos agentes políticos, aliás, me  
7842 permitam saldar a além da Silvia, aqui o Sálvio também simbolicamente  
7843 ombreados do meu lado, que são membros do desde o início desse comitê e  
7844 como membro desde o início, podem testemunhar o que eu estou lhe dizendo,  
7845 isso faz com que aconteça o que aconteceu ontem aliás simbolicamente, em que  
7846 pessoa da Sociedade Civil vota com poder público, pessoas do poder público...  
7847 Sálvio muitas vezes fez isso desde o governo anteriores, voto com Sociedade Civil  
7848 e assim nós vamos consertando no melhor sentido da palavra a formulação dessa  
7849 difícil política. E tudo isso para dizer que eu queria lhe convidar ministra, agora um





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7850 pedido bem pessoal, que exercendo esse poder moderador que nós saudamos  
7851 nessa reunião, e a normalidade dessa reunião, para que a gente possa ter um  
7852 jogo em que ninguém sai perdendo, um jogo que todos saibam ganhando no  
7853 objetivo comum de formulação da Política Nacional de Prevenção e Combate à  
7854 Tortura. E aí vou finalizando para dizer, nós queremos ter aqui uma vitória que  
7855 depois vai invadir tribunais, em contendas judiciais, obstruindo aquilo que é um  
7856 dos piores problemas que nós enfrentamos no sistema socioeducativa e  
7857 prisionais, que é a sequência de ações e de litispendência, aliás, para isso nós já  
7858 temos quatro ações de STF e tantas ações no Legislativo. Eu queria convidar aqui  
7859 nos evitássemos mais isso, é isso que pode ter de desdobramento natural dessa  
7860 reunião, eu queria que em um gesto político na linguagem muito usada que desde  
7861 ontem republicano, a senhora como presidenta em exercício, poder moderador,  
7862 convide a Sociedade Civil a retornar e restaura o diálogo sem o qual essa reunião  
7863 não vai ter legitimidade, nós não temos aqui nenhum representante da Sociedade  
7864 Civil, além de não ter legitimidade jurídica, não vai ter legitimidade política e como  
7865 agente política, a senhora é e nós todos aqui somos anteriormente chegar aqui, eu  
7866 lhe convido a esse gesto de que a senhora possa exercer o poder moderador,  
7867 com vende a Sociedade Civil a retornar e restabeleça a normalidade.

7868 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7869 **Humanos)** – Olha, o gesto que o senhor quer que eu vá lá fora chama-los, eu  
7870 acho que eles que se ausentaram em 1 item da pauta, eles já tiveram  
7871 oportunidade de voltar para dar continuidade a reunião, se o senhor se sente à  
7872 vontade de e lá fora dizer que a Ministra os convida para retornar, fique à vontade,  
7873 mas eu acho que é uma questão de maturidade, nós... Não concordou com o  
7874 primeiro item? Saiu em abstenção, retorna, mas pelo que eu senti, eles foram  
7875 embora com muita bridade, estão com raiva, estão lá fora, isso é uma coisa,  
7876 quantas vezes a gente também já perdeu aqui e a gente voltou para continuar a  
7877 reunião? Então assim, nós temos a coisa mais importante é que, gente, o edital é





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7878 o instrumento formal, vocês conhecem, foi compartilhado, não vai ter prejuízo  
7879 algum para o mecanismo, não vai ter, nós estamos sobre uma liminar, não vai ter  
7880 prejuízo algum, o mais importante é que é o edital, são os cargos, o mais  
7881 importante aqui é o nosso planejamento, nós temos pressa, se o senhor se sente  
7882 à vontade dizer que eles estão convidados, mas eu acho que não há essa  
7883 necessidade, nem ser um ponto da pauta, eles já fazemos para o segundo, eles  
7884 não participaram nem da votação da nota, agora a gente já iríamos para o terceiro  
7885 que é o planejamento, não estão aqui, a encaminhamos para a ata, se eles  
7886 quiserem retornar nós estamos aqui para continuar a reunião, agora a gente já  
7887 gastou tempo demais discutindo, deixou dizer para ti, tempo é tão precioso.

7888 **Interlocutor não identificado** – Pois é, e aí...

7889 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7890 **Humanos)** – Agora a gente vai ficar com esse... Nós vamos continuar o trabalho  
7891 do comitê com base no que aconteceu o ano passado, é para dar continuidade, a  
7892 gente dá...

7893 **Interlocutor não identificado** – Mas só uma observação ministra.

7894 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7895 **Humanos)** – Mas vamos conversar depois com o mecanismo, da gente continua  
7896 aos nossos trabalhos, tudo que a gente estava conversando anteriormente, agora  
7897 lamento que se o ato é a Ministra ir lá fora chamá-los? Eu não acho isso  
7898 necessário, mas eles estão convidados a voltar e continuar a reunião.

7899 **Interlocutor não identificado** – O pedido é que se estabeleça a normalidade, e a  
7900 normalidade Ministra é... Lembrando, esse edital que se arrasta há três reuniões a  
7901 pedido do governo, por uma estratégia protelatória do governo, propondo aí do  
7902 edital a inspiração de um Decreto 9831 que se encontra... Aliás, foi  
7903 simbolicamente, a última ação jurídica da Procuradoria Geral da República,



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7904 Raquel Dodge em 2018 foi a DPF, arguição por descumprimento de preceito  
7905 fundamental baseada na opinião jurídica do SPT, que nós aqui analisamos, nós  
7906 aprofunda anos e agora queremos ver espelhados nesse edital. Então, o que eu  
7907 estou lhe convidando e eu não tenho problema de me fazer embaixador, que eu  
7908 acho que não precisa a Sociedade Civil até tenta isso, eu estou lhe convidando é  
7909 restabelecer a normalidade dizendo, não, nós vamos voltar a discutir aquilo que  
7910 precisa ser discutido para ser votado.

7911 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7912 **Humanos)** – O planejamento.

7913 **Interlocutor não identificado** – Porque é da natureza democrática e de  
7914 formulação, de concentração desse espaço, onde aí todo mundo mesmo que for  
7915 vencido no voto sai ganhando na política, e essa estratégia protelatória, ela é  
7916 legítima e o arrastado edital nessas três reuniões foi uma estratégia protelatória do  
7917 governo que nós respeitamos e é por isso que nós estamos aqui discutindo

7918 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7919 **Humanos)** – Ok.

7920 **Interlocutor não identificado** – E isso é em qualquer fórum, esse convite que eu  
7921 lhe faço. E aí eu faço voto finalizando de que a gente possa restabelecer a  
7922 normalidade, ter um bom-dia, um bom dia de trabalho que não é um campeonato  
7923 de copo final da copa do mundo, onde não precisa perder para o outro sair  
7924 ganhando, acho que é que todo mundo pode sair ganhando. Muito obrigado.

7925 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
7926 **Humanos)** – Também acho doutor, também acho, mas a gente está que  
7927 disposição, reunião está aberta, venceu-se o item, não concordou com o item,  
7928 voltasse para o outro, mas me parece que não querem participar dos demais



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7929 trabalhos da mesa, do comitê, da reunião, eu lamento, lamento. Doutor Quirino,  
7930 para a gente já ir encaminhando.

7931 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Rapidamente ministra,  
7932 eu só gostaria de contradizer o colega, falando que não houve em momento  
7933 nenhum quebra da normalidade, a gente em nenhum momento, essa reunião foi  
7934 aberta com quórum, eu reitero isso ia já disse anteriormente, foi colocado um  
7935 ponto em votação, foi aberta a votação. Então, não houve nenhuma quebra de  
7936 normalidade, só para a gente esclarecer essa questão, que eu acho muito  
7937 importante e também gostaria de reiterar aqui, que a Ministra conduziu na  
7938 condição de Presidente desse colegiado, conduziu as coisas do jeito que deveria  
7939 conduzir. Eu gostaria de colocar aqui, foram os representantes da Sociedade Civil  
7940 que se aposentaram da reunião, não houve quebra de normalidade nenhuma,  
7941 inclusive, é um direito que lhes cabe, fico chateado com isso, mas é um direito que  
7942 lhes cabe, não houve quebra da normalidade, só para ficar registrado isso.

7943 **Interlocutora não identificada** – Eu peço a palavra e eu respondo para dizer que  
7944 sim, houve quebra da normalidade, dos ritos que são praticados na reunião, tudo  
7945 que é votado, colocado em discussão, palavras que são discutidas para que se  
7946 chegue a um texto, um Grupo de Trabalho, ele vem apresentar um produto,  
7947 sempre assim, assim como o Ribamar falou, eu participo dessas reuniões desde  
7948 2014, os grupos de trabalho, trabalham, eles apresentam o material para os  
7949 membros do comitê, inclusive, nós como convidados permanentes não tinha  
7950 nem... Podia ver o documento. Então, o convidado não puderam, não chega para  
7951 a gente oficialmente, isso não é enviado, o Grupo de Trabalho apresentou  
7952 resultado em pleno para ver se alguém tem algum comentário a fazer, para que se  
7953 possa chegar a votação, na pauta nós tínhamos 3h senhor não me engano, quem  
7954 tem a pauta aí? É 3h para votação do edital, exatamente se prevendo que haveria  
7955 um debate. Então, esse debate, ele foi sim... Me desculpem dizer mais uma vez,  
7956 ele foi quebrado, uma pauta que tinha 3h para a gente poder exatamente chegar a



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7957 um produto que fosse em um consenso trabalhado e de acordo com todos os  
7958 membros do colegiado, foi decidido em dez minutos e não foi aberto para a  
7959 discussão dos pontos e constam, assim, é até um desrespeito às com quem  
7960 trabalhou no Grupo de Trabalho, sinceramente se me coloca e me colocaram  
7961 ontem no Grupo de Trabalho e eu chego aqui e não tenho nem a oportunidade de  
7962 que discutam e debatam sobre o que apresento? E isso já é um desrespeito para  
7963 quem trabalhou, isso sim sai de uma normalidade que se cometerem atuando,  
7964 doutor Quirino quantas reuniões o senhor participou desse comitê? Queria fazer  
7965 essa pergunta para o senhor, quantas? Pode me responder, quantas foram?

7966 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não vou conseguir, mas  
7967 você pode puxar as atas das últimas reuniões.

7968 **Interlocutora não identificada** – Mas foram mais ou menos quantas que o  
7969 senhor participou? Foram 10, 15?

7970 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não me lembro, mas  
7971 você pode ter acesso as atas.

7972 **Interlocutora não identificada** – Começou em que ano que o senhor começou a  
7973 participar dessas reuniões?

7974 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – No ano passado.

7975 **Interlocutora não identificada** – Ah está bem. Pois é, o comitê, ele é um  
7976 colegiado que funciona desde 2014. Então, acho que a gente tem que ter muita  
7977 propriedade quando a gente fala aqui em quebra de normalidade, em ritos, porque  
7978 tem sim entidades, representantes que trabalham que estão nesse comitê...

7979 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu tenho  
7980 propriedades... Eu tenho menos tempo para senhora aqui, mas eu tenho  
7981 propriedade para falar.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

7982 **Interlocutora não identificada** – Que estão nesse comitê em 2000... Aqui a gente  
7983 está falando de práticas e ritos de trabalho de um colegiado. Então, quem chegar  
7984 e participar de três reuniões devem dizer que não teve quebra de normalidade  
7985 com associações que estão trabalhando seriamente que desde 2014, isso foi  
7986 criado toda exatamente uma publicidade, uma espaço como o Ribamar muito bem  
7987 colocou, é um espaço de debate, é um espaço de diálogo, senão não faz sentido,  
7988 qual o sentido de um colegiado se não tem debate e diálogo? Assim, nenhum  
7989 praticamente, cada um pode ficar nos seus escritórios trabalhando. Eu queria  
7990 entender a questão do edital como também foi colocada, como APT nós temos  
7991 pedido urgência nesse edital e todos aqui que participaram nas últimas duas  
7992 reuniões sabem, na última reunião, inclusive, até como APT eu me posicionar  
7993 contra deixar essa pauta para essa reunião, porque já era mais do que urgente e  
7994 emergente, tinha muita emergência nisso. Então, mas não, foi colocado para essa  
7995 reunião é exatamente porque eles queriam mais tempo para o Grupo de Trabalho,  
7996 foi dado mais tempo para o Grupo de Trabalho para apresentar hoje aqui e para  
7997 poder deixar o texto como um colegiado deveria fechar, em discussão e saí  
7998 contexto que está consensuado por todos. E eu queria saber exatamente qual  
7999 então a pauta desse momento, inicial planejamento, é o planejamento que está...  
8000 Não sei se é o planejamento que está em pauta, eu coloco a pergunta para o  
8001 governo, que o governo vai fazer em relação ao parecer dos sub revogação  
8002 comitê que diz que Decreto violou e pede. Então, seria até um item para a gente  
8003 colocar no planejamento, como é que vai ser trabalhado do a revogação do  
8004 Decreto 9831 pelo governo. Então agradeço.

8005 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8006 **Humanos)** – Doutora, eu agradeço a sua disposição e a forma como a senhora  
8007 conduziu até agora, ficou, ouviu, se manifestou, nos ajudou, e eu agradeço a sua  
8008 participação, todos poderiam ter tido esse comportamento, essa participação que  
8009 a senhora, agradeço. Mas a gente já venceu os itens vida da gente já passou pelo



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8010 edital de do agente já passou pela nota, agora a gente estaria discutindo mata,  
8011 porque não teríamos como fazer o planejamento sem a Sociedade Civil. Então, a  
8012 gente agora vai dar... Nós vamos para ata com a Secretaria-Executiva. Carolina.

8013 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Bom,  
8014 como procedimento aqui do nosso colegiado, ao final dos debates e das  
8015 discussões, a gente então passa ao ponto de pauta da leitura dos  
8016 encaminhamentos e deliberações aqui do nosso colegiado.

8017 **Interlocutor não identificado** – Carolina, como eu conversei com você, estou  
8018 inscrito há um tempinho já.

8019 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8020 **Humanos)** – Antes da aprovação da ata você tem a palavra.

8021 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Bom,  
8022 então, iniciar na leitura, não sei se todos conseguem visualizar no projetor, nosso  
8023 primeiro item de pauta...

8024 **Interlocutor não identificado** – É que eu queria uma questão de ordem, a gente  
8025 tem quórum para fazer alguma coisa agora?

8026 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Tem, o  
8027 quórum foi instalado...

8028 **Interlocutor não identificado** – Não, agora, agora, o quórum é no momento de  
8029 estar acontecendo a reunião. Mas deliberar o quê? Não, mas o quê? Eu estou de  
8030 perguntando. Não, não, quero saber, vai deliberar o quê? Tem alguma coisa para  
8031 ser deliberado agora?

8032 **Interlocutor não identificado** – É claro, a gente (intervenções simultâneas).



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 8033 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura) – O**  
8034 planejamento, cadê a pauta do planejamento? Cadê essa pauta do planejamento?
- 8035 **Interlocutor não identificado – 48h sem deliberar nada aqui. Você vai fazer igual**  
8036 ontem?
- 8037 **Interlocutor não identificado – Você acabou de chegar, você acabou de chegar,**  
8038 você não acompanhou nada pelo senso.
- 8039 **Interlocutor não identificado – Eu estou escrito faz 12 minutos aqui, cara.**
- 8040 **Interlocutor não identificado – Ok. Isso deve ser decidido na mesa.**
- 8041 **Interlocutor não identificado – Está bem. Então, o senhor pode falar.**
- 8042 **Interlocutor não identificado – O senhor se dirigi à mesa.**
- 8043 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8044 **Humanos) – Nós já fizemos um encaminhamento anterior, nós já votamos os**  
8045 itens da pauta, seria o planejamento, foi aqui discutido que planejamento sem a  
8046 Sociedade Civil não teria como no que a gente tem.
- 8047 **Interlocutor não identificado – Não tem como e votar coisa importante tem como**  
8048 ministra? A senhora chegou agora que, a gente está aqui faz muito tempo.
- 8049 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8050 **Humanos) – A coisa mais importante que eu entendo que nós tínhamos aqui o**  
8051 edital já estava... Já tinha sido construída, que nós íamos construir nesse dia seria  
8052 o planejamento...
- 8053 **Interlocutor não identificado – Foi construído para o Lucas, está bem? Pela**  
8054 Cândia, pelo Marcelo...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8055 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8056 **Humanos)** – Esse item já está superado, nós iríamos para o planejamento...

8057 **Interlocutor não identificado** – Não, senhora pode cassar a minha palavra.

8058 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8059 **Humanos)** – Mas sem a sociedade...

8060 **Interlocutor não identificado** – Agora sim, eu estou inscrito, a gente está aqui  
8061 debatendo e eu não estou podendo usar o meu tempo.

8062 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8063 **Humanos)** – Sem a Sociedade Civil, a gente não consegue construir o  
8064 planejamento do comitê. Então, a gente deliberou pela leitura da ata e  
8065 encerramento.

8066 **Interlocutor não identificado** – E sem ela consegue votar o edital? Não fica  
8067 paradoxal.

8068 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8069 **Humanos)** – Olha, se vocês... Já está vencido esse período, vamos lá, vamos  
8070 para ata?

8071 **Interlocutor não identificado** – Não, eu quero inscrição de falar ministra. Esse  
8072 cara não, o senhor fala comigo com respeito, esse cara não. Esse cara não.

8073 **Interlocutor não identificado** – O direito de fala já foi concedido já.

8074 **Interlocutor não identificado** – Esse cara não. Não foi, não foi.

8075 **Interlocutor não identificado** – Já, depois da leitura da ata.

8076 **Interlocutor não identificado** – Esse cara não, o senhor me respeite.





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 8077 **Interlocutor não identificado** – Depois da leitura da ata.
- 8078 **Interlocutor não identificado** – Esse cara não, o senhor me respeita.
- 8079 **Interlocutor não identificado** – Você se dê o respeito.
- 8080 **Interlocutor não identificado** – O senhor me respeite, o senhor foi responsável  
8081 ontem já.
- 8082 **Interlocutor não identificado** – Você se dê o respeito, você acabou de chegar e  
8083 quer tumultuar.
- 8084 **Interlocutora não identificada** – Não, quem chegou agora foi a ministra, isso aí é  
8085 passado, isso aí é passado.
- 8086 **Interlocutor não identificado** – Você acabou de chegar e quer tumultuar como  
8087 sempre.
- 8088 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8089 **Humanos)** – Doutor Quirino, por favor, vamos a leitura da ata.
- 8090 **Interlocutor não identificado** – Só uma dúvida. A ata vai ter algum processo de  
8091 votação? Essa que a dúvida, porque se tiver processo de votação, o artigo 10 está  
8092 sem quórum, se for a leitura datas em votação nenhuma, aí...
- 8093 **Interlocutor não identificado** – Tem que aprovar a ata, tem que votar, tem que  
8094 aprovar a ata, é óbvio.
- 8095 **Interlocutor não identificado** – Não, é isso, essa é a dúvida só por causa do  
8096 artigo 10, só essa é uma dúvida.
- 8097 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Só um  
8098 esclarecimento, um esclarecimento da Secretaria-Executiva. Nesse momento a



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8099 gente lê os encaminhamentos Nicolas ata é aprovada somente pela Mesa  
8100 Diretora, com a degradação da reunião feita. Então, não tem como aprovar a ata  
8101 hoje, o que hoje...

8102 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Então, ler sem aprovar, qual é o sentido  
8103 Carol, desculpa?

8104 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Não, não,  
8105 o que eu estou registrando Matheus, é que nesse momento a gente faz o registro  
8106 dos encaminhamentos, e aí a gente faz uma leitura coletiva em relação a esses  
8107 encaminhamentos, a aprovação da ata, ela é feita pela Mesa Diretora, depois em  
8108 que a gente recebe a degradação da reunião. Só para separar esses dois  
8109 momentos.

8110 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8111 **Humanos)** – Então ler os encaminhamentos.

8112 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Bom, a  
8113 abertura foi feita ontem 9h e...

8114 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – E tem quórum de instalação, Carol?

8115 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – 9h11, o  
8116 quórum para abertura foi registrado, nós tínhamos 9 membros do ministério... Do  
8117 Governo Federal.

8118 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Quem que registrou o quórum?

8119 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – E 11  
8120 membros do governo...

8121 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Vocês têm um documento para a gente  
8122 poder olhar?



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 8123 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Matheus,  
8124 deixa eu terminar de ler o documento?
- 8125 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Está na mão dele ali.
- 8126 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Sim.
- 8127 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Mas eu estou falando de agora, falando  
8128 de agora.
- 8129 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – E, mas  
8130 tenho o registro de... Eu estou fazendo, eu estou lendo...
- 8131 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – O quórum é toda manhã e toda a tarde.
- 8132 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Matheus,  
8133 olha só, nós registramos o quórum e se você me deixar ler o documento, vai ter o  
8134 restante do quórum de todas as discussões que foram feitas.
- 8135 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – É que a gente está num momento agora  
8136 que a gente está debatendo o quórum.
- 8137 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Está bem.
- 8138 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Se só apresentarem um documento que  
8139 havia quórum, aí a coisa está aprovada, entendeu? Se não vou ter que entrar com  
8140 outra ação, a DPU entrou com uma ação ano passado, não tem como...
- 8141 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Matheus,  
8142 deixa eu terminar de ler? Matheus, por favor, deixa eu terminar de ler?





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8169 elaborado de observância dos demais princípios e do protocolo facultativa. Nessa  
8170 votação foram favoráveis MNU, SOMOS, OAB, CFP, CUT, UBM, UFRN, Justiça  
8171 Global, COADE, CONECTAR, EDUCAFRO, RENILA, esse item foi adotado por 12  
8172 a 9, contrários, membros de governo, GD, MEC, Cidadania, MS, CGOV, SNPG,  
8173 CPIR, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça. Esse encaminhamento foi  
8174 adotado por 12 a 9. Dá acesso total ao teor do manual os membros do CNPCT  
8175 aprovado por unanimidade. Item 2.4; enviar a execução orçamentária de 2019,  
8176 enviar a previsão orçamentária para 2020 e explicar o funcionamento do  
8177 orçamento. Item do planejamento, reunião da tarde, execução de 2019. Esse  
8178 encaminhamento foi adotado por unanimidade dos presentes. 2.5; solicitar a  
8179 CGCT a apresentação sobre o seu planejamento para 2020 na próxima reunião. O  
8180 encaminhamento adotado por unanimidade dos presentes. 2.6) pedido de  
8181 preenchimento documento da Rede, CF, OAB e CFP verificaram em se estão  
8182 presentes em todos os comitês estaduais, esse trata de um documento que foi  
8183 deliberado na reunião passada, que era que os membros do comitê deveriam  
8184 indicar a sua presença nos estados para auxiliar na discussão em relação a  
8185 comitês e mecanismo, esse encaminhamento também foi adotado por o  
8186 unanimidade dos presentes. 2.7) proposta de envio de ofício ao gabinete do  
8187 ministro, pedido esclarecimentos sobre a não nomeação da troca dos membros da  
8188 Sociedade Civil do CNPCT. Esse encaminhamento foi adotado pela unanimidade  
8189 dos presentes. 2.8) enviar ofício ao gabinete da Ministra e ao corregedor sobre se  
8190 houve novos andamentos das representações referentes ao mecanismo. Esse foi  
8191 um ponto em que a gente discutiu as apresentações feitas pelo CRM/DF e  
8192 também pela Associação Brasileira de Psiquiatria, esse encaminhamento foi  
8193 adotado por maioria dos presentes. O próximo item da pauta foi a apresentação  
8194 do relatório LGBT nas prisões do Brasil, diagnóstico dos procedimentos  
8195 institucionais e experiência de encarceramento. Esse item foi feito no início da  
8196 tarde. Então, o quórum de abertura foi de 16h, com registro dos presentes,  
8197 condução foi pela vice-presidência e os encaminhamentos adotados foram os



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8198 seguintes: 3.1; o departamento compartilha minuta de portaria interministerial com  
8199 o CNPCT e o CNPCT envia comentários até o dia 30 de março. Esse  
8200 encaminhamento foi aprovado por unanimidade dos presentes. 3.2; proposta de  
8201 recomendação do CNPCT sobre tortura, observando a resolução CNCD e CNPCP  
8202 nº 1 de 2014, incluiria as seguintes recomendações: Recomendação1; que a  
8203 administração de penitenciária autorize o ingresso de organizações da Sociedade  
8204 Civil para trabalho com a população LGBT nos locais de privação de liberdade. 2;  
8205 que o DEPEN verifique a possibilidade de recomendar aos estados e a criação de  
8206 mecanismos que facilitem a inserção da Sociedade Civil, que trabalhem com a  
8207 temática LGBT no sistema prisional e inclua na nota técnica do DEPEN. Redação  
8208 iniciando esse documento, somos Silvia e DEPEN. Esse encaminhamento foi  
8209 aprovado por unanimidade dos presentes. 3.3; oficiar o gabinete e da Ministra  
8210 questionando fluxo das denúncias recebidas durante a realização do estudo,  
8211 informando a possibilidade dos entrevistados de requererem o seu  
8212 encaminhamento. Esse ponto... Esse encaminhamento, ele foi adotado também  
8213 por unanimidade dos presentes. O item 4 refere-se à apresentação do Mecanismo  
8214 Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, a condução foi feita pelo  
8215 vice-presidente, os convidados para esse ponto de pauta foram Barbara, Ribamar,  
8216 Daniel e Lúcio. Foram os seguintes encaminhamentos: 4.1; CNPCT missão  
8217 agendada para Roraima tornando a conjunta, essa missão conduzida pela DPU,  
8218 CONECTA, CNDH, MNPCT, CF OAB, a missão está prevista para os dias 23 E 24  
8219 de março, a visita será em caráter emergencial. Membros deliberado pelo comitê:  
8220 UFRN, Cândida e Ministério da Mulher, Família e Cidadania, Marco. Votação,  
8221 aprovado por unanimidade dos presentes. 4.3; o pleno do CNPCT acolhe  
8222 manifestação do SPT/ONU criada pelo artigo 5º do protocolo facultativa a  
8223 Convenção Contra a Tortura, ratificado pelo Estado Brasileiro por meio do Decreto  
8224 6085 de 2017. Votação, foram favoráveis RENILA, EDUCAFRO, CONECTA,  
8225 COADE, Justiça Global, UFRN, UBM, CUT, CFP, OAB, SOMOS, MNU, 12 votos.  
8226 Foram contrários; MRE, CPIR, DEPEN, MD, SNPG, MEC, SG, MMF/DH, CGOV,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8227 Cidadania, somando 10 votos. Foi feito uma ressalva do Ministério da Defesa, a  
8228 qual eu ainda não tive oportunidade de trazer para esse documento, mas está  
8229 salvo Sávio. 4.4; o pleno do CNPCT ratifica integralmente os termos do  
8230 entendimento jurídico é emitido pelo SPT/ONU, declarando a inadimplência do  
8231 Estado Brasileiro no âmbito do OPCAT, em razão da vigência do Decreto 9831 de  
8232 2019. Foram favoráveis RENILA, EDUCAFRO, CONECTAS, COADE, Justiça  
8233 Global, UFRN, UBM, CUT, CFP, OAB, SOMOS, MNU. Contrários membros de  
8234 governo; MRE, CPIR, DEPEN, SNPG, SG, Ministério, Ministério da Cidadania,  
8235 MEC, CGOV é Ministério da Defesa. 4.5; o pleno do CNPCT considerará... E irá  
8236 considerar o documento em suas deliberações, esse documento do SPT em  
8237 especial nas que repercutem direta ou indiretamente na atuação do MNPCT.  
8238 Votação favoráveis membros da Sociedade Civil, contrários membros do governo.  
8239 Esse item foi adotado pelo pleno. 4.6; o CNPCT encaminhará ofícios ao  
8240 Congresso, Presidentes e relatores dos PDLs no Senado e na Câmara... Está aqui  
8241 um registro do nº dos PDLs, ao relator da ação civil pública, Presidência da  
8242 República ao relator da DPF, com registro dos itens... Com base no registre dos  
8243 item acatadas pelo comitê. 4.3. 4.4, 4.5 aprovados anteriormente. Foi acatado por  
8244 12 votos a 10, 12 votos da Sociedade Civil, 10 do governo. 4.7; do CNPCT e  
8245 mecanismo faça requerimento ao Ministro Fux relator da DPF 607/2019 para  
8246 chamar uma audiência pública para discussão deste documento do SPT no âmbito  
8247 da mesma DPF. Foram favoráveis membros da Sociedade Civil 12, contrários  
8248 membros do governo 10. Esse item 4.8, ele foi retirado, mas foram feitos em um  
8249 registro... Dois registros importantes para o governo. Ezequiel fez um pedido de  
8250 vistas com base na resolução... Com base no regimento interno e também pediu  
8251 um desagravo de pedido de respeito aos membros natos do CNPCP. Ponto de  
8252 pauta sobre a apresentação do relatório do mecanismo.

8253 **Interlocutor não identificado** – Carol, constou... Constou requerimento da vista  
8254 ou só o requerimento?





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8255 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Aqui,  
8256 pedido perdeu o objeto na medida que a proposta de recomendação foi retirada.  
8257 Uma última observação sobre esse ponto de pauta, apresentação do relatório do  
8258 mecanismo sobre o estado do Amazonas, foi retirado uma vez que o mecanismo  
8259 não encaminhou relatório tempo para apreciação do comitê. Item 4.9; o CNPCT  
8260 vai se debruçar sobre o relatório do mecanismo e novo ponto de pauta chamadas  
8261 entidades médicas citadas, representante dos hospitais citados, das entidades  
8262 fiscalizadas para que exerça dentro do comitê o direito ao contraditório. Eram  
8263 favoráveis; MEC, Ministério da Cidadania, Ministério da Saúde, Ministério da  
8264 Mulher, Família e Direitos Humanos, SG, EDUCAFRO. Contrários; MNU, SOMOS,  
8265 OAB, CFP, CUT, UBM, UFRN... Não, mas aqui oh, o pedido foi retirado pelo OAB.

8266 **Interlocutor não identificado** – Eu achei que ia ser só a leitura, pode então fazer  
8267 sugestões, isso?

8268 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – É só uma  
8269 complementação.

8270 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que ao fim a gente apresenta o  
8271 comentário, e aí esse item para ler após o comentário.

8272 **Interlocutor não identificado** – Porque assim, a Ministra falou que depois da  
8273 leitura eu teria a palavra.

8274 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Está bem.  
8275 Então, vamos na sequência, já está terminando. O CNPCT se debruça sobre o  
8276 relatório... Qual foi o resultado da votação? Favoráveis; MEC, Ministério da  
8277 Cidadania, Ministério da Saúde, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos,  
8278 SG, EDUCAFRO. Contrários; MNU, SOMOS, OAB, CFP, CUT, UBM, UFRN,  
8279 Justiça Global, COADE, CONECTAS, RENILA, nesse item não passou e o doutor  
8280 Quirino pediu registro em ata sobre o seu cerceamento de fala. 4.10; chamar a





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8281 instituições e inspecionadas a seus representantes e representantes de classe,  
8282 Sociedade Civil para uma audiência pública sendo o dia de debate. Foi feito já  
8283 uma lista inicial, mas com observação que não era uma lista exaustiva. O  
8284 encaminhamento foi adotado por unanimidade. 4.11; envio de ofício ao Congresso  
8285 para recomenda abertura de CPI sobre a política de saúde mental no Brasil,  
8286 utilizando como subsídios o relatório do MNPCT foi sobre hospitais psiquiátricos.  
8287 Eram favoráveis; MEC, MNFDH, SG, MNU, SOMOS, OAB, CFP, CUT, UBM,  
8288 UFRN, Justiça Global, COADE, CONECTAS, EDUCAFRO, RENILA. Contrários;  
8289 Ministério da Cidadania, Ministério da Saúde e nenhuma abstenção, esse  
8290 encaminhamento também foi aprovado. 4.12; o CNPCT e MNPCT vão pedir  
8291 reunião com o ministro da saúde para discutir as violações apresentados no  
8292 relatório e as recomendações, mais uma vez e depois a gente pela  
8293 Secretaria-Executiva uma fazer uma revisão de ortografia e concordância aqui do  
8294 registro, está bem? Só para a gente seguir a pedido. Votação favoráveis, todos  
8295 presentes na reunião foram favoráveis e o encaminhamento foi adotado então por  
8296 unanimidade. 4.13; recomendar de que os órgãos e entidades da Sociedade Civil  
8297 divulguem o relatório do MNPCT do seu site. Favoráveis; MNU, SOMOS, OAB,  
8298 CFP, CUT, UBM, UFRN, Justiça Global, COADE, CONECTAS, EDUCAFRO,  
8299 RENILA. Contrários; Ministério da Cidadania. Abstenções; MEC, Ministério da  
8300 Mulher, Família e Direitos Humanos, Ministério da Saúde, SG, esse ponto também  
8301 for aprovado. 4.14; CNPCT promover capacitações para a comitês estaduais  
8302 sobre direitos humanos, tortura e saúde mental. Todos os presentes foram  
8303 favoráveis à proposta. 4.15; compromisso do Ministério da Cidadania, do  
8304 Ministério da Saúde de enviar a documentação sobre este tema da política de  
8305 saúde mental, para subsidiar nossa audiência pública antes da realização da  
8306 audiência pública. Todos os membros foram favoráveis. E aí entramos na reunião  
8307 de hoje de manhã, dia 10 de março. O item do edital foi pautado como 5º item da  
8308 nossa discussão, o quórum de abertura era; MRE, MEC, Ministério da Cidadania,  
8309 SG, CGOV, SNPIR, DEPEN, SNPG, Ministra, COADE, RENILA, CFP, SOMOS,



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8310 CUT, UBM, OAB. A condução foi pela Presidente do CNPCT, senhora Ministra  
8311 Damares Alves, o horário de abertura 8h40, o edital foi colocado em votação pela  
8312 ministra, os representantes de governo presentes; Ministra, MRE, MEC, Ministério  
8313 da Cidadania, Ministério da Saúde, SG, CGOV, CNPIR, SNPG, DEPEN, MD,  
8314 foram favoráveis a minuta para a seleção de quatro peritos. Representantes da  
8315 RENILA votou contra e demais representantes da Sociedade Civil se retiraram da  
8316 sala; COADE, CFP, SOMOS, CUT, UBM às 9h. O edital foi aprovado e a  
8317 Secretaria-Executiva dará os encaminhamentos necessários à sua publicação.  
8318 Item 6; nota pública, horário da votação 9h10. Votação, favoráveis; MD, DEPEN,  
8319 SNPIR, CGOV, SNPG, SG, Ministério da Cidadania, Ministério da Saúde, MEC,  
8320 MRE e a Ministra... Ah, desculpa gente. Sim, favoráveis ninguém, contrários à lista  
8321 de membros do governo. A nota foi rechaçada. Planejamento, condução;  
8322 Presidente, ao horário do ponto de pauta 9h18. A Secretaria-Executiva apresentou  
8323 as discussões realizadas no âmbito da mesa, ponto de pauta demanda  
8324 deliberação sobre a metodologia do planejamento, Análise SWOT e construção de  
8325 ações para o CNPCT, avaliação sobre a escolha de temas para debate no CNPCT  
8326 ao longo de 2020, a exemplo às Regras de Bangkok. Ponto de pauta foi adiado  
8327 para a próxima reunião do comitê. Membros presentes na reunião; Ministério da  
8328 Defesa, DEPNEN, SNPIR, CGOV, SNPG, SG, Ministério da Cidadania, Ministério  
8329 da Saúde, MEC, MRE e Ministra. Enfim chegamos à leitura e aprovação dos  
8330 encaminhamentos.

8331 **Interlocutor não identificado** – Tenho a palavra ministra?

8332 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8333 **Humanos)** – Ok. Por 2 minutos.

8334 **Interlocutor não identificado** – Não, espera aí, 2 minutos?



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 8335 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8336 **Humanos)** – Dois minutos, depois vai ser 2.
- 8337 **Interlocutor não identificado** – Não é o que tem sido feito.
- 8338 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8339 **Humanos)** – Vamos, vamos, 2 minutos, vamos lá.
- 8340 **Interlocutor não identificado** – Não, não. Fundamente, porque 2 minutos?
- 8341 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8342 **Humanos)** – Não é o suficiente para você? Ele 2 não, outro querido falou 15, eu  
8343 não falei nenhum.
- 8344 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8345 **Humanos)** – 2 minutos.
- 8346 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – O senhor não chorar  
8347 outra vez, não é?
- 8348 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Oi?
- 8349 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Você não vai chorar  
8350 outra vez?
- 8351 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – O senhor é irresponsável de novo, não  
8352 é?
- 8353 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Começará outra vez.
- 8354 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Ministra, se ele falar, eu não falo.
- 8355 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8356 **Humanos)** – Marcelo, 2 minutos.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 8357 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – É Matheus.
- 8358 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8359 **Humanos)** – Marcelo, 2 minutos, vamos. Matheus, desculpa Matheus. Dois  
8360 minutos.
- 8361 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Carol, em relação à nota que teria sido  
8362 rechaçada, que estava previsto na pauta não era votação sobre a nota, ela foi  
8363 votada no ano passado, alguns é que estavam presentes, boa parte... O senhor  
8364 parar de rir, eu agradeço, está bem? Isso aqui é sério, tortura, está bem?
- 8365 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Siga na sua fala, eu  
8366 não estou nem olhando para o senhor, por favor.
- 8367 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – É o senhor está rindo olhando para mim  
8368 igual um tarado.
- 8369 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Por favor.
- 8370 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8371 **Humanos)** – Doutor (intervenções simultâneas).
- 8372 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, não... Isso  
8373 eu não vou aceitar, isso não vou aceitar.
- 8374 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8375 **Humanos)** – Sim.
- 8376 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu quero que fique  
8377 registrado...
- 8378 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Carol, você lembra...



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 8379 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, não...
- 8380 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Ministra...
- 8381 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu quero que fique  
8382 registrado, eu fui chamado de tarado aqui. Isso é inadmissível...
- 8383 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Pode cortar o microfone, por favor? É  
8384 que eu estou fazendo por isso, o senhor está rindo de tortura. O senhor está rindo  
8385 de tortura.
- 8386 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, não, eu  
8387 estou rindo da sua postura ridícula.
- 8388 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8389 **Humano)** – Doutor Matheus, doutor Quirino, continua 2 minutos, depois você tem  
8390 mais um minuto para você replicar, porque você foi citado e foi...
- 8391 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu abro mão ministra.  
8392 Obrigada. Eu abro mão.
- 8393 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8394 **Humano)** – Matheus, continua, por favor.
- 8395 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Carol, como consta na pauta que foi  
8396 encaminhada acho que uma semana atrás. Os colegas, a votação sobre a nota  
8397 não eram sobre a existência da nota. Então, ela não poderia ser rechaçada, está  
8398 bem? Era sobre o conteúdo da nota, perfeito? Que todas receberam mais ou  
8399 menos uns dois meses atrás, você pode esclarecer sobre esse ponto Carol? Tem  
8400 outros pontos também.
- 8401 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Só deixa a  
8402 gente pegar então o registro da...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8403 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Perfeito, perfeito.

8404 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8405 **Humanos)** – Doutor, coloca tudo que o senhor tinha para falar em 2 minutos e a  
8406 Carol vai respondendo, pode ser Carol? A gente ganha tempo, vai doutor coloca  
8407 os demais.

8408 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Em relação a minuta do edital, gente  
8409 pode ver que as votações de ontem que onde havia uma normalidade, não é? Foi  
8410 a palavra utilizada pela Silvia, agora a gente está havendo aqui o estado de  
8411 asserção, todas as de liberações constataram da ata, não é? Ali constou  
8412 simplesmente que o edital foi aprovado, minuta foi aprovada, minuta e edital são  
8413 duas formas abstratas, acho quem do mundo jurídico entende um pouco isso, está  
8414 bem? Então, a gente queria saber qual o edital foi aprovado, se pelas regras e  
8415 pelo regimento aqui a gente só... Inclusive, um colega queria pedir vistas ontem,  
8416 acho que foi o Eliseu talvez, Ezequiel, desculpa. A gente só vai votar o que a  
8417 gente sabe, não dá para votar o que a gente não sabe, é a Carol sabe que a  
8418 Cândida, Marcelo, o Lucas, aí é governo, não sei se mudaram, mas enfim, era o  
8419 Lucas e era mais uma quarta pessoa do governo, essas quatro pessoas ministra,  
8420 não sei constou para senhora, essas quatro pessoas eram de uma comissão, de  
8421 um Grupo de Trabalho, paritariamente a Sociedade Civil e governo, eles teriam  
8422 que elaborar esse edital... Ministra, por favor. Eles queriam elaborar esse edital e  
8423 deveriam mandar a todos, não foi mandado, quando esse documento não é  
8424 enviado e a Carol pode me ajudar, a Carol trabalha muito tempo aqui, desde de  
8425 outros mandatos, esses documentos quando não enviado, ele é compartilhado  
8426 com todos nós, Sávio está aqui há bastante tempo, Silvia está e sabe como é que  
8427 é. E aí quando esse... Não me foi encaminhado, está bem? Se puderem... Você  
8428 sabe se os outros receberão cerca? O governo falou que sim, está bem. E aí  
8429 constou ali, não sei se constou do texto, mas constou da fala inicial da Carol que  
8430 teria ocorrido uma inversão de pauta, está bem? Essa inversão de pauta foi



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8431 votada o foi deliberada pela Mesa Diretora Carol? É outra pergunta de faço. E aí  
8432 eu acho que sem relação mais ata que foi lida agora, não é? E aí importante  
8433 dizer... Ou que não tem feito, está bem? O que está sendo feito aqui...

8434 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8435 **Humanos)** – Doutor, concluindo, 2 minutos para a gente agilizar os trabalhos,  
8436 porque eu gostaria... Por favor.

8437 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Era até as 18h aqui, eu não sei qual é a  
8438 pressa.

8439 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8440 **Humanos)** – Mas a gente já venceu a pauta, eu gostaria inclusive, de propor o  
8441 seguinte, depois a gente encerra essa reunião, se pudesse gastar o tempo com a  
8442 Sociedade Civil de uma forma informal, é possível depois, a gente conversar?

8443 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Podia ser de forma pública ministra.

8444 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8445 **Humanos)** – Veja só, eu estou com uma emergência, é possível, inclusive, que a  
8446 gente tenha que convocar uma reunião extraordinária do comitê, nós estamos  
8447 diante de uma situação grave que com relação ao Coronavírus, a gente vai ter que  
8448 discutir isso entre nós, a situação nos presídios começam a me preocupar, nas  
8449 unidades pressionar esse começam a preocupar, é possível que a gente tenha...

8450 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Ministra, eu faço inspeção em presídio,  
8451 eu sei disso.

8452 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8453 **Humanos)** – Que ter uma reunião mais rápido possível novamente do comitê, que  
8454 eu vou trazer o Ministério da Saúde, algumas ações que vamos tomar essa  
8455 semana. Então assim, não vamos colocar agora que o governo está fazendo não,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8456 nós estamos nesse momento lendo os encaminhamentos, lendo os  
8457 encaminhamentos.

8458 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Ministra, isso... A gente está debatendo  
8459 é exatamente isso ministra.

8460 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8461 **Humanos)** – Oh, lendo os encaminhamentos... Oh...

8462 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Matheus.

8463 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8464 **Humanos)** – Vamos caminhar Matheus, vamos caminhar...

8465 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Não, mas sim, eu acho que não sei  
8466 porque apressa, se é para ter um debate, não tem por que pressa ministra.

8467 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8468 **Humanos)** – Mas não cabe agora, nós estamos lendo agora os encaminhamentos  
8469 para ata, não cabe o que você quer colocar agora, o que o governo está fazendo  
8470 ou não. Vamos encaminhar dessa forma e...

8471 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Mas assim, a atribuição do comitê  
8472 ministra, é exatamente debater o que o governo faz, os locais de aprisionamento,  
8473 que eu faça inspeção da prisional.

8474 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8475 **Humanos)** – Mas nesse exato momento nós estamos discutindo os  
8476 encaminhamentos, vamos fazer da forma correta? Vamos discutir os  
8477 encaminhamentos com relação ao que vai para ata e vamos caminhar desse jeito,  
8478 pode ser Matheus?





## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 8479 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Não, vou tentar, eu tentei falar antes, a  
8480 senhora falou para ler primeiro a ata, eu esperei ler a ata.
- 8481 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8482 **Humanos)** – Matheus, a gente teve aqui a manhã inteira e esperando que a  
8483 Sociedade Civil viesse a participar, discutir, planejar...
- 8484 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – A gente esperou dez meses o governo  
8485 fazer a primeira reunião no ano passado ministra, faz parte do jogo democrático.
- 8486 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8487 **Humanos)** – Matheus, está vencido. O próximo inscrito?
- 8488 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Não ministra, assim...
- 8489 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8490 **Humanos)** – O doutor Ezequiel tem um minuto...
- 8491 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Então, Carol, consta na ata por favor  
8492 que a presidência do comitê...
- 8493 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8494 **Humanos)** – Com relação a inversão da pauta, está aqui.
- 8495 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Não, assim, pedindo para constar em  
8496 ata ontem, constou em ata, quero que conste em ata ministra, por favor.
- 8497 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8498 **Humanos)** – Constar o que em ata?
- 8499 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Que a senhora está caçando a minha  
8500 palavra.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8501 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8502 **Humanos)** – Você teve...

8503 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – E isso não é verdade, minha  
8504 manifestação é contrária.

8505 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8506 **Humanos)** – Vamos fazer o seguinte?

8507 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Espera aí. Constar em ata não é  
8508 contraditório, constar em ata é um pedido que o senhor fez, que o Sávio, o Marco  
8509 fez. Então, eu estou fazendo.

8510 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8511 **Humanos)** – Você teve seus dois minutos, concedido desde... Oh, Matheus...

8512 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Então, eu quero que  
8513 conste em ata que isso dê no processo.

8514 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8515 **Humanos)** – Ezequiel... Doutor Quirino, você teve seus dois minutos, você falou  
8516 nesse exato momento...

8517 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Sim, já falei, já falei ministra, vocês têm  
8518 a minha ata, só quero que conste em ata.

8519 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8520 **Humanos)** – Esse ponto... Nós estamos discutindo esse.

8521 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – A Carol acabou de ler, a Carol trabalha  
8522 aqui há muitos anos...



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 8523 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8524 **Humanos)** –ok. Já ultrapassou seus dois minutos, por favor doutor.
- 8525 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Não, ministra...
- 8526 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8527 **Humanos)** – Matheus, Matheus.
- 8528 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Não ministra, por favor.
- 8529 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8530 **Humanos)** – Matheus, você já teve seus dois minutos, você já falou...
- 8531 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Tem que tratar e qual o governo e  
8532 Sociedade Civil ministra, por favor.
- 8533 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8534 **Humanos)** – Ele vai ter o minuto para falar, porque você citou o dele, você atacou  
8535 ele.
- 8536 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Sim. É só a Carol constar em ata que eu  
8537 paro de falar ministra.
- 8538 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8539 **Humanos)** – Ela vai constar em ata, pronto, resolveu? Está constado em ata, por  
8540 favor.
- 8541 **Matheus** – Não, não, ela tem que constar.
- 8542 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8543 **Humanos)** – Ela vai constar em ata.



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8544 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Obrigado por me  
8545 constar a palavra ministra.

8546 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8547 **Humanos)** – A Presidente está falando, ela vai constar em ata. Acabou.

8548 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Posso falar o conteúdo para constar em  
8549 ata?

8550 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8551 **Humanos)** – Acabou, acabou. Doutor Quirino?

8552 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Obrigada Ministra por  
8553 me conceder a palavra.

8554 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – É a não ser porque a senhora erra o  
8555 meu nome e chama ele de doutor, qual é a diferença, eu não entendo?

8556 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Talvez porque eu tenho  
8557 doutorado.

8558 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8559 **Humanos)** – Meu Deus, vamos lá.

8560 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Será porque eu tenho  
8561 doutorado?

8562 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8563 **Humanos)** – Doutor Quirino.

8564 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Talvez seja isso,  
8565 porque eu tenho doutorado.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- 8566 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Você é o brincalhão, não é cara?
- 8567 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, você tem?
- 8568 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Brincalhão.
- 8569 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8570 **Humanos)** – Doutor Quirino, um minuto.
- 8571 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, não, não, você  
8572 tem? Se você não tem doutorado então, você não é doutor.
- 8573 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8574 **Humanos)** – Doutor Quirino, um minuto. Um minuto, porque o senhor foi citado.
- 8575 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Então, vamos lá. Eu  
8576 não tenho nada a falar, não ser, Carol, eu peço que conste em ata... Carol, eu  
8577 peço que conste em ata que porque o Matheus disse não procede, a palavra dele  
8578 não foi silenciado aqui.
- 8579 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8580 **Humanos)** – Só isso doutor? Ok. Próximo inscrito, 2 minutos, ok?
- 8581 **Sr. Leonardo Pinho (Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**  
8582 **Humanos)** – Sim, sim. Não, tranquilo. Obrigado ministra. Na verdade, assim, eu  
8583 acabei de me reuni com toda a Sociedade Civil do comitê, nós estamos com um  
8584 impasse aqui, não é? Para falar diretamente e o registro que está lá das  
8585 assinatura dos presentes, não cumpre o artigo 19 de instalação do ponto de vista  
8586 da formalidade, porque as pessoas se retiraram e não assinaram a lista de  
8587 presença e nós não temos o cumprimento do artigo 10º. Então, por exemplo, essa  
8588 questão do edital não está cumprindo o edital 9, mas é de interesse de todo  
8589 mundo, até porque havia esse pleito a questão de aprovar o edital, estou dizendo,



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8590 a Sociedade Civil também tem isso, a questão que eu queria colocar aqui para o  
8591 governo, porque assim, tem o registro lá, eu contei lá a lista de presença, não está  
8592 cumprindo o artigo 9º, não, eles não assinaram, mas isso aí é o registro da  
8593 reunião e foi uma... Não, sei, mas foi a manifestação, eu estou dizendo, foi uma  
8594 manifestação da Sociedade Civil e, estou dizendo, e igualmente o governo  
8595 também poderia fazer isso sem interesse, por exemplo, que a doutora Victoria  
8596 estivesse fazendo o uma conduta que não está... Eu estou falando, os membros  
8597 do governo, do Poder Público poderiam também fazer a mesma coisa, o que eu  
8598 estou dizendo é, o registro que a lista de presença não foi assinada por uma  
8599 posição dos membros da Sociedade Civil e que entra com relação, não cumpre o  
8600 que está colocando o artigo 9º. E as votações não tem maioria simples que é um  
8601 artigo 10, agora o interesse aqui é fazer o comitê funcionar, até porque ficou dez  
8602 meses sem funcionar, eu acho que há um reconhecimento por parte da Ministra  
8603 de retomar esse colegiado, eu estive em reunião com a Ministra agora  
8604 recentemente, a um esforço para e fortalecer o Conselho Nacional dos Direitos  
8605 Humanos. Então, eu estou dizendo que esse reconhecimento, agora nós  
8606 precisamos voltar a pactuar aqui uma forma de condução. Então, o que queria  
8607 colocar aqui, até porque eu fiz o diálogo com a Sociedade Civil, esse é possível a  
8608 Presidente que a Ministra Damares e a vice Presidente que é a doutora Vitoria,  
8609 que representa a Sociedade Civil pactuar em uma forma de condução, pegar  
8610 esses pontos para a possibilidade de voltar ao funcionamento pleno do comitê, eu  
8611 digo uma outra coisa que me preocupa, isso aqui é a utilização de recursos  
8612 públicos e nós precisamos garantir o pleno funcionamento do comitê, porque está  
8613 sendo empenhado dinheiro e de todo o cidadãos e cidadãs brasileira. Então, esse  
8614 é o apelo que eu faço para a gente não ficar na letra fria de regimento, se é  
8615 possível fazer isso.

8616 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8617 **Humanos)** – Acolhida a sua sugestão Leonardo, eu vou conversar com a Vitória,



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8618 inclusive, gostaria muito se tu tivesse participando dessa conversa, vinha que com  
8619 tanta vontade hoje de trabalhar e vocês não têm ideia como está difícil para mim  
8620 estar aqui hoje, gostaria de ter saído daqui hoje com planejamento, no  
8621 planejamento e eu estaria colocando essa gravidade do Coronavírus, é muito sério  
8622 o que eu tinha para falar, mas a gente... Possivelmente eu vou conversar com o  
8623 Ministério da Saúde doutora, e a gente talvez tenha que convocar realmente o  
8624 comitê para uma reunião extraordinária, especificamente sobre isso. E  
8625 manifestam, inclusive, que eu quero estar com vocês na visita ao presídio de  
8626 Roraima, eu vi lá que a data é dia 23, quero estar. Então assim, gente vai.  
8627 Leonardo tem o meu compromisso de que eu quero ver isso que acontecer, tem o  
8628 meu compromisso que a gente vai trabalhar muito, está bem? Eu vou conversar  
8629 com a doutora Vitória, mas infelizmente hoje não deu ainda, eu até gostaria esse  
8630 momento com a Sociedade Civil, talvez para vocês me conhecerem, para vocês  
8631 conversarem comigo, não é nenhuma reunião formal, bastaria porque o pessoal  
8632 do governo já me conhece, já trabalha comigo, talvez vocês estão assim, não  
8633 estão entendendo as motivações da Presidente, não estão entendendo as  
8634 motivações da Ministra e nem precisava registrar aqui, a minha intenção... Vocês  
8635 esteve comigo, o mecanismo está comigo, a gente quer fazer uma coisa muito  
8636 grande, muito diferente e a possível a gente fazer, tem o meu compromisso, vou  
8637 conversar com a vitória, gostaria que você participasse dessa conversa, você,  
8638 Carol e a Vitória, gente vai se reunir sim, ok? Acolhida a sua sugestão. Tem mais  
8639 alguém inscrito? Doutora, no que tanto nos ajudou hoje doutora.

8640 **Interlocutora não identificada** – Obrigado pela palavra doutora Damares,  
8641 Ministra Damares. Queria perguntar a respeito do planejamento, se isso for votada  
8642 então que seria adiado planejamento? Não ficou muito claro.

8643 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8644 **Humanos)** – Ficou dito que talvez não fosse possível a gente planejar com... Sem  
8645 a presença da Sociedade Civil. Então, eu realmente acho prejudicial só o governo



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8646 planeja sem a Sociedade Civil. Então, pela ausência não dava para a gente  
8647 continuar. Então, gente vai deliberar para a próxima reunião, mas isso não quer  
8648 dizer doutora que a gente já não pode começar dar alguns passos gigantes,  
8649 inclusive, está bem? Já dá para a gente começa a fazer muita coisa, continua  
8650 doutora.

8651 **Interlocutora não identificada** – Sim. Eu queria... E não, só falar, é qual pouca  
8652 palavra do Léo, a respeito então de... Porque como ele falou, são recursos  
8653 públicos...

8654 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8655 **Humanos)** – Sim.

8656 **Interlocutora não identificada** – Sociedade civil veio de diversos estados, são  
8657 recursos também das entidades convidadas, a atividades convidadas, elas não...  
8658 Nós estamos aqui com recursos próprios, não é? Então, estou aqui hoje como eu  
8659 sempre venho nas reuniões com recursos próprios, a reunião vai até as 18h, não  
8660 é?

8661 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8662 **Humanos)** – Sim.

8663 **Interlocutora não identificada** – Então, essa conversa, a senhora falou que vai  
8664 conversar... Eu não sei se essa conversa é agora então, eu queria entender como  
8665 é que vai ser.

8666 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8667 **Humanos)** – Que se desejar, eu gostaria... Eu não queria nada formal, eu queria  
8668 sentar com vocês, não tive essa oportunidade de conversar com a Sociedade  
8669 Civil, talvez essa conversa tinha que ter sido antes lá no gabinete, até mesmo  
8670 vocês pagarem uma janta, um jantar para ministra, eu gostaria de ter esse tempo





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8671 com vocês, mas hoje infelizmente doutora, a gente vai ter que caminhar desse  
8672 jeito, está bem? Mas eu gostaria, se vocês puderem ficar depois da reunião para  
8673 10 minutos de conversas e já alertando, é possível que a gente tem que se reunir  
8674 já o mês que vem novamente, ok?

8675 **Sr. Leonardo Pinho (Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**  
8676 **Humanos)** – Então feito a proposta seria encerrar a reunião, porque não tem o  
8677 artigo 10º e um quórum.

8678 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8679 **Humanos)** – Sim.

8680 **Sr. Leonardo Pinho (Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**  
8681 **Humanos)** – Então, os outros pontos estão vencidos, certo?

8682 **Interlocutor não identificado** – Não, não, não, a espera, espera, não, calma,  
8683 calma, calma, Leo, vamos devagar Leo, por favor.

8684 **Sr. Leonardo Pinho (Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**  
8685 **Humanos)** – Não, não, só estou entendendo... Só se eu estou...

8686 **Interlocutor não identificado** – Então, vamos lá.

8687 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8688 **Humanos)** – Não, só com relação ao planejamento Leonardo, com relação a  
8689 planejamento e a gente queria ouvir toda a Sociedade Civil, não é uma questão  
8690 de...

8691 **Sr. Leonardo Pinho (Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**  
8692 **Humanos)** – Os demais pontos que tinham.

8693 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8694 **Humanos)** – Foram vencidos, a pauta foi vencida.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8695 **Interlocutor não identificado** – Bom, então, vencida do jeito que foi colocado aí?

8696 **Sr. Leonardo Pinho (Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**  
8697 **Humanos)** – Não, eu sei, porque eu estou requerendo colocar aí ministra, é uma  
8698 sensibilidade.

8699 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8700 **Humanos)** – Sim.

8701 **Sr. Leonardo Pinho (Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**  
8702 **Humanos)** – O não há o registro do quórum com relação artigo 9º para essas  
8703 pautas que entraram aqui do edital e etc. O que eu estou pedindo é que antes dos  
8704 encaminhamentos há cerca disso, tenha essa reunião com a doutora Vitória para  
8705 acertar essas questões para não entrarmos em um processo... É porque é ruim  
8706 Quirino, você sabe disso, quando a gente saí assim, eu estou dizendo, porque é  
8707 possível construir um caminho no comitê de entendimento, de tocar as pautas eu  
8708 estou dizendo, porque senão vai ficar na próxima reunião tem uma outra pauta, aí  
8709 se retira, eu estou dizendo, não é bom que essa prática.

8710 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8711 **Humanos)** – Doutor, eu me comprometo que essa reunião entre eu, você, Vitória,  
8712 Carol, ela vai acontecer antes da próxima reunião, eu me comprometo, está bem?

8713 **Sr. Leonardo Pinho (Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**  
8714 **Humanos)** – Mas só queria ministra, se é possível...

8715 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8716 **Humanos)** – Agora para hoje...

8717 **Sr. Leonardo Pinho (Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**  
8718 **Humanos)** – Esses pontos que foram, que é onde está a polêmica porque eles se  
8719 retiraram.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8720 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8721 **Humanos)** – Sim.

8722 **Sr. Leonardo Pinho (Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**  
8723 **Humanos)** – Eles não ocorrerem procedimento de começar a andar, tipo já o  
8724 edital essas coisas, antes dessa reunião. Eu só estou dizendo para ter... Para  
8725 chegar em uma compreensão comum.

8726 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8727 **Humanos)** – Doutor, edital está provado, a nota foi rejeitada, e isso já está  
8728 superado, mas a gente vai conversar entre nós veio da está bem? As decisões do  
8729 plenário já estão garantidas, está bem? Então, a gente não vai retornar uma  
8730 decisão, uma votação, mas eu me comprometer conversa sobre a condução da  
8731 reunião, das próximas reuniões, ok?

8732 **Interlocutor não identificado** – Oh ministra, sacaram pudesse esclarecer...

8733 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8734 **Humanos)** – Você já teve a sua palavra.

8735 **Interlocutor não identificado** – Não, mas ela não esclareceu.

8736 **Interlocutor não identificado** – Ministra, só para seguir a inscrição aqui de fala...

8737 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8738 **Humanos)** – Sim doutor?

8739 **Interlocutor não identificado** – Eu estou aguardando...

8740 **Interlocutor não identificado** – A Carol não esclarecer Sávio.

8741 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8742 **Humanos)** – Doutor Sávio, doutor Sávio...



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8743 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que depois vem a falar da Carol, não é?

8744 Mas só para seguir a inscrição de fala.

8745 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**

8746 **Humanos)** – A Fernanda já falou? A Fernanda na sequência... Acho que foi o

8747 Sávio primeiro.

8748 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – É a Fernanda, é a

8749 Fernanda primeiro.

8750 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**

8751 **Humanos)** – Fernanda, Sávio e a gente encerra.

8752 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor minha

8753 conterrânea, eu faço questão, por favor.

8754 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**

8755 **Humanos)** – Fernanda, Sávio e a gente encerra.

8756 **Sra. Fernanda** – Ministra, bom-dia?

8757 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**

8758 **Humanos)** – Oi, bom dia.

8759 **Sra. Fernanda** – Eu estava aqui atentamente ouvindo a fala da senhora, e eu

8760 percebi que a senhora foi bem enfática incisiva quanto à necessidade de conversa

8761 entre todos os membros e componentes desse comitê, e a senhora também foi

8762 incisiva, repetiu diversas vezes a questão da forma correta de conduzir as

8763 questões que são colocadas nesse comitê, o que a gente está colocando aqui

8764 como entidade convidada e Leonardo como Presidente do CNDH, não é? O

8765 vice-presidente, é que, na verdade, hoje essas duas questões que a senhora

8766 colocou de forma incisiva na sua fala não foram observadas, a questão da forma



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8767 correta como o Leonardo colocou aqui, não foi colocada, não foi observada,  
8768 porque eu regimento não está sendo observado, como o Leonardo colocou, nós  
8769 temos um quórum não só de instalação, mas um quórum de votação que  
8770 infelizmente hoje não foi observado por uma ruptura de conversa que teve desde o  
8771 início aqui na forma de instauração da reunião de hoje, essas questões, inclusive,  
8772 ministra, estão constando da ata, a gente observa que ata foi lida, mas em  
8773 nenhum momento consta ali o quórum necessário de instalação e o quórum de  
8774 votação. Então, a forma correta que se pretende aqui das nossas tratativas, das  
8775 nossas conversas, da nossas reuniões, das deliberações não foram observadas,  
8776 na mesma forma a pretensão de conversa ministra, também não está sendo  
8777 observada, nós tivemos uma ruptura de comunicação hoje pela manhã, que geram  
8778 um desgaste, o desgaste que foi muito observado no início das reuniões desse  
8779 comitê, foi construída de forma amigável nas outras reuniões e hoje novamente se  
8780 interrompeu, o que eu estou querendo colocar aqui? Nós temos um regimento a  
8781 ser seguido, nós também temos aqui todas as questões jurídicas que podem ser  
8782 colocadas, hoje nós tivemos um versão de pauta sem votação, nós tivemos aqui a  
8783 colocação do edital sem que os membros do Grupo de Trabalho fizessem a  
8784 apresentação, sem que o relator fosse ouvido, sem que os outros dois membros  
8785 fossem ouvidos, nós tivemos aqui uma nota que teve o seu conteúdo não  
8786 aprovado, mas que teve a sua colocação aprovada, hoje, na verdade, era  
8787 simplesmente uma votação, porque o prazo que tinha sido estabelecido para  
8788 contestação não foi observado também, de uma apresentação, nenhuma  
8789 contestação quanto ao conteúdo da nota foi observado. Então, nós temos aqui  
8790 uma série de questões que podem ser impugnadas, porque não observaram a  
8791 forma correta e que eventualmente ministra, não interromper de forma bem  
8792 aprofundada a conversa no âmbito desse comitê, eu acredito que eventualmente  
8793 se hoje as votações que não foram feitas sem... Que foram feitas sem observa  
8794 essa forma correta, sem observar o regimento, acho que podem, inclusive, ser  
8795 contestadas judicialmente e é muito provável que judicialmente se consiga uma



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8796 liminar ou uma decisão para anular as votações que foram aqui feitas. Então,  
8797 falando Leonardo, a fala do Matheus, a minha fala agora e da Silvia é no sentido  
8798 de que a gente comece desde já uma conversa, nós temos o dia inteiro, não é?  
8799 Todos nós nos preparamos para estar aqui o dia inteiro é que se reconsidera essa  
8800 votação que foi feita, porque ela de fato está contrário ao regimento, está contrária  
8801 a previsão de versão de pauta, está contrária à apresentação dos resultados de  
8802 um Grupo de Trabalho, está contrário a uma deliberação que foi feita pelo plenário  
8803 em outra reunião e realmente gente tem muitos elementos para eventualmente a  
8804 partida que se estabelecer uma ascensão muito aprofundada. Então, gentilmente  
8805 estamos aqui solicitando aqui de forma a administrativa e visando realmente a  
8806 consolidar o que a senhora mesmo pretendeu desde o início, a forma correta e a  
8807 conversa nesse comitê que se reconheça, que de fato houve um equívoco, a  
8808 Sociedade Civil está aí, todo mundo quer votar, todo mundo quer participar e me  
8809 parece que é a postura mais adequada reconsiderar a votação que foi feita hoje,  
8810 sob pena de futuramente a gente estabelecer um período de atrito muito  
8811 aprofundado, que talvez a gente não tem eventualmente acomodar passos atrás  
8812 para voltar o canal de comunicação que a gente estava até ontem. Então, por  
8813 diversas razões, repito aqui, por questões que estão no próprio regimento interno  
8814 de forma expressa, pela própria proposta que a senhora mesma trouxe aqui hoje  
8815 nessa audiência, considerando que a Sociedade Civil está aí, as pessoas do  
8816 Grupo de Trabalho estão aí, as considerações já foram estabelecidas em reuniões  
8817 anteriores, ao passo aqui a reconsideração, a peça ainda que conste em ata do  
8818 que foi colocado aqui hoje em votação, porque de fato não se tinha quórum, não  
8819 se tinham as considerações, os requisitos que estão previstos no regimento e que  
8820 a gente passa desde já restabelecer esse canal de comunicação, sob pena de que  
8821 daqui em diante a gente aprofundar eventuais guerras que são desnecessárias.

8822 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8823 **Humanos)** – Fernanda, do mesmo jeito que você manifesta que é possível uma



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8824 ruptura, eu manifestei a total disposição de ter o diálogo, de não ter rupturas, eu  
8825 manifestei antes de você. Então assim, Fernanda, o seu pedido a 10 gente  
8826 reconsiderar uma votação, ele não vai ser recebido, mas vai ser recebida a sua  
8827 intenção a gente manter o diálogo e a gente manter bem à condução das  
8828 reuniões.

8829 **Sra. Fernanda** – Porque não tem como ministra?

8830 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8831 **Humanos)** – Oh, Fernanda, vocês...

8832 **Sra. Fernanda** – A ausência dos requisitos...

8833 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8834 **Humanos)** – Fernanda, deixa eu te falar uma coisa, não adianta dizer que vocês  
8835 não o não judicializar, independente de qualquer decisões aqui, vocês vão livre  
8836 para judicializar agora sim, eu só entendo seguinte Fernanda, que o prejuízo vai  
8837 ter o edital aprovado, eu li, todo mundo leu, que prejuízo vai ter para o  
8838 mecanismo? Que prejuízo vai ter para os nossos trabalhos? Então assim,  
8839 Fernanda, eu acolho a sua boa intenção da gente continuar o diálogo, vou  
8840 continuar com essa disposição do diálogo, vou continuar querendo que sua que  
8841 aconteça e faça acontecer, vou mostrar para todo mundo que esse comitê é  
8842 extremamente necessário para Brasil, ainda da segmento da sociedade que não  
8843 nos entende Fernanda, precisa vencer esse papo, preciso mesmo e alguém já  
8844 conversou comigo, sabe da minha disposição. Então assim, acolho a sua  
8845 disposição de a gente manter o diálogo, mas não acolho o seu pedido da gente  
8846 rever a votação. O próximo inscrito, obrigada Fernanda pela sua participação.

8847 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado ministra.  
8848 A Fernanda saiu com uma fala muito ponderada, não é? Até foi bom ter ficado  
8849 depois, que eu posso contemplar a fala dos dois colegas. Talvez as impressões



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8850 tenham ficado de não cumprimento do regimento, porque vocês chegaram depois,  
8851 após esse início. Então, o quórum foi observado e esse comitê tem por praxe, eu  
8852 falo por que eu estou desde o início, hein? Eu estou desde o início do comitê. Tem  
8853 por praxe essa contagem inicial e registro em ata, aquela assinatura ali? É  
8854 subsidiária, ela vem as vezes, o colega e esquece de assinar, enfim, os colegas  
8855 não assinarão hoje aqui, mas o quórum foi observado, 14 membros para instalação  
8856 votação. Então, não existiu violação normativa alguma, ontem o registro, como  
8857 registrei em ata, o regimento interno não foi observado, mas hoje foi observado.  
8858 Não, eu até vou abrir mão da minha fala em decorrência do prosseguimento ali  
8859 dos trabalhos da mesa, agradeço.

8860 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8861 **Humanos)** – Sílvia, pode ser rapidinho? E aí a Sílvia fazendo a última  
8862 manifestação.

8863 **Sra. Sílvia (Associação para Prevenção da Tortura - APT)** – Eu só queria em  
8864 relação ao encaminhamento Carol, que agora não dá mais para ver, mas o  
8865 encaminhamento em relação a nota pública, porque como foi colocado assim só  
8866 fica claro que o que foi, digamos, votado... Que não foi aprovado, foi o conteúdo,  
8867 porque a aprovação de uma nota pública contra o Decreto 9800... Uma nota  
8868 pública de repúdio, isso já tinha sido aprovado na reunião anterior. Então, o que  
8869 não foi aprovada que, acho que foi o conteúdo como ela foi apresentada, não é?  
8870 Mas assim. Então, só para ficar claro que não foi a nota de repúdio que foi... Isso  
8871 está claro no texto.

8872 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8873 **Humanos)** – Ok. Acolhido.

8874 **Sra. Sílvia (Associação para Prevenção da Tortura - APT)** – Não. Mais uma  
8875 questão em relação ao edital, desculpa, só... Onde é que está? O teor da nota...





## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8876 Ok, o terror, não é? Então, nota de repúdio como aprovada, ok, entendo assim.  
8877 Em relação à questão do edital, eu entendo Sávio, que se falou do regimento, que  
8878 houve votação, mas mais uma vez como acho que também você sabe todo o  
8879 documento que é trabalhado no comitê por um Grupo de Trabalho, ele é  
8880 apresentado, ele é apresentado no pleno exatamente para a sociedade fazer um  
8881 destaque, discutir para que a gente chegue em um documento consensual do que  
8882 entre todos para a votação. Então, é isso que aqui desde o começo quando eu  
8883 sentei aqui, que não teve nem a apresentação do Grupo de Trabalho, é isso que  
8884 eu estava tentando desde o início trazer à consideração, é assim, são os ritos que  
8885 são praticados são assim, como é que a gente vai votar em algo que o GT não  
8886 teve nem a oportunidade de apresentar, que ninguém que está que pode fazer...  
8887 Pedi, por exemplo, um destaque, pedir uma discussão sobre alguns dos termos do  
8888 edital, era isso o e a gente tinha 3h na pauta se eu não me engano, para isso e  
8889 foram gastos o quê? 5, 10 minutos. Então, a gente tem uma pauta até as 18h, que  
8890 se permitia uma discussão e não teve razoabilidades, e simplesmente colocar em  
8891 votação sem permitir uma discussão, sendo que a pauta tinha 3 horas e a gente  
8892 tem uma agenda até 18h de hoje, a gente tem uma agenda até as 18h de hoje.  
8893 Então, qual era essa... Eu só queria entender realmente a questão da  
8894 razoabilidades de não ser permitido que o Grupo de Trabalho apresentasse, que  
8895 nós como convidados permanentes pudéssemos fazer comentários, assim,  
8896 extremamente eu não entendo qual é, a lógica e a responsabilidade de se tratar  
8897 essa votação dessa forma, eu insisto, desde a reunião passada que eu estou  
8898 insistindo sobre a urgência disso, sempre, o edital para mim sempre foi prioridade.  
8899 Então, eu não estou discutindo ia ser protelado, discutir para a gente chegar a um  
8900 documento em 2h ou menos, até a gente chegaria, seria aprovado hoje a. Então,  
8901 qual foi a razoabilidade de não nos permitir a discussão e o debate, sinceramente  
8902 isso eu não alcanço a minha compreensão, não consigo entender isso



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8903 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8904 **Humanos)** – Votei. Registrada a sua manifestação Silvia. Obrigada.

8905 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Pela ordem, só  
8906 para fazer o registro também rápido...

8907 **Interlocutor não identificado** – A Carol ia fazer as manifestações ministra, por  
8908 favor.

8909 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Só para fazer o  
8910 registro rápido sobre esse ponto. Esse edital, ele circulou todos os membros.  
8911 Então, os membros tiveram a oportunidade de apresentar, foi dito aqui que isso  
8912 nunca aconteceu, mas 2018... Eu vou lembrar, nós fizemos a aprovação do edital  
8913 em meia hora que com a recondução de alguns peritos, o edital estava pronto,  
8914 esse edital não é novo, esse edital já vem ao longo de anos. Então, 2018,  
8915 inclusive, nem estava em pauta só para esclarecer.

8916 **Interlocutor não identificado** – Oh Sávio, a versão aprovada foi a...

8917 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8918 **Humanos)** – Nós vamos...

8919 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Só finalizar a  
8920 minha fala. Então, inclusive, não estava em pauta a votação do edital, os peritos  
8921 foram reconduzidos em menos de 30 minutos, 2018. Então, não podemos falar  
8922 que isso nunca aconteceu, está mudando o procedimento, de forma alguma,  
8923 seguiu todos os trâmites.

8924 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8925 **Humanos)** – Ok. Gente oh, vencido essa etapa, eu dou por encerrada a nossa  
8926 reunião.



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8927 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Ministra, a Carol não explicou as coisas  
8928 que a senhora falou que ela ia explicar ministra, por favor.

8929 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8930 **Humanos)** – Você já explicou tudo

8931 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Não, ela não explicou nada, eu falei  
8932 vários pontos ministra.

8933 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – A questão  
8934 da nota que tinha sido deliberada em outra reunião.

8935 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Falei da questão da nota, falei da  
8936 questão da minuta...

8937 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8938 **Humanos)** – Olha, só um instante. Ela vai explicar rapidamente, acabando Carol,  
8939 nós vamos dar por encerrado a reunião. Rapidinho.

8940 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Qual a pressa ministra?

8941 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8942 **Humanos)** – Carol.

8943 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Eu não entendo a pressa do governo.

8944 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Matheus,  
8945 você questionou sobre os documentos, a gente tem um procedimento indicado no  
8946 regimento interno, em que a gente tem pela Secretaria-Executiva obrigação de  
8947 circular todos os materiais com sete dias de antecedência para análise dos  
8948 membros do colegiado. De qualquer forma, esses documentos, eles foram cinco  
8949 lados na segunda-feira passada, recebemos...



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

8950 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Então, mas a versão final foi a atacante  
8951 ida, do Lucas, qual foi a versão final? O

8952 **Interlocutor não identificado** – Olha só, uma coisa, a Carol fala... Como a mesa  
8953 e a Ministra falou, a Carol fala e termina, esse é o... Eu estou falando o  
8954 encaminhamento da mesa.

8955 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – E o senhor está na mesa, é isso? O  
8956 senhor está na mesa?

8957 **Interlocutor não identificado** – O senhor está interrompendo a Carol como  
8958 sempre, mal-educado.

8959 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8960 **Humanos)** – Olha só, a Carol vai falar e a gente vai dar por encerrada a reunião.

8961 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Você é um irresponsável.

8962 **Interlocutor não identificado** – Mal educado.

8963 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Ministra?

8964 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – A  
8965 Secretaria-Executiva encaminhou toda a documentação necessária para essa  
8966 reunião na segunda-feira passada, por e-mail para todos os membros,  
8967 encaminhamos duas vezes, porque a gente até recebeu um pedido específico...  
8968 Foi a última versão que a Secretaria-Executiva recebeu, foi feita pelo Lucas. Em  
8969 relação às outras questões, eu já fiz o ajuste em relação ao rechaço do teor da  
8970 nota e eu acho que pela Secretaria-Executiva nós...

8971 **Sr. Matheus Oliveira Moro (ANADEP)** – Vocês têm a lista de presença?

8972 **Sra. Fernanda** – Carol, que rechaço? Hoje?



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8973 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Foi lido ali,  
8974 Fernanda.

8975 **Sra. Fernanda** – Mas de hoje?

8976 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Isso.

8977 **Sra. Fernanda** – Porque olha só Carol, isso tanto viola o regimento, porque o  
8978 regimento estabelece que apresentada a minuta da nota, será estabelecido um  
8979 dia, porque vai ser enviado eletronicamente para todo mundo e havendo  
8980 comentários, será colocado ao plenário ao artigo 16, 17.

8981 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Então,  
8982 Fernanda, olha só, essa nota...

8983 **Sra. Fernanda** – Isso salvo engano... Deixa eu só concluir?

8984 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Não, é  
8985 que eu estava falando. Então, vou pedir para você me escutar um minuto, está  
8986 bem?

8987 **Sra. Fernanda** – Ok, ok.

8988 **Sra. Carolina Castro (Coordenadora-Geral de Combate à Tortura)** – Essa nota,  
8989 ela foi apresentada na primeira reunião do colegiado do ano passado, depois ela  
8990 foi levada para discussão nas duas... Na reunião da Mesa Diretora não houve  
8991 comentários e foi apresentado aqui, ela cumpriu todos os ritos, está bem? Então, o  
8992 teor... Eu fiz exatamente a anotação a partir da indicação tanto do Matheus,  
8993 quanto da Silvia sobre o rechaço do teor da nota, conforme a gente tinha discutido  
8994 nessas duas últimas reuniões. Então, eu acho... Dou por encerrada acho que os  
8995 esclarecimentos da Secretaria-Executiva, seguindo à disposição por telefone em,  
8996 por e-mail, por WhatsApp e agradeço a compreensão e colaboração dos colegas.



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 8997 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**  
8998 **Humanos)** – Está encerrada a reunião.
- 8999 **Sra. Fernanda** – Então, deixa eu só concluir... Não, não ministra. Oh Carol,  
9000 rechaço, hoje não era dia de votar rechaço, é isso que eu estou colocando aqui.  
9001 Não, não, não é isso.